

Sentidos em Gestalt-terapia: novas vozes, outros olhares

Lázaro Castro Silva Nascimento
Kamilly Souza do Vale
(Organizadores)



Sentidos em Gestalt-terapia: novas vozes, outros olhares

Lázaro Castro Silva Nascimento
Kamily Souza do Vale
(Organizadores)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Sentidos em Gestalt-terapia: novas vozes, outros olhares

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Carlos Alberto Souza do Nascimento Júnior
Organizadores: Lázaro Castro Silva Nascimento
Kamilyly Souza do Vale

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

S478 Sentidos em Gestalt-terapia [recurso eletrônico] : novas vozes, outros olhares / Organizadores Lázaro Castro Silva Nascimento, Kamilyly Souza do Vale. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-355-2

DOI 10.22533/at.ed.552201609

1. Gestalt-terapia. I. Nascimento, Lázaro Castro Silva.
II. Vale, Kamilyly Souza do.

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

PREFÁCIO

Escrever o prefácio de uma obra não é uma tarefa fácil. A tarefa se torna ainda mais difícil quando se trata de um livro escrito por vários autores e autoras, composto de doze capítulos, que perpassam por temas pungentes e de extrema relevância na atualidade. Dado isso, me sinto realizando uma delicada tarefa e receosa de que não a cumpra de forma honrosa. Que me desculpem os autores e as autoras se meu prefácio não estiver à altura do valor que encontrei em cada um dos capítulos.

Como já nos indica o título “Sentidos em Gestalt-terapia: novas vozes, outros olhares”, o livro organizado por Lázaro Castro Silva Nascimento e Kamilly Souza do Vale tem a proposta de visibilizar autoras e autores que trazem contribuições inovadoras ao campo conceitual e técnico dessa abordagem, se debruçando sobre temas pouco tratados nos livros publicados em Gestalt-terapia no Brasil. A riqueza e a profundidade com que temas tão diversos são tratados me fascinou e me fez ficar absorta nas páginas do livro; creio que será exatamente a mesma experiência que os leitores viverão diante da obra em questão.

O primeiro capítulo escrito por Lázaro Castro traz reflexões provocativas sobre o que podemos ou não considerar Gestalt-terapia. No diálogo que Lázaro traça com seu leitor, o mesmo aponta a não homogeneidade conceitual que embasa a prática dos profissionais desta perspectiva psicoterápica. Então, Lázaro busca ao longo do capítulo elucidar o que considera os fundamentos conceituais e teóricos da Gestalt-terapia e trazê-los a nós em um texto claro, construído sobre sólidas referências teóricas.

O segundo capítulo é uma contribuição valiosa de Kamilly Vale ao campo da psicoterapia de casais em Gestalt-terapia. Kamilly desenvolve o texto a partir de sua própria experiência de trabalho com casais, tanto teórica quanto prática, nos trazendo um alerta quanto ao grau de violência que é encontrando usualmente no relacionamento íntimo e que se reflete em modelos comunicacionais pouco cuidadosos entre as partes do casal. Kamilly constata que a comunicação está muito além do que é meramente dito e o discurso entre casais permanentemente atravessado pelas influências culturais.

No terceiro capítulo encontramos um belíssimo texto tecido a seis mãos e que se debruça sobre o tema da felicidade dentro do ponto de vista da Gestalt-terapia. Os autores Patrícia Yano, Francisco Soares Neto e Mariana Andrade partem da constatação de que a busca pela felicidade, e pela compreensão do significado da mesma, é secular. No entanto, o tema não tem sido objeto de ampla reflexão nas obras de Gestalt-terapia, tarefa à qual se propõe os autores.

A autora Mariana Pajaro desenvolveu o quarto capítulo a partir das inquietações vividas na prática clínica com crianças. Mariana relata sua busca por maior aprofundamento teórico-técnico, permeada por um sensível testemunho de experiências vividas em sua

clínica nas quais descobriu a importância de entrar em contato com a criança que um dia ela foi.

O quinto capítulo versa sobre o tema do trauma e a autora nos conta sobre seu percurso profissional, no qual buscou técnicas específicas que têm como base os conhecimentos das neurociências. Simone Dreher defende o ponto de vista de que o trabalho com traumas em Gestalt-terapia pode ser enormemente enriquecido pela aproximação com os estudos contemporâneos das neurociências, apresentando alguns conhecimentos que adquiriu nesse intercâmbio que se propôs a fazer.

No sexto capítulo nos deparamos com mais um tema tocante: o processo de elaboração do luto decorrente do fim de uma união afetiva. Keila Santos, partindo da constatação de que o número de separações e divórcios é crescente na sociedade contemporânea, traz contribuições importantes sobre o tema, obtidas por meio de uma cuidadosa pesquisa bibliográfica, sob o prisma da Gestalt-terapia.

Ao chegarmos ao sétimo capítulo, escrito por Hayanne Alves e Wanderlea Ferreira, novamente somos colocados frente a frente com um tema impactante no que diz respeito às possibilidades e dificuldades da prática do gestalt-terapeuta no sistema prisional brasileiro. A ação profissional em um contexto tão adverso é apontada, pelas autoras, como de extrema relevância e a visão de ser humano da Gestalt-terapia pode servir como suporte para uma prática em que os aspectos criativos são valorizados.

Livia Arrelias, no oitavo capítulo, denuncia a quase inexistência de discussões sobre as existências pretas e indígenas em Psicologia, de maneira ampla, e em particular na Gestalt-terapia. A autora reflete sobre o quanto o modo elitista do desenvolvimento da Psicologia no Brasil se refletiu em práticas psicológicas discriminatórias e socialmente excludentes.

No capítulo nove encontramos o relato de uma pesquisa desenvolvida a partir de perfis de usuários do aplicativo Grindr, um aplicativo de encontros para homens. Paulo Barros identificou um perfil de homem ideal preconceituoso na população estudada, verificando concepções homofóbicas e misóginas, mesmo entre homens que se relacionam com homens. A partir daí, reflete sobre os conceitos de introjeção e fronteira de contato na Gestalt-terapia.

O décimo capítulo foi redigido por Gabriely Garcia, Tainá Tomaselli e Ana Carolina Galo. As autoras escrevem sobre a importância da música em nossas vidas e, em especial, na utilização desta como recurso terapêutico por musicoterapeutas ao longo da história. Partindo da integração teórica entre a profissão da Musicoterapia e a Gestalt-terapia, constroem uma proposta de Gestalt-Musicoterapia ou Musicoterapia Gestáltica.

O processo de luto durante a pandemia de Covid-19 de Heloá Maués e Michele Moura é o tema do penúltimo capítulo do livro. As autoras consideram a delicadeza da situação em que vivemos na qual o direito de vivenciarmos o luto e os rituais de despedida dos entes que amamos nos tem sido tirado não só pelas dificuldades próprias à pandemia,

mas também por uma ausência de políticas governamentais apropriadas ao enfrentamento desta.

Chegamos então ao capítulo de encerramento no qual, mais uma vez, somos confrontados com um tema de grande relevância que é pensar sobre a experiência da vergonha calcada nos conceitos da Gestalt-terapia. Larissa Carvalho buscou compreender o processo vivenciado por uma pessoa envergonhada e as implicações da moralidade social.

Daqui em diante, fica por conta do leitor o cuidado na leitura e a abertura para a reflexão que o livro poderá proporcionar. Espero que todos possam usufruir de tão rico material organizado no livro, tanto quanto eu o fiz.

Patricia Valle de Albuquerque Lima

*Gestalt-terapeuta e Psicóloga. Doutora em Psicologia pela
Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente do curso de Psicologia da
Universidade Federal Fluminense (UFF).*

APRESENTAÇÃO

Os escritos presentes na obra *Sentidos em Gestalt-terapia: novas vozes, outros olhares* são antes de tudo um manifesto afetivo. Convidamos Gestalt-terapeutas espalhadas/dos pelo Brasil para compor um material que fosse ao mesmo tempo rico em produção de sentidos, mas também que transbordasse afetividade e construção teórico-prática na Gestalt-terapia.

Os trabalhos apresentados aqui versam sobre temáticas contemporâneas e diversas provocando leitoras e leitores ao *sentir* enquanto se debruçarem sobre cada um dos capítulos. Nosso objetivo maior foi ouvir novas vozes, possibilitar um espaço e dar visibilidade para autoras e autores que realizam pesquisas e trabalhos importantes na área, compartilhando-os e os tornando acessíveis à comunidade de um modo geral.

Esperamos que esse passo inicial seja de fato a concretização de um desejo comum: integrar espaços dentro da Gestalt-terapia, dirimir nichos que detêm lugares previamente demarcados e disponibilizar um material de qualidade com temáticas que toquem aqueles que diariamente compõem e constroem o fazer gestalt-terapêutico.

Uma excelente leitura para todas e todos!

Lázaro Castro Silva Nascimento

Kamilly Souza do Vale

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
GESTALT-TERAPIAS E GESTALT-TERAPEUTAS: REFLEXÕES LINGUÍSTICAS E PLURALIDADE DE PRÁXIS Lázaro Castro Silva Nascimento DOI 10.22533/at.ed.5522016091	
CAPÍTULO 2	15
A COMUNICAÇÃO DIALÓGICA NO MANEJO COM CASAIS EM GESTALT-TERAPIA Kamilly Souza do Vale DOI 10.22533/at.ed.5522016092	
CAPÍTULO 3	31
OS ESTUDOS SOBRE A FELICIDADE E A GESTALT-TERAPIA Luciane Patrícia Yano Francisco Alves Soares Neto Mariana da Silva de Andrade DOI 10.22533/at.ed.5522016093	
CAPÍTULO 4	47
ESTAR-COM CRIANÇAS: EM BUSCA DA LINGUAGEM PERDIDA Mariana Pajaro DOI 10.22533/at.ed.5522016094	
CAPÍTULO 5	57
TRAUMA, NEUROCIÊNCIAS E GESTALT-TERAPIA: INTEGRANDO PRÁTICAS E ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS Simone Aparecida de Souza Dreher DOI 10.22533/at.ed.5522016095	
CAPÍTULO 6	67
DESATANDO OS “NÓS” E RECONFIGURANDO O “EU”: O LUTO DECORRENTE DO FIM DA CONJUGALIDADE NA GESTALT-TERAPIA Keila Andréa Araújo Costa dos Santos DOI 10.22533/at.ed.5522016096	
CAPÍTULO 7	78
INTERLOCUÇÕES DA ABORDAGEM GESTÁLTICA NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO Hayanne Galvão Pereira Alves Wanderlea Nazaré Bandeira Ferreira DOI 10.22533/at.ed.5522016097	
CAPÍTULO 8	93
REFLEXÕES DA CLÍNICA GESTÁLTICA SOBRE RELAÇÕES RACIAIS Lívia Arrelias DOI 10.22533/at.ed.5522016098	

CAPÍTULO 9	110
“QUERO MACHO COM JEITO DE MACHO”: FRONTEIRAS DE CONTATO ENTRE USUÁRIOS DO GRINDR	
Paulo Henrique Pinheiro de Barros	
DOI 10.22533/at.ed.5522016099	
CAPÍTULO 10	126
GESTALT-MUSICOTERAPIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA E ALINHAVOS TEÓRICO- PRÁTICOS	
Gabriely Leme Garcia	
Tainá Jackeline Tomaselli	
Ana Carolina Tiemi Galo	
DOI 10.22533/at.ed.55220160910	
CAPÍTULO 11	137
O PROCESSO DE LUTO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: LEITURAS GESTÁLTICAS	
Heloá Pontes Maués	
Michele dos Santos Moura	
DOI 10.22533/at.ed.55220160911	
CAPÍTULO 12	152
A PERCEÇÃO DA VERGONHA SOB O VIÉS DA CLÍNICA GESTÁLTICA	
Larissa da Silva Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.55220160912	
SOBRE OS ORGANIZADORES	166

CAPÍTULO 1

GESTALT-TERAPIAS E GESTALT-TERAPEUTAS: REFLEXÕES LINGUÍSTICAS E PLURALIDADE DE PRÁXIS

Lázaro Castro Silva Nascimento¹

Na minha jornada como Gestalt-terapeuta, indaguei diversas questões. Fiz muito menos perguntas sobre a teoria da Gestalt-terapia ao longo desses anos, estando a maior parte das minhas dúvidas no campo da organização profissional das/dos Gestalt-terapeutas. Nesse caminho, encontrei algumas respostas prontas e propus algumas outras que fizessem sentido a partir das minhas leituras, das minhas vivências e das minhas lentes.

A construção destes escritos vai nessa direção. Não se apresenta aqui uma resposta fechada, ou a dualidade clássica moralizante entre certo e errado frente a uma comunidade tão grande como a de Gestalt-terapeutas do Brasil. Antes disso, espero que sejam reflexões provocativas e que gerem ressonâncias para nos ampliarmos e nos expandirmos.

Este capítulo, portanto, tem como objetivo delinear questões teóricas e políticas, refletindo sobre o que é/o que não é Gestalt-terapia e quem são as/os Gestalt-terapeutas, sendo um recorte das ideias já discutidas em Nascimento (2019). A escrita deste material está organizada a partir das seguintes temáticas: 1) questões da língua e reflexões; 2) a pluralidade epistemológica da Gestalt-terapia; 3) áreas multiprofissionais com referencial da Gestalt-terapia; e 4) breves considerações sobre pretensas Gestalt-terapias.

1.1 Tecendo reflexões linguísticas

O que seria mais adequado à língua portuguesa ou à comunidade de profissionais que supostamente compartilham da mesma teoria: Gestalt-terapia? Gestalt-Terapia? Gestalt Terapia? Gestaltterapia? Gestalt? Gestaltista? Gestalt-terapeuta? Gestalt-Terapeuta? Gestaltterapeuta? Gestáltico? Gestalt-terapêutico?

Para fins de esclarecimentos didáticos, é importante definir a concepção de “*Gestalt*” presente na Gestalt-terapia. Segundo Perls (1988, p. 19),

Gestalt é uma palavra alemã para a qual não há tradução equivalente em outra língua. Uma Gestalt é uma forma, uma configuração, o modo particular de organização das partes individuais que entram em sua composição. A premissa básica da Psicologia da Gestalt é que a natureza humana é organizada em partes ou todos, que é vivenciada pelo indivíduo nestes termos e que só pode ser entendida como uma função das partes ou todos dos quais é feita.

1. Gestalt-terapeuta. Doutor em Psicologia Clínica & Cultura pela Universidade de Brasília. Musicoterapeuta (CPMT 346/20-PR) graduado pela Universidade Estadual do Paraná; Psicólogo (CRP-08/20085) graduado pela Universidade Federal do Pará.

No que tange às discussões sobre “estrutura” enquanto conceito para as ciências psicológicas, Freitas (2015) analisa como as noções trazidas pela escola da Psicologia da Gestalt (*Gestaltpsychologie*) vão influenciar o desenvolvimento de outras teorias psicológicas, a exemplo da Teoria de Campo de Kurt Lewin, e como essas noções de estrutura diferem de outros modelos estruturalistas da psicologia.

A priori, essa discussão linguística pode parecer longínqua de uma teoria como a Gestalt-terapia. Qual a necessidade, então, de pensar estruturas formais da língua escrita? Bom, parece impossível deixar escapar o fato de que parte da nossa subjetividade se dá pelas relações com língua e oralidade, e, com isso, também os processos de identificação com sua forma escrita. Assim, uma breve investigação das normas ortográficas registradas no verbete “Gestalt” do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras nos apresenta:

1. **gestalt** *s.f. al.* Estrangeira
2. **gestáltico** (gues) *adj.*
3. **gestaltista** (gues) *adj. s.2g.*
4. **gestaltterapia** (gues) *s.f.* (GESTALT, 2009, sem paginação).

Portanto, seria ortograficamente mais adequado usarmos *Gestaltterapia*? Certamente que nossas decisões não são pautadas unicamente em normativas linguísticas, mas, também em consensos comunitários. Assim, as versões Gestalt-terapia e Gestalt-Terapia, bem como suas variantes, como Gestalt-terapeuta e Gestalt-Terapeuta, parecem muito mais frequentes na literatura, em títulos de eventos e afins pelo território brasileiro.

Isso talvez decorra do termo, originalmente em língua inglesa, possuir ambas as palavras *Gestalt e Therapy* separadas, sem hífen. Já as palavras “Gestaltista” e “gestáltico” ou “gestáltica” parecem adequadas – mas, referir-se-iam estas mais à Gestalt-terapia ou à Psicologia da Gestalt? Ou, ainda, à Psicoterapia Gestaltista? Ou a todas, de forma indistinta? Caminhar na direção de responder a essas indagações se mostra importante para esta discussão.

Mesmo Laura Perls, cofundadora da Gestalt-terapia, sendo reconhecida por seu cuidado na construção teórica e prática dos princípios gestalt-terapêuticos, apresenta na entrevista a Janine Bernard os termos de maneira indistinta, primeiro falando *Gestalt-terapeutas* e depois, *Gestaltistas*:

J.B.: Você não acha que existam muitos Gestaltistas puros por aí?

L.P.: Sim, há alguns. Eu acho que a maioria dos psicólogos, se eles leram alguma coisa, leram Gestalt-terapia Explicada (Perls, 1969) ou viram um ou

dois filmes e então eles acham que são *Gestalt-terapeutas*. Mas esses são apenas aspectos muito pequenos do que se pode fazer com a Gestalt-terapia. A Gestalt-terapia é muito mais que uma modalidade técnica. [...]

J.B.: E sobre o inconsciente?

L.P.: Não, nós *Gestaltistas* não operamos com o conceito de inconsciente, mas em uma escala variável, de pouca awareness à awareness plena (PERLS, 1986, p. 371-372, grifo nosso, tradução livre).

Wysong (2011), ao contar a história oral da Gestalt-terapia, apresenta uma discussão semelhante à traçada neste capítulo no que diz respeito à identidade. O autor discorre sobre como Isadore From, um dos membros fundadores da Gestalt-terapia, compreendia as questões de identidade na Gestalt-terapia, afirmando que, para From, a remoção da palavra “terapia”, utilizando-se apenas “Gestalt”, era teórica e politicamente inadequada. From parecia ter uma noção mais rígida quanto à terminologia, discordando de que a Gestalt-terapia pudesse ser pensada para além de um sistema em psicoterapia.

Toda essa discussão se torna ainda mais complexa quando se considera nessa miscelânea de opções a terminologia “Abordagem Gestáltica” (em inglês, *Gestalt Approach*), ao invés de apenas “Gestalt-terapia”. Isso fica evidente em escritos e falas de Gestalt-terapeutas, bem como no título do maior evento brasileiro da área, que acontece a cada dois anos: Encontro Nacional de Gestalt-terapia & Congresso Brasileiro da Abordagem Gestáltica. Esse fato é explicado historicamente por Holanda & Karwowski (2004, p. 63, grifo nosso):

A partir de 1993, no encontro de Recife, houve um acréscimo na nomenclatura do encontro que transcende a mera questão linguística ou estética e reflete *uma realidade de crescimento*. A partir dessa data, ao Encontro Nacional de Gestalt-terapia, passou a ser associado o Congresso Brasileiro da Abordagem Gestáltica. *Esse fato é relevante, primordialmente, por delimitar a expansão do campo de atuação da Gestalt-terapia a outras áreas, para além da clínica.*

Portanto, parece ter havido um movimento da comunidade de Gestalt-terapeutas do Brasil para que o termo “Abordagem Gestáltica” fosse adotado como proposta de ampliação e difusão da área. O termo também é encontrado no periódico com mais produções brasileiras em Gestalt-terapia, a “*Phenomenological Studies: Revista da Abordagem Gestáltica*”, segundo o levantamento de 1997 a 2014 realizado por Castelo Branco e Carpes (2017).

Ainda no que diz respeito às questões sobre a língua escrita, é importante discutir os termos “Gestaltista” e suas variantes, como a ideia de “psicoterapia gestaltista”. Por mais semelhantes que possam parecer com os termos mencionados anteriormente (Gestalt-terapia e Abordagem Gestáltica e suas variantes), trata-se de termos distintos, tanto teórica quanto semanticamente.

A confusão conceitual parece surgir pela derivação comum desses termos a partir da *Gestalt Psychology*, escola clássica da psicologia experimental que estudava a percepção no início do século XX, na Alemanha. Como afirma Tellegen (1972, p. 31), “o nome da Gestalt-terapia é algo enganador, como se tratasse de uma aplicação direta e unívoca dos princípios da escola acadêmica da Gestalt Psicologia à atuação terapêutica”.

A Psicoterapia Gestaltista, porém, é uma proposta psicoterapêutica desenvolvida em solo brasileiro por Vera Felicidade Campos que discorda da leitura da Psicologia da Gestalt contida na Gestalt-terapia. Campos afirma que...

É necessário que se enfatize o caráter inovador desta obra dado a existência da Gestalt Therapy – desde 1974 muito divulgada no Brasil – que, *contrariando as origens da própria teoria gestaltista alemã*, tem pela sua fundamentação psicanalítica, uma visão elementarista do comportamento humano, uma distorção parte-todo, apreendendo e reduzindo a Psicologia da Gestalt a “o todo não é a soma das partes” (1988, p. 11, grifo nosso).

Ou seja, ao se utilizar as noções de “Psicoterapia Gestaltista”, “Gestaltista” e termos afins, linguisticamente, corremos o risco de estar mais próximos às concepções de Campos, de maneira não intencional, do que às da Gestalt-terapia como pensada nos EUA.

A fim de minimizar essas possíveis confusões teóricas e elucidar as discussões apresentadas neste tópico, é apresentado a seguir um quadro teórico-conceitual (NASCIMENTO, 2019) em que é possível visualizar uma síntese sobre os termos.

		Gestalt-terapia		
	Psicologia da Gestalt	Gestalt-terapia clínica (Psicoterapia Gestáltica)	Abordagem Gestáltica	Psicoterapia Gestaltista
Síntese	Área da Psicologia experimental interessada nos estudos da percepção	Atuação psicoterapêutica embasada na teoria da Gestalt-terapia	Ampliação da Gestalt-terapia para diversas áreas de atuação além da clínica psicoterapêutica	Modelo de Psicoterapia construído baseado na Psicologia da Gestalt
Surgimento	Entre 1910 e 1912 nos laboratórios de psicologia da Alemanha	Em 1951, com a publicação da obra “Gestalt Therapy: excitement and growth in the human personality” nos EUA	---	Em 1973 no Brasil
Precusores	Marx Wertheimer, Kurt Koffka e Wolfgang Köhler	Fritz Perls, Laura Perls e Paul Goodman		Vera Felicidade de Almeida Campos
Objeto de estudo	Percepção	Ajustamentos criativos		“Comportamento do homem/Percepção”

Quadro 1 – Esquema teórico-didático acerca das noções de *Psicologia da Gestalt*, *Gestalt-terapia*, *Abordagem Gestáltica* e *Psicoterapia Gestaltista*

* Vale problematizar este termo: a clínica em Gestalt-terapia não é composta apenas por psicoterapia, mas, também, por avaliação, psicodiagnóstico, clínica ampliada, entre outros. Contudo, isso não enfraquece o objetivo do quadro.

Fonte: Nascimento (2019, p. 21).

Há que se considerar que, nesse quadro teórico, o termo Gestalt-terapia contém as noções da “Abordagem Gestáltica” bem como de uma “Gestalt-terapia clínica”. Outra possibilidade seria o de posicionar o termo “Abordagem Gestáltica” como termo-chave que contém as noções de uma “Gestalt-terapia clínica” e de uma “Gestalt-terapia em outros campos” com seus possíveis desdobramentos.

Considerando o uso dos termos que parecem mais frequentes em textos, trabalhos de pesquisas, livros e dentro da comunidade de Gestalt-terapeutas no Brasil, ao longo de todas as discussões neste capítulo, serão utilizados os termos grafados da seguinte maneira: “Gestalt-terapia”, “Gestalt-terapeuta” e “gestalt-terapêutico” em relação aos demais, a fim de padronizar a escrita e marcar meu posicionamento como autor.

1.2 Pluralidade epistemológica na Gestalt-terapia

Além de suas variações linguísticas, a Gestalt-terapia contém em si uma teoria epistemologicamente complexa. Há uma dificuldade em delimitar o campo epistemológico da Gestalt-terapia. Segundo o dicionário Houaiss *online*, epistemologia é:

O estudo dos postulados, conclusões e métodos dos diferentes ramos do saber científico, ou das teorias e práticas em geral, avaliadas em sua validade cognitiva, ou descritas em suas trajetórias evolutivas, seus paradigmas estruturais ou suas relações com a sociedade e a história; teoria da ciência (EPISTEMOLOGIA, c2019, sem paginação).

Em outras palavras, a Epistemologia se ocupa de compreender como determinado conhecimento ou saber se estrutura, como uma filosofia que reflete sobre o próprio saber de determinada área. Esse caminho de reflexão epistemológica acontece, por exemplo, ao questionar Gestalt-terapeutas sobre “o que é Gestalt-terapia?”.

Ao tentar responder a tal indagação, é comum que as respostas caminhem na direção de se afirmar: “a Gestalt-terapia é uma abordagem *psicológica* que...” e, em seguida, que a sentença se complete enfocando algum de seus muitos aspectos psicoterapêuticos, como o aqui-agora e a tomada de consciência, ou suas bases existencialistas e fenomenológicas, sua fundamentação no humanismo, na teoria de campo de Kurt Lewin, nas noções orgânicas de Kurt Goldstein, ou ainda na orientação compreensiva, nos experimentos gestalt-terapêuticos, entre muitas outras possibilidades.

A noção de “abordagem psicológica” engloba grandes teorias do conhecimento que buscam compreender a subjetividade e funcionamento humano a partir de construções teórico-filosóficas distintas. Figueiredo (2008) apresenta uma tentativa de sistematizar as

diversas matrizes do pensamento psicológico contemporâneo, dividindo-o em dois grandes grupos (matrizes científicas e matrizes românticas e pós-românticas) e subgrupos, descrevendo como a Psicologia se organizou como saber a partir disso. Moreira (2009) ancora-se no referido autor para circunscrever a Gestalt-terapia:

A Gestalt-terapia de Perls, em certos momentos – na compreensão da vida como um fluxo positivo, ou no pragmatismo de Perls ao afirmar que sua proposta parte dele mesmo – se insere na matriz vitalista e naturalista; em outros – em especial no que se refere ao conceito de campo organismo-ambiente, ou quando critica o dualismo nas psicologias – parece se inserir na matriz compreensiva, própria do pensamento fenomenológico-existencial, que rompe com o pensamento dualista (p. 10).

Isso mostra uma complexidade ao pensar a própria compreensão da Gestalt-terapia dentro desses modelos. Já Ribeiro (2012, p. 41) compreende a Gestalt-terapia a partir de uma base filosófica que a sustenta triangulando humanismo, existencialismo e fenomenologia. Também nessa direção, Resnick (2016), como Gestalt-terapeuta que foi aluno de Fritz Perls e Jim Simkin nas origens da Gestalt-terapia, afirma que esta se firma sobre três pilares teóricos: a teoria de campo, a fenomenologia e o diálogo (dialogicidade). Em entrevista, conta ainda sobre como houve apropriações indevidas nos Estados Unidos acerca da Gestalt-terapia, como um irresponsável *laissez-faire*, em que tudo estaria autorizado ao Gestalt-terapeuta, enfatizando assim a necessidade de delimitações práticas e conceituais.

Juliano (1992), contando sobre a construção histórica da Gestalt-terapia, discorre sobre três modelos diferentes em seu surgimento. Afirma que havia uma “gestalt da cabeça”, uma “gestalt visceral” e uma “gestalt do coração”. A autora explicita a divergência histórica na Gestalt-terapia “pele vermelha” e “cara pálida”, em que havia o grupo de Fritz Perls com a “Gestalt visceral”, com foco no processo de frustração e promoção de *awareness*, enquanto coexistia a “Gestalt da cabeça”, com o grupo de Laura Perls e Paul Goodman pensando uma Gestalt-terapia mais teórica e sistematizada.

Ainda sobre essa multiplicidade, ao esboçar uma epistemologia da Gestalt-terapia, Holanda (2005) afirma compreender esse modelo em quatro modalidades: a) Gestalt-analítica; b) Gestalt-pragmática; c) Gestalt-fenomenológica; e d) Gestalt-existencial. Apesar da sua tentativa de compreensão destes submodelos, enfatiza que “qualquer expressão que procure resumir a diversidade gestáltica será, invariavelmente, um reducionismo, e caminhará na direção contrária de inúmeras das propostas da mesma abordagem” (p. 37).

Essas subcategorizações, ainda que didáticas, demonstram a importância de hipotetizar e refletir que existem formas diferentes de compreender, vivenciar e praticar o que é chamado genericamente de “Gestalt-terapia”. Tal afirmação evita a falsa ideia de uma homogeneidade acerca da compreensão do que seja Gestalt-terapia. Antes de ser um problema, isso possibilitou que diversos estilos próprios pudessem ser vividos e

expressados no fazer terapêutico de orientação gestalt-terapêutica. Nas palavras de Laura Perls, ao refletir sobre os diversos “estilos” de uma *práxis* gestalt-terapêutica, “Na Gestalt-terapia existem tantos estilos como terapeutas e pacientes” (1992a, p. 124, tradução livre).

A amplitude epistemológica da Gestalt-terapia é ainda mais alargada quando se considera os trabalhos de Belmino (2016, 2017) que visibilizaram em solo brasileiro as leituras de Paul Goodman e sua compreensão da Gestalt-terapia como uma política. Isso significa não apenas estender a prática da Gestalt-terapia para outros campos de atuação, mas, também, para um posicionamento ético quanto a questões amplas da sociedade, de grupos e de estruturas sociais, como o governo e afins, convocando as/os Gestalt-terapeutas a pensarem temáticas sensíveis, como a violência, a desigualdade de gênero, o racismo, a distribuição de renda, entre outros tópicos.

Ainda no que tange à diversidade epistemológica, é necessário circunscrever a ideia de “Gestalt” como uma filosofia de vida, o que é explicado por Stevens (1977, p. 14-15):

Gestalt-terapia, embora formalmente apresentada como um tipo de psicoterapia, é baseada em princípios que são considerados como uma forma saudável de vida. Em outras palavras, é primeiro uma filosofia, uma forma de ser e com base nisto, há maneiras de aplicar este conhecimento de forma que outras pessoas possam beneficiar-se dele.

Ou seja, para além de um fazer clínico, para além de suas ampliações em outras *práxis*, para além de uma política e reflexões sociais, não é incomum também a compreensão de Gestalt (Gestalt-terapia) como um conjunto de fundamentos e construtos teóricos que orientam posturas de vida, sejam as ideias de viver no aqui-agora, de estar cada vez mais consciente, de buscar um viver fluído sem interrupções neuróticas e afins.

Com isso, apesar da associação comum entre Psicologia e Gestalt-terapia em terras brasileiras, outras áreas de atuação e conhecimento também se apropriaram dessa diversidade epistemológica e teórica. Vamos explorar aqui duas dessas áreas multiprofissionais com referencial apoiado na Gestalt-terapia.

1.3 Áreas multiprofissionais com referencial da Gestalt-terapia

Ao observar mais de perto o contexto global alcançado pela Gestalt-terapia, não raro é possível ver profissionais de outras áreas que atuam e/ou atuaram com referencial dessa abordagem. Assim, somos convidados a um alargamento teórico: compreender que a Gestalt-terapia é um corpo teórico-clínico que orienta também outras áreas do conhecimento, além da Psicologia.

Abaixo são apresentadas, brevemente, algumas construções nas áreas de Musicoterapia e Aconselhamento Pastoral a fim de ilustrar essas afirmações. Em Nascimento (2019), é possível ainda localizar trabalhos realizados por Médicas/os e Psiquiatras, Arteterapeutas e Educadores/Gestaltpedagogas/os.

1.3.1 *Gestalt-Musicoterapia, Musicoterapia Gestáltica/Gestalt-terapêutica*

Bruscia (2014) afirma que é certo que a música já era (e ainda é) utilizada em muitas culturas xamânicas/índigenas juntamente com intervenções focadas na saúde. Contudo, a organização e sistematização da profissão Musicoterapeuta e da área da Musicoterapia só acontecem por volta dos anos 1950 nos EUA (BRUSCIA, 2014) e em 1973 no Brasil (CHAGAS; PEDRO, 2008). A extensa definição usada pela Federação Mundial de Musicoterapia afirma que:

Musicoterapia é a utilização da música e/ou seus elementos (som, ritmo, melodia e harmonia) por um/a musicoterapeuta qualificada/o, com clientes ou grupo, em um processo para facilitar, e promover a comunicação, relação, aprendizagem, mobilização, expressão, organização e outros objetivos terapêuticos relevantes, no sentido de alcançar necessidades físicas, emocionais, mentais, sociais e cognitivas (FEDERAÇÃO MUNDIAL DE MUSICOTERAPIA, 1996, p. 4, tradução livre).

Apesar de serem divergentes os caminhos para se tornar Musicoterapeuta ao redor do mundo, no Brasil, a formação em Musicoterapia exige curso de nível superior, seja em pós-graduação *lato sensu* (especialização), seja em cursos de graduação em Musicoterapia com duração de 4 anos.

Destaca-se os esforços coletivos de diversos Musicoterapeutas no Brasil para o fortalecimento da profissão, como as tentativas de regulamentação (a exemplo do mais recente Projeto de Lei 6.379/2019), a construção e manutenção do periódico *online* Revista Brasileira de Musicoterapia, a conquista do registro na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) sob o número 2263-05 (BRASIL, c2017), a inclusão de procedimentos musicoterapêuticos na política pública do SUS em 2013 e sua ampliação em 2017, entre outros.

Assim como na Psicologia, a Musicoterapia se apropriou de diversas abordagens para organizar a compreensão e o fazer dos processos musicoterapêuticos. Entre eles, timidamente, aparece a Gestalt-musicoterapia. Quatro trabalhos de Musicoterapeutas podem ser citados aqui:

1) o artigo da musicoterapeuta estadunidense Wheeler (1981), em que parece surgir pela primeira vez o termo “gestalt music therapist”, traduzido livremente como “Gestalt-musicoterapeuta”. A autora discute a relação da Musicoterapia com correntes psicoterapêuticas e situa entre elas a Gestalt-terapia;

2) a conferência de Frohne (1991), transcrita na obra *Música e Saúde*, na qual a autora afirma que “a gestalt-terapia e a musicoterapia se baseiam na consciência do que está acontecendo aqui e agora, ambas são voltadas para a experimentação dos sentimentos” (p. 37);

3) o livro espanhol *Musicoterapia gestáltica: proceso sonórico*, de Torres (2009),

escrito como trabalho de conclusão exigido pela *European Association of Gestalt Therapy* (EAGT); e

4) um levantamento acerca da Gestalt-Musicoterapia em solo brasileiro feito por Nascimento (2020).

1.3.2 Aconselhamento Pastoral Gestáltico/Gestalt-terapêutico

A prática de *counseling*, traduzida livremente como “aconselhamento”, possui diversos desdobramentos. Silva (2010, p. 306) define a diferença dos processos de *coaching*, *mentoring* e *counseling*:

[...] uma das principais singularidades do *counseling* [é] a sua proximidade com os processos terapêuticos. Ou seja, no *counseling*, o objetivo central é a busca do bem-estar do indivíduo, podendo o processo contemplar qualquer dimensão da sua vida, inclusive de ordem emocional. Além disso, o cliente é único responsável pela definição dos objetivos a serem alcançados no trabalho.

Apesar de não ser comum no Brasil a prática e discussão teórica acerca do *counseling* nos ciclos gestalt-terapêuticos, há expoentes internacionais que trabalharam nessa direção. Como exemplo, a obra de Petruska Clarkson (2013), *Gestalt Counselling in Action*, em sua quarta edição, aborda esta temática.

Entre as diversas modalidades de *counseling*, há o Aconselhamento Pastoral, no qual a/o profissional *counselor* tem...

como objetivo maior, em termos simples que pessoas (casais e membros de famílias ou pequenos grupos) vivam sabiamente à luz de Deus [...]. O aconselhamento pastoral é um ofício e uma forma especial do ministério do cuidado pastoral na Igreja (SCHIPANI, 2004, p. 97).

É comum no Brasil a existência de instituições de ensino superior nas áreas de Teologia e Ciências da Religião oferecerem pós-graduações nessa área.

Não é necessária a formação em Psicologia para cursar tais pós-graduações; em algumas instituições, o público é composto por pessoas religiosas, como freiras, padres ou qualquer profissional interessado com graduação. Em Curitiba (PR), a fim de exemplificar, há um curso de “Aconselhamento Pastoral” que oferece uma disciplina de “Counselling e Gestalt-terapia”, visando sensibilizar profissionais aconseladoras/es às reflexões e formas de compreender o ser humano à luz da Gestalt-terapia.

Há também nos EUA uma obra inteira dedicada à interface da Gestalt-terapia com o Aconselhamento Pastoral no trabalho de Knights (2002), intitulada *Pastoral Counseling: A Gestalt Approach*, sem tradução para o português até o momento. Na descrição da obra de Knights, é delimitado seu objetivo:

[...] oferecer a pastores e rabinos um conhecimento prático das técnicas básicas e atitudes pioneiras de Fritz Perls [...]. O aconselhamento pastoral

explica os objetivos básicos do trabalho da Gestalt, que são alcançar espontaneidade e expressividade e avançar para a autenticidade pessoal (2002, sem paginação, tradução livre).

1.3.3 Breves considerações: Gestalt-terapia multiprofissional

Apesar dos movimentos dentro da Musicoterapia e do Aconselhamento (*Counseling*) explicitados aqui, é preciso reconhecer que o campo convoca a uma ampliação para uma compreensão de uma Gestalt-terapia multiprofissional. Ainda no que diz respeito a essa questão, vale mencionar o Estatuto Social da Associação Brasileira de Gestalt-terapia & Abordagem Gestáltica (ABG), que, em sua primeira alteração, passou a afirmar, no art. 6º:

A ABG é constituída de todos aqueles interessados na abordagem gestáltica que possuem formação gestáltica – *psicólogos ou não*, alunos de graduação ou estudantes de graduação, treinandos em Gestalt-terapia ou na Abordagem Gestáltica, além de Institutos ou similares que formam gestalt-terapeutas, em consonância com os princípios fundamentais da ABG (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GESTALT-TERAPIA & ABORDAGEM GESTÁLTICA, 2018, p. 3, grifo nosso).

Contudo, politicamente, como entidade representativa que congrega Gestalt-terapeutas do Brasil, esta abertura se mostra superficial e inadequada aos princípios de uma Gestalt-terapia horizontal, ao se afirmar no art. 37, II: “A presidência da Diretoria Executiva deverá ser ocupada por Gestalt-terapeutas (psicólogos e médicos)” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GESTALT-TERAPIA & ABORDAGEM GESTÁLTICA, 2018, p. 10), havendo claramente um protecionismo da área com favorecimento para profissionais psis. e exclusão de outras/os Gestalt-terapeutas com formações distintas.

1.4 Pretensas Gestalt-terapias

Encerro minhas reflexões com a ousadia de afirmar “o que não é Gestalt-terapia”. A Gestalt-terapia é uma filosofia com um corpo teórico-prático-artístico que orienta a *práxis* da Psicologia, Psiquiatria, Musicoterapia, Pedagogia, Arteterapia e quaisquer áreas afins dentro dos campos da saúde, educação e arte que se proponham a utilizar de forma coerente os conceitos e teorias que a fundamentam, como a teoria de campo, a fenomenologia, o existencialismo, humanismo, teoria organísmica e o dialogismo.

Mesmo residindo aqui uma dificuldade epistemológica e conceitual em delimitar todo o emaranhado linguístico e teórico que sustenta a Gestalt-terapia, como já discutido nos tópicos anteriores, vale destacar que as práticas que não norteiem seus fundamentos pautados na complexa relação entre tais teorias não serão gestalt-terapêuticas. As tão comuns e indevidas apropriações feitas pelo “Gestalt e _____”, ainda hoje presentes, exemplificam isso. Como diz Laura Perls:

A Teoria da Gestalt foi sendo reduzida a uma modalidade puramente *técnica* [...]. E assim temos sensibilização e Gestalt, conscientização corporal e

Gestalt, Bioenergética e Gestalt, terapias de arte e dança e Gestalt, Meditação Transcendental e Gestalt, e qualquer coisa e Gestalt *ad infinitum*. Todas estas combinações mostram que os conceitos básicos da Gestalt-terapia são ou mal compreendidos ou simplesmente desconhecidos (1992b, p. 4, grifo da autora, tradução livre).

Assim, qualquer prática coerente com a Gestalt-terapia necessariamente precisará sustentar seu olhar, sua escuta e/ou sua produção nessas teorias, não sendo suficiente a utilização de técnicas ou conceitos de forma isolada. Como teoria que se constituiu em um movimento de contracultura e de anarquismo, vale dizer que essas palavras não são para criar rigidez com afirmativas como “isto que você faz não é Gestalt-terapia”; antes disso, é um convite à reflexão. O ponto norteador de uma *práxis* gestalt-terapêutica precisa ser o complexo conjunto de teorias e conceitos que estruturam a Gestalt-terapia, mesmo que, eventualmente, a ênfase se dê em um de seus pilares.

1.5 Conclusões e mais perguntas...

No início deste capítulo, compartilhei sobre as frequentes indagações que tenho acerca da organização profissional de Gestalt-terapeutas. Finalizo deixando conclusões, mas também perguntas que tenho no momento desta escrita. Compartilho-as na esperança de que convidem a novas pesquisas que possam partir daqui e alcançar outros horizontes.

Como posicionamento ético e político, concluo que a palavra *Gestalt-terapia* representa um termo macro que engloba tanto a *Gestalt-terapia clínica (psicoterapêutica)* quanto as noções de *Abordagem Gestáltica*, bem como a *Gestalt-terapia praticada por profissionais de diversos saberes*, compreendendo, assim, como Gestalt-terapeutas quaisquer profissionais de saúde e educação que possuam formação e prática em Gestalt-terapia e/ou se proponham a atuar eticamente utilizando seus conceitos de forma coerente com a fundamentação da Gestalt-terapia.

Como eterno questionador e Gestalt-terapeuta inquieto, indago:

- quais são as motivações para que tantos e reconhecidos profissionais com formação em Gestalt-terapia “abandonem” a área e passem a ser Fenomenólogos, Psicólogos Fenomenológico-Existencialistas e variantes?;
- a dita “comunidade de Gestalt-terapeutas” do Brasil representa as/os Gestalt-terapeutas em toda sua amplitude?;
- quais são os discursos dissidentes e de resistência que têm sido silenciados ao longo dos anos na Gestalt-terapia brasileira?

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GESTALT-TERAPIA & ABORDAGEM GESTÁLTICA. **Ata de 20/07/2018**: Assembleia Geral Ordinária. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.gestalt.com.br/estatuto.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BELMINO, M. C. B. **A Ontologia Gestáltica de Paul Goodman e seus desdobramentos clínicos, políticos e educacionais**: Gestalt-terapia, anarquia e desescolarização. 1. ed. Rio de Janeiro: Via Vérita, 2017. v. 1.

BELMINO, M. C. B. Paul Goodman e o problema da natureza humana a partir de uma leitura “gestáltica”: desdobramentos para o campo da política e da educação anarquista. **IGT na Rede**, n. 13, p. 234, 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Classificação Brasileira de Ocupações**. [Brasília, DF], c2017. Disponível em: <http://www.mteco.gov.br/cbosite/pages/home.jsf>. Acesso em: 28 fev. 2019.

BRUSCIA, K. E. **Defining Music Therapy**. 3rd ed. Dallas, Texas: Barcelona Publishers, 2014.

CAMPOS, V. F. A. **Psicoterapia Gestaltista**: conceituações. 3. ed. Rio de Janeiro, 1988.

CASTELO BRANCO, P.; CARPES, C. Produção Gestáltica nas bases de dados SciELO e PEPsic: revisão sistemática. **IGT na Rede**, n. 14, p. 72-86, 2017. Disponível em: <https://www.igt.psc.br/ojs/viewarticle.php?id=564>. Acesso em: 6 set. 2018.

CHAGAS, M.; PEDRO, R. **Musicoterapia**: desafios entre a modernidade e a contemporaneidade. Rio de Janeiro: Manau e Bapera, 2008.

CLARKSON, P. **Gestalt counselling in action**. 4th ed. Thousand Oaks, California: SAGE, 2013.

EPISTEMOLOGIA. *In*: GRANDE Dicionário Houaiss Online. [S. l.]: UOL, c2019. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br/>. Acesso em: 15 jun. 2020.

FEDERAÇÃO MUNDIAL DE MUSICOTERAPIA. Definição de Musicoterapia. **Revista Brasileira de Musicoterapia**, v. 1, n. 2, p. 4, 1996. Disponível em: <http://www.revistademusicoterapia.mus.br/ano-i-numero-2-1996/>. Acesso em: 15 jun. 2020.

FIGUEIREDO, L. C. M. **Matrizes do pensamento psicológico**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

FREITAS, J. L. A Noção de Estrutura na Gestaltpsychologie e na Epistemologia Genética: usos e implicações para a psicologia. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 31, n. 4, p. 443-449, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-37722015042414443449>. Acesso em: 15 jun. 2020.

FROHNE, I. Musicoterapia na educação social e na psiquiatria. *In*: RUUD, E. (Org.). **Música e Saúde**. Trad.: V. B. Wrobel, G. P. Camargo e M. Goldfeder. São Paulo: Summus, 1991. p. 35-56.

GESTALT. *In*: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>. Acesso em: 9 abr. 2017.

HOLANDA, A. F. Elementos de epistemologia da Gestalt-terapia. *In*: HOLANDA, A. F.; FARIA, N. J. (Orgs.). **Gestalt-terapia e contemporaneidade**: contribuições para uma construção epistemológica da teoria e da prática gestáltica. Campinas, SP: Livro Pleno, 2005. p. 21-53.

HOLANDA, A. F.; KARWOWSKI, S. L. Produção acadêmica em Gestalt-terapia no Brasil: análise de mestrados e doutorados. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 24, n. 2, p. 60-71, 2004. Disponível em: <http://ref.scielo.org/qxqrqc>. Acesso em: 15 jun. 2020.

JULIANO, J. C. Gestalt-Terapia: revisitando as nossas estórias. **Revista de Gestalt**, v. 2, n. 2, p. 7-21, 1992.

KNIGHTS JR., W. A. **Pastoral Counseling: a Gestalt approach**. New York: Routledge, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9781315809083>. Acesso em: 15 jun. 2020.

MOREIRA, V. A Gestalt-terapia e a Abordagem Centrada na Pessoa são enfoques fenomenológicos? **Revista da Abordagem Gestáltica**, v. 15, n. 1, p. 3-12, 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672009000100002&lng=pt&tng=pt. Acesso em: 7 nov. 2016.

NASCIMENTO, L. C. S. Gestalt-musicoterapia no Brasil: explorando o campo. **Revista da Abordagem Gestáltica**, Goiânia, v. 26, n. 1, p. 53-62, jan./abr. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18065/RAG.2020v26n1.5>. Acesso em: 15 jun. 2020.

NASCIMENTO, L. C. S. **Gestalt-terapeutas do Brasil: formação e identidade**. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/37241>. Acesso em: 15 jun. 2020.

PERLS, F. **A abordagem gestáltica e testemunha ocular da terapia**. São Paulo: LTC, 1988.

PERLS, L. Concepts and Misconceptions of Gestalt Therapy. **Journal of Humanistic Psychology**, v. 32, n. 3, p. 50-56, 1992b. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0022167892323004>. Acesso em: 15 jun. 2020.

PERLS, L. From ground to figure. [Entrevista cedida a] Janine M. Bernard. **Journal of Counseling and Development**, v. 4, Feb. 1986. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/j.1556-6676.1986.tb01136.x>. Acesso em: 15 jun. 2020.

PERLS, L. **Living at the boundary**. Gouldsboro, Maine: The Gestalt Journal Press, 1992a.

RESNICK, R. W. **New Contemporary Gestalt Therapy Demonstration Films** [Entrevista]. Los Angeles, California: GATLA, 2016. Disponível em: <https://vimeo.com/ondemand/gestaltfilms>. Acesso em: 15 jun. 2020.

RIBEIRO, J. P. **Refazendo um caminho**. 8. ed. São Paulo: Summus, 2012.

SCHIPANI, D. **O caminho da sabedoria no aconselhamento pastoral**. Trad.: P. Tornquist. São Leopoldo: Sinodal, 2004. Título original: The way of wisdom in pastoral counseling.

SILVA, C. R. E. Orientação profissional, mentoring, coaching e counseling: algumas singularidades e similaridades em práticas. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 11, n. 2, p. 299-309, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902010000200014. Acesso em: 15 jun. 2020.

STEVENS, J. **Isto é gestalt**. São Paulo: Summus, 1977.

TELLEGEN, T. A. Elementos de Psicoterapia Gestáltica. **Boletim de Psicologia**, v. 24, n. 64, p. 27-42, 1972.

TORRES, M. M. **Musicoterapia gestaltica**: proceso sonórico. Passo Fundo: Mandala, 2009.

WHEELER, B. L. The relationships between music therapy and theories of psychotherapy. **Music Therapy**, v. 1, n. 1, p. 9-16, 1981.

WYSONG, J. Retelling the story: an unrevised history. *In*: WYSONG, J. (Ed.). **Isadore From**: Retelling the Story. Gouldsboro, Maine: The Gestalt Journal Press, 2011.

A COMUNICAÇÃO DIALÓGICA NO MANEJO COM CASAIS EM GESTALT-TERAPIA

Kamilly Souza do Vale¹

Ao pensar sobre a possibilidade de relacionamento, cada um deveria se fazer a seguinte pergunta: Você crê que seria capaz de conversar com prazer com esta pessoa até sua velhice? Tudo o mais no casamento é transitório, mas as relações que desafiam o tempo são aquelas construídas sobre a arte de conversar

Friedrich Nietzsche

Os sentidos que norteiam o desejo de pesquisar relacionamentos conjugais resultam de uma preocupação profissional em alcançar modos de intervenções que rompem com a dimensão dicotômica de compreender esse fenômeno, bem como da relevância social, diante de várias alterações nos cenários que compõem a conjugalidade. Dentre outros estranhamentos, a ausência de cuidado tem reduzido a comunicação íntima entre os casais, podendo acionar práticas relacionais de violência (em várias modalidades) por ambos os cônjuges.

Parte dos achados discutidos neste capítulo são resultantes da pesquisa de doutorado realizada no período de 2014 a 2018, no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA), sob a orientação da professora Adelma Pimentel. A tese versou acerca de uma intervenção gestáltica para manejo de atendimento a casais em situação de violência conjugal. Os pontos analisados foram o cotidiano da união; as expectativas de cada um antes do casamento; os conflitos e o modo de sua resolução; a relação do casal com os filhos, com suas famílias de origem; e, principalmente, o motivo pelo qual se mantinham casados.

As informações cotidianas relatadas na imprensa escrita ou televisada, nas mídias sociais e os dados alarmantes de altos índices de violência conjugal me atravessaram e atravessam como mulher e profissional e impulsionam meu desejo de oferecer, por meio da minha prática e estudos, reflexões e estilos de intervir, a partir da Gestalt-terapia, com o objetivo de colaborar com questões que envolvam os conflitos conjugais. Registro que não tenho a pretensão utópica de que o debate e as intervenções apresentadas aqui deem conta total da complexidade do fenômeno e tenho clareza da necessidade de que tais reflexões aconteçam em diferentes campos de atuação.

1. Gestalt-terapeuta. Psicóloga (CRP 10/02310). Doutora em Psicologia (Universidade Federal do Pará). Professora, supervisora clínica e coordenadora do Grupo de Estudos em Gestalt-terapia (GEGT-Belém)

Considero insuficiente a crença de que é possível compreender a dinâmica de um casal apenas a partir de características ou informações individuais de cada um de seus membros, sendo fundamental compreendê-la a partir do modo de funcionamento que é específica para cada relação. Dessa forma, faço uso dos estudos de gênero e do aporte teórico da Gestalt-terapia para tecer reflexões direcionadas à comunicação dialógica como uma das ferramentas possíveis no trabalho psicoterapêutico com casais.

1 | OS IMPACTOS DAS QUESTÕES DE GÊNERO NAS RELAÇÕES CONJUGAIS

Ao refletir sobre os aspectos que englobam a relação conjugal, é fundamental compreender inicialmente o modo como os processos de subjetivação “masculina” e “feminina” são construídos socialmente, bem como incluir a noção de que a conjugalidade requer o encontro de duas pessoas (fazendo o recorte do modelo monogâmico) e se configura como um lugar de construção de sentimentos, expectativas e idealizações. Para Zinker (2001, p. 75), o “casal é uma unidade social, cultural e econômica da comunidade”.

Pondaag (2009) refere que a maneira como as mulheres são socializadas perpassa pela transmissão de atitudes e valores atribuídos à maternidade, como, por exemplo, o cuidado ao outro. Em contrapartida, para os homens, a orientação é dirigida ao reconhecimento e desenvolvimento de um lugar de poder.

Destacamos o papel fundamental da mídia como uma tecnologia de gênero que gera e propaga os sentidos determinantes e representações sociais diferenciadas da forma como os gêneros – feminino e masculino – são vistos pelos indivíduos. A disseminação em massa e o contato excessivo com tais tecnologias, como filmes, músicas, publicidade etc. provoca um impacto que repercute na sociedade descontinuidades, fragmentações, rupturas e deslocamentos, tornando-se primordial que novos modos sejam apresentados e construídos (LAURETTIS, 1994; GHILARD-LUCENA, 2008; MONTEIRO; ZANELLO, 2014).

Integro a esta reflexão a importância do papel da família como fundamental na transmissão de valores e normas culturais. É na família que são ensinados papéis aprovados culturalmente, reforçando estereótipos e reagindo a eles através de expectativas para ambos, produzindo, assim, o garoto/homem e a menina/mulher (GOODRICH, 1990).

Na tentativa de desconstrução de processos binários que reproduzem atitudes essencialmente femininas ou masculinas, as teorias feministas buscam arregimentar um conjunto de práticas e atores em favor da igualdade política e de direitos entre homens e mulheres, reivindicando, por exemplo, direito ao voto, ao livre exercício de atividades laborais, bem como reformular a organização da sociedade patriarcal, oportunizando um novo olhar sobre a mulher e mudanças no paradigma familiar (VALE, 2018).

O termo *papéis de gênero* foi proposto por John Money em meados de 1955, contudo, o conceito trazia uma conotação “essencialista”, que avançava na diferenciação sexo-gênero, mas, se detinha na problemática de homens e mulheres brancos. Robert

Stoller (1968) iniciou estudos sobre subjetividade, dando início a pesquisas que incluíram as diferenciações sexo, gênero, raça e classe, levando em consideração o multiculturalismo e a não universalidade dos sujeitos (PIMENTEL *et al.*, 2010).

A ideia de *engendramento* proposta Lauretis (1994) permite pensar gênero como relações de/entre sujeitos engendrados, além de acercar-se da multiplicidade, do contraditório, do complexo e heterogêneo. Para essa autora, as mulheres se situam tanto dentro quanto fora do gênero ao mesmo tempo, dentro e fora da representação. Partindo dessa premissa, considero fundamental incluir os estudos das “masculinidades” para fortalecer o debate aqui apresentado. Tais reflexões se inserem numa tentativa de favorecer questionamentos e romper com teses essencialistas e universais de que a mulher teria uma “natureza” e seria subjugada ao homem.

Para Braz (2005), o processo de subjetivação masculina se constrói alicerçada na complexidade das culturas que criticam e estimulam a manutenção das desigualdades intra e entre gêneros, pautando-se na força, no domínio e no machismo, o que se configura como uma masculinidade hegemônica (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013; GROSSI, 2004; WELZER-LANG, 2001), vista como uma oposição ao feminino e uma universalização dominante nas relações entre homens e mulheres.

Corroboro com a premissa proposta por Heilborn e Carrara (1998), de que homens podem vivenciar a diversidade nas “masculinidades”. Tal conceito possibilita uma análise mais integradora do processo de constituição da subjetividade do indivíduo.

Para a Gestalt-terapia, a concepção de gênero está alinhada ao entendimento de que homens e mulheres são construídos culturalmente, inseridos num campo existencial e de que precisam ser compreendidos a partir de uma dimensão holística e não binária (ROCHA, 2005; VALE, 2018).

Ressalto que, mesmo com várias conquistas dos movimentos feministas, ainda nos deparamos, no Brasil, com desigualdades de gênero marcantes, que suscitam as diferenças na tentativa de formar sujeitos desiguais (PASSOS, 2008). Desse modo, as relações conjugais precisam enfrentar esses desafios, na tentativa de se manterem como um dos arranjos possíveis, permanecendo alguns valores tradicionais simultaneamente com as mudanças e as transformações apontadas.

Ao fazer um apanhado histórico do modo como as relações conjugais foram construídas, Féres-Carneiro, Ponciano e Magalhães (2007) localizam que, nos séculos XVI e XVII, o marido tinha um papel bem definido e ocupava uma posição de superioridade, sendo o responsável por todas as deliberações que permeavam a vida a dois. Essa definição de papéis era bem demarcada e diferenciada: o homem provedor do lar e a mulher responsável pela casa e pelos cuidados com os filhos. Os casamentos eram arranjos que levavam em conta as heranças e as linhagens familiares.

É a partir do século XVIII que os sentimentos passam a ser valorizados em detrimento dos aspectos financeiros e/ou dos desejos impostos pelos pais, sendo apenas no século

XIX que o amor conjugal se torna um atributo valorizado e é incorporado à conjugalidade (FÉRES-CARNEIRO; PONCIANO; MAGALHÃES, 2007).

O casamento por livre escolha, por amor, é uma possibilidade que só aparece com a transformação do mundo tradicional em capitalista. Surge em circunstâncias nas quais a família se constitui em unidades distintas das unidades econômicas que eram (D'NICAIO, 1996, p. 67).

Contudo, vale ressaltar que, até a década de 1970, o marido ainda se mantinha como o chefe da família e detinha total poder, sendo os bens da mulher ainda administrados por ele, e, ainda hoje, é possível encontrar modelos conjugais alicerçados sob esta égide.

Em adição, Féres-Carneiro (1998) e Jablonski (1998) apontam que o desejo de encontrar alguém para vivenciar uma relação conjugal e a forma como se mantém os laços afetivos são influenciados pelas informações que os indivíduos recebem durante toda sua vida, aliadas aos contextos socioculturais em que vivem, podendo significar, também, uma busca de reconhecimento e valorização social.

Para Trigo (1989), a expressão do amor pelo indivíduo está intimamente relacionada à cultura de cada época, ao grupo social no qual está inserido, sendo perceptível através da palavra e das imagens oferecidas por essa cultura.

O convívio grupal é regido por normas que visam estabelecer os papéis e as relações sociais, visto que é nos vínculos e nos grupos que os indivíduos percebem-se fazendo parte de uma sociedade, sentem que existem e constituem sua identidade.

Desse modo, um novo sentido é vivenciado nas relações conjugais em virtude da proximidade, intimidade e do intenso envolvimento afetivo, no qual a satisfação sexual, o prazer e o amor são pontos fundamentais para a constituição do relacionamento.

Para Mello (2005), duas características marcam a construção da família conjugal moderna. A primeira refere-se à afirmação da individualidade dos sujeitos na escolha de seus cônjuges, levando em conta os ideais do amor romântico; e a segunda seria uma maior independência dos novos casais em relação à sua família de origem.

Outro fator observado é o paradoxo entre a necessidade de estar com o outro e o desejo de preservar a individualidade, fenômeno bastante estudado nas pesquisas sobre o casamento (FÉRES-CARNEIRO; PONCIANO; MAGALHÃES, 2007; JABLONSKI, 1998; SILVEIRA, 1998).

Segundo Cardella (2009), tal paradoxo é o grande desafio da conjugalidade na atualidade, já que o senso de separação possibilita o senso de união e vice-versa. Refere que é comum na contemporaneidade os casais vivenciarem uma ansiedade entre a vida a dois e seus desejos individuais.

A forma como cada um lida com as diferenças do outro e com os conflitos oriundos da relação depende da história de vida dos mesmos, visto que os modos de passar por essa experiência podem se configurar como uma escolha saudável ou não saudável.

As pesquisas na área da conjugalidade já apontam, há algum tempo, para a

necessidade de mulheres e homens reconfigurarem suas relações, tanto em termos objetivos quanto subjetivos. O cenário configura-se com grandes modificações de valores, de comportamentos e de identidades, desencadeando novos tipos de relacionamentos, muito mais efêmeros, frágeis, superficiais, ausentes de cuidado ao outro, e que podem incluir a violência (FRAZÃO; ROCHA, 2005; LINO, 2009; VALE; PIMENTEL, 2012).

É fato que, a despeito do que ocorre no namoro, durante o casamento, acontecem mudanças na relação, dentre as quais: a dificuldade de corresponder às expectativas do outro; a desconstrução das idealizações sobre a vida conjugal; as demandas geradas com a chegada dos filhos; e a comunicação estabelecida entre o casal, que tende a mudar, à medida que novos papéis são inseridos na vida de ambos (VALE, 2011).

Diante desse contexto, a dinâmica familiar, com toda a complexidade inerente às relações humanas, reverbera na maneira como seus membros interagem. A inclusão de todas essas demandas e expectativas que envolvem morar juntos, incluindo as limitações e inabilidades de cada um, exige um esforço daqueles que compõem os laços conjugais (FALCETO; VALDEMAR, 2001; LINO, 2009). Essas expectativas são comuns, mas, são permeadas por uma idealização excessiva, configurando-se como uma demanda inalcançável, o que sobrecarrega e desgasta a relação. A organização de todas essas necessidades requer mudanças.

Diante dos cenários apresentados, pensar a conjugalidade e o casal na contemporaneidade requer a compreensão da importância de ambos construírem um projeto conjugal comum, sem a necessidade de anulação do outro e/ou de que este seja detentor de suas idealizações e expectativas, já que “a intimidade transcende as complementaridades, as competições pelo poder, os idealismos, as insatisfações, a autossuficiência, as dependências e o individualismo” (CARDELLA, 2009, p. 42).

2 | O MANEJO CLÍNICO COM CASAIS EM GESTALT-TERAPIA

Minha atuação clínica enquanto Gestalt-terapeuta encontra ecos em uma prática que engloba aspectos contextualizados na dimensão política, social e feminista. Dar suporte, orientação e buscar ressignificar o potencial daqueles que vivenciam o sofrimento psíquico é o objetivo principal da clínica que exerço. Empoderar mulheres e homens em suas relações, favorecendo aspectos de autocuidado e cuidado ao outro, confirmando-se enquanto pessoa, reconhecendo-se e, assim, reconhecendo o outro é mote fundamental do meu trabalho.

A Gestalt-terapia tem como princípio básico suscitar a reflexão sobre as coisas que estão dadas, ou seja, aquilo que é concebido como natural e imutável, compreendendo o sujeito como criativo e capaz de fazer modificações em sua relação com o meio (MESQUITA, 2011). Esta abordagem se insere no campo das psicoterapias humanistas, fazendo parte da chamada “terceira força” das linhas psicológicas, surgida nos anos 1950.

Com uma proposta diferenciada das práticas psicoterapêuticas vigentes na época, a teoria, inicialmente pensada por Fritz Perls, traz como enfoque inovador para o período a noção de campo (NASCIMENTO; VALE, 2013).

Entende-se por campo “uma totalidade de fatos existentes, que são concebidos como mutuamente interdependentes” (LEWIN, 1965, p. 269), onde a inter-relação que ocorre no meio permite a construção e a modificação do mesmo como um todo, no sentido de uma dinâmica entre as partes deste e o campo que as constituem, haja vista que “o sentido das coisas está na totalidade da coisa, na medida em que são percebidas pela nossa consciência” (RIBEIRO, 2006, p. 85).

Nos últimos anos, pesquisas vêm sendo realizadas, contribuindo com a atualização teórica e metodológica da abordagem gestáltica (ALVIM; CASTRO, 2015; HOLANDA, 2012; ROBINE, 2006). Os autores integram o uso da teoria da complexidade (MORIN, 2011) como propostas de reconfiguração dos conceitos de alteridade, cuidado e subjetividade.

Um dos resultados da abordagem da complexidade é que os sujeitos, ao buscarem a clínica (seja ela no âmbito privado ou no âmbito público), trazem, de certa forma, um desafio ao psicoterapeuta, que precisa estar presente nesta relação, valorizando o aprendizado de estar com o outro, caminhando no sentido do crescimento enquanto pessoa e entendendo que estamos em constante construção diante de escolhas (CARDELLA, 2014; FARIA, 2014), para, além disso, ter clareza de que, ao fundamentar a prática considerando a epistemologia de campo, estamos implicados nesse processo. Robine (2015, p. 118) aponta que...

Cada interação é, portanto, um fechamento progressivo ao mesmo tempo em que é uma abertura as possibilidades. Nossa responsabilidade de terapeutas se impõe, portanto, na escolha das palavras e das representações que manejamos na relação, na escolha da lógica, ainda que implícita, que organiza nosso pensamento e nossas respostas.

Essa atuação inclui não apenas a utilização de técnicas, mas, o aprimoramento do autoconhecimento do próprio terapeuta em sua psicoterapia e, principalmente, uma concepção de clínica engajada, constituindo-se enquanto um lugar de experimentação do vínculo e do pertencimento, onde ambos implicam-se no processo e buscam um diálogo transformador (ALVIM; CASTRO, 2015; ROBINE, 2015).

Através da experiência vivenciada pelo sujeito, a criatividade do psicoterapeuta contribui para o desenvolvimento do manejo, já que, desde o início do processo, é possível estabelecer um vínculo, cabendo ao psicólogo ampliar seus conhecimentos e abrir possibilidades de atuação, a partir da demanda trazida pela pessoa. A Gestalt-terapia permite ao psicoterapeuta trabalhar livremente sua criatividade, pautando sua atuação na ética e levando em consideração que o contato com a pessoa se dá no entendimento de que ambos (psicoterapeuta e cliente) são sujeitos que compõem uma relação (ZINKER, 2007; LIMA, 2009).

Para além do uso da criatividade como recurso de atuação clínica, compreendo que o objetivo do ato terapêutico é reintegrar o potencial criativo do sujeito. Robine (2006, p. 38) revela que, como psicoterapeuta, importa “[...] restaurar a capacidade criativa do indivíduo, ou seja, a capacidade de criar sua vida como se estivesse criando uma obra de arte, mais do que criar um sintoma ou um sofrimento”.

Assim, pensar a clínica na contemporaneidade é romper com a lógica biomédica dominante que engessa a prática psicoterapêutica, afastando-se do enfoque individual, solipsista e voltado unicamente para análises patologizantes. É necessário realizar uma clínica que leve em consideração o social e os aspectos mais concretos da situação humana, provocando uma ação transformadora (ALVIM; CASTRO, 2015; PIMENTEL, 2011; ROBINE, 2015).

O manejo clínico está presente em diversas modalidades de atuação da prática psicoterapêutica com intervenções específicas, dentre elas: o plantão psicológico, aconselhamento, psicoterapia de curta duração, orientação psicológica *online* e grupos.

Na busca por referencial de atuações voltadas para família, casal e grupos, Silveira (2005, 2016) aponta a perspectiva de a intervenção ser sustentada sob o viés gestáltico, sem a necessidade da correlação com o ponto de vista teórico da abordagem sistêmica (TELLEGEN, 1984).

Conceitos como Campo Organismo/Meio, Gestalt, Totalidade, Contato, Fronteiras de Contato, Ajustamento Criativo, Situação Inacabada, entre outros oferecem os recursos necessários para sustentar o trabalho terapêutico com casais e com famílias. Ademais, a utilização do método fenomenológico destacando a importância da experiência presente facilita que a família ou o casal experimente no setting terapêutico suas possibilidades e seus entraves (SILVEIRA, 2005, p. 4).

Corroboramos com a proposta de Silveira (2016), visto que os conceitos gestálticos, claramente, são formas de compreender e dar suporte ao trabalho de psicoterapia com casais. Assim, para a construção do manejo clínico, faço uso da noção de campo, de contato (fronteiras de contato e evitações) e *awareness* como aporte para a fundamentação da atuação clínica.

O processo psicoterapêutico com casais requer intervenções fundamentadas no entendimento da totalidade que envolve a dinâmica das relações, favorecendo o surgimento da resolução de situações inacabadas que geram tensão na relação dos membros. Sob a perspectiva de Pimentel (2011, p. 67), a psicoterapia breve com casais...

[...] é um dos procedimentos que integram o processo permanente de socialização secundária, isto é uma ferramenta de que a clínica social engajada dispõe para reconstruir as relações de gênero e intragênero com novos signos positivos, que transcendam o masculino e o patriarcado.

Para tal, é necessário possibilitar a percepção dos aspectos nos quais há contato,

conjuntamente à tomada de consciência das evitações, bloqueios e resistências, para que possam buscar novas formas de atuação no campo, atualizando a forma repetida e obsoleta de relacionar-se (SILVEIRA, 2007).

Na modalidade de psicoterapia breve, é fundamental estar atento para aquilo que acontece na experiência imediata, principalmente, da relação que está sendo construída de forma clara e direta, percebendo o suporte interno do sujeito para vivenciar situações que possivelmente emerjam enquanto figura (RIBEIRO, 1999; PINTO, 2009). Segundo Pinto (2009), os objetivos da psicoterapia breve são: retomar o equilíbrio pré-existente; superar crise recente e sintomas; facilitar mudanças; melhorar o diálogo “eu-mim”; e ampliar o campo de consciência.

No caso específico do trabalho com casais, é importante dar atenção para aquilo que funciona para cada casal e quais os modos de se relacionar entre ambos. Para tal, é importante inicialmente ouvir livremente aos mesmos. Como afirma Zinker (2007, p. 187) acerca da postura do clínico diante do casal, “como terapeutas, precisamos observar e ouvir por tempo suficiente e experienciar o que está acontecendo com o casal para podermos obter dados suficientes sobre o seu processo e criar intervenções apropriadas ao seu dilema”.

Durante o manejo, utilizo recursos para, em alguns momentos, facilitar o processo de percepção dos casais e de tomada de consciência dos mesmos. Em Gestalt-terapia, tais recursos são nomeados como “experimentos” e não se resumem a um amontoado de técnicas a serem aplicadas por si sós; pelo contrário, os experimentos surgem na relação, sendo a vivência deles uma oportunidade nova, um evento novo, não só para a pessoa que o realiza, como, também, para o psicoterapeuta (ZINKER, 2007). Pode ser algo desenvolvido durante a interação, como dramatização, pintura, mudança de papéis, caixa de areia, colagem, linha da vida do relacionamento conjugal..., ou a utilização de um instrumento, como um filme, um texto, um vídeo, imagens etc.

O ponto fundamental é que a tarefa não seja previamente pensada e uma obrigatoriedade a ser cumprida, sendo apenas um pretexto para a realização da mesma e a chance de entrar em contato com o novo. O importante é focar no que pode, em alguns momentos, impedir a realização da tarefa (PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1951) – ou seja, o modo como as pessoas a realizam, o que sentem ao realiza-las, quais as mobilizações que surgem no decorrer desse processo e, principalmente, qual aprendizado tiram da vivência dessa situação.

Zinker (2007, p. 141) afirma sobre o experimento que este é “[...] a pedra angular do aprendizado experiencial. Ele transforma o falar em fazer, as recordações estéreis e as teorizações em estar plenamente presente aqui, com a totalidade da imaginação, da energia e da excitação”. A realização do experimento favorece que a pessoa se explore de forma ativa, conduzindo a experiência, sem julgamentos ou racionalizações, já que tal situação oportuniza o contato com o sentir.

Desse modo, compreendo que a psicoterapia gestáltica com casais é uma estratégia que beneficia a compreensão do campo afetivo de homens e mulheres que vivenciam relacionamentos conjugais (ou não). Assim, num fluxo contínuo de movimento, já que as subjetividades são construídas, não estáticas e transformam-se, a comunicação estabelecida entre o casal se configura como um fator fundamental para a facilitação dos processos que envolvem a dinâmica conjugal.

3 | A COMUNICAÇÃO DIALÓGICA NAS RELAÇÕES CONJUGAIS

Acerca da comunicação, Ultramari (2009) marca a importância que tal ação desempenha nas relações conjugais, que é o revelar-se ao outro. Esta exposição faz com que se nutra a confiança entre as pessoas, entretanto, ao mesmo tempo em que aproxima, a comunicação pode ser usada como ferramenta de afastamento do casal, através de palavras, gestos ou expressões.

Compreendo que as diferenças e conflitos precisam ser cotidianamente dialogados para evitar que se transformem num abismo intransponível entre os parceiros. É consenso entre autores (FALCETO; VALDEMAR, 2001; DINIZ, 2009, CARDELLA, 2009) que, no momento das crises conjugais, é fundamental o uso de estratégias funcionais de comunicação e negociação para a resolução de conflitos. Sobre esse aspecto, Cardella (2009, p. 57) pontua que...

Alguns casais se comunicam muito bem sexualmente, mas têm dificuldades em se fazer compreender quando conversam e se defrontam com diferenças. Outros sabem conversar por horas a fio, mas seus tabus e conflitos sexuais os impedem de se entregar nessa dimensão da relação.

Desse modo, assinalo que não considero apenas a palavra falada como comunicação, e sim, um conjunto de atitudes que, somado à verbalização, configuram esse conceito; são elas: as ações, os olhares, o que não é dito e a capacidade ou não de escuta ao outro, o cuidado e a horizontalidade no diálogo.

No entanto, as relações atuais, de um modo geral, tendem a não valorizar a escuta. Em minha prática clínica, observo esta como a maior dificuldade entre os casais, sendo que a variabilidade de interferências e de distorções aumenta em virtude do significado pessoal que é dado, tanto por quem comunica quanto por quem recebe a comunicação.

Dialogando com essa perspectiva, Ribeiro (2013) revela outras formas de interferência que podem ocorrer através da incoerência entre a palavra comunicada e a expressão, gesto ou atitude, ou quando a pessoa só se utiliza de sua percepção, não levando em consideração o sentido do outro, tornando uma via unilateral e fragmentada. Outra ingerência geralmente se dá quando a pessoa que comunica vivenciou sensações ansiogênicas em relação à expressão de sua forma de pensar e sentir, visto que, no ato de comunicar, nos deparamos, com o risco da não aceitação e do abandono.

Para Zinker (2001), o acúmulo de situações não esclarecidas e não ditas tendem a provocar a sensação de insatisfação, o que ocasiona um fechamento ao diálogo e interrompe a comunicação saudável entre o casal. Nesse contexto, a chance de alcançar um diálogo satisfatório está comprometida e se torna um paradoxo: de um lado, há o medo da não-aceitação, e, de outro, o descontentamento da expressão não espontânea, remetendo a ressentimentos, frustrações e desilusões.

Ressalto a importância da flexibilidade dos limites estabelecidos para que haja espaço para uma comunicação entre ambos. Como diz Cardella (2009, p. 47), “Relações lapidam nossas potencialidades para transformá-las em realizações e capacidades. É no atrito, no conflito, no confronto com a diferença que tal lapidação se dá”.

Em Gestalt-terapia, o conflito é aquilo que causa uma mobilização no campo e impede a emergência de uma figura seguinte nítida e vívida. Dialogando com a temática, acredita-se que este impedimento se dá quando há uma rigidez na fronteira, a qual gera uma barreira no fluxo de interação entre o casal (PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1997).

Estudando relações entre a violência psicológica que ocorre entre casais, praticada por meio da linguagem verbal, e a intervenção psicoterapêutica breve, Pimentel (2011) usa o verbo desestruturar enquanto elemento motivacional, energia para encarar as divergências entre os sujeitos; a satisfação de necessidades básicas (amar, alimentar, dormir etc.) e ir além de uma educação pautada em dualismos.

Para a análise de relações afetivas, criativas ou adoecidas, consideramos que a filosofia do diálogo encontrada na obra EU-TU de Buber (1981) pode nos oferecer algumas pistas. Para o autor, a relação humana pode ser fundamentada em duas atitudes: a dimensão Eu-Tu e a Eu-Isso. Duas formas que permitem encontrar o outro na relação de maneiras diferenciadas e complementares, sendo a primeira permeada pelo respeito à singularidade do outro em sua realidade existencial e realizada no encontro; e a segunda, entendida como uma relação na qual o outro é percebido como um meio para alcançar um objetivo, um fim.

A alternância rítmica dessas dimensões compõe a expressão da intersubjetividade, cuja fundamentação é o diálogo (HYCNER, 1995). Buber (1981, p. 53) afirma que há três formas de diálogo: 1) o autêntico, em que cada um se volta com a intenção de estabelecer uma reciprocidade viva; 2) o técnico, movido unicamente pelo entendimento objetivo; e 3) o monólogo, disfarçado de diálogo, em que cada um fala consigo mesmo. Geralmente, no início do processo psicoterapêutico com casais, é possível perceber que os casais realizam o monólogo ao invés do diálogo.

Uma consequência das reflexões buberianas para a *ressignificação* das interações entre homens e mulheres é configurar a superação da assimetria sexual, que marca as relações de gênero.

Para alcance de tais objetivos, faço uso de recursos básicos de trabalho com

grupos em Gestalt-terapia, propostos por Zinker (2007) e que são também utilizados no manejo com casais para colaborar com uma comunicação mais fluída. São eles: 1) falar em primeira pessoa (para evitar generalizações); 2) responsabilizar-se por si; 3) compartilhar a experiência vivenciada no aqui-agora ao estar no grupo ou no encontro com o outro (sentimentos, sensações e percepções presentes); 4) solicitar que fale diretamente com a pessoa a quem se dirige; 5) escutar a experiência do(s) outro(s) sem tecer interpretações e relações causais; 6) fazer afirmações no lugar de perguntas; e 7) respeitar o espaço psicológico do(s) outro(s) (p. 186).

Tais atitudes são motes para a compreensão de uma comunicação dialógica proposta por Freire (1971), ao afirmar que, para haver comunicação, é necessário reciprocidade, não passividade entre ambos, e o diálogo como aquilo que caracteriza a comunicação. Lima (2001, p. 1) explica tal conceito:

Freire recorre à raiz semântica da palavra comunicação e nela inclui a dimensão política da igualdade, a ausência de dominação. Para ele, comunicação implica um diálogo entre sujeitos mediados pelo objeto de conhecimento que por sua vez decorre da experiência e do trabalho cotidiano. Ao restringir a comunicação a uma relação entre sujeitos, necessariamente iguais, toda “relação de poder” fica excluída. O próprio conhecimento gerado pelo diálogo comunicativo só será verdadeiro e autêntico quando comprometido com a justiça e a transformação social. A comunicação passa a ser, portanto, por definição, dialógica, vale dizer, de “mão dupla”, contemplando, ao mesmo tempo, o direito de ser informado e o direito à plena liberdade de expressão.

A premissa da comunicação dialógica proposta integra os conceitos apresentados ao longo deste capítulo. As reflexões de gênero e a fundamentação proposta pela Gestalt-terapia, que debatem a necessidade de as relações serem vivenciadas a partir de uma supressão de práticas de dominação e poder entre os pares.

São comuns as queixas que envolvem a inabilidade dos casais em lidar com as expectativas e o desejo de que um dos pares aja de acordo com o que esperam a partir de sua experiência pessoal. Geralmente, observa-se que os conflitos conjugais acontecem pela ausência do diálogo e o que os modos diferentes de existir, não respeitando a forma de expressão de cada um, dificultam a convivência entre ambos.

Shotter (2017) revela que, na ausência de momentos compartilhados em uma situação específica, não se pode esperar que haja uma compreensão mútua e precisa do que está sendo comunicado. Aponta que o compartilhamento vivenciado na comunicação proporciona a sensação “terreno comum” entre os sujeitos.

O reconhecimento da pessoa como um sujeito de direitos e com necessidades individuais é fundamental para a ampliação e construção de relações conjugais que incluam o cuidado, o afeto, a escuta e, conseqüentemente, uma melhora na comunicação. Freire (1971) revela a reciprocidade como forma de promover uma comunicação onde não haja passividade entre ambos, nem relações de poder, configurando-se como uma comunicação

pautada na horizontalidade entre aqueles que se comunicam.

Desse modo, a comunicação dialógica rompe com o entendimento de que a comunicação é apenas oral e se dá como um processo de transmissão de informação. Comunicar-se dialogicamente é incluir a espontaneidade, a vivacidade, a bi-direcionalidade e a percepção ativa do modo como meu corpo reage a interação com o outro (SHOTTER, 2017).

Tal proposição está em consonância com a perspectiva de Zinker (2001), ao reconhecer que as pessoas conseguem comunicar melhor o que sentem quando confiam na maneira como o outro irá receber o que será dito. A fala autêntica pode gerar maior intimidade entre o casal, em virtude de expressar as necessidades mais íntimas acerca do relacionamento. Assim, a partir de uma postura dialógica e das atitudes fundamentais do Gestalt-terapeuta, possibilita-se ao casal que vivencie novas formas de interação individualmente, com o outro e com o mundo, de forma a criar um ajustamento criativo saudável diante das situações vivenciadas e a ética do cuidado ao outro, criando vínculos entre si, sentimentos de solidariedade, a homeostase para ambos e gerando implicações no contexto social.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões debatidas ao longo deste capítulo apontam que as relações são marcadas pelos processos culturais, intersubjetivos e subjetivos; tais estão relacionados ao modo como a dinâmica conjugal se estabelece e, conseqüentemente, a possíveis formas naturalizantes de definir e vivenciar a conjugalidade.

Partindo desse contexto, visualiza-se que potencialidades e novas possibilidades se abrem para os relacionamentos, em geral, oportunizando o nascimento da autenticidade dos vínculos e da verdadeira parceria humana. Pode-se afirmar que, no casamento, mesmo com um nível alto de investimento, no qual o casal ainda busca a satisfação afetiva, sexual e emocional, o contrato pela tradição vem perdendo espaço, dando lugar a um contrato pela via do desejo de estar junto com o outro, no qual o afeto toma lugar. Portanto, colaborando com a emergência de elementos como o amor, a confiança, o diálogo e a escuta, e, conseqüentemente, uma interação dentro das relações de intimidade.

Conflitos e tensões podem ser vistos como chances para a mudança, pois evidenciam que algo não se ajusta, está fora da ordem, transborda os modelos. Diante disso, favorecer a comunicação dialógica entre os casais através de uma intervenção clínica gestáltica, podendo suscitar o contato com percepções e sentimentos associados ao grau de reconhecimento da responsabilidade pessoal e da díade pela dinâmica do casal.

Assim, ampliar a consciência de homens e mulheres, tanto na pesquisa como na clínica, não os vendo de maneira engessada ou fixada, suscitando-os a se perceberem fora desses papéis, conscientes do discurso cultural dominante e incluindo a atualização de tal

narrativa, contribui para os empoderar e para que assumam a responsabilidade por suas escolhas (PONDAAG, 2009).

Considero que a comunicação dialógica é uma das estratégias fundamentais para o alcance de interações mais horizontais dentro da conjugalidade, visto que a reciprocidade, a alteridade e o cuidado integram esse modo de dialogar e promove a aproximação entre os pares, abrindo espaço para a criação de um sentimento de confiança e parceria entre o casal.

REFERÊNCIAS

- ALVIM, M. B.; CASTRO, F. G. O que define uma clínica de situações contemporâneas?: apontamentos a partir de J. P. Sartre e M. Merleau-Ponty. *In*: ALVIM, M. B. (Org.). **Clínica de situações contemporâneas: fenomenologia e interdisciplinaridade**. Curitiba: Juruá, 2015. p. 15-47.
- BRAZ, M. A construção da subjetividade masculina e seu impacto sobre saúde do homem: reflexão sobre justiça distributiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 97-104, jan./mar. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n1/a10v10n1.pdf>. Acesso em: 8 set. 2017.
- BUBER, M. **Eu e Tu**. São Paulo: Cortez, 1981.
- CARDELLA, B. P. **Laços e nós: o amor e intimidade nas relações humanas**. São Paulo: Ágora, 2009.
- CARDELLA, B. P. Subjetividade e cuidado em Gestalt-terapia. *In*: NELY, A. G.; FARIA, N. J. (Org.). **Psicologia e saúde: reflexões humanistas**. Campinas: Alínea, 2014. p. 73-93.
- CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, jan./abr. 2013.
- DINIZ, N. O. Psicoterapia de casal: uma revisão sobre a eficácia e a eficiência terapêuticas. *In*: FÉRES-CARNEIRO (org.). **Casal e família: permanências e rupturas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009. p. 181-204.
- D'NICAO, M. A. **Sentimentos modernos**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- FALCETO, G. R; VALDEMAR, J. O. C. O ciclo vital da família. *In*: EIZIRIK, C. L. *et al.* **O ciclo da vida humana: uma perspectiva psicodinâmica**. Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 77-94.
- FERES-CARNEIRO, T. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Reflexão e Crítica**, n. 15, p. 379-394, 1998.
- FÉRES-CARNEIRO, T.; PONCIANO, E. L.; MAGALHÃES, A. S. Família e casal: da tradição à modernidade. *In*: CERVERY, O. M. C. (Org.). **Família em movimento**. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 23-35.
- FRAZÃO, L. M.; ROCHA, S. L. C. O. **Gestalt e gênero: configurações do masculino e feminino na contemporaneidade**. Campinas: Livro Pleno, 2005.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Prefácio de Jacques Chonchol. Trad.: Rosiska Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

GHILARD-LUCENA, M. I. Discurso e gênero: uma questão de identidade. In: GHILARDI-LUCENA, M. I.; OLIVEIRA, F. (Org.). **Representações do masculino**: mídia, literatura e sociedade. Campinas: Alínea, 2008. p. 13-20.

GOODRICH, T. J. *et al.* **Terapia feminista da família**. Porto Alegre: Artes médicas, 1990.

GROSSI, M. P. Masculinidades: uma revisão teórica. **Antropologia em Primeira Mão**, Florianópolis, n. 75, p. 4-37, 2004. Disponível em: <https://apm.ufsc.br/titulos-publicados/2004-2/>. Acesso em: 25 jul. 2020.

HEILBORN, M. L.; CARRARA, S. Dossiê Masculinidade: em cena, os homens... **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 270-421, 1998.

HOLANDA, A. F. Reflexões sobre o campo das psicoterapias: do esquecimento aos desafios contemporâneos. In: HOLANDA, A. **O campo das psicoterapias**: reflexões atuais. Curitiba: Juruá, 2012. p. 71-100.

HYCNER, R. **De pessoa a pessoa**: psicoterapia dialógica. São Paulo: Summus, 1995.

JABLONSKI, B. **Até que a vida nos separe**: a crise do casamento contemporâneo. Rio de Janeiro: Agir, 1998.

LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLANDA, H. B. (Org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LEWIN, K. **Teoria de campo em ciência social**. São Paulo: Pioneira, 1965.

LIMA, P. A criatividade na Gestalt-terapia. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 85-95, jan./jul. 2009.

LIMA, V. A. **Mídia, teoria e política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

LINO, M. V. A contemporaneidade e seu impacto nas relações familiares. **IGT na Rede**, v. 6, n. 10, p. 2-13, 2009. Disponível em: <http://www.igt.psc.br/ojs/viewissue.php?id=10>. Acesso em: 10 fev. 2020.

MELLO, L. **Novas famílias**: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MESQUITA, G. R. O aqui-e-agora na Gestalt-terapia: um diálogo com a sociologia da contemporaneidade. **Revista da Abordagem Gestáltica**, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 59-67, jan./jun. 2011.

MONTEIRO, C.; ZANELLO, V. Tecnologias de gênero e dispositivo amoroso nos filmes de animação da Disney. **Revista Feminismos**, v. 2, n. 3, p. 36-44, 2014. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30066>. Acesso em: 25 jun. 2020.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

NASCIMENTO, L. C. S.; VALE, K. S. Reflexões acerca do fazer ético na clínica gestáltica: um estudo exploratório. **Revista da Abordagem Gestáltica**, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 157-166, dez. 2013.

OLTRAMARI, L. C. Amor e conjugalidade na contemporaneidade: uma revisão de literatura. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 14, n. 4, p. 669-677, out./dez. 2009.

PASSOS, I. C. F. **Poder, normalização e violência**: incursões foucaultianas para a atualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PERLS, F. S.; HEFFERLINE, R.; GOODMAN, P. **Gestalt therapy**: excitement and growth in the human personality. Gouldsboro, Maine: The Gestalt Journal Press, 1951.

PERLS, F. S.; HEFFERLINE, R.; GOODMAN, P. **Gestalt-terapia**. Trad.: Fernando Rosa Ribeiro. São Paulo: Summus, 1997.

PIMENTEL, A. *et al.* Para além do claustro. *In*: PIMENTEL, A. *et al.* **Itinerários de pesquisas em psicologia**. Belém, PA: Amazônia Editora, 2010. p. 57-97.

PIMENTEL, A. **Violência psicológica conjugal**: pesquisa e intervenção. São Paulo: Summus, 2011.

PINTO, E. B. **Psicoterapia de curta duração na abordagem Gestáltica**: elementos para a prática clínica. São Paulo: Summus, 2009.

PONDAAG, M. C. M. **Sentidos da violência conjugal**: a perspectiva de casais. 2009. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.

RIBEIRO, J. P. **Gestalt-terapia de curta duração**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1999.

RIBEIRO, J. P. **Psicoterapia**: teorias e técnicas psicoterápicas. São Paulo: Summus, 2013.

RIBEIRO, J. P. **Vade-Mecum de Gestalt-terapia**: conceitos básicos. São Paulo: Summus, 2006.

ROBINE, J. M. Mudança social começa a dois e implicações sociais da Gestalt-terapia. *In*: ALVIM, M. B. (Org.). **Clínica de situações contemporâneas**: fenomenologia e interdisciplinaridade. Curitiba: Juruá, 2015. p. 115-134.

ROBINE, J. M. **O self desdobrado**: perspectiva de campo em Gestalt-terapia. São Paulo: Summus, 2006.

ROCHA, S. L. C. O. Gestalt e relações de gênero: a emergência de novas masculinidades e feminilidades nos modos de ser homem e mulher hoje. *In*: FRAZÃO, L. M.; ROCHA, S. L. C. O. **Gestalt e gênero**: configurações do masculino e feminino na contemporaneidade. Campinas: Livro Pleno, 2005. p. 205-243.

SHOTTER, J. Momentos de referência comum na comunicação dialógica: uma base para colaboração clara em contextos únicos. **Nova Perspectiva Sistêmica**, Rio de Janeiro, n. 57, p. 9-20, abr. 2017.

SILVEIRA, T. M. Caminhando na corda bamba: Gestalt-terapia de casal e de família. **Revista IGT na Rede**, v. 2, n. 3, p. 1-14, 2005. Disponível em: <http://www.igt.psc.br/ojs/viewissue.php?id=4>. Acesso em: 27 jul. 2020.

SILVEIRA, T. M. **A construção criativa na vida do casal**: limites e possibilidades do casamento contemporâneo. 1998. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

SILVEIRA, T. M. O papel da criatividade nas relações conjugais: os limites do “eu” e os limites do “nós”. **IGT na Rede**, v. 4, n. 7, p. 199-207, 2007. Disponível em: <http://www.igt.psc.br/ojs/viewissue.php?id=7>. Acesso em: 25 jul. 2020.

SILVEIRA, T. M. Terapia de casal e família uma visão de campo. *In*: FRAZÃO, L. M.; FUKUMITSU, K. O. **Modalidades de intervenção clínica em Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 2016. p.140-167.

STOLLER, R. **Sex and gender**: the development of masculinity and femininity. New York: Science House, 1968.

TELLEGEN, T. A. **Gestalt e grupos**: uma perspectiva sistêmica. São Paulo, Summus, 1984.

TRIGO, M. H. B. Amor e casamento no século XX. *In*: D'INCAO, M. A. (Org.). **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989. p. 88-93.

VALE, K. S. **A relação conjugal em debate**: uma análise gestáltica. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2011.

VALE, K. S. **Psicoterapia gestáltica de grupo com casais em situação de violência conjugal**. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2018.

VALE, K. S.; PIMENTEL, A. Conjugalidades contemporâneas e a dificuldade em estabelecer vínculos. *In*: PIMENTEL, A. (Org.). **Gestaltens**: pesquisas em educação, saúde e violências. Belém, PA: Amazônia Editora, 2012. p. 147-166.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200008>

ZINKER, J. C. **A busca da elegância em psicoterapia**: uma abordagem gestáltica em casais, famílias e sistemas íntimos. São Paulo: Summus, 2001.

ZINKER, J. C. **O processo criativo em Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 2007.

CAPÍTULO 3

OS ESTUDOS SOBRE A FELICIDADE E A GESTALT-TERAPIA

Luciane Patrícia Yano¹
Francisco Alves Soares Neto²
Mariana da Silva de Andrade³

O bem-estar é arte.

Arte de estar presente.

Presente em acolher.

Acolher o que nos é ausente.

A busca humana pela felicidade é secular e presente, historicamente, nas variadas manifestações populares. Olhando para nosso passado recente, nas últimas duas décadas, mais especificamente, nos últimos 16 (dezesesseis) anos, desde que a Universidade de Harvard ofereceu uma classe sobre felicidade em 2004 e teve uma procura maciça por parte dos/as estudantes (SELIGMAN, 2002), observamos um aumento de páginas nas mídias sociais voltadas para a temática da felicidade, como a *projecthappiness*⁴ e a *actionforhappiness*⁵. A prática de *mindfulness* parece estar presente no conhecimento popular, e, nos *streamings*, documentários como *Happy* (2011) e *The Altruism Revolution* (2016) ocupam lugar como conhecimentos de interesse científico-popular.

Contudo, a que nos referimos quando falamos de felicidade? Nossa jornada começa pela apropriação do sentido de felicidade a que este capítulo se refere. No dicionário Houaiss, a felicidade é definida como: “1. Qualidade ou estado de feliz, estado de uma consciência plenamente satisfeita, satisfação, contentamento, bem-estar; 2. Boa fortuna, sorte; 3. Bom êxito, acerto, sucesso” (FELICIDADE, 2009, p. 884). Para a Associação Psicológica Americana (APA), felicidade é definida como “emoção de alegria, contentamento, satisfação e bem-estar” (VANDENBOS, 2010, p. 417). Ainda, em artigos científicos pesquisados, encontramos o predomínio das seguintes definições: bem-estar e satisfação com a vida (SOTO; LUHMANN, 2013), satisfação com a vida (KUMAR; KILLINGSWORTH; GILOVICH, 2020; HEADEY; YONG, 2019). Aqui, com base nas palavras-chave de maior prevalência,

1. Gestalt-terapeuta. PhD pela Nagoya City University (Japão). Doutora em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília. Docente da Universidade Federal do Acre. Coordenadora do Grupo de Pesquisas Existenciais-Fenomenológicas da UFAC

2. Graduando do curso de Psicologia da Universidade Federal do Acre. Pesquisador do Grupo de Pesquisas Existenciais-Fenomenológicas da UFAC

3. Graduanda do curso de Psicologia da Universidade Federal do Acre. Pesquisadora do Grupo de Pesquisas Existenciais-Fenomenológicas da UFAC

4. Organização sem fins lucrativos (Facebook: @projecthappiness).

5. Organização sem fins lucrativos que desenvolve ações para promoção da felicidade enquanto bem-estar (Facebook: @actionforhappiness).

optamos por adotar o conceito de felicidade como *bem-estar* e *satisfação com a vida*, tomando-a como uma ideia de saúde e/ou crescimento mental e que se inter-relaciona com a saúde física e com a qualidade das relações sociais.

Consideramos relevante, também, apresentar uma diferenciação entre alegria e felicidade, uma vez que esses dois afetos podem ser confundidos como tendo uma mesma definição. Para Bock, Furtado e Teixeira (2008, p. 167), “as emoções são expressões afetivas acompanhadas de reações intensas e breves do organismo, em resposta a um acontecimento inesperado ou, às vezes, muito aguardado”. Ainda para os mesmos autores, os sentimentos são mais duradouros que as emoções e não acompanham reações orgânicas tão intensas. A partir dessas definições, a alegria corresponde a uma emoção e felicidade, a um sentimento.

A felicidade é um fenômeno que está relacionado a aspectos intersubjetivos e se dá pela forma de relacionar-se consigo e com o mundo. Nós sentimos, agimos e pensamos influenciados pela felicidade. Partindo dessa perspectiva, a felicidade como afeto é o fluir que proporciona um estado de plenitude e bem-estar. No meio acadêmico, grande parte dos estudos na área da Psicologia apresentam como foco os aspectos negativos do ser humano, centrados nas disfunções e patologias e suas curas. Pode-se dizer que o estudo sobre felicidade se desenvolveu de maneira inconsistente. Atualmente, contudo, tem atraído maior atenção, tendo se tornado um tema de pesquisa por profissionais de diversas áreas, com o foco na Psicologia.

Historicamente, a humanidade volta sua atenção para a felicidade como objeto de debate desde a Antiguidade. São expoentes da Filosofia acerca da temática da felicidade Sócrates, Aristóteles (1987), Platão (1995), Epicuro e Sêneca (1994). Sócrates entendia a sabedoria como pórtico da felicidade. Platão (1995) refletia sobre a felicidade estar no equilíbrio entre o ser humano e seus desejos, não se deixando agir precipitadamente. Sêneca sustentou que a felicidade estava na compreensão do indivíduo de seus prazeres e desprazeres – alcançando a harmonia entre dor e alegria, o ser humano evitaria desapontamentos e a constância de felicidade; e, para Epicuro, nem todos os prazeres levavam ao bem e ao belo, por isso, deveria se buscar ao máximo os prazeres certos e evitar o sofrimento desnecessário (EPICURO; SÊNECA, 1994).

A partir do Iluminismo, a visão de mundo no Ocidente começa a girar em torno da crença de que todo ser humano tem o direito de atingir a felicidade. No mesmo viés, o ideário da Revolução Francesa estabelece que o objetivo da sociedade deve ser a obtenção de felicidade de seus cidadãos (CSIKSZENTMIHALYI, 1991). Ainda sob uma perspectiva histórica, pode-se constatar que o conceito de felicidade humana esteve baseado em duas premissas antíteses: uma proveniente externa e outra proveniente interna. A premissa externa consiste em alcançar a felicidade por meio de conquistas ou eventos. Como exemplo dessa concepção, pode-se citar promoção no emprego ou a aquisição de bens materiais. A premissa interna consiste na melhora de si mesmo, concedendo a si a responsabilidade de fazer-se feliz. Como exemplo dessa concepção, podemos citar a ideia de Aristóteles da

felicidade como exercício das virtudes, e de Epicuro, como controle dos excessos durante a vida (GRAZIANO, 2005).

O conceito de felicidade, visto da perspectiva cultural, pondera se os fatores que indicam o que é felicidade em uma cultura são significativamente válidos ou semelhantes para outra, e se esses fatores podem ser aplicados para medir felicidade de maneira geral. Coulmas (2009) afirma que os estudos acerca de felicidade estão de acordo com as ideias ocidentais de bem-estar pessoal e realização. Blumenberg (1987) defende a subjetividade da felicidade, reivindicando que devemos evitar uma determinação objetiva do que é felicidade. Para esse autor, felicidade é o que um indivíduo entende como sua felicidade, considerando ser uma catástrofe potencial para a humanidade se alguém determinasse para todos, ou todos se determinassem para um, o que a felicidade deve consistir. Nesse viés a determinação da felicidade não deveria ser deixada nas mãos da ciência, evitando-se lançar luz sobre o que é felicidade por meios objetivos.

Sewaybricker (2017) aponta que há diferenças entre as compreensões acerca da felicidade, visto que a noção desse conceito não é igual para todos os indivíduos e varia de acordo com as diferentes culturas. Ao pesquisar sobre as diferenças entre a felicidade em países e suas correspondentes culturas, Tsai, Knutson e Fung (2006 *apud* SEWAYBRICKER, 2017, p. 99) investigaram as distinções entre a compreensão de chineses e estadunidenses, por meio da avaliação do estado emocional ideal para esses cidadãos, e concluíram que, enquanto os americanos valorizam mais os estados emocionais de excitação, os chineses valorizaram mais os estados emocionais ligados à calma.

Quanto aos contrastes entre felicidade ocidental e oriental, Uchida e Ogihara (2012 *apud* SEWAYBRICKER, 2017, p. 100) questionam os instrumentos utilizados para a medir a felicidade e o bem-estar, por exemplo, ao discorrerem sobre a aplicação de instrumentos realizados nos Estados Unidos e no Japão. Consoante esses autores, os cidadãos do Japão conquistaram uma média inferior em relação aos estadunidenses, levando em consideração que o instrumento “*Satisfaction With Life*” (DIENER *et al.*, 1985 *apud* SEWAYBRICKER, 2017, p. 100) concede um elevado grau de importância para realizações de cunho pessoal, aspecto que não apresenta tanta influência para a cultura do Japão. O questionário exprime o foco na cultura ocidental e não demonstra concepções que integram o cotidiano dos indivíduos que estão inclusos em uma cultura oriental. O interessante é que, no Japão, felicidade é *Koufuku* (幸福), assemelhando-se ao conceito de eudaimonia⁶, assim como na Psicologia Positiva. Dessa forma, entende-se que a felicidade não é uma concepção universal, mas, que existe de acordo com os valores de cada cultura e multidimensionalmente (BIEDA *et al.*, 2017).

Como dito, a busca humana pela felicidade é secular e, sua compreensão, de ordem transcultural e multidimensional. Com o objetivo central de estabelecer uma aproximação

6. A felicidade seguindo um critério moral e motivacional para as ações humanas. Há duas versões da eudaimonia: a mais moderna enfatiza seus aspectos individualistas pela busca do que lhes é prazeroso; a mais antiga é de Aristóteles (384-322 a.C) e enfatiza o princípio de atração pela natureza a fim de obtermos um bem maior, que será a fonte de felicidade genuína (VANDENBOS, 2007, p. 393).

entre o conceito de felicidade e a Gestalt-terapia, neste capítulo, percorreremos o seguinte o percurso discursivo: falar da felicidade na Gestalt-terapia, por meio da visão humanista, existencialista e fenomenológica; apresentar estudos sobre a felicidade na atualidade, abordando, especialmente, a ciência da felicidade; estabelecer interlocuções entre os estudos sobre felicidade e a Gestalt-terapia; e desenvolver discussões finais, tematizando os conceitos de resgate ao positivo e da determinação da normalidade, no que se refere a pensar, criticamente, uma indústria da felicidade. Por meio de pesquisa conceitual, apresentaremos como palavras e conceitos-chave deste capítulo: felicidade, Gestalt-terapia, ciência da felicidade, resgate ao positivo e *normo* determinação da felicidade.

Para a construção deste texto, realizou-se um levantamento da literatura que discorria sobre a felicidade ou bem-estar, no qual foram encontrados artigos científicos, teses, dissertações e revistas especializadas acerca dos temas, nas plataformas do Google Acadêmico, JSTOR, Scribd e SciELO. Os documentários foram encontrados em uma lista de filmes sobre a temática da felicidade, realizando-se pesquisas acerca cada um e selecionando dois para serem aqui discutidos, assistidos nas plataformas Youtube e Vimeo. As demais temáticas foram referenciadas a partir de livros digitais e impressos.

Percebemos que a maioria dos resultados sobre felicidade ou bem-estar para a Psicologia estavam inclusos nos textos acerca da Psicologia Positiva. A partir das pesquisas, apresentamos a concepção para essa abordagem da Psicologia e construímos correlatos entre felicidade, Gestalt-terapia, humanismo, existencialismo e fenomenologia.

FELICIDADE E GESTALT-TERAPIA: HUMANISMO, EXISTENCIALISMO E FENOMENOLOGIA

O estudo sobre a felicidade em Gestalt-terapia não é comum. A Gestalt-terapia traz um conceito de pessoa na sua relação com o mundo, em que a fluidez é compreendida como saudável e promotora de crescimento. Contudo, encontramos dois estudos dessa interlocução: o primeiro, de Saadati *et al.* (2013), objetivou examinar o impacto da Gestalt-terapia na felicidade de pessoas idosas e seus resultados indicaram um aumento de emoções positivas e felicidade nos participantes. No segundo, de Moghimian, Amini e Kashani (2016), ainda que não voltado diretamente para a felicidade, mas sim, para a influência da Gestalt-terapia na assertividade, sugeriu que a comunicação assertiva, ao aprimorar a autoestima, a expressão lógica dos pensamentos, a redução da ansiedade e da apropriação dos direitos humanos básicos na comunicação, aumentara a satisfação com a vida e o bem-estar.

Apresentados esses dois estudos e dada a quase inexistência da pesquisa de felicidade em Gestalt-terapia, seguiremos para uma visão da felicidade no humanismo, no existencialismo e na fenomenologia, filosofias de base da Gestalt-terapia.

O movimento social e psicológico humanista contribuiu para o surgimento da terceira onda da Psicologia na década de 1950, como forma de protesto aos dois ramos já existentes predominantes: o Behaviorismo – na área da Psicologia Experimental e considerada

mecanicista; e a Psicanálise – no campo da psicoterapia e considerada como fatalista e pessimista (CASTAÑON, 2007). Enquanto a Psicologia se encontrava limitada a essas duas concepções, a Psicologia Humanista surge para romper a dicotomia mecanicista e pessimista nos estudos sobre o ser humano. Segundo Mendonça (2013), a Psicologia estaria ignorando as potencialidades humanas, focando os aspectos obscuros da personalidade. Para Bugental (1963), a Psicologia Humanista tem cinco pressupostos: I) o indivíduo é maior que a soma de suas partes; II) somos seres em relação com outras pessoas; III) o ser humano é consciente; IV) o ser humano é dotado de liberdade; e V) o ser humano tem intencionalidade. A Psicologia de base humanista, nesse contexto, apresentou um olhar voltado ao crescimento humano, com conceitos tais como alegria, altruísmo e satisfação (CASTAÑON, 2007) relacionados ao potencial humano, que se conectam ao conceito de felicidade.

Em se tratando da temática da felicidade no existencialismo, a busca por artigos foi ainda mais limitada. Nas buscas, apresentam-se temas como sentido de vida, responsabilidade ou satisfação como possíveis correlatos ao que se compreende como felicidade enquanto bem-estar e satisfação com a vida. Mesmo com a escassez de trabalhos, de acordo com Souza e Oliveira (2018), o existencialismo é uma corrente teórico-filosófica que também discorreu sobre construtos da felicidade, e suas principais reflexões são pautadas na existência humana, nas privações, nas dores e no sofrimento como acontecimentos indispensáveis para a felicidade.

Para Sartre (1997), o ser humano existe de escolhas e, de acordo com as próprias escolhas, irá apresentar a sua existência no mundo: o homem, primeiro, existe, torna-se e constitui a sua essência; a existência precede a essência e é o ser humano quem constrói a própria felicidade. Em Heidegger (2005), encontramos um possível correlato do sentido de felicidade como sentido de vida e de bem-estar, por meio da concretização da autenticidade, a qual ocorre no momento em que o ser humano atingiu o seu atributo original de ser, tornando-se autêntico, tendo como resultados a responsabilidade pela própria existência e o desfazer-se da inquietude presente na vida.

Já na fenomenologia, a felicidade apresenta uma ideia ligada ao conceito de transcendentalidade. Entende-se que todos os seres possuem singularidades ontológicas, o que significa que têm diferentes formas de existir e se manifestar no mundo e que existem em condições ontológicas diferentes dos outros seres, sendo feixes de possibilidades carregados de potencialidades. O ser tem em seu corpo a manifestação física de sua existência, como também sua condição limitante de manifestação, e a sua consciência como condição que o correlata ao mundo. Transcendendo a si mesmo, o ser humano poderá ir ao encontro de novas possibilidades, lançado no mundo e responsável por si mesmo, construindo-se a partir da coexistência com os outros seres, com o mundo e consigo mesmo (CRITELLI, 1996).

De encontro com a sua liberdade, o ser humano vivencia suas experiências e dá sentido a elas, diferenciando-se dos outros e se tornando único. Ele se depara com a angústia existencial como manifestação autêntica do seu existir, em que é obrigado a escolher dentre

suas possibilidades de ser, e algumas possibilidades significam a negação de outras, o que gera angústia. A compreensão de sua relação com o mundo e com os outros pode ressignificar antigas situações ou desvelar novas possibilidades antes restritas. A consciência de suas possibilidades enquanto ser-no-mundo pode direcionar a busca da autorrealização e de sua felicidade (CYTRYNOWICZ, 1997).

Por fim, temos a visão de Levinas (1980), em que a felicidade é a maneira essencial e originária de ser no mundo. A felicidade contorna o ser humano apenas pelo feito habitual de viver:

Felicidade é condição da actividade, se actividade significa começo na duração contínua. O acto supõe, sem dúvida, o ser, mas marca, num ser anônimo – onde fim e começo não têm sentido – um começo e um fim. Ora, a fruição realiza a independência em relação à continuidade, dentro dessa continuidade: cada felicidade chega pela primeira vez (p. 99).

A CIÊNCIA DA FELICIDADE

Para a Psicologia, o entendimento de bem-estar e satisfação – os dois conceitos ligados à felicidade neste capítulo – é diversificada por abordagens conceituais e métodos de estudos. Atualmente, a felicidade tem sido objeto de estudo, principalmente, da Psicologia Positiva, que direciona seu foco para os aspectos positivos da condição humana, considerando o bem-estar como conceito subjetivo que corresponde a uma avaliação, tanto afetiva quanto cognitiva, sobre o que uma pessoa faz acerca de sua própria vida; concomitantemente, trata-se de um conceito que inclui experiências emocionais agradáveis, baixos níveis de humores negativos e alta satisfação com a vida (DIENER; LUCAS; OISHI, 2002 *apud* GRAZIANO, 2005, p. 38).

A Psicologia Positiva, proposta por Seligman e Csikszentmihaly (2000), trabalha com o estudo dos aspectos positivos e estados afetivos, como a resiliência, o otimismo, a felicidade, o bem-estar e a gratidão. Os principais pesquisadores da felicidade atual na Psicologia são: Martin Seligman, Mihaly Csikszentmihalyi, Daniel Gilbert, Sonja Lyubomirsky e Ed Diener. Abordagens que valorizam os aspectos ditos positivos ou preservados dos estados afetivos não são novas ou originais. Autores como Roberto Assagioli, Abraham Maslow e Carl Rogers já discutiam a ênfase nos pontos positivos do ser humano, as potencialidades e uma nova perspectiva acerca do comportamento dos indivíduos (PALUDO; KOLLER, 2007).

Os estudos atuais acerca da felicidade no ramo da psicologia, mais especificamente, na Psicologia Positiva, assemelham-se a alguns conceitos humanistas e/ou, talvez, estejam *de pé sobre os ombros* desses conceitos, alguns desses anteriores ao movimento humanista, como William James, John Dewey e Stanley Hall (FROH, 2004). A ligação entre Psicologia Positiva e Psicologia Humanista, entretanto, não ocorre de maneira explícita, tendo em vista que suas fundamentações filosóficas ontológicas e epistemológicas se

diferenciam (WATERMAN, 2013). Waterman (2013) cita que alguns dos estudos de base da Psicologia Positiva estão associados a teóricos desenvolvimentais na Psicologia, tais como Kurt Goldstein, Marie Jahoda, Edward Joseph Shoben Junior, Erik Erikson, Carl Rogers, Abraham Maslow – este último tendo citado a Psicologia Positiva pela primeira vez (WATERMAN, 2013; MASLOW, 1954).

As comparações entre conceitos da Psicologia Humanista e da Psicologia Positiva apresentam ambivalências, num movimento caracterizado por tensões e aproximações. Dentre as críticas tecidas em artigos ligados à sociedade humanística americana, defende-se que a Psicologia Positiva se apropria de conceitos humanistas, como a valorização das virtudes ou aspectos preservados no funcionamento humano, bem como a inclusão de conceitos de filosofias orientais, o que provocou algumas discussões entre autores/as humanistas em relação à Psicologia Positiva (TAYLOR, 2001; FROH, 2004; FRIEDMAN, 2013; RESNICK; WARMOTH; SERLIN, 2001). Consideramos interessante uma indicação de que a Psicologia Positiva teria ignorado muitas publicações feitas no *Journal of Humanistic Psychology* - Divisão 32 da APA (FROH, 2004), ao mencionar que a Psicologia Humanista seria frágil do ponto de vista empírico.

A ciência da felicidade atual, de algum modo, apresenta um renascimento da vertente humanista, uma vez que diversos conceitos desse movimento estão sendo desenvolvidos, contudo, adotando-se uma metodologia positivista e reducionista, com a finalidade de medir e definir aspectos positivos, como satisfação, bem-estar, *mindfulness*, *flow* e felicidade. Ainda que Seligman (2002) apresente em seu livro uma fórmula da felicidade, as pesquisas que procuram verificar e entender as causas da felicidade discutem que não existe fórmula para a felicidade (CAMALIONTE; BOCCALANDRO, 2017).

Os circunstanciais da felicidade mostram que 50% do bem-estar e da satisfação seguem uma tendência genética, 40% são disposicionais (as atividades intencionais) e 10%, circunstanciais, ou seja, devido a status social, dinheiro e condição de fragilidade orgânica/saúde (LYUBOMIRSKY, 2011). Assim, bem-estar e satisfação são compostos por aspectos subjetivos, o que implica compreender que, mesmo que sejam utilizados métodos de medição para avaliar a felicidade individual, o índice provavelmente será relativo e subjetivo.

INTERLOCUÇÕES ENTRE OS ESTUDOS SOBRE FELICIDADE E GESTALT-TERAPIA

Continuamos nossa jornada chegando à Gestalt-terapia. Coerente com a proposta do movimento humanista da década de 50, a Gestalt-terapia, que tem seu marco histórico inicial com a publicação de *Gestalt Therapy: Excitement and Growth in the Human Personality* (PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1951), surgiu em contrapartida às abordagens psicológicas existentes à época, que detinham o foco nos sintomas e aspectos

negativos, como apontado por Ginger e Ginger (1995).

Em consonância com o humanismo, que apresentou o antropomorfismo como um antídoto para a colocação do indivíduo como um animal a ser pesquisado em laboratório (SMITH, 1990), a Gestalt-terapia inicial apresentou contornos individuais e que, gradativamente, foram se alinhando a outras influências e se expandindo para uma visão ecológica, como sugere a Figura 1.

AS TRÊS ONDAS EM GESTALT-TERAPIA

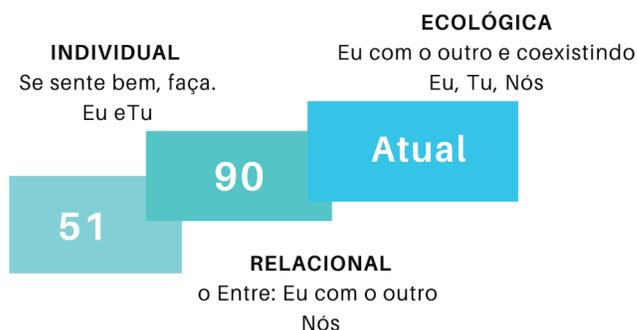


Figura 1 – As três ondas em Gestalt-terapia

Fonte: elaborado pelas autoras e autor, 2020.

A Gestalt-terapia apresenta uma visão holística; acredita no potencial para o crescimento do ser humano, baseando-se, dentre outros princípios, na autorregulação organísmica (GOLDSTEIN, 1995). A ipseidade (RIBEIRO, 2005) é um importante valor da Gestalt-terapia e isso implica na compreensão de que a preservação e o desenvolvimento do bem-estar se dá de maneira fluida e homeostática, sem um foco na “cura” de transtornos psicológicos, o que levaria a uma referência circunstancial de normalidade, pensamento contrário à essência da Gestalt-terapia.

É possível inferir que alguns indivíduos possuem uma compreensão de psicoterapia e das abordagens psicológicas ligada ao senso comum ou até mesmo ao superficial, vinculando a psicoterapia, exclusivamente, às práticas que envolvem processos de cura e aspectos negativos do ser humano. A Gestalt-terapia diverge desse ponto de vista, como apontado por Ginger e Ginger (1995, p. 17): “a Gestalt, para além de uma simples psicoterapia, apresenta-se como uma verdadeira filosofia existencial, uma ‘arte de viver’, uma forma particular de conceber as relações do ser vivo com o mundo”. Resgatar os aspectos positivos e valorizar as potencialidades de cada ser são pontos expressivos

para compreender o sentido de bem-estar e felicidade para a Gestalt-terapia. É a partir dos princípios humanistas, como citado no decorrer do capítulo, que emerge o resgate ao positivo nessa perspectiva.

Ribeiro (2009) aponta que, ao resgatar no ser humano o que foi perdido ou que se encontra desorganizado, percebe-se no indivíduo os aspectos preservados que possui, e que estes aspectos proporcionam potencialidade para mudanças. Ao encontrar uma mesa com um pé quebrado e o restante em bom estado, ao invés de descartar todo o móvel pelo fato de uma parte não funcionar, conserva-se a mesa, levando em consideração que ainda mantém outros pés funcionando – um resgate ao positivo à parte conservada. “Em vez de trabalhar só o sintoma, valência negativa, trabalhamos o processo, valência positiva [...], começando pela parte mais preservada da personalidade” (RIBEIRO, 2009, p. 30).

A seguir, a partir de Taylor (2001), Resnick, Warmoth e Serlin (2001) e Waterman (2013), estabelecemos no Quadro 1 algumas relações entre a Psicologia de base humanista (compreendendo seu caráter também existencial-fenomenológico) e a Psicologia Positiva, aqui representando os estudos sobre felicidade, orientando as visões sobre a temática com base nesses conceitos. As dimensões utilizadas para essa relação são as de Feist, Feist e Roberts (2015), que configuram o que os autores chamam de conceito de humanidade.

Outras diferenças em relação às duas perspectivas são direcionadas às suas referências (autores/as e filósofos), aspectos ontológicos e epistemológicos, e sobre a definição do sentido de positivo. Quanto à definição de positivo para o movimento humanista, relaciona-se aos aspectos preservados da pessoa, correlatos ao bem-estar e assimilados pela experiência (RESNICK; WARMOTH; SERLIN, 2001); enquanto que, na Psicologia Positiva, há três denominações de positivo: o Positivismo, a oposição Hegeliana e o reforço positivo (TAYLOR, 2001).

Quanto aos autores de base, na Psicologia Humanista, os teóricos estão alinhados com o existencialismo e a fenomenologia: Martin Buber, Heidegger, Edmund Husserl, Merleau-Ponty, Nietzsche, Soren Kierkegaard, Rollo May, Jean-Paul Sartre e Paul Tillich; enquanto que, na Psicologia Positiva, as referências são de base da filosofia helênica clássica e cristã: Aristóteles, Demócrito, filósofos cristãos da Idade Média, eudemonistas contemporâneos e Bertrand Russel (WATERMAN, 2013). Taylor (2001) lembra a contribuição de inúmeros pesquisadores humanistas (Charlotte Buhler, Milton Erikson, J. B. Rhine, Irvin Child, Joe Kamiya, Arthur Deikman, Charles Tart) para a Psicologia Positiva, incluindo Laura Perls (TAYLOR, 2001; HALPERN *et al.*, 1998).

Psicologia de base humanista (Existencial-Fenomenológica)	Psicologia Positiva
<i>Determinismo e livre-arbítrio</i>	
O homem é livre para fazer suas escolhas	Existência e forma surgem simultaneamente
<i>Pessimismo e otimismo</i>	
Visão otimista do homem, voltada para o crescimento e para o desenvolvimento de suas potencialidades e motivado pela busca de respostas	Há uma natureza humana individual que reflete o melhor potencial. As pessoas podem aprimorar seu desempenho com o desenvolvimento de suas forças de virtudes
<i>Causalidade e teleologia</i>	
Teleológica, pois o homem é criador de seu próprio destino e, ainda que haja variáveis que não possam ser controladas, a maioria das escolhas de sua vida o são como <i>suas próprias</i> escolhas, sua própria construção e sua própria responsabilidade	Causal quando considerados os aspectos metodológicos de pesquisa. Teleológico quando atribui uma liberdade sobre seus pensamentos
<i>Determinantes conscientes e inconscientes no comportamento</i>	
Não se nega o inconsciente. Contudo, não se atribui a ele um caráter determinativo. Assim, o homem é, essencialmente, um ser consciente de suas ações	Não se trabalha a noção do inconsciente, mas de aprendizagem
<i>Influências biológicas e sociais</i>	
Não desconsidera o homem um ser biológico, contudo, enfatizam-se as relações sociais, as relações estabelecidas entre as pessoas, como o mais importante aspecto do homem	Atribui à neurofisiologia uma base importante para explicação da felicidade
<i>Hereditariedade e ambiente</i>	
Os fatores ambientais possuem maior peso do que os fatores hereditários. A hereditariedade é tendência e não determinação	Hereditariedade e ambiente, estatisticamente, possuem a mesma influência
<i>Singularidades e similaridades</i>	
O homem é um ser singular e, sendo assim, não haverá outro como a ele. A maneira como cada pessoa se ajusta criativamente no mundo demonstra essa ipseidade	Foco nas similaridades, seguindo metodologia positivista
<i>Configurações da felicidade</i>	
Temática ligada à satisfação. Eleição de prioridades na existência. Autenticidade. Integração corpo, mente e ambiente. Habilidade de sustentar sensações agradáveis	Objeto de estudo e de base Aristotélica. Eudaimônica. Foco nos aspectos cognitivos da felicidade. Envolve uma forma positiva de pensar e agir

Quadro 1 – Felicidade pelos conceitos de humanidade da Psicologia Humanista (existencial-fenomenológico) e da Psicologia Positiva

Fonte: elaborado pelas autoras e autor com base em Feist, Feist e Roberts (2015), Resnick, Warmoth e Serlin (2001), Taylor (2001) e Waterman (2013).

Em seguida, aproximamos os estudos sobre felicidade na atualidade à Gestalt-terapia, começando por um conceito em particular que nos chamou a atenção: o de *flow*, desenvolvido por Csikszentmihalyi (1992), e sua semelhança com o que, na Gestalt-terapia, chama-se de *awareness*. Csikszentmihalyi (1992) descreve o *flow* ou fluir como um estado de concentração absoluta na atividade efetivada no momento presente, a simetria entre o corpo e a mente. Para explicar o conceito de *awareness* presente na Gestalt-terapia, ainda que apresente diferentes conceituações que variam de autor para autor, utilizamos a concepção de Alvim (2014, p. 15), que a concebe como “fluxo da experiência aqui-agora que, a partir do sentir e do excitação presentes no campo, orienta a formação de gestalten, produzindo um saber tácito”. Essa definição, em particular, apresenta uma conexão entre *awareness* e *flow* enquanto categorias meditativas.

Considerando as diferenças metodológicas, ontológicas e epistemológicas entre as perspectivas humanísticas e a Psicologia Positiva, escolhemos comparar, enquanto filosofias práticas e não conceituais, a Psicologia Positiva e Gestalt-terapia (Quadro 2), focada na premissa interna e atitudinal em que uma aproximação possível se fez pela compreensão da qualidade da experiência humana.

Ciência da Felicidade/Psicologia Positiva	Gestalt-terapia
<i>Ideia de controle, perda da espontaneidade e busca por prazeres momentâneos</i>	
Felicidade condicionada (SELIGMAN, 2002)	Interrupção egótica ou automonitoramento (JOYCE; SILLS, 2014)
<i>Percepção de sua própria necessidade e experiência coerente com essa percepção</i>	
Felicidade autêntica	Autenticidade
<i>Prática de presentificação</i>	
Mindfulness Flow	Aqui-agora Contínuo de Awareness
<i>Ideia de capacidade de atualização humana</i>	
Neuroplasticidade	Potencial humano
<i>Desapego funcional de experiências desagradáveis</i>	
“Ignorar, refletidamente o que não nos faz bem” (LYUBOMIRSKY, 2011 apud HAPPY, 2011)	Deflexão desde que como uma refletida retirada estratégica
<i>Capacidade de desenvolver forças para enfrentamento de situações difíceis</i>	
Resiliência	Autossuporte ou Sistema de suporte interno

Quadro 2 – Interloquções entre Ciência da Felicidade/Psicologia positiva e Gestalt-terapia – Quadro comparativo enquanto filosofias práticas

Fonte: elaborado pelas autoras e autor, 2020.

DISCUSSÕES FINAIS

Em razão das diferenças metodológicas, ontológicas e epistemológicas entre as perspectivas humanísticas, a ciência da felicidade (Psicologia Positiva) (TAYLOR, 2001; RESNICK; WARMOTH; SERLIN, 2001; WATERMAN, 2013) e a Gestalt-terapia, as aproximações incluídas neste capítulo foram possíveis por meio de uma compreensão enquanto filosofias práticas ou modos existenciais. Ainda, a Gestalt-terapia – bem como as abordagens humanistas, de uma maneira geral – evita a caracterização humana em termos de normalidade ou anormalidade, e, na prática clínica, isso se expressa numa imersão às nossas necessidades, incluindo nossas dores e insatisfações.

O diálogo entre abordagens do movimento humanista e a ciência da felicidade e/ou a Psicologia Positiva pode ser frutífera (RESNICK; WARMOTH; SERLIN, 2001). Refletindo sobre a felicidade, vista pelos conceitos de humanidade da Psicologia Humanista e da Psicologia Positiva, percebemos que, enquanto visão de pessoa e de mundo, apresentam semelhanças. Contudo, a metodologia de pesquisa voltada para uma busca da felicidade talvez impacte num fazer clínico voltado aos objetivos e não à pessoa, tendo a felicidade como um resultado a se alcançar. Algo semelhante ocorre na interlocução entre a ciência da felicidade/Psicologia Positiva e Gestalt-terapia, que, enquanto filosofias práticas, se mostraram semelhantes, entretanto, a Gestalt-terapia não se orienta para a cura, mas, para o desenvolvimento da pessoa e da pessoa em relação com o outro no mundo.

É importante ressaltar que, diferentemente dos estudos atuais acerca da felicidade, com foco nos aspectos positivos, a Gestalt-terapia não desconsidera os aspectos disfuncionais, uma vez que o ser humano é um ser holístico e relacional – seguindo uma visão humanista atual não solipsista –, o qual pode realizar ajustamentos criativos a partir dos recursos existentes. Além disso, o fazer clínico da Gestalt-terapia não objetiva enquadrar o indivíduo em comportamentos sociais específicos, considerados normais ou em padrões de bem-estar e satisfação, e sim, possibilitar ao cliente formas para encontrar em si mesmo o seu melhor modo.

A proposição de base das psicoterapias humanistas é o conceito de pessoa e não de normalidade ou anormalidade, considerando que as experiências que configuram nosso mundo fenomenológico são potencialmente vitais para nosso crescimento quando as acolhemos. Essas experiências são composições de frustrações, perdas e dores. É da natureza humana e ecológica a ansiedade frente à nossa efemeridade e a compreensão dos ciclos como parte de todo nosso mundo relacional. A vida afetiva, como um todo, constitui um eu autêntico, ainda que possamos nos esforçar para negá-la. Um olhar excessivamente voltado para os afetos considerados positivos, como alegria e satisfação, pode ser reificante e acentuador dos riscos de negar ou negligenciar nossa condição humana cíclica, multifacetada e imperfeita.

Trazemos novamente aqui, nessa fase de encerramento desta jornada, a

perspectiva de Ribeiro (2009) sobre o resgate ao ser humano e sua metáfora da mesa com o pé quebrado, em que chamamos de resgate ao positivo a parte preservada da mesa. Resgate ao positivo é a nossa “parte preservada da personalidade” (RIBEIRO, 2009, p. 30). O resgate ao positivo comunica sobre uma metodologia que resgata o que há de preservado, contudo, que não se limita a essa porta de entrada. A parte preservada é vista como uma parte no todo. A nossa clínica inclui e valida o ser humano angustiado diante de seu caráter finito.

Retomamos também a poesia inicial deste capítulo: *O bem-estar é arte* – que na relação se constrói. *Arte de estar presente* – em escutar nossas necessidades, confortáveis ou não. *Presente em acolher* – acolhemos nossas vulnerabilidades, e isso inclui insatisfação e dor. *Acolher o que nos é ausente* – minha necessidade expressa um caminho para a minha genuína felicidade: quando nos afastamos das experiências, corremos o risco de desenvolver ou viver ou felicidade alienada.

Percebemos um risco na cultura terapêutica do nosso tempo, focada na rapidez na resolução de problemas e na criação de um novo *mindset*⁷. Os manuais tendem à qualificação da pessoa numa compreensão linear e superficial: condicionados, entorpecidos e dessensibilizados diante de nossas vulnerabilidades, corremos o risco de existir sem um sentido. Assim, sem condicionamentos ou comparações, do autoconhecimento ao uso sábio dos recursos que possuímos, da valorização do que temos à busca pelo que genuinamente nos importa, que parta da medida genuína da voz humana, numa clínica esteticamente ordenada, ecológico e humanamente orientada, em direção ao acolhimento de nossa natureza única.

Assumimos que, metodologicamente, este trabalho reflete, tão somente, uma provocação de discussão na compreensão de pessoa e da pessoa no mundo com o outro na temática da felicidade. Aqui, tendo adotado o conceito de felicidade como bem-estar e satisfação com a vida, que possamos, cada um de nós, encontrar o melhor ajuste para nossa condição humana, conectando-nos à nossa própria natureza e ao mundo. Neste sentido, não há uma medida universal que seja capaz de estimar o que há de melhor ou pior para uma pessoa.

REFERÊNCIAS

THE ALTRUISM Revolution. Dirigido por S. Gilman e T. Lestrade. Paris: Java Films, 2016. 1 vídeo (91 min.) Disponível em: <https://vimeo.com/ondemand/thealtruismrevolution>. Acesso em: 28 jun. 2020.

ALVIM, M. B. Awareness: experiência e saber da experiência. In: FRAZÃO, L. M.; FUKUMITSU, K. O. (Orgs.) **Gestalt-terapia: conceitos fundamentais**. São Paulo: Summus, 2014. p. 13-30.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Coleção Pensadores).

7. Com o sentido de mentalidade, opiniões, crenças, o termo vem sendo utilizado como foco de trabalho em alguns treinamentos de Coaching que objetivam a mudança de mindset (MINDSET, c2020).

BIEDA, A. *et al.* Universal happiness? Cross-cultural measurement invariance of scales assessing positive mental health. **Psychological Assessment**, v. 29, n. 4, p. 408-421, 2017.

BLUMENBERG, H. **Die Sorge geht über den Fluß**. Frankfurt: Suhrkamp, 1987.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias**: uma introdução ao estudo da Psicologia. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BUGENTAL, J. Humanistic Psychology: a new breakthrough. **American Psychologist**, n. 18, p. 563-567, 1963.

CAMALIONTE, L. G.; BOCCALANDRO, M. P. R. Felicidade e bem-estar na visão da psicologia positiva. **Boletim - Academia Paulista de Psicologia**, v. 37, n. 93, p. 206-227, 2017.

CASTAÑON, G. A. Psicologia humanista: a história de um dilema epistemológico. **Memorandum**, v. 12, p. 105-124, abr. 2007. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a12/castanon01.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2020.

COULMAS, F. **Die Illusion vom Glück**: Japan und der Westen. Zürich, Darmstadt: Verlag Neue Zürcher Zeitung; Primus Verlag, 2009.

CRITELLI, D. M. **Analítica do sentido**: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CSIKSZENTMIHALYI, M. **A psicologia da felicidade**. São Paulo: Saraiva, 1992.

CSIKSZENTMIHALYI, M. **Flow**: the Psychology of Optimal Experience. New York: Harper Perennial, 1991.

CYTRYNOWICZ, D. Psicoterapia: uma aproximação dasein analítica. **Daseinsanalyse – Revista da Associação Brasileira de Daseinsanalyse**, v. 1, n. 2, p. 63-70, 1997.

EPICURO; SÊNECA. **Carta para felicidade. Da vida feliz**. Trad.: J. Forte. Lisboa, Portugal: Relógio D'Água, 1994.

FEIST, J.; FEIST, G. J.; ROBERTS, T.-A. **Teorias da personalidade**. 8. ed. Trad.: S. M. M. Rosa. Porto Alegre: McGraw Hill; Artmed, 2015.

FELICIDADE. *In*: HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p. 884.

FRIEDMAN, H. L. Reconciling Humanistic and Positive Psychology: bridging the cultural rift. *In*: HOUSE, R.; KALISCH, D.; MAIDMAN, J. (Eds.). **The future of humanistic psychology**. Monmouth, Wales: PCCS Books, 2013. p. 17-22.

FROH, J. J. The history of Positive Psychology: truth be told. **NYS Psychologist**, v. 16, n. 3, p. 18-20, 2004.

GINGER, A.; GINGER, S. **Gestalt: uma terapia do contato**. 5. ed. São Paulo: Summus, 1995.

GOLDSTEIN, K. **The Organism: a holistic approach to biology derived from pathological data in man**. New York: Zone Books, 1995.

GRAZIANO, L. D. **A felicidade revisitada: um estudo sobre o bem-estar subjetivo na visão da psicologia positiva**. 2005. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

HALPERN, D. *et al.* Scholarship in Psychology. **American Psychologist**, v. 53, n. 12, p. 1292-1297, 1998.

HAPPY. Dirigido por R. Belic. [Universal City]: Shady Acres Entertainment, 2011. 1 vídeo (76 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=L_VNf5oXmxA. Acesso em: 28 jun. 2020.

HEADEY, B.; YONG, J. Happiness and longevity: unhappy people die young, otherwise happiness probably makes no difference. **Social Indicators Research**, v. 142, n. 2, p. 1-20, Apr. 2019. DOI: 10.1007/s11205-018-1923-2.

HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. 14. ed. Trad.: M. S. C. Schuback. Petrópolis: Vozes, 2005.

JOYCE, P.; SILLS, C. **Skills in Gestalt: counselling & psychotherapy**. 3rd ed. California: Sage, 2014.

KUMAR, A.; KILLINGSWORTH, M. A.; GILOVICH, T. Spending on doing promotes more moment-to-moment happiness than spending on having. **Journal of Experimental Social Psychology**, v. 88, May 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2020.103971>.

LEVINAS, E. **Totalidade e infinito**. Trad.: J. P. Ribeiro. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1980.

LYUBOMIRSKY, S. Hedonic adaptation to positive and negative experiences. *In*: FOLKMAN, S. (Ed.). **The Oxford handbook of stress, health, and coping**. New York: Oxford University Press, 2011. p. 200-224.

MASLOW, A. H. **Motivation and personality**. New York: Harper, 1954.

MENDONÇA, M. M. A psicologia humanista e a abordagem gestáltica. *In*: FRAZÃO, L. M.; FUKUMITSU, K. O. (Orgs.). **Gestalt-terapia: fundamentos epistemológicos e influências filosóficas**. São Paulo: Summus, 2013. p. 76-98.

MINDSET. *In*: CAMBRIDGE Dictionary. Cambridge: Cambridge University Press, c2020. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/mindset>. Acesso em: 27 jun. 2020.

MOGHIMIAN, M.; AMINI, R.; KASHANI, F. Effect of Gestalt therapy on assertiveness of nursing students. **Journal of Holistic Nursing and Midwifery**, v. 16, n. 1, p. 72-79, 2016. Disponível em: <http://hnmj.gums.ac.ir/article-1-634-en.html>. Acesso em: 28 jun. 2020.

PALUDO, S. S.; KOLLER, S. H. Psicologia Positiva: uma nova abordagem para antigas questões. **Paideia**, v. 17, n. 36, p. 9-20, 2007.

PERLS, F. S.; HEFERLINE, R.; GOODMAN, P. **Gestalt therapy**: excitement and growth in the human personality. Gouldsboro, Maine: The Gestalt Journal Press, 1951.

PLATÃO. **Diálogos**. Trad.: J. Bruna. São Paulo: Cultrix, 1995.

RESNICK, S.; WARMOTH, A.; SERLIN, I. A. The Humanistic Psychology and Positive Psychology Connection: implications for Psychotherapy. **Journal of Humanistic Psychology**, v. 41, n. 1, 73-101, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1177/0022167801411006>.

RIBEIRO, J. P. **Do self e da ipseidade**: uma proposta conceitual em Gestalt- terapia. São Paulo: Summus, 2005.

RIBEIRO, J. P. **Gestalt-terapia de curta duração**. 3. ed. São Paulo: Summus, 2009.

SAADATI, H. *et al.* Effectiveness of Gestalt Therapy on Happiness of Elderly People. **Salmand: Iranian Journal of Ageing**, v. 8, n. 2, p. 7-15, 2013. Disponível em: <http://salmandj.uswr.ac.ir/article-1-650-en.html>. Acesso em: 28 jun. 2020.

SARTRE, J.-P. **O ser e o nada**: ensaio de fenomenologia ontológica. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

SELIGMAN, M. **Felicidade autêntica**: usando a nova psicologia positiva para renovação permanente. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

SELIGMAN, M.; CSIKSZENTMIHELJI, M. Positive Psychology: an introduction. **American Psychology**, v. 55, p. 1-14, 2000.

SEWAYBRICKER, L. P. **Felicidade**: utopia, pluralidade e política (a delimitação da felicidade enquanto objeto para a ciência). 2017. Tese (Doutorado em Psicologia) –Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SMITH, M. B. Humanistic Psychology. **Journal of Humanistic Psychology**, v. 30, n. 4, p. 6-21, 1990. DOI: 10.1177/002216789003000402.

SOTO, C. J.; LUHMANN, M. Who can buy happiness?: personality traits moderate the effects of stable income differences and income fluctuations on life satisfaction. **Social Psychological and Personality Science**, v. 4, n. 1, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1177%2F1948550612444139>.

SOUZA, A. M.; OLIVEIRA, C. R. Ser feliz: reflexões sobre felicidade e seus imperativos. **Saberes**, v. 1, n. 18, p. 7-19, 2018.

TAYLOR, E. Positive psychology and humanistic psychology: a reply to Seligman. **Journal of Humanistic Psychology**, v. 41, n. 1, p. 13-29, 2001.

VANDENBOS, G. R. (Ed.). **Dicionário de psicologia da APA**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

WATERMAN, A. The Humanistic Psychology–Positive Psychology divide: contrasts in philosophical foundations. **American Psychologist**, v. 68, n. 3, p. 124-133, Apr. 2013. DOI: 10.1037/a0032168.

CAPÍTULO 4

ESTAR-COM CRIANÇAS: EM BUSCA DA LINGUAGEM PERDIDA

Mariana Pajaro¹

A criança que fui chora na estrada.
Deixei-a ali quando vim ser quem sou;
Mas hoje, vendo que o que sou é nada,
Quero ir buscar quem fui onde ficou.

Ah, como hei-de encontrá-lo? Quem errou
A vinda tem a regressão errada.
Já não sei de onde vim nem onde estou.
De o não saber, minha alma está parada.

Se ao menos atingir neste lugar
Um alto monte, de onde possa enfim
O que esqueci, olhando-o, relembrar,

Na ausência, ao menos, saberei de mim,
*E, ao ver-me tal qual fui ao longe, achar
Em mim um pouco de quando era assim.*

Fernando Pessoa

No início da minha prática como psicoterapeuta de crianças, buscava por uma consistência teórica capaz de me nortear na compreensão e no aprimoramento do trabalho com as crianças e suas famílias. No entanto, à medida que me encontrava com elas, diariamente, no consultório, sentia-me tocada de tal modo que a teoria parecia não oferecer suporte suficiente. Eram questões e inquietações que não encontravam respostas na teoria – pois diziam respeito ao encontro humano e sua extraordinária ressonância em mim.

O encontro com a criança despertava um misto entre o encantamento por elas e o desconforto do seu reflexo em minha criança interna, tocada intimamente, mesmo que sem qualquer permissão minha. Lembro-me da sensação de descontrole diante delas, que me causava medo e querer, retraimento e expansão, desafio e satisfação. Junto delas, pouco importava o conhecimento teórico, as elaboradas intervenções, as compreensões possíveis

1. Gestalt-terapeuta. Psicóloga (CRP 08/24801) e supervisora clínica. Especialista em Gestalt-terapia; mestre em Psicologia pela Universidade de Brasília e doutoranda em Psicologia pela Universidade de São Paulo.

a respeito de seus processos... elas me convocavam a simplesmente *estar-com* elas.

Não se pretende com isso contestar a substancialidade do conhecimento, do aprofundamento teórico e da formação contínua na constituição e no aprimoramento de um psicoterapeuta infantil. A expansão da literatura no campo da Gestalt-terapia com crianças, sobretudo, ao longo das últimas décadas, tem sido fundamental para o desenvolvimento e consolidação de uma prática consistente, responsável e cuidadosa nessa área (PAJARO, 2015). No entanto, transpondo o saber, nos defrontaremos com a arte do encontro *com* a criança.

Esse parece ser um grande, se não o maior, desafio ao psicoterapeuta infantil: a disponibilidade para o encontro com a criança em seu mundo. Esse último detalhe é fundamental, uma vez que não basta tentar acessá-la pelo mundo do adulto, mas, necessariamente, pelo mundo do infante, com todas as suas especificidades e características. Estas reflexões pretendem dar pistas para a busca pela linguagem perdida por nós, a qual possibilita o diálogo verdadeiro e que é, impreterivelmente, vivida, sentida e, em última instância, um convite à experiência.

Com o intuito de esmiuçar a vivacidade e a graça do mundo infantil, a começar por um resgate de nós mesmos e pela apropriação da experiência de nossa criança, divido aqui algumas reflexões tecidas sobre *estar-com* crianças (na psicoterapia e fora dela) como possibilidade de aproximação com esse universo. Compartilharei um pouco do muito que aprendi com elas mesmas, dentro e fora do contexto psicoterapêutico, com base na observação, nos aprendizados e nos transformadores encontros e desencontros vividos até aqui.

1 | **ESTAR-COM CRIANÇAS**

Estar-com diz respeito à magia do entre, o que Hycner e Jacobs (1997) descrevem como a dimensão impalpável e invisível que nos une como seres humanos. Em se tratando de crianças, o entre se desenvolve a partir de uma presença interessada no outro, isto é, um adulto com uma postura de abertura e curiosidade por aquele pequeno ser diante de si.

Neste texto, adotaremos o uso do hífen para evidenciar a noção de relação que perpassa, a todo momento, o encontro humano. Dessa reflexão, nasce o que parece ser um dos maiores desafios ao psicoterapeuta: *estar-com* crianças, isto é, encontrar-se verdadeiramente com elas. No intuito de revelar esse mundo infantil, caminharemos pela descrição da experiência de *estar-com* crianças, na tentativa de tocar, apreender e sentir aquilo que guarda de mais essencial.

Estar-com crianças... como mãe, como pai, como avós, como educador, como psicoterapeuta... como um outro, seja qual for seu papel. Um encontro sempre carregado de significados e sentidos, atravessados pela própria história que se entrelaça à do outro, num dado espaço e tempo. Iniciaremos aqui a busca por uma linguagem perdida (porém,

existente), na esperança de que aflore no/a leitor/a algo novo, talvez desconhecido, que sirva como pistas para um encontro possível com a criança, naquilo que ele desvela como desafio e também como possibilidade. Mais do que um convite para pensar o atendimento infantil à luz da Gestalt-terapia, se trata de um convite ao contato com a própria experiência de *estar-com*, reconhecendo sua infinidade de configurações possíveis.

No trabalho com crianças e com o atendimento clínico na perspectiva gestáltica, percebe-se que os modelos e técnicas do atendimento infantil são demasiadamente mais assimiláveis do que propriamente as sutilezas da arte do encontro. Isso parece compreensível, se considerarmos que o “fazer” e o “*estar-com*” acontecem em atitudes diferentes, ainda que complementares. Se, na primeira, de muito servem as teorias e o conhecimento, na segunda, esses perdem a função frente ao desconhecido, ao mistério do encontro, contato ativo entre as fronteiras do eu e do não-eu.

Estar-com crianças é, necessariamente, deparar-se com a própria criança... Aquilo que se desvela nelas faz contato com o que existe em nós, como numa ressonância da qual não se tem controle, como uma evocação que nos conduz, de forma inevitável, à nossa própria experiência de ser criança. Oaklander (1980) exemplificará que não se trata de recordar fatos ou acontecimentos da infância, mas, essencialmente, de lembrar de ser.

É possível que muitos de nós tenham se esquecido desse lugar que um dia habitamos, mas, por certo, será transformador resgatar a criança que um dia fomos e a que hoje nos habita, atualizada. Trata-se de um reencontro com a própria história, com memórias deliciosas (que deixam saudades) e dolorosas, acompanhadas de sensações e sentimentos, por vezes, cuidadosamente adormecidos.

Ao ser tocado por uma criança, o adulto se defronta com o desafio de revisitar sua infância e reconfigurar sua história, exercitando a diferenciação entre aquilo que é seu e o que é do outro (ZANELLA, 2010). As emoções experimentadas nesse processo tocam memórias que reavivam cores apagadas pelo tempo, e, mesmo que possam despertar dores e reabrir feridas não curadas, sempre trazem consigo a possibilidade de atualização e a oportunidade de um novo cuidado.

Todo contato com o novo favorece o crescimento, uma vez que demanda um ajustamento criativo, como uma novidade que demanda assimilação (PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1997). É impossível entregar-se verdadeiramente ao encontro com uma criança e não se sentir transformado por essa experiência.

Estar-com crianças é brincar... E lembrar de ser criança também é lembrar que, nesse mundo, a principal linguagem é a da brincadeira. Bola no pé, boneca nos braços, correria com gritos, risadas e choros intensos, disputa com o colega, com o irmão, imaginação solta, graça simples, “era uma vez...”, figurinha, jogo, pique-pega, pula cordas, amarelinha, tablet, luta, super-herói, novela infantil, filme das princesas, casinha, futebol, “chefinho mandou”, cientista, astronauta, professora, argila, caça-fantasmas, casinha, videogame... o brincar que predomina sobre a palavra verbal, que é ato, corpo em movimento.

É preciso lembrar de brincar... E você, lembra o que é isso? Quão perto ou distante você está desse mundo? Você ainda brinca, se diverte? É essa a língua que a criança nos convida a falar; sem resgatá-la, é impossível nos comunicarmos. Huizinga (2014) nos adverte que, para o indivíduo adulto e responsável, a brincadeira é uma função que facilmente poderia ser dispensada, como algo supérfluo, e que só se torna uma necessidade urgente na medida em que o prazer por ela provocado a transforma nisso.

Esse mundo existe! Muitos de nós sequer se lembram, como se não só essa linguagem fosse perdida, mas, o próprio mundo infantil, nunca mais habitado, outrora recolonizado pela seriedade do adulto. Parece distante e, para alguns, soa inalcançável... até você se deparar com uma criança, que te lembra a existência dessa terra encantada em você. Como um mapa da mina, ela te guia a caminhos inesperados, surpreendentes.

Num simples gesto, a criança desconstrói nossas certezas, verdades absolutas e nos convida a brincá-las, fantasiá-las, flexibilizá-las, experimentar novas criações e formatos. Diante da criança, a rigidez se vê em apuros, a sobriedade desmorona, ambas colocadas em cheque, frente à graça e simplicidade da inocência e espontaneidade infantil. Algo que se revela para aqueles que escutam não só com os ouvidos, mas, com o corpo todo.

Estar-com crianças é expandir os sentidos... Com o desenvolvimento da fala no começo da vida e o passar dos anos, se consolida a linguagem verbal, na qual a compreensão permeia a palavra. Com isso, compartilhamos os atos de falar e ouvir, com o uso privilegiado da audição para acessar e compreender o que é dito. Expandir os sentidos é pedir licença à escuta pelos ouvidos e ampliá-la para o corpo todo; é compartilhar a percepção com os olhos e o que ele enxerga, com o olfato e o que ele cheira, com o toque e o que ele sente... é sair do ouvido, como parte, e afinar o todo, colocando-se por inteiro na presença da criança.

No universo infantil, somos inevitavelmente convocados a ativar vivamente todas as funções de contato, na tarefa de acessar o que ultrapassa o contorno da palavra. Olhar, ouvir, tocar, falar, mover-se, cheirar e provar são diferentes vias para se perseguir as experiências de contato; sendo assim, a perturbação em qualquer uma dessas funções poderá bloqueá-lo ou o interromper (POLSTER; POLSTER, 2001). Muitos desencontros podem decorrer da inabilidade em alguma dessas funções, restringindo o *estar-com* a conversas desinteressantes, interrogatórios cansativos, por vezes, percebidos como uma invasão. Ainda que a criança possa se interessar menos por falar, por conversar, ela sempre tem muito a nos contar. Não basta estar, é preciso *estar-com*...

Estar-com crianças exige jeito e interesse genuínos. Isso se refere ao cuidado necessário para as tocar, para adentrar as experiências do seu mundo. Envolve, necessariamente, gostar de crianças, se interessar por elas e compreender o que as torna como são: crianças. Trata-se de uma postura cuidadosa, ao passo que interessada por quem ela está sendo a cada momento, sempre temporário. É um misto entre sensibilidade e curiosidade pela sua forma de perceber o mundo e de nele se colocar. Já experimentou

prestar atenção no encantamento ou na excitação de uma criança diante de uma novidade?

Estar-com crianças é uma postura contínua de criatividade, é se reinventar na espontaneidade, na imaginação. É comum sentir-se surpreendido por um gesto, movimento, proposição ou fala vindos de uma criança. Ela nos convida a imaginar, fantasiar, criar e experimentar novas realidades, dimensões e lugares. Na brincadeira, na fala, no olhar, tira-nos do lugar e convida a uma rápida e criativa reinvenção de nós mesmos. A criatividade diz respeito à capacidade de tornar-se qualquer coisa possível, um ato de coragem e de ruptura com os limites; é arriscar-se ao ridículo e ao fracasso para experimentar a novidade; é inspiradora (ZINKER, 2007). Criar é um ato de entrega.

21 ESTAR-COM CRIANÇAS NA PSICOTERAPIA

Na psicoterapia de orientação gestáltica, *estar-com* crianças requer uma entrega absoluta ao inesperado, nunca previsível. Nunca sabemos o *quê* e *como* acontecerá cada encontro, com cada criança, e esse não-saber é fundamental para que ela se revele a seu modo, no seu tempo. Temos conosco a tarefa de favorecer o contato e promover um encontro genuíno, necessariamente permeado por incertezas e imprevisibilidade.

Poderíamos comparar o ato do psicoterapeuta a um pulo no inesperado: jamais imaginamos com o que nos defrontaremos. Para isso, é preciso silenciar as vozes internas, turbulentas, dirigidas a uma ação específica, para que cada criança construa sua caminhada, sem conduções ou direcionamentos que escondam sua manifestação mais autêntica nesse contexto. Axline (2005, p. 18) traduz essa condição frente ao primeiro encontro com uma criança:

Encontrava-me diante do desconhecido, em que uma luz baixa escondia as linhas da realidade e arremessava uma nuvem de incertezas sobre o amanhã. Nada se podia afirmar, nem negar. Sem os lampejos da evidência inequívoca, defrontava-me com os mistério daquele ser, numa atitude de respeito e humanidade.

O psicoterapeuta que sabe, ou que imagina que sabe como desenvolverá a sessão apegar-se a hipóteses e fantasias que incorrem no risco de direcionar o atendimento conforme suas expectativas. Uma das tantas belezas da criança é a capacidade inerente a elas de tirar-nos do lugar comum, de nos trazer o frescor do novo e do desconhecido. Sua postura acolhedora e aberta se constroi sobre a premissa de que não cabe ao psicoterapeuta julgar qualquer manifestação ou expressão da criança baseado em “deveria(s)”, uma vez que na singularidade mora seu jeito de ser, único e inquestionável.

Tomar o ajustamento criativo, seja ele qual for, como uma autorregulação orgânica revela o movimento de equilíbrio do organismo e a tentativa de saúde que se manifesta em todo e qualquer sintoma. Ajustar-se criativamente revela saúde e doença, fluidez e fixação. A sessão de psicoterapia é, então, um convite à criança poder ser, revelando seus

ajustamentos e possibilidades na relação psicoterapêutica.

O psicoterapeuta, portanto, não pode ser figura no atendimento, tampouco seu plano terapêutico (ANTONY, 2010). A figura deve ser a criança em cena, suas necessidades, seu movimento espontâneo, sempre destacadas de um fundo de experiências. O encontro vira o palco no qual novas cenas acontecem e, pelo processo natural de assimilação, tais vivências se integram ao fundo de sua história viva. A perspectiva relacional reitera que “se nos construímos na relação, será também pela relação que nos reconstruiremos, e a relação terapêutica é o espaço privilegiado para que isso aconteça” (AGUIAR, 2014, p. 169).

Juntos, criança e adulto brincam, criam, encenam, co-constroem. O brincar livre na sessão é um convite e um incentivo à autonomia da criança e a um trabalho com o *self*. Isso acontece, por exemplo, quando a criança escolhe com o quê e como quer brincar, ou simplesmente como quer se colocar naquele contexto. Para que isso aconteça, é fundamental que o psicoterapeuta silencie seus barulhos internos, de modo a não impedi-lo de escutar o outro.

As ansiedades, expectativas, inseguranças, necessidade de controle da situação advindas do próprio profissional ou absorvida dos pais são como ruídos que se sobressaem e ofuscam o som espontâneo que sai da criança. Podemos resumir que uma das perspectivas desse encontro é o convite a um silêncio fértil, fruto da disponibilidade para a espera do inesperado. Rehfeld (2020) afirma que se “des espera” aquele que não sabe esperar.

Esperar pela criança é acreditar nela, no seu potencial criador e criativo. Havendo espaço, ela se apresenta, sua figura toma forma e se destaca de um fundo. É um ato de fé e de cuidado. Essa fé não se refere à dimensão religiosa, mas, diz respeito à “confiança absoluta em alguém ou algo” (FÉ, [2020], sem paginação). Muitas vezes, é justamente o psicoterapeuta o primeiro adulto a confiar, confirmar e validar essa criança como ser, legitimando suas necessidades e possibilidades no aqui-e-agora.

Algumas dessas crianças, já habituadas à condição de incapacidade que ronda a compreensão da infância, e por serem vistas como quem deve obedecer a alguém mais velho, se mostram paralisadas nos primeiros encontros, como quem espera por algum comando sobre o que fazer, como fazer. Parecem aguardar instruções, como de comum a uma infinidade de manuais que seguem fora dali. Nosso papel é criar um vínculo que possibilite experimentar algo diferente desse modelo, para não repetirmos essa história já conhecida.

Quando nos vemos diante de uma criança paralisada frente à novidade de uma nova pessoa, uma nova sala, um novo contexto, e ao percebermos seu retraimento, podemos convidá-la a se apresentar, assim como poderá se apresentar o psicoterapeuta e seu espaço. Ainda assim, há nisso um fato inquestionável: a vergonha, por exemplo, só se revelará como fenômeno na espera paciente para que ela se mostre. Poderíamos compreender o *estar-com* crianças como uma espécie de dança, na qual se sabe que as

pausas e as alternâncias entre dar um passo e aguardar o outro são essenciais para o ritmo harmonioso do encontro.

O atendimento infantil com crianças não requer, em hipótese alguma, que o terapeuta se porte como uma. Quando nos referimos ao resgate de sua criança, queremos dizer do potencial que incorre no acesso a um jeito de ser. Lembrar de ser é lembrar do olhar curioso da criança para o mundo, do tamanho que o mundo lhe parece ter, do gosto da infância, da ânsia pelo brincar, da excitação corporal que pede para o contato não parar... criança é movimento, corpo em ação. A criança fala sem falar palavras, fala com o corpo inteiro, mesmo quando não pronuncia uma única frase. Fala com seu jeito todo de ser, de se fazer... criança fala pela sua imagem em ação.

A brincadeira que acontece em um lugar que seja seguro, permissivo, acolhedor e confirmador será suficiente para que reconfigurações aconteçam, para que promova bem-estar e favoreça um funcionamento saudável (AGUIAR, 2014). Isso confirma o potencial terapêutico do brincar, que leva a avanços no atendimento, mesmo quando o profissional não consegue compreender e identificar teoricamente de quais condutas ou intervenções advêm as novas conquistas do processo psicoterapêutico. Brincar exige disponibilidade desse adulto, para que, juntos, seja possível adentrar o mundo da fantasia. Reservas ou entraves nessa entrega interferem na necessidade da criança, que demanda ser acompanhada e confirmada em sua aventura.

3 | EXPERIÊNCIAS DE *ESTAR-COM* CRIANÇAS EM PSICOTERAPIA

Por ter *estado-com* crianças em psicoterapia nos últimos dez anos, carrego memórias e experiências de encontros que muito me ensinaram. Brinco que elas foram minhas maiores professoras, meus livros “vivos”. Certa vez, uma criança de seis anos me ordenou, com tom de voz arbitrário, que ficasse de castigo no início do atendimento. A proposta era no mínimo desconfortável, pois esse menino mandava que eu me mantivesse parada, em absoluto silêncio, de frente para a parede. Me lembro com clareza do desconforto de sua proposta e da pronta recusa de minha criança interna, que viu conteúdos daquele convite se misturarem às suas *gestaltens* abertas.

Embora me mantivesse presa ao questionamento teórico do que era cabível a uma psicoterapeuta naquelas condições, e ciente da minha criança incomodada com o lugar de ser mandada, decidi rapidamente por embarcar em sua proposta intrigante. Escolhi ser conduzida por ele, acolhendo minha aflição de não saber o que nos aconteceria, confiando em sua necessidade sinalizada na brincadeira e abrindo espaço para que nossa criatividade ganhasse vida no brincar.

A possibilidade de exercer na brincadeira um papel de autoridade, o poder mandar em mim e reviver a experiência de um castigo angustiante, agora de outra perspectiva, foi uma experiência significativa para aquele menino, filho de uma mãe extremamente

autoritária e rígida, por quem era severamente castigado. Caso não me permitisse ser colocada nesse lugar e aceitar o convite à experiência por ele frequentemente vivida, não poderíamos tocar e experienciar com tamanha vivacidade a figura vibrante que se apresentou em seu aqui-e-agora.

Outra memória que tenho é de uma criança com quem me sentia muito insegura, pois era muito demandada por seus pais a ter respostas sobre o seu processo. Sem compreender bem o que se passava entre nós, na nossa relação, lembro-me de, em uma sessão, perguntar, perguntar, perguntar (na busca por respostas), e escutar dele: “ai, você fala demais!” Sábias e espontâneas palavras. Me ensinaram sobre o risco do excesso de palavras, que podem resultar num interrogatório infértil e invasivo ao outro.

É preciso suportar momentos do processo em que não há respostas, mesmo quando já existem perguntas. Elas necessariamente abrirão espaço para um olhar curioso, interessado e cuidadosamente paciente. Normalmente, os pais chegam à psicoterapia aflitos com a situação, na esperança que o psicoterapeuta dê a eles as respostas que não conseguiram obter sozinhos e/ou que resolvam a dificuldade que acreditam ser unicamente de sua criança. Nessas condições, é preciso cuidar para não ser capturado por esse campo de expectativas, roubando de si mesmo as condições necessárias para desenvolver uma relação acolhedora e suportiva a seu tempo.

Nem sempre as famílias nos darão as melhores condições de trabalho e contribuirão com o processo. Mesmo quando há um esforço necessário para as incluir no trabalho, cada uma responderá conforme suas possibilidades. Tive a experiência de trabalhar por quase dois anos com uma menina de 5 anos, filha adotiva de um casal. Lembro de me dar conta do quanto esse pai havia se tornado genuinamente seu pai, enquanto que a mãe vivia dificuldades em sentir-se verdadeiramente como sua mãe. Após sugerir psicoterapia para essa mãe, e depois de muitas tentativas de a sensibilizar e trabalhar a relação com sua filha, era difícil alcançar avanços nesse território.

Lembro-me de reconhecer que, embora tivesse maior limitação no trabalho com os pais, sobretudo com essa mãe, eles mantinham sua filha no processo psicoterapêutico sem interrupções e, com isso, nos possibilitavam um espaço de experimentação e contato com o novo por meio da relação terapêutica. É fundamental acolher o possível para cada família, a cada momento, em seu processo de autorregulação como organismo que é. As limitações ou dificuldades identificadas não podem ser subterfúgio para o profissional culpabilizar os responsáveis, muito menos, desistir do trabalho com a criança – há sempre muito o que ser feito.

Em uma brincadeira de casinha, aquela criança encenou a história de uma menina que, caso não agradasse sua mamãe, seria jogada fora na lata do lixo (assim ela verbalizou). Ao escutá-la, senti um impacto avassalador, como testemunha de uma experiência perturbadora. Fui colocada por ela no papel de irmã; meu esforço, ao ouvi-la, foi o de manter-me com ela na cena, acompanhando-a. Pude me sentir angustiada com

ela; vivemos juntas a triste aflição do risco de podermos ser descartadas por “nossa” mãe.

Ainda na cena, ela tenta cuidar de mim, sua irmã, como era de seu costume fazer com os próprios pais. Na sua família, ela era a “adulta” de 5 anos numa casa de pais infantilizados. Após acolher e dar suporte à figura que se apresentou, eu propus um lugar novo, e pela brincadeira convidei-a a ser cuidada. Inicialmente desconfortável com essa condição, aos poucos, ela se permitiu receber. Juntas, tocamos as experiências do descuido e do cuidado. Talvez, pela primeira vez, essa vivência pôde ser vivenciada por aquela menina... Por isso, repito: independente das condições, há sempre muito o que ser feito ao *estar-com* crianças.

4 | CONCLUSÃO

Estar-com crianças diz respeito a um outro que se entrega ao inesperado poder ser de uma criança. E poder ser só é possível quando há espaço, só se revela àquele que tem olhos para enxergar. No processo de “adultecer”, vamos anestesiando e distorcendo nossos sentidos, embaçando nossa percepção do todo. Por isso, é inerente a esse encontro resgatar nossa criança e re-contatar nossa história, afinando-nos como instrumento de toque.

A criança do psicoterapeuta é atuante no processo. Isso significa que conhecê-la é fundamental para que ela seja recurso e possibilidade, e não entrave ao movimento espontâneo da criança que está diante de si. Quanto mais aware de si, menor a probabilidade do profissional deixar-se guiar por suas próprias feridas e interrupções, dificultando com isso a retomada do crescimento do outro.

Para que este encontro favoreça o desenvolvimento da criança, o psicoterapeuta deverá contar com o suporte da psicoterapia pessoal e da supervisão, cuidados fundamentais com sua história em constante atualização. Nesse esforço gentil e cuidadoso, poderá aprimorar seu contato, abertura e presença consigo e com o outro. Sem esse investimento pessoal, poderá pôr em risco uma das crianças em cena, a sua ou a do cliente.

É preciso reconhecer que os livros nos dão pistas, mas, não nos ensinam a *estar-com* crianças, pelo simples fato de que experiência não se aprende, se vive. O encontro é contato, disponibilidade e entrega; é permissão para tocar e ser tocado, é *transformar-se-com*. A linguagem perdida, busca constante do psicoterapeuta infantil, é a linguagem viva e espontânea de ser... Ser criativo, ser espontâneo, ser livre, *ser-com-o-outro*...

Em última instância, o encontro genuíno é o oxigênio do processo psicoterapêutico infantil. A respeito disso, uma vez, ouvi uma comparação belíssima, com a qual concordo em absoluto: de que a psicoterapia com crianças é como uma tatuagem na alma, que marca para sempre. E, por isso, a questão é sobre qual registro queremos deixar nas crianças que passam por nós. O que pude descobrir é que cada uma delas também tatua algo em mim que me permite reconhecer em minha alma o colorido de seus traços.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, L. **Gestalt-terapia com crianças**: teoria e prática. São Paulo: Livro Pleno, 2014.
- ANTONY, S. Um caminho terapêutico na clínica gestáltica com crianças. *In*: ANTONY, S. (Org.). **A clínica gestáltica com crianças**: caminhos de crescimento. São Paulo: Summus, 2010. p. 79-108.
- AXLINE, V. M. **Dibs**: em busca de si mesmo. Rio de Janeiro: Agir, 2005.
- FÉ. *In*: GRANDE Dicionário Houaiss Online. [S. l.]: UOL, [2020]. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br/>. Acesso em: 18 jun. 2020.
- HUIZINGA, J. **Homo Ludens**: o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- HYCNER, R.; JACOBS, L. **Relação e cura em Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 1997.
- OAKLANDER, V. **Descobrimo crianças**: a abordagem gestáltica com crianças e adolescentes. São Paulo: Summus, 1980.
- PAJARO, M. V. **Gestalt-terapia com crianças**: uma análise de sua produção teórica no Brasil. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/19080>. Acesso em: 18 jun. 2020.
- PERLS, F.; HEFFERLINE, R.; GOODMAN, P. **Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 1997.
- POLSTER, E.; POLSTER, M. **Gestalt-terapia integrada**. São Paulo: Summus, 2001.
- REHFELD, A. **[Quem não sabe esperar se des espera]**. 27 maio 2020. Instagram: @arirehfeld. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CAtBN5BBWXH/>. Acesso em: 18 jun. 2020.
- ZANELLA, R. A criança que chega até nós. *In*: ANTONY, S. (Org.). **A clínica gestáltica com crianças**: caminhos de crescimento. São Paulo: Summus, 2010. p. 109-122.
- ZINKER, J. **Processo criativo em Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 2007.

CAPÍTULO 5

TRAUMA, NEUROCIÊNCIAS E GESTALT-TERAPIA: INTEGRANDO PRÁTICAS E ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

Simone Aparecida de Souza Dreher¹

Meu pai um dia me falou
Pra que eu nunca mentisse
Mas ele também esqueceu
De me dizer a verdade
Da realidade do mundo
Que eu ia saber
Dos traumas que a gente só sente
Depois de crescer

Los Hermanos, Traumas
(Composição de Erasmo Carlos)

Tenho pensado há algum tempo como será que Fritz Perls integraria as abordagens e protocolos de aplicação a traumas e transtornos que foram elaborados a partir dos estudos da neurociência, posteriores à sua vida.

Sentindo a necessidade de trabalhar na clínica com o tema do trauma e curiosa sobre as abordagens que se utilizavam da neurociência, decidi buscar a Dessensibilização e reprocessamento por movimentos oculares (*Eye Movement Desensitization and Reprocessing* – EMDR) (SHAPIRO, 2020) e o Brainspotting (GRAND, 2016). O EMDR foi desenvolvido nos EUA no final dos anos 1980 pela Dra. Francine Shapiro, buscando permitir a estimulação dos hemisférios cerebrais onde as lembranças dolorosas são armazenadas; e o Brainspotting, pelo Dr. David Grand (2016), buscando funcionar como uma ferramenta neurobiológica, chegando a experiências e sintomas que normalmente estão fora do alcance da mente consciente.

Tanto o EMDR quanto o Brainspotting são abordagens que utilizam protocolos e intervenções. Apesar de ancorar minha prática clínica de forma parcial em ambos, minha sustentação teórica e prática – ou seja, a forma como enxergo as pessoas e leio o mundo – é a partir da Gestalt-terapia, logo, com ênfase em uma leitura fenomenológica e existencial.

Compreendo a esta altura, porém, que qualquer intervenção psicoterapêutica estará incompleta se não houver entendimento mínimo dos fundamentos da neurociência. A

1. Gestalt-terapeuta. Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Psicóloga clínica (CRP-08/07024). Formação e certificação em EMDR e Brainspotting. Professora do curso online “Gestalt-terapia na prática” (PsicoClub).

neurociência não está somente nos achados clínicos e dentro de grandes centros mundiais de pesquisa, ela está viva e atuante nas práticas terapêuticas, dentro de nossos consultórios ou em quaisquer contextos em que a prática da psicoterapia aconteça.

Caso pudesse aconselhar novos e antigos psicoterapeutas sobre isso, eu diria: se você ainda tem alguma ressalva em estudar ou buscar conhecer os fundamentos da neurociência, repense isso. A neurociência possibilita um olhar para o que acontece dentro do cérebro dos clientes enquanto eles relatam alguma queixa, ou até mesmo na anamnese, além de permitir entender as estruturas mentais e toda circuitaria que se formou com as memórias afetivas e eventos-chave na vida da pessoa. Buscar conhecer de onde e de que forma esses registros foram armazenados e quais as crenças que trouxeram para a vida desse cliente tem grande potencial para auxiliar na condução da psicoterapia.

Estudar a neurociência me levou também a entender sobre o trauma e como basicamente todas as pessoas que atendi até hoje, de alguma forma, sofreram algum. Ao pensar de forma fisiológica sobre os traumas psicológicos, Griffin, Charron e Al-Daccak (2014 *apud* SHAPIRO, 2020, p. 27) escrevem que “ele está associado a inúmeras alterações no sistema nervoso causado pela liberação de cortisol, picos de adrenalina, flutuações nos neurotransmissores e assim por diante, cujo resultado é uma perda de homeostase”. Segundo Shapiro (2020), devido a esse desequilíbrio, o sistema de processamento de informação não funciona de maneira ideal e, com isso, as informações adquiridas no momento do evento (traumático), incluindo sons, emoções e sensações físicas, são armazenadas em seu *estado perturbador*. Isso explicita a relevância do tema para a psicoterapia.

Ainda de acordo com Shapiro (2020), podemos classificar os traumas em “Traumas com T maiúsculo” e “traumas com t minúsculo”. Os traumas com t minúsculo seriam os eventos adversos de vida, sendo assim classificados para indicar o nível de impacto causado por eles. Esses traumas com t minúsculo ocorrem, muitas vezes, na infância e, mesmo não tendo um grande impacto, podem ter consequências negativas duradouras, pois também codificam sensações e afetos negativos, os quais podem emergir espontaneamente quando desencadeados por situações do presente. Assim, ainda que sejam designados com t minúsculo, esses eventos não foram pequenos para a criança. Podemos citar como exemplos as humilhações às quais a maioria de nós, se não todos, foi exposta em determinados momentos da infância, seja por cuidadores e familiares ou por outras crianças.

Por outro lado, os Traumas com “T maiúsculo” seriam traumas chamados complexos, que marcam uma vida. Seriam eles: guerras, crimes, suicídios, violência, abusos (sexual, físico e/ou emocional)... No entanto, incidentes comuns também podem se configurar traumas complexos, pois cada pessoa é única e não podemos generalizar o que é impactante para um indivíduo. Mas, é importante entender que essa classificação pode nos ajudar, principalmente, em situações em que o cliente diz: “nem sei porque

estou aqui, minha vida foi perfeita”; ou em que vê os eventos de traumas complexos com naturalidade. É importante ter claro que os traumas são aqueles acontecimentos que desafiam e subjagam nossa capacidade de lutar e reagir, causando um congelamento. Para mim, a psicoterapia é uma ferramenta poderosa para descongelar ou ressensibilizar essas pessoas que chegam até nós.

Venho utilizando muitos aprendizados da neurociência nos atendimentos. Particularmente, penso que esta seja uma forma de aproximar o cliente da fisiologia emocional do seu próprio cérebro, e a minha própria forma de entender o que aconteceu/ está acontecendo na formação dos pensamentos e ideias que o cliente tem acerca de si.

Quando trabalho os traumas com T maiúsculo e t minúsculo que esses clientes vivenciaram, é de grande valia informa-los sobre como o cérebro processou essas vivências. A isso chamamos de *psicoeducação*, que nada mais é do que acolher a dor do outro explicando que, na idade em que sofreu tal trauma, ele não tinha outros recursos para processar aquilo que estava vivendo, e que, quando nossos cuidadores não nos defendem (por também não entenderem sobre linguagem emocional), criamos muitas crenças negativas sobre nós mesmas/os, como “sou ruim”, “não mereço cuidado”, “não mereço amor” e assim por diante. Ou ainda que, quando o cérebro, ao sofrer o trauma, congela nossas emoções, e aprendemos a “não lidar” com algumas situações de vida toda vez que sentimos uma emoção parecida com aquela que causou o trauma. Isso porque a memória é associativa e vamos, instintivamente, dissociando ou congelando as emoções como forma de proteção.

Com isso, trazemos o cliente adulto para “o aqui e agora”, pois ele pode enfrentar a situação. Lá atrás, quando era só uma criança, ele não tinha recursos para isso. Todos esses conceitos têm aberto um caminho maior para a adesão ao processo terapêutico, pois, quando o cliente começa a ouvir sobre a formação de seus traumas lá na infância, *dando nomes* (abuso, falta de acolhimento, não validação, não foi visto etc.) para esses episódios e não apenas relembrando-os como fatos do passado, ele fica muito mais consciente de como essa dor está ali em sua vida e há quanto tempo, e de que ela é legítima.

Esses conceitos nos fazem pensar, como Gestalt-terapeutas, em *awareness*. Ginger (2010), importante teórico da Gestalt-terapia francesa, discute como diversos conceitos da neurociência na atualidade são capazes de validar a Gestalt-terapia e outros construtos terapêuticos que surgiram de forma intuitiva. Assim, não é à toa que muito do que tenho aprendido da neurociência me traz à consciência conceitos de Gestalt-terapia e da prática clínica de Fritz Perls.

PSICOEDUCAÇÃO: FALANDO DE NEUROCIÊNCIA COM CLIENTES EM PSICOTERAPIA

Gostaria de apresentar de uma forma simples parte do que faço no dia a dia em

minha prática como Gestalt-terapeuta ancorada na neurociência. Como faço esse trabalho de psicoeducação no consultório? Como instrumentalizo emocionalmente os clientes com informações da neurociência?

Primeiro, contextualizo de forma breve para o cliente exatamente a forma como fui aprendendo e associando a neurociência, na vivência, à construção dos traumas em nossas vidas. Começando pela evolução humana e a origem de nosso cérebro atual como adaptação para fazer frente às necessidades de acomodação e funcionamento das exigências naturais e psicossociais dos seres humanos, ou seja, um cérebro mais funcional e complexo do que de nossos predecessores. De acordo com MacLean (1990)², o cérebro humano funciona de maneira trina, sendo composto pelo cérebro reptiliano, cérebro límbico e neocórtex. Este cérebro trino integra tanto nossos impulsos físicos quanto os emocionais e os impulsos lógicos.

O cérebro reptiliano, conhecido também como guardião da sobrevivência, é responsável pela autopreservação e nos coloca em estado de alerta para receber e processar as informações do mundo. Nossos órgãos do sentido estão diretamente ligados a ele, processando as experiências primárias não verbais de aceitação ou rejeição.

Já o cérebro límbico (ou cérebro dos mamíferos) está ali para dar respostas às situações em que sentimos medo (com resposta de fuga) ou necessitamos reagir (apresentando resposta de luta). Está associado à capacidade de sentir e de desejar e aos processos, principalmente, às nossas motivações ou impulsos básicos. Aqui, é importante enfatizar: *é no cérebro límbico que todas as nossas emoções são sentidas.*

Nosso último cérebro no modelo proposto por MacLean (1990), o neocórtex, é imbuído da lógica e dos aprendizados, de crenças e valores que fomos introjetando e aprendendo, dia após dia, na nossa vida. E é com esse cérebro trino que nascemos para enfrentar e lidar com as situações cotidianas no mundo ao longo de nossa existência.

Todavia, com cada crença, valores e vivências, passados de geração a geração pelas culturas e por nossas famílias, aprendemos a repetir padrões que nem sempre foram saudáveis, por vezes, com distorções dos papéis e vínculos familiares. Em especial, os escritos de Bert Hellinger caminham na direção de nos ajudar a entender sobre pertencimento, hierarquia familiar, trauma transgeracional, entre outros conceitos.

No momento em que me debruço sobre esse texto, como Gestalt-terapeuta e como pessoa, repenso sobre as minhas próprias crenças e valores introjetados que me engessaram durante tanto tempo. A minha criação (me atrevo a dizer que, talvez, a de toda a minha geração) me colocou o tempo todo para “pensar”, “pensar” e “pensar” excessivamente. Parte dos meus introjetos mantinha sempre a pergunta: “o que os outros vão dizer?”, “criança educada não faz isso”, “não diz aquilo”, “não age desse jeito”, “não chora”, “não grita”, “não põe a mão ali”, além de tantos outros discursos e valores

2. Historicamente, vale mencionar que, apesar desta teoria ter sido elaborada em 1970 pelo neurocientista Paul MacLean, ela só foi publicada e apresenta em 1990.

introjetados deste mesmo teor.

Nesse processo de autopercepção e percepção do outro, pude perceber em mim e em muitas pessoas do meu convívio, bem como em meus clientes, um excesso de dissociação emocional – ou seja, não falamos quando temos vontade de falar, não choramos quando temos vontade de chorar. Muitos de nós adoeceram o corpo implodindo e tentando suprimir as próprias emoções, o que costumo chamar de analfabetismo emocional.

Hoje, sabemos pelos estudos da neurociência que as emoções governam nossas ações, quer tenhamos aprendido a lidar com elas ou não. Medo, tristeza, alegria, raiva e nojo possuem características próprias e agem como respostas fisiológicas e emocionais específicas. Para cada emoção, existe um impulso que nos move a uma ação. E qual o impacto disto na vida cotidiana? Quanto mais “entendedores” de nossa realidade e dos nossos próprios sentimentos, maiores são as possibilidades de nos expressarmos de forma assertiva em resposta às demandas da vida.

Nascemos com os melhores equipamentos fisiológicos, e esses foram colocados à prova nos ambientes onde vivemos, principalmente, do nascimento até os 7 anos (ou, para alguns cientistas, 3 anos). Entretanto precisamos de bons operadores (cuidadores) para manejar esses equipamentos, pois, até por volta da idade de 3 anos, é necessário que esse cuidador regule as funções ligadas ao afeto, sendo um facilitador (ou não) para as engrenagens emocionais funcionarem de forma satisfatória (BERGMANN, 2014). Ou seja, essa autorregulação emocional da qual a criança necessita ainda pequena é uma das tarefas de nossos cuidadores. E, cá entre nós, você conhece muitos cuidadores com essa capacidade?

Ou seja, as nossas respostas e manifestações a estímulos emocionais e físicos do ambiente foram ditadas pela forma como nossos cuidadores/treinadores operaram ou programaram esse “equipamento”. Com isso, é quase inevitável que diversos traumas sejam experienciados ao longo de nosso desenvolvimento infantil.

Nessa direção, é importante mencionar a Experiência Somática (SE), uma prática terapêutica desenvolvida por Peter A. Levine (1977, 1999), que estudou a concepção do trauma. Para o autor, trauma “faz parte da condição humana”, portanto, é algo inerente, universal e do qual somos incapazes de escapar. Levine chegou a essa constatação após estudar animais em seus habitats, fazendo-se o seguinte questionamento: se temos o mesmo cérebro dos mamíferos, por que estes não desenvolvem traumas?

A resposta encontrada por Levine foi que, ao contrário dos animais, somos, em muitos casos, “inibidos” de completar o ciclo fisiológico natural do corpo após um evento traumático, que seria fugir, atacar ou lutar (defender), processos naturais em execução em nosso cérebro (reptiliano e límbico). Dessa forma, ficamos interrompidos em nossos ciclos e desenvolvemos traumas em períodos do nosso desenvolvimento.

Apesar da complexidade e da quantidade de informações sobre traumas e neurociência, acredito que o trabalho de psicoeducação instrumentaliza os clientes sobre

aquilo que vivem, percebem e experienciam cotidianamente, sendo fundamental dentro de seus processos psicoterapêuticos. Não existe um *script* pré-determinado de como essas informações serão passadas aos clientes. Em minha prática, as divido com eles de maneira particular e individualizada, conforme suas singularidades. Às vezes, compartilhamos mais informações; por vezes, menos informações, de maneiras distintas. O que faço é dividir parte do que aprendi e tenho aprendido sobre a neurociência, a partir de cada leitura ou novas teorias.

Pensar sobre o conceito de campo (teoria de campo) de Kurt Lewin é outra fonte e base de trabalho da Gestalt-terapia que ajuda a entender sobre a “construção” dos traumas:

Ou seja, o comportamento do ser humano deriva de dois fatores fundamentais: 1) O comportamento deriva da soma total dos fatos ocorridos e coexistentes em determinada situação, e a situação total gerada é o que gera o comportamento nas pessoas. 2) Esses fatos ocorrem de maneira dinâmica e interativa, onde cada fato influencia e é influenciado pelos outros e pelo todo. Esse campo dinâmico é o conhecido campo psicológico da pessoa e é o que ajusta e modifica o modo de ver e entender as coisas ao seu redor (CARRER; EBINA; VILELA, [2016], p. 5).

Outra forma de apresentar o mesmo tema nesse processo psicoeducativo é através da arte com desenhos animados. Um exemplo é sugerir que assistam ao filme *Divertida Mente* (2015), trazendo discussões sobre as emoções para o *setting* terapêutico. Dessa forma, vou preenchendo as peças desse complexo quebra-cabeça que é o nosso cérebro e tudo o que é capaz.

O que busco com essa psicoeducação é colocar o cliente a par do funcionamento do seu cérebro, dando-lhe assim mais ferramentas para agir e se compreender, ampliando a *awareness*, além de promover especialização e temporalização no aqui-agora, nunca esquecendo a vinculação que acontece no *setting* terapêutico.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE TRAUMAS

Não é incomum que, ao pensarmos sobre traumas, estes sejam compreendidos como eventos dramáticos e marcantes em nossas vidas. Contudo, nem sempre o trauma é tão marcante ao ponto de nossos clientes o apresentarem como uma demanda clínica *a priori*. No consultório, percebo, a partir da fala dos clientes, que, por vezes, algo está faltando para que possamos trabalhar uma determinada demanda, algo em parte de suas histórias de vida, como se fossem quebra-cabeças, mas, com peças ausentes em suas narrativas.

Quando aproximamos conceitos da Gestalt-terapia a estudos contemporâneos da neurociência, é possível perceber o quão fascinantes são algumas associações. As compreensões sobre o que é figura e o que é fundo nos traumas vividos pelos clientes; aquilo que aparece ou não no discorrer da história do cliente, suas partes esquecidas,

irrefletidas, que também nos aproximam dos conceitos da Psicologia da Gestalt de *todo* e *parte*; seus ciclos de contato que não fecham, inacabados ou interrompidos; seus mecanismos de defesa e evitação do contato que aparecem; seus ajustamentos criativos que nos chegam como diagnósticos psicopatológicos, entre outros.

E o que vemos acontecer com nossos clientes é a dificuldade da mudança e a repetição de ciclos, que quase sempre são interrompidos por carecerem de recursos emocionais, fisiológicos e até mesmo lógicos para dar respostas satisfatórias às suas necessidades. Por vezes, relatam congelamento frente a algumas situações ou a falta de recursos para enfrentá-las, momentos em que percebo a existência dos vários traumas com “t minúsculo”: eles não foram fortes o suficiente para marcar toda uma vida, mas, fizeram um “estrago”, deixando marcas em seu desenvolvimento psíquico. Frequentemente, aconteceram em situações cotidianas, principalmente, vividas na infância, em que foram repreendidos, desrespeitados, acusados, ou não foram defendidos e/ou acolhidos por algum de seus cuidadores.

Costumo dizer que não vemos na natureza, como bem pensou Levine (1999), um leão adulto com problema de identidade, questionando-se: será que caço ou espero alguém caçar por mim? Será que luto ou fujo para a toca de meu pai? Nessa leitura sobre necessidades e recursos, o leão tem respostas imediatas, ele segue seus instintos e geralmente se dá bem ou encontra formas de ajustamento.

Ainda sobre essa comparação com os animais e o processo de desenvolvimento humano permeado por traumas, o leão, quando filhote, foi acolhido, lambido e cuidado no tempo certo, aprendendo a confiar em seus instintos e a atender às suas necessidades. Aprendeu, assim, observando seus pais e outros de seu grupo, que estes também sabiam e confiavam em todo seu potencial, usando-o para sobreviver.

E nós, humanos? Quantas vezes fomos expostos a ambientes com ausência de acolhimento, sem olhares de confirmação, sem cuidados ou mesmo uma orientação para que aprendêssemos a atender às nossas próprias necessidades? A exposição a esses contextos interrompem os nossos ciclos de desenvolvimento e constituem traumas que serão revividos ao longo da nossa existência.

A GESTALT-TERAPIA NA INTERFACE COM AS NEUROCIÊNCIAS

Talvez esta seja uma pergunta comum: onde nossos traumas estariam alojados? Estariam nossos traumas em nosso cérebro racional? Compreendo que não. Nossos traumas estão em nosso cérebro mais primitivo, registrados em nossas memórias, com bastante frequência, por meio das sensações físicas e emocionais vividas. E a Gestalt-terapia nos dá recursos para trabalhá-los.

Aprendemos a ser gente experienciando a vida ao nosso entorno, descobrindo a cada ano e a cada fase as dores e as alegrias da existência. Cada uma dessas

vivências deixa marcas, por vezes, imperceptíveis, mas, presentes em nossas memórias. A neurociência mapeou o trauma e nos mostrou o papel importante que a memória tem sobre ele. Nossas memórias são compostas por associações ou por dissociações, estas acontecendo como resposta a uma dor, a uma situação em que experienciamos vergonha, tristeza ou sentimentos negativos ao longo da vida.

Perls costumava dizer: “perca a cabeça, chegue aos sentidos”. Isto nos faz pensar que a Gestalt-terapia há muito tempo conversa com o cérebro primitivo. Mesmo que, historicamente, os textos da área não fizessem menções a esse cérebro primitivo, é marcante na abordagem o seu trabalho com emoções interrompidas na memória, revivendo o passado na experiência presente, vivenciando fantasias e “distraindo” nosso cérebro lógico, enquanto possibilita ressignificar “monstros” que estiveram presos e fixados por muitos anos na repetição da dor, da tristeza, da raiva, do lamento, do nojo, do medo, entre outros.

Toda essa conversa com o cérebro primitivo é feita através de experimentos em Gestalt-terapia. Os experimentos permitem que seja possível viver novamente aquilo que, por algum motivo, não pode ser expresso no passado, resgatando essa vivência no aqui e agora do *setting* terapêutico. Para Zinker (2007, p. 141), “o experimento é a pedra angular do aprendizado experiencial. Ele transforma o falar em fazer, as recordações estéreis e as teorizações em estar plenamente presente aqui, com a totalidade da imaginação, da energia e da excitação”.

Sabemos que adultos dissociados *congelaram* suas emoções, mesmo sendo, em alguns casos, um ajustamento criativo. Mas, um ajustamento criativo, quando cristalizado, se torna resposta não satisfatória para outras situações gerais que vivemos e que, às vezes, nos solicitam que as enfrentemos ou fuçamos. É como se esses adultos estivessem desconectados e não tivessem à disposição todo o seu aparato fisiológico e emocional para dar respostas específicas a cada nova situação. Com isso, muitas vezes, rimos quando temos vontade de chorar, fugimos quando deveríamos lutar, nos vitimamos quando deveríamos colocar limites.

Os experimentos de Gestalt-terapia – como trabalhar as polaridades dos clientes, a cadeira vazia, os sonhos, a fantasia guiada, assim como tantos outros –reprocessam, como compreendido a partir da neurociência, as experiências dolorosas que, no passado, não puderam ser expressas, sentidas e vividas. Este reprocessamento ensina nosso cérebro a fazer novas conexões neuronais, devido à plasticidade neuronal, sendo estabelecidas novas modulações em nosso cérebro.

É importante nosso cliente saber que o cérebro é modular. Que, se eletrodos fossem colocados em sua cabeça no *setting* terapêutico, enxergaria ondas magnéticas aumentando em seu campo cerebral, onde antes não havia este movimento. Seria praticamente como assistir ao seu cérebro fazendo novas sinapses e novos caminhos neurais. A Gestalt-terapia, como uma psicoterapia, portanto, muda o cérebro, muda os caminhos neuronais

e possibilita novas modulações, pois aquilo que foi vivido no *setting* se transforma em lembranças em nossa memória. E aquilo que foi para a memória pode ser recurso futuro em vivências para as quais, antes, não tínhamos uma resposta.

Dito isto, volto a pensar em Perls e em como sua prática estava sensivelmente ligada à contemporaneidade. A neurociência, ao discutir a tríade dos cérebros (reptiliano, límbico e neocórtex) e ao pensar sobre as experiências traumáticas, acabou demonstrando uma prática intuitiva bastante frequente de Fritz Perls: a de propor para aos seus pacientes que saíssem do pensamento lógico e cognitivo, liberando e contatando suas emoções presas ou interrompidas.

A maestria de Perls residia em intervenções assertivas, como pedir a seus pacientes que, durante vivências, evitassem “falar sobre” (PERLS, 1977, p. 70), o que chamava de “sobreísmo”, e experimentassem falar “como”, implicando-se naquilo que viviam. Perls parecia saber desde sempre *onde* se encontrava todo o sofrimento humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espero que as explanações que apresentei neste texto possam dar a Gestalt-terapeutas a possibilidade de se aproximarem da neurociência e a enxergarem forma mais rica e ao alcance de todos. Em minha opinião, a neurociência se apresenta de forma a validar definitivamente tanto a Psicologia quanto a Gestalt-terapia. Principalmente como resposta cientificamente embasada aos leigos e preconceituosos que perguntam, ainda nos dias de hoje, em tom de deboche: “o que essa conversinha com um psicólogo poderá mudar em sua vida?”.

Um excelente profissional se faz na “lida” diária da sua prática e nas horas de estudo que dedica para ampliar seus conhecimentos. Penso que o grande diferencial da Gestalt-terapia é a possibilidade de mudanças reais e a expansão do potencial humano, bem como a ressignificação de traumas e dissociações.

A Gestalt-terapia, portanto, se trata de uma abordagem que desnuda a fala cognitiva e, com isso, reintegra as sensações e emoções, levando o cliente a uma vida muito mais inteira, integrada e coerente entre seu pensar, agir e sentir. E, neste sentido, corroboro com a ideia de Brownell (2014, p. 50):

A Gestalt-terapia ultimamente contribui muito para o campo da psicoterapia. Com o intuito de continuar dessa forma, deve ingressar na corrente principal e se tornar mais amplamente aceita, praticada e ensinada. Essa abordagem deve se ajustar criativamente ao *zeitgeist* do tempo, a fim de sobreviver. Isso significa que é necessário fazer pesquisas que permitam à Gestalt-terapia ocupar o lugar o seu lugar na lista das abordagens “empiricamente validadas”.

Deixo indicados como complemento de leitura e estudo dois capítulos que falam sobre traumas, do livro de Joyce e Sills (2016), autores Gestalt-terapeutas ingleses que

referenciam as abordagens contidas neste texto, e compartilho uma frase dessa obra que explica exatamente o que penso sobre trabalhar com traumas:

o trabalho com traumas pode ser exigente e estressante. No entanto, é imensamente recompensador e satisfatório ver clientes que podem ter estado sofrendo por décadas, recuperar-se de sua dor e continuar com suas vidas com confiança e otimismo (JOYCE; SILLS, 2016, p. 331).

REFERÊNCIAS

BERGMAN, U. **A neurobiologia do processamento de informação e seus transtornos**: implicações para a terapia EMDR e outras psicoterapias. [Brasília, DF]: TraumaClinic, 2014.

BROWNELL, P. **Manual de teoria, pesquisa e prática em Gestalt-terapia**. Petrópolis: Vozes, 2014.

DIVERTIDA mente. Dirigido por Pete Docter. [Emeryville]: Diney-Pixar, 2015. 1 DVD (95 min.), son., color.

GINGER, S. Neurociência valida a Gestalt Terapia. **IGT na Rede**, v. 7, n. 13, 2010. Disponível em: <https://www.igt.psc.br/ojs2/index.php/igtnarede/article/view/1986>. Acesso em: 23 jun. 2020.

GRAND, D. **Brainspotting**: a nova revolução para mudança rápida e efetiva. [Brasília, DF]: TraumaClinic, 2016.

JOYCE, P.; SILLS, C. **Técnicas em Gestalt**. Petrópolis: Vozes, 2016.

LEVINE, P. A. **Accumulated Stress, Reserve Capacity and Disease**. 1977. Tese (Doutorado) – University of California, Berkeley, 1977.

LEVINE, P. A. **O despertar do tigre**: curando o trauma. São Paulo: Summus, 1999.

CARRER, D.; EBINA, R. Y.; VILELA, R. **Forças impulsionadoras e frenadoras atuantes sobre a realização de documentários no Brasil**. [S. l.]: SBDG, [2016]. Disponível em: http://www.sbdg.org.br/web/site/wp-content/uploads/2016/10/Forcas-Impulsionadoras_29032014.pdf. Acesso em: 23 jun. 2020.

MACLEAN, P. D. **The triune brain in evolution**: role in paleocerebral functions. New York: Plenum Press, 1990.

PERLS, F. **Gestalt-terapia explicada**. São Paulo: Summus, 1977

SHAPIRO, F. **EMDR – Terapia de Dessensibilização e Reprocessamento através dos Movimento Oculares**: princípios básicos, protocolos e procedimentos. 3. ed. [São Paulo]: Amanuense, 2020.

ZINKER, J. **O processo criativo em Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 2007.

CAPÍTULO 6

DESATANDO OS “NÓS” E RECONFIGURANDO O “EU”: O LUTO DECORRENTE DO FIM DA CONJUGALIDADE NA GESTALT-TERAPIA

Keila Andréa Araújo Costa dos Santos¹

Nós dois já tivemos momentos
mas passou nosso tempo
não podemos negar...
Marisa Monte, Depois

As demandas em torno de conflitos por separações conjugais compõem frequentemente nos atendimentos clínicos psicológicos individuais, de casal ou, ainda, trazidos pelos filhos que, em geral, também são impactados pelo advento desses fenômenos. Cada momento do ciclo marital solicita revisões, alterações, modificações do contrato conjugal, para que as necessidades dos consortes sejam satisfeitas e para que os ajustes na relação aconteçam ante a complexidade da vida de casal, a falta de tempo, questões econômicas, diferenças no ciclo de vida de cada um dos cônjuges, traições, dentre outros eventos e forças que interagem, gerando descompassos, desencontros e, muitas vezes, levando ao fim do casamento.

Nos atendimentos clínicos psicoterapêuticos, é perceptível o quanto o processo de separação faz romper dores e lamentações, sobretudo, por parte da pessoa que ainda se encontra investida de energia amorosa, de sonhos e idealizações em torno do casamento ou do ser amado que partiu ou deseja partir. A separação parece lançar o cônjuge ainda investido de energia amorosa em um processo de grande padecimento, que precisa ser atravessado com coragem para que consiga atribuir novos sentidos e significados à sua existência.

As separações e os divórcios têm se tornado cada vez mais frequentes na sociedade contemporânea. As Estatísticas do Registro Civil (2018) divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apuraram 385.246 divórcios concedidos em 1ª instância ou por escrituras extrajudiciais em 2018, o que representa um aumento de 3,2% em relação ao total contabilizado em 2017 (373.216). Consequentemente, houve um acréscimo, também, na taxa geral de divórcios, que passou de 2,5% para 2,6%. Em média, os homens se divorciam em idades mais avançadas que as mulheres.

No Brasil, em 2008, o tempo médio entre a data do casamento e a data da

1. Gestalt-terapeuta. Mestre pela Universidade Federal do Amapá. Psicóloga (CRP 10-05280), com formação em terapia de casal e família. Coordenadora, professora e supervisora do curso de Aprimoramento em Psicologia Clínica Gestalt-terapia.

sentença ou escritura do divórcio era de 17 anos. Em 2018, houve uma diminuição no tempo de duração do casamento para 14 anos. Em um período de 10 anos (2008-2018), houve um aumento de 5,6% nos divórcios judiciais concedidos em 1ª instância em que os casais possuíam somente filhos menores. Esse incremento, na avaliação do IBGE, demonstra que a sociedade passou a aceitar com maior facilidade os processos de divórcio e separações e a naturalizar o acesso aos serviços da Justiça para formalização das dissoluções matrimoniais (ESTATÍSTICAS DO REGISTRO CIVIL, 2018).

Por vezes, o casamento ocupou lugar de destaque na vida de um dos parceiros, que, após o término da relação, fica a se indagar: quem sou eu agora?, o que eu farei da minha vida? Em geral, o cônjuge em sofrimento pelo fim do casamento tem dificuldades em reconhecer suas habilidades, competências, sua autonomia para realizar algo para si mesmo; então, entra em um processo de sofrimento psíquico comparado ao processo de luto, sendo possível perceber alterações comportamentais, físicas, emocionais, sociais, se tornando frequentes emoções e sentimentos como tristeza, medo, isolamento, culpa, dentre outros.

Destarte, o objetivo deste ensaio é realizar um estudo bibliográfico sobre o processo de assimilação do luto decorrente do desenlace do “nós” da conjugalidade e do processo de reconfiguração da subjetividade do ex-cônjuge sob o olhar da Gestalt-terapia. Esses objetivos visam responder às seguintes questões: de que forma a Gestalt-terapia apreende o processo de assimilação do luto por separação conjugal e como se pode manejar com o cliente o processo de reconfiguração de sua individualidade após a separação?

METODOLOGIA

Optou-se pela realização de uma pesquisa bibliográfica exploratória, por meio de uma revisão crítica e sistemática de literatura. Inicialmente, foram eleitas categorias conceituais (separação conjugal, luto, elaboração do luto e Gestalt-terapia), seguidas de buscas por publicações nos sites Google Acadêmico, SciELO, na Revista IGT na Rede e em livros especializados. Foram selecionados artigos de Férez-Carneiro (2003), Nasio (1997), Melo (2013), Sousa (2016), Fukumitsu (2013), Cardella (2009), dentre outros, em razão de suas relevantes contribuições para a sistematização das temáticas mencionadas. Posteriormente, procedeu-se a uma leitura crítica e fichamento de pontos considerados fundamentais para a elaboração do presente texto.

DESATANDO OS “NÓS”: O LUTO PELO FIM DA CONJUGALIDADE

Na primeira manhã que te perdi, acordei mais cansado que sozinho,

como um conde falando aos passarinhos, como uma bumba-meu-boi sem capitão.

E gemi como geme o arvoredo, como a brisa descendo das colinas,
como quem perde o prumo e desatina, como um boi no meio da multidão.

Alceu Valença, Na primeira manhã

A comoção causada pela perda do ser amado, expressa de maneira simbólica e tão penosa nesse trecho da música “Na primeira manhã”, revela o desvario, a perda de referência de ser e de lugar no mundo do personagem. Sua queixa parece um canto desalentado de negação da realidade que se apresenta. Nasio (1997, p. 12) explica que esse estado de dor psíquica extrema pela perda do ser amado provoca um esvaziamento do eu, um estremecimento de vida. A dor psíquica que se apresenta é reflexo do afeto remanescente, uma forma de contração do eu desesperado, que se retrai para não naufragar no nada.

“Nunca estamos tão mal protegidos contra o sofrimento como quando amamos, nunca estamos tão irremediavelmente infelizes como quando perdemos a pessoa amada ou o seu amor”, aduz Sigmund Freud (1930 *apud* NASIO, 1997, p. 27). Esse prenúncio do pai da psicanálise, de acordo com Nasio, revela o paradoxo incontestável do amor: “apesar de ser uma condição indispensável à natureza constitutiva do ser, é também caminho insuperável de sofrimento, porquanto, quanto mais se ama mais se sofre” (p. 37). Por esse motivo, explica o autor, é que a ruptura de um laço amoroso produz um estado de choque, uma dor semelhante àquela gerada por uma agressão física, provocando um rompimento da homeostase psíquica do indivíduo.

Não obstante a qualidade da relação ou de qual dos cônjuges partiu o desejo de separar, o fim de um relacionamento amoroso é sempre um evento estressante em sua totalidade, porquanto muitas forças interagem em torno desse problema. Os envolvidos, em geral, ficam abatidos, vulneráveis, desguarnecidos de vitalidade. “A dor causada pela separação é comparada a uma lesão do laço íntimo com o outro, uma dissociação brutal daquilo que foi chamado a viver junto” (NASIO, 1997, p. 25).

Parkes (2009) afirma que a separação do ser amado se assemelha a uma mutilação; machuca tanto que, na escala de causas de estresse, vem imediatamente após a morte de uma pessoa muito significativa. Por este motivo, é razoável que alguém que acaba de se separar experimente alterações físicas, emocionais, intelectuais, sociais e espirituais consideradas típicas de um processo de luto e que essa pessoa precise de um tempo para que as feridas sejam curadas, cicatrizadas, ressignificadas e para que o equilíbrio se reestabeleça.

O luto precisa ser compreendido como uma reação e envolve uma ampla variedade de sintomas físicos, emocionais e comportamentais que são comuns após uma perda. O luto revela um estado de carência homeostática física e psíquica ante a perda de alguém importante. Caracteriza-se, também, por ser o período um percurso necessário para a restauração das funções anteriormente citadas (WORDEN, 2013).

De maneira simbólica, Karina Fukumitsu (2013), psicóloga e Gestalt-terapeuta, declara que a perda de uma pessoa querida abre uma ferida existencial, uma lesão que necessitará de tempo para fechar. Segundo essa autora, o processo de luto é comparado a um período de cicatrização desse ferimento, e “[...] pode ser compreendido como um processo de ajustamento à perda, um momento de crise existencial, que faz parte do desenvolvimento humano” (FUKUMITSU, 2013, p. 29). Ressalta que o luto deve ser entendido como um momento de crise, um processo em busca de fechamento, e não como uma doença.

Deve-se observar, então, que luto é diferente de doença. Ao contrário, é um processo natural, um momento de autorregulação ante a perda. Por esta razão, o processo de luto inclui uma variedade de sentimentos, pensamentos e reações em certos níveis comuns a todo ser humano, mas, experimentados de maneiras distintas. A autora reforça que há uma tendência, durante o luto, de as pessoas questionarem o sentido da vida e da impossibilidade de desfecho dessa dor. Contudo, assevera que toda experiência de vida e, especificamente, em uma situação de perda, há uma chance de mudança e crescimento como ser humano.

Pelas lentes da Gestalt-terapia, o luto é visto como um processo e não como um estado. O luto não é algo definido e estático; é, sobretudo, um processo, uma experiência que cada pessoa vivencia singularmente, ainda que sejam observadas certas semelhanças. O luto é uma experiência inevitável dentro do ciclo vital, experimentado ante as perdas. É um período de tempo necessário para o florescimento de uma nova fase da vida. Portanto, o luto não pode ser visto unicamente pelo conjunto de sintomas que surgem após uma perda e que desaparecem depois; deve ser considerado uma experiência de vida singular digna de cuidado e respeito (SOUSA, 2016).

É possível que o processo de luto se torne complicado – isto é, que se cronifique e se alongue demasiadamente, causando danos às funções da vida da pessoa enlutada, além de prejuízos econômicos, sociais, emocionais etc. A ocorrência dessa forma de luto em razão do fim de relacionamentos pode acontecer quando o ex-cônjuge não tem anuência para expressar sua dor, ainda que a relação seja reconhecida socialmente (NEVES, 2015).

Sousa (2016) elenca situações que dificultam o processo de elaboração do luto, tais como: impedimento do enlutado para expressar e compartilhar sentimentos e pensamentos advindos da perda da pessoa amada; quando há a negação ou inibição de rituais lutosos; e a falta de apoio social durante a vivência do luto. A autora evidencia que, na sociedade contemporânea, o luto, assim como a morte, é visto como algo a ser evitado. Nos casos de separação, os cônjuges enlutados são compelidos a abandonarem prematuramente seu processo de luto, mantendo experiências inacabadas que tendem a se repetir em situações futuras.

No casamento que se ajustava criativamente pela confluência disfuncional, que se sustentava na ideia de que “nós somos um”, nota-se que a pessoa parece perder a

noção do “eu” quando o “nós” da conjugalidade se desata, uma supressão do sentido de referência pessoal. Isso pode tornar o processo de separação e elaboração do luto ainda mais penoso e mais difícil de ser atravessado. Com o término, a identidade conjugal, aos poucos, vai se desatando, se desfazendo, impelindo os ex-cônjuges a uma redefinição de suas identidades.

Desconstruir a conjugalidade após a separação e, simultaneamente, reconstruir uma nova identidade é um processo lento e vivenciado com dificuldade pelos ex-cônjuges. A vivência de uma maior liberdade se mistura com o sentimento de solidão, de fracasso, de mágoas e ressentimentos, tornando os primeiros tempos após a separação particularmente difíceis para os ex-parceiros. Nos casamentos que se constituem em torno da fronteira do nós, uma das dificuldades mais comuns relatadas pelos cônjuges mal individualizados é a dificuldade de ficar “só” consigo mesmo, e ainda ter de assimilar a ausência do parceiro que se foi.

Na medida que se considera o luto como um processo, essa temática tem sido estudada e pesquisada de várias formas e por diferentes teorias. Muitos teóricos compreendem que o processo de elaboração do luto envolve uma movimentação do enlutado em torno de estágios (KÜBLER-ROSS, 2008), fases (PARKES, 2009) e tarefas (WORDEN, 2013) a serem transpostas ou cumpridas.

Fukumitsu (2013), em seus estudos acerca das perdas no desenvolvimento humano, propõe uma divisão de temas ao que ela denomina de “processo de luto, processo de cicatrização e processo de sobrevivência e recomeço” (p. 29), como caminhos para a assimilação do luto. Deve-se ressaltar a importância dos estudos dessa autora acerca das temáticas em torno da morte, suicídios e luto, notadamente, porque são assuntos carregados de preconceitos e tabus e com pouca produção literária dentro da Gestalt-terapia.

Contudo, como bem ressalta Fukumitsu (2013, p. 51), na Gestalt-terapia, o que se enfatiza é o olhar fenomenológico acerca dos eventos, circunstâncias da vida. Por isso, o método fenomenológico é um convite para o não enquadramento da singularidade das experiências humanas em categorias previamente estudadas, selecionadas e aceitas. Para essa autora, a fenomenologia é uma proposta significativamente complexa, que exige um interesse para transformar e para lidar com o novo sem teorização prévia, deixando explícita a descrição detalhada do fenômeno como se mostra (*epoché fenomenológica*).

Assim, o processo de luto decorrente do fim da conjugalidade, sob a ótica da Gestalt-terapia, para além das características objetivas, comuns à maioria das pessoas, no que tange à manifestação de sentimentos e comportamentos, refere-se a uma vivência, a uma experiência tomada por sua singularidade. Logo, não há como fazer generalizações; o importante é buscar, por meio de uma postura fenomenológica, apreender o sentido da experiência vivida pela pessoa enlutada, a fim de compreender as forças que interagem no campo relacional que facilitam ou dificultam a travessia dessa experiência.

Mormente, considera-se que o processo de luto por separação envolve o reconhecimento do que se perdeu com o fim da conjugalidade (papéis, companhia, apoio emocional, econômico etc.) e a abertura de espaço para o acolhimento, abrigo para as dores e os sofrimentos decorrentes dessa perda, que precisam ser manifestados com segurança até que se esgotem naturalmente. O processo de luto deve ser compreendido, sobretudo, como um processo gradativo de desapego das coisas que se foram, espaço para a lamentação direcionada a elas e para a possibilidade de reconfiguração de uma nova identidade.

O PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO DO LUTO PELO DO FIM DA CONJUGALIDADE: RECONFIGURANDO O “EU”

Vou seguindo pela vida me esquecendo de você.

Eu não quero mais a morte, tenho muito que viver,

vou querer amar de novo e se não der não vou sofrer.

Já não sonho, hoje faço, com meu braço o meu viver.

Milton Nascimento, Travessia

A pessoa cuja vida foi radicalmente impactada com o fim do casamento se vê compelida a realizar uma travessia de amarguras e dores, muitas vezes sem perceber que esses momentos também podem ser transformados em portais para novas formas de ser e viver. Comumente, a pessoa enlutada resiste em fazer contato com as emoções e lembranças do que perdeu, por medo de ser aniquilada pela dor. Essa atitude é compreensível, porquanto, para os enlutados, as recordações parecem reavivar as feridas, dificultando a cicatrização.

Ribeiro (2007a) explica que, diante de uma ameaça, o “eu” procura, naturalmente, ajustar-se à realidade da maneira mais rápida e econômica que encontrar, reagindo às situações repetida ou automaticamente, como forma de proteção, mobilizando a quantidade mínima de energia necessária, para manter um equilíbrio possível. Como o autor alude (RIBEIRO, 2007b), resistir é essencialmente uma forma de contato que, do ponto de vista da psicoterapia gestáltica, não pode ser destruída, mas, manejada, porque surge como uma defesa da totalidade vivenciada pela pessoa.

Notadamente, cada ser humano tem um jeito singular de lidar com os acontecimentos da vida e com sua própria história, não sendo possível fazer previsões acerca do futuro ou prescrições daquilo que precisa ser feito, falado, vivido, e isso se aplica também aos processos de assimilação do luto e de reconfiguração da individualidade pós separação conjugal. Entretanto, como lembra Fukumitsu (2013, p. 16), o importante é que, em algum momento, a pessoa consiga perceber que as “perdas são experiências do viver, como as

inúmeras experiências que ensinam, transformam, deformam e formam”. Aprender a lidar com as perdas, segundo essa autora, requer do ser humano muito mais do que aceitação da perda, exige um trabalho ativo para dentro de si mesmo, de autoconhecimento.

Vale dizer que a Gestalt-terapia, sustentada em suas teorias de base e filosóficas, acredita no potencial humano e na habilidade de ser o que sabe melhor e mais sobre si mesmo, ainda que em situações de aparente desordem. Admite que há um movimento organísmico em direção à inteireza, por meio do contato atento com os eventos mais importantes do campo organismo-meio. Essa abordagem compreende, ainda, que o crescimento, o amadurecimento decorre do reconhecimento e assimilação dos eventos, os quais habilitam o ser humano a dar respostas mais integradas ante as forças conflitantes que interagem, ao invés das simples introjeções ou rejeições acumuladas pela pessoa ao longo da vida (YONTEF, 1998).

A partir da perspectiva gestáltica, entende-se que o processo de desatar os nós da conjugalidade e a reconfiguração da individualidade demandará da pessoa um movimento de aceitação da perda, bem como abertura para se revisitar, identificar sentimentos, pensamentos, crenças, ações que se encontram desatualizadas e que se tornaram disfuncionais em seu modo de viver e de se relacionar. É fundamental que consiga distinguir o que é seu e o que é do outro (ex-parceiro, filhos, parentes etc.), que cultive a confiança e a curiosidade pela descoberta e ampliação de seus recursos pessoais, que lhe possibilitem a transcendência do apoio externo (heterossuporte) em direção ao autossuporte, e uma vivência de assimilação, crescimento, amadurecimento e transformação interior.

É possível, em uma situação como o fim de um relacionamento amoroso, quando uma crise existencial se instala, que a pessoa se dê conta de que conheceu muitas pessoas, ainda mais, o seu ex-parceiro, desbravou vários lugares – mas, que pouco conhece de si mesma. Por vezes, nesses momentos é que percebe o quanto aceitou e se submeteu a um modo de ser e de viver anacrônico, desprovido de nutrição e prazer, ao que poderia mudar em benefício próprio; que se valorizou pouco e que alimenta crenças de autopunição, de que mereceria o sofrimento e a infelicidade a que se vê enredada. Diante desse quadro, ampliar a consciência de si mesmo, de suas potencialidades e limites é permitir que as dores e os sofrimentos sejam compreendidos e assimilados, a fim de que se tornem portais para o crescimento. Em outras palavras, é se permitir ser aprendiz das suas próprias dores.

O processo de reconfiguração da individualidade, especialmente para quem o “nós” – o eu conjugal – foi a figura predominante, será, amiúde, uma travessia lenta e dolorosa, mormente comparada à morte simbólica de si mesmo. Como declara Fritz Perls, fundador da Gestalt-terapia, na epígrafe do livro *Gestalt-terapia Explicada* (1977): “consentir a própria morte e renascer não é fácil”. Trata-se de um processo desafiador de enfrentamento das frustrações e dos conflitos, de entrega daquilo que não serve mais, e de abertura para o novo, para o que há de vir, ao que Perls, Hefferline e Goodman (1997) denominam de “desprendimento criativo”.

Andrade (2014) aponta que, ao se despedir de padrões antigos, o ser humano tem a possibilidade de abrir mão daquilo que já é conhecido e, paradoxalmente, adquirir novos conhecimentos e vivências, permitindo seu crescimento no diferente. Para essa autora, é nesses momentos de desprendimento que a pessoa passa a reconhecer seu potencial, que consegue abrir mão das muletas e andar com as suas próprias pernas, de modo mais autêntico. Se tornando *aware* (cônsncia) de suas necessidades, de seus recursos internos e externos, a pessoa pode se colocar diante da vida de maneira mais criativa e integrada, sendo capaz de abrir mão do papel manipulador que sustenta sua dependência e transfere ao outro as decisões de sua própria vida.

“Amadurecer é transcender ao apoio ambiental para o auto apoio” afirma Fritz Perls (1977, p. 49), e o processo de amadurecimento implica em movimento de auto aceitação, de abraçar a si mesmo sem tentativas inúteis de mudanças. De aceitar o autoencontro, ainda que em meio ao caos, e cultivar um sentimento de curiosidade para se (re)descobrir, assentir-se sem criticar, sem tentar modificar aquilo que se é ou o modo como se está em um momento específico da vida. Se abrir para se conhecer e se abrigar, acolher a própria dor, o sofrimento, e se tornar *aware* das carências, faltas, fugas, distrações que se somaram ao longo da jornada existencial e, sobretudo, as mensagens que elas revelam (CARDELLA, 2009).

Muitas pessoas, diante de sofrimentos intensos, fecham-se em suas próprias dores, seja por vergonha, por medo de julgamentos ou ainda por estarem sustentadas na crença da autossuficiência, funcionamento muito valorizado na sociedade contemporânea. Contudo, é importante lembrar que o homem é um ser relacional e, conforma assevera Perls (2015, p. 117), uma pessoa saudável é aquela que considera a si mesma e as suas necessidades assim como as dos outros. Desse modo, admitir a necessidade de ajuda de outras pessoas – amigos, parentes e até mesmo de um psicoterapeuta – é reconhecer a própria humanidade e poder contar com o apoio externo de alguém ante os momentos de fragilidade e vulnerabilidade.

Nesse ponto, cabe ressaltar o aspecto dialógico existencial entre cliente e terapeuta, fundamental na metodologia gestáltica. Ante as demandas trazidas pelo cliente, o terapeuta será aquele que facilitará o retorno à sua capacidade de autorregulação, de autogestão, do processo de “voltar para casa”, do cultivo das raízes das relações humanas, a conhecer e a integrar o seu mundo interior, para, enfim, o cliente poder habitá-lo e oferecer hospitalidade aos semelhantes. Tendo para onde voltar, é possível se aventurar e viver, compreendendo que a vida é uma misteriosa viagem de grandes descobertas e de diversos sabores, a despeito dos sofrimentos que dela também fazem parte (CARDELLA, 2009).

Nesse sentido, o terapeuta gestáltico, guarnecido da fé na capacidade de autorregulação do cliente, o aceita em seu estado atual, confirma o seu potencial de “tornar-se” e sua capacidade de crescer e mudar, compreendendo que a construção da individualidade acontece ao longo de toda a jornada existencial. Apoiado no método

fenomenológico, o terapeuta gestáltico valoriza a experiência vivida e a descrição das mesmas, encorajando o cliente a uma maneira de ser mais autêntico e significativamente mais responsável por si próprio (YONTEF, 1998).

Confiante na dialética entre autoconhecimento, autossuporte e capacidade de se auto amar, a pessoa se vê mais espontânea, individualizada e, ao mesmo tempo, universalizada, o que significa estar em contato consigo mesma e com o outro, sendo capaz de prosseguir e se reinventar, aceitando o que passou e se abrindo para o que ainda virá com o tempo. Então, passa a seguir com coragem atrás dos seus sonhos, daquilo que acredita ou deseja, e, tal qual a personagem da música de Milton Nascimento, ao perceber aspectos importantes da perda, se lança à travessia para o (re)encontro consigo mesma, com suportes internos que lhes fazem cantar: *“já não sonho, hoje faço, com meu braço o meu viver”*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O incremento no número de separações e divórcios e seus desdobramentos têm repercussões pessoais, coletivas, econômicas, familiares, materiais e psicológicas, e ecoam nos dilemas trazidos pelos clientes para os atendimentos psicoterapêuticos. A ideia de pesquisar sobre a temática do luto por separação surgiu das minhas experiências como terapeuta de casal e família, da escuta terapêutica de pessoas que enfrentam as dores da separação conjugal e da melindrosa tarefa de as acompanhar na travessia de assimilação do luto.

Assim, o objetivo deste capítulo foi realizar um estudo bibliográfico sobre o processo de assimilação do luto decorrente do desenlace do “nós” da conjugalidade e do processo de reconfiguração da subjetividade do ex-cônjuge sob o olhar da Gestalt-terapia. Ao final desta jornada, pôde-se perceber que os fenômenos do luto pelo fim da conjugalidade e a reconfiguração do “eu”, isto é, da individualidade da pessoa que se separou, podem ser compreendidos pela perspectiva da Gestalt-terapia, por meio das teorias de base e dos pressupostos filosóficos dessa abordagem, os quais sustentam e orientam os terapeutas para uma prática clínica mais segura e ética.

O processo de separação conjugal é sempre marcado por conflitos e dores, notadamente, para o cônjuge ainda investido de interesse e energia amorosa, o qual passa a apresentar comportamentos, sentimentos e sintomas físicos característicos de um processo de luto. Gestalticamente, o luto é compreendido como um processo de ajustamento diante de uma perda significativa, um período de assimilação da perda, para que as feridas existenciais cicatrizem e a pessoa recupere o (re)equilíbrio físico e psíquico.

Dentre as muitas perdas pelo fim da conjugalidade, destaca-se a perda da identidade, da noção do “eu” – especialmente, para o ex-cônjuge que vivenciou um casamento que se ajustava disfuncionalmente pela confluência, não havendo espaço para as diferenciações

entre o eu e o outro (eu e o não-eu). Assim, com o término do casamento e no processo de assimilação do luto, instaura-se um momento existencial de reconfiguração do “eu”, da individualidade dos ex-parceiros.

Destaca-se que esse processo de reconfiguração da individualidade ocorre durante todo o desenvolvimento humano. Todavia, deu-se ênfase neste texto ao processo decorrente do fim do casamento, que, como foi visto, é uma travessia solitária, de mudanças profundas e outras mais brandas, de aceitação e autodescobrimento.

O trabalho do psicoterapeuta gestáltico no processo de luto e reconfiguração da individualidade pelo fim do casamento é de acompanhante, um apoiador externo para que o cliente reencontre seu ponto de equilíbrio, para que consiga ampliar o contato consigo mesmo, se tornar *aware* de suas necessidades e desenvolver recursos internos para atendê-las, e para que seja capaz de andar com suas próprias pernas e de descobrir formas criativas de ser e viver.

Por fim, vale dizer que a tarefa de pesquisar sobre este tema lançou-me em uma travessia de estudos, mas, também, de reflexões em torno das minhas experiências pessoais e enquanto psicoterapeuta, o que me possibilitou olhar para o passado para (re)encontrar, nas minhas experiências vividas, pequenas sementes de sabedoria que pudessem ser lançadas hoje nas linhas deste ensaio, na esperança de que floresçam no amanhã.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. C. Autossuporte e heterossuporte. *In*: FRAZÃO, L. M.; FUKUMITSU, K. O. (Org.). **Gestalt-terapia: conceitos fundamentais**. São Paulo: Summus, 2014. p. 147-162.

CARDELLA, B. H. P. **Laços e nós: amor e intimidade nas relações humanas**. São Paulo: Ágora, 2009.

ESTATÍSTICAS DO REGISTRO CIVIL. Rio de Janeiro: IBGE, v. 45, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2018_v45_informativo.pdf. Acesso em: 28 jun. 2020.

FEREZ-CARNEIRO, T. Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade. **Estudos de Psicologia**, v. 8, n. 3, p. 367-374, 2003.

FUKUMITSU, K. O. **Perdas no desenvolvimento humano: um estudo fenomenológico**. 2. ed. rev. São Paulo: Digital Publish & Print, 2013.

KÜBLER-ROSS, E. **Sobre a morte: o que os doentes terminais têm para ensinar a médicos, enfermeiras, religiosos e aos seus próprios parentes**. 9. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

MELO, T. M. V. Do casamento à separação: aspectos subjetivos na vivência da separação conjugal. *In*: PSICOLOGADO. [S. l.], 2013. Disponível em: <https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-da-familia/do-casamento-a-separacao-aspectos-subjetivos-na-vivencia-da-separacao-conjugal>. Acesso em: 28 jun. 2020.

NASIO, J.-D. **O livro da dor e do amor**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

NEVES, C. C. **Luto complicado nas separações amorosas**. 2015. Monografia (Especialização) – Quatro Estações Instituto de Psicologia, São Paulo, 2015.

PARKES, M. C. **Amor e perda**: as raízes do luto e suas complicações. São Paulo: Summus, 2009.

PERLS, F. S. **A abordagem gestáltica e a testemunha ocular da terapia**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

PERLS, F. S. **Gestalt-terapia explicada**. São Paulo: Summus, 1977.

PERLS, F. S.; HEFFERLINE, R.; GOODMAN, P. **Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 1997.

RIBEIRO, J. P. **O ciclo do contato**: temas básicos na abordagem gestáltica. 5. ed. rev. São Paulo: Summus, 2007a.

RIBEIRO, J. P. A resistência olha a resistência. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 23, n. Especial, p. 73-78, 2007b.

SOUSA, L. E. E. M. O processo de luto na abordagem gestáltica: contato e afastamento, destruição e assimilação. **IGT na Rede**, v. 13, n. 25, p. 253-272, 2016.

WORDEN, J. W. **Terapia no luto e na perda**: um manual para profissionais da saúde mental. São Paulo: Roca, 2013.

YONTEF, G. M. **Processo, diálogo e awareness**: ensaios em Gestalt-terapia. 3. ed. São Paulo: Summus, 1998.

CAPÍTULO 7

INTERLOCUÇÕES DA ABORDAGEM GESTÁLTICA NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Hayanne Galvão Pereira Alves¹
Wanderlea Nazaré Bandeira Ferreira²

O sistema prisional brasileiro enfrenta graves problemas relacionados a precarização, péssimas condições estruturais, superlotação e dificuldades em obedecer a princípios básicos estipulados na Lei de Execução Penal (LEP), além de condições de trabalho insalubres e deficientes decorrentes da falta de investimento público, ao encontro de um processo massivo de criminalização da pobreza (FRANÇA; PACHECO; TORRES, 2016).

Mediante a crescente onda de violência e os altos índices de criminalidade no Brasil, o número de prisões efetuadas cresceu exponencialmente na última década, tornando a população carcerária centro de diversos conflitos e rebeliões em várias unidades prisionais do país. Essa parcela da população brasileira é foco de discussões a respeito de suas motivações ao cometerem delitos, além de suas características físicas, econômicas e sociais. O sistema prisional, por sua vez, é foco de questionamentos acerca das condições precárias, da falta de investimentos no setor, ineficácia e inexistência de políticas públicas de ressocialização e do aumento nos números de reincidência criminal (VASCONCELOS, 2013).

A realidade é que, nas últimas décadas, pouco se fez nessa área, que já vem apresentando vários indícios de colapso. Segundo dados publicados pela Social Progress Imperative, o Brasil, no ano de 2014, ocupava o décimo primeiro lugar no ranking dos países mais inseguros do mundo. Desde então, os índices de criminalidade e a população carcerária cresceram, ocupando, no ano de 2016, o terceiro lugar no ranking mundial referente ao número de presos, atrás apenas dos Estados Unidos e da China.

Ao passo que os números de internos do sistema carcerário tiveram crescimento exponencial nas últimas décadas, as vagas nas unidades prisionais do país não acompanharam o aumento dessa população, tornando os ambientes prisionais locais superlotados e sem a estrutura básica para assegurar direitos previamente estabelecidos pela Constituição Federal e pela LEP (MONTEIRO; CARDOSO, 2013; BRASIL, 2017).

Para além da estrutura física insalubre e ineficaz, as prisões são instituições totais regidas por modelos de gestão pautados pelo extremo rigor normativo, controle disciplinar

1. Psicóloga (CRP 22/03183). Membro do Grupo de Estudos em Gestalt-terapia Integrar (Universidade Federal do Maranhão).

2. Gestalt-terapeuta. Psicóloga (CRP 22/01851). Professora Mestra do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão. Supervisora clínica e coordenadora do Grupo de Estudos em Gestalt-terapia Integrar (Universidade Federal do Maranhão).

e rigidez hierárquica. As unidades prisionais geram efeitos nocivos sobre as pessoas que ali vivem, visitam ou trabalham, pois experienciam um estado de tensão permanente ao estarem expostas às leis e normativas que regem esse campo. Internos, familiares e funcionários vivenciam em graus e intensidades diferentes os processos inerentes ao cárcere. Posto isso, se faz cada vez mais necessário que voltemos nossa atenção para esses grupos para uma melhor compreensão do sistema prisional brasileiro e de seus desdobramentos (MEDEIROS; SILVA, 2014).

O objetivo deste capítulo é suscitar uma reflexão a respeito de possíveis contribuições que a abordagem gestáltica oferece aos psicólogos atuantes no sistema prisional, munidos teórico e metodologicamente de pressupostos e conceitos básicos da referida abordagem. Nesse sentido, faremos uma breve apresentação das bases legais que norteiam o sistema prisional e regulamentam o trabalho do psicólogo, como forma de compreendermos alguns aspectos que regem as vivências nesse campo de atuação. Em seguida, discorreremos sobre algumas frentes de atuação do psicólogo no sistema prisional e, por fim, apresentaremos alguns pressupostos e conceitos centrais da abordagem que podem servir como suporte teórico e metodológico para a *práxis* do profissional nesse contexto.

BASES LEGAIS QUE REGULAMENTAM A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

A porta de entrada do psicólogo para o sistema prisional brasileiro foi o atendimento de indivíduos denominados “loucos infratores”, internados em manicômios judiciários. Inexistindo uma legislação que amparasse sua prática profissional, os psicólogos desempenhavam suas funções cada um a seu estilo, sem parâmetros legais que os norteassem nesse campo. Com a criação da LEP – Lei nº 7.210 – em 1984, o sistema prisional brasileiro passou a ser regido pelos mecanismos transcritos na súmula da lei (BRASIL, 1984; MEDEIROS; SILVA, 2014).

A LEP traz em sua íntegra todos os mecanismos legais que sustentam o aparelho penal. Tem como finalidade efetivar as disposições da sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a reintegração do interno ao convívio social após o cumprimento da pena. A lei é aplicada ao preso sentenciado, provisório, presos pela Justiça Eleitoral e Militar quando estiverem recolhidos em estabelecimento ordinário (BRASIL, 1984; MONTEIRO, 2016).

A LEP traz como dever do Estado a assistência ao preso ou internado³, e destaca como tipos de assistência: a) material, pelo fornecimento de vestimenta, alimentação, itens de higiene e instalação física adequada, atendendo às suas necessidades pessoais e autorizando a entrada de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pelo Estado; b) à saúde, compreendendo o atendimento médico, farmacêutico e odontológico, autorizando

3. “A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade” (BRASIL, 1984, art. 10).

a saída do preso para tratamento quando não tiver estrutura para tanto; c) jurídica, devendo ser prestado pela Defensoria Pública, aos internos que não possam custear o acompanhamento por advogado particular; d) educacional, em que a Administração Pública deve ofertar a instrução escolar e a formação profissional ao preso, devendo apurar o nível de escolaridade dos internos e propiciar o aumento no nível escolar; e) social, devendo acolher e amparar a pessoa presa e a preparar para a reinserção social quando posta em liberdade; e f) religiosa, amparada na liberdade de culto, pela oferta de serviços organizados no estabelecimento prisional em local apropriado (BRASIL, 1984).

A atuação do psicólogo no sistema prisional foi direcionada inicialmente para a participação na Comissão Técnica de Classificação (CTC). Essa comissão seria composta por uma equipe interdisciplinar⁴, com a função de realizar o exame criminológico, que funcionaria como um exame diagnóstico, para a criação do projeto de individualização⁵ da pena, contendo dados referentes ao perfil criminológico do interno e aspectos como o grau de agressividade e crime cometido, independentemente da existência de transtorno mental. Outro meio de atuação do psicólogo dentro do ambiente prisional, com base na LEP, seria no Centro de Observação Criminológico (COC), que tinha como finalidade a realização do exame prognóstico do interno, levando em conta informações referentes ao processo de execução penal (MEDEIROS; SILVA, 2014).

Fica evidente, nesse primeiro momento, o papel meramente classificatório e pericial do psicólogo, responsável pela elaboração de pareceres técnicos, construção de diagnósticos e estabelecimentos de prognósticos, não sendo incluído na assistência à saúde, como outros profissionais mencionados.

Em 2003, a LEP passou por alterações⁶, dentre elas, o fim do exame criminológico nos moldes anteriormente realizados. Contudo, mesmo com a alteração na lei, as esferas jurídicas continuaram solicitando o exame criminológico como subsidio para embasar suas decisões de progressão de regime, pela publicação de um *Habeas Corpus* produzido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2006, que decidiu que, apesar da lei ter determinado o fim desse exame, nada poderia impedir os magistrados de continuarem solicitando sua realização como recurso para progressão de pena, criando-se, assim, uma jurisprudência nessa temática (REISHOFFER; BICALHO, 2017).

Diante da manutenção de pedidos por parte dos magistrados para a realização de laudos e pareceres nos moldes do exame criminológico, profissionais do sistema prisional de diversos estados brasileiros, em parceria com entidades da sociedade civil e com alguns Conselhos Regionais de Psicologia (CRP), reuniram-se no II Seminário Nacional

4. "A Comissão Técnica de Classificação, existente em cada estabelecimento, será presidida pelo diretor e composta, no mínimo, por 2 (dois) chefes de serviço, 1 (um) psiquiatra, 1 (um) psicólogo e 1 (um) assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade" (BRASIL, 1984, art. 7º).

5. "Os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal" (BRASIL, 1984, art. 5º).

6. Lei nº 10.792/2003 que alterou a Lei nº 7.210/1984 (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2010).

do Sistema Prisional em novembro de 2008 e lançaram uma nota de moção contra o exame criminológico, destacando o seu caráter estigmatizante, burocrático e de violação dos direitos humanos, além de pontuar que as condições objetivas em que o exame era realizado violavam o Código de Ética do Psicólogo. Destacou-se, também, que...

A prática do exame criminológico tem reduzido as possibilidades de atuação dos profissionais que atuam na área das assistências previstas nas legislações brasileiras referentes à população carcerária, ferindo em muitas ocasiões os direitos humanos e impedindo tais profissionais de atender às reais necessidades das pessoas presas na perspectiva de sua reintegração social (MOÇÃO..., 2008, sem paginação).

Além das diretrizes da LEP, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) atuou na formulação de uma resolução para nortear o trabalho do psicólogo no sistema prisional. No ano 2000, houve a publicação da Resolução nº 14, que instituiu e regulamentou o título profissional de Especialista em campos diversos, inclusive na Psicologia Jurídica. A resolução dispôs de normas e procedimentos que embasaram a prática do psicólogo, assim como seu registro. A Resolução nº 13/2007 trouxe uma nova dimensão à anterior, ampliando o foco de possibilidades de atendimento para todos os envolvidos no sistema prisional. Em 2010, foi publicada a Resolução nº 09/2010, que regulamentou a atuação do psicólogo no sistema prisional (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2000, 2007, 2010).

Além das diretrizes estipuladas pela LEP e das resoluções e orientações do CFP, outras publicações voltadas para a atuação do psicólogo no sistema prisional embasaram a prática profissional dentro desse campo, dentre elas: o relatório “Diretrizes para a atuação e formação do psicólogo no sistema prisional brasileiro”⁷ que propôs uma atuação norteada pela ética, pautando a intervenção do psicólogo em aspectos ligados à promoção da autonomia, promoção à saúde, elaboração de políticas públicas, integração social, desconstrução de estigmas e estereótipos, atuando também para além dos muros, em um diálogo com a sociedade para uma melhor compreensão de aspectos ligados ao cárcere, assim como na criação de políticas públicas na área (SILVA *et al.*, 2007).

Apesar dos avanços na legislação e da luta constante dos psicólogos atuantes no setor, alinhados com o CFP e entidades relacionadas aos direitos humanos, para extinguir o exame criminológico, ele ainda é solicitado em grande demanda pelo judiciário brasileiro sem uma fundamentação jurídica coerente para embasar essa exigência. Com isso, resta pouca ou quase nenhuma possibilidade de prestar uma assistência psicológica aos internos, tornando o trabalho do psicólogo burocrático e preditivo, fonte de desafios infundáveis e de desânimo para aqueles que desejam realizar um trabalho mais humanizado nesse contexto.

O CFP destaca que a postura do sistema judiciário brasileiro é totalmente contraditória e vai de encontro à atuação ética e metodológica do psicólogo, pois não há

7. Relatório elaborado em 2007 pelo Ministério da Justiça em parceria com o Conselho Federal de Psicologia (SILVA *et al.*, 2007).

uma base científica para o exame criminológico nos termos atuais. Laudos e pareceres ligados a essa prática estão em desacordo com uma proposta de atuação alinhada com o Conselho de Ética da categoria. Isto posto, pode-se pensar em frentes de trabalho que sejam mais efetivas no que tange à assistência psicológica aos envolvidos nesse campo relacional (FRANÇA; PACHECO; TORRES, 2016).

FRENTES DE TRABALHO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA PRISIONAL

Mediante todas as dificuldades inerentes ao sistema prisional, a Psicologia enquanto ciência e profissão é cada vez mais necessária nesse contexto, atuando no auxílio e na elaboração de políticas públicas alinhadas a uma proposta integrativa, comprometida com a promoção de mudanças. O foco dos atendimentos precisa ser ampliado e, além dos internos, familiares e profissionais que estão implicados nessa ótica carcerária e que também sofrem direta ou indiretamente os efeitos nocivos do cárcere precisam de cuidado e atenção (FRANÇA; PACHECO; TORRES, 2016).

Os atendimentos realizados pelo psicólogo à pessoa em cumprimento de pena engloba as seguintes modalidades de atendimento: psicológico, psicoterapêutico, diálogo, acolhimento, acompanhamento, orientação, psicoterapia breve, psicoterapia de apoio e atendimento ambulatorial. Os atendimentos individuais podem ser demandados pelo interno, pela família ou até mesmo pelos funcionários da instituição penal, quando necessário (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2009).

Nos atendimentos, o sigilo é de responsabilidade do psicólogo, e cabe a ele separar a escuta dos atendimentos de sua atuação como perito, alinhando-se com os princípios éticos estipulados pelo Código que embasa sua prática. Também é de responsabilidade do profissional repassar ao interno esclarecimentos referentes às informações obtidas durante o atendimento, a quem esses dados serão fornecidos caso necessário e os seus resultados (MEDEIROS; SILVA, 2014).

Para que possa atuar de forma efetiva nesse campo, é necessário que o psicólogo compreenda a visão do sistema prisional sobre o apenado. Entender como se dão os processos de exclusão, criminalização da pobreza e influência dos grupos sociais nos quais está inserido tem o potencial de contribuir para novas perspectivas de trabalho. Parte-se, muitas vezes, de um pressuposto de que é necessário trabalhar em função de uma ressocialização ou reintegração social para que os internos não reincidam criminalmente. Todavia, como se pode trabalhar em prol de uma segunda ou nova integração sem, antes, saber se, de fato, já esteve em algum momento integrado com a sociedade? Mesmo fora do sistema prisional, muitos indivíduos já vêm de um longo processo de marginalização e violência, com carências básicas decorrentes de diversos fatores sociais estruturantes, acentuadas pela ausência e ineficiência do Estado no combate à desigualdade social no país (MEDEIROS, SILVA, 2014).

Ao ampliarmos nossa percepção acerca das outras partes que compõem o sistema prisional, nos deparamos com a família, que está inserida nessa lógica carcerária e sofre consequências indiretas, ligadas aos mecanismos da execução penal. Esse grupo precisa de atenção, pois se consolida como principal suporte ao interno, atuando para sanar dificuldades e preencher lacunas decorrentes da ineficiência do Estado no que se refere às assistências e garantias estipuladas pela LEP. Acrescenta-se, também, as consequências relacionadas ao cárcere que se estendem para diversos âmbitos, dentre eles, os desafios sociais, econômicos e psicológicos, o que aponta para a necessidade de acolhimento e suporte para que consiga lidar com essa nova realidade (OLIVEIRA, 2010).

Por fim, destaca-se a necessidade de uma atuação junto aos profissionais que trabalham no sistema prisional e que convivem diariamente com questões ligadas à violência e ao medo. Para além de dificuldades inerentes ao campo, as unidades prisionais no Brasil passam por um processo de deterioração, com péssimas condições de espaço físico e pouco contingente profissional, resultantes da falta de investimentos adequados no setor. Tal realidade colabora para condições de trabalho precárias e insalubres, que podem acarretar processos de adoecimento e de naturalização da violência e do poder discricionário por parte da equipe profissional (MEDEIROS; SILVA, 2014; FRANÇA; PACHECO; TORRES, 2016).

De acordo com Rauter (2016), os psicólogos que atuam no ambiente prisional podem estar ameaçados caso não se proponham a reproduzir a engrenagem institucional já naturalizada nas instituições carcerárias. Por outro lado, esses profissionais estão posicionados em um lugar estratégico que os possibilita produzir focos de resistência a essa engrenagem de poder. Para isso, precisam desprender-se de atuações cristalizadas e se propor a pensar novas frentes de trabalho e de atuação que estejam alinhadas ético-estético-politicamente no sentido oposto ao da mortificação institucional. A partir disso, é possível refletir sobre possibilidades de atuação do psicólogo no sistema prisional munidos teoricamente da abordagem gestáltica como princípio ético norteador.

POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO A PARTIR DA PERSPECTIVA GESTÁLTICA

Após a exposição de aspectos referentes ao psicólogo no sistema prisional, iniciamos o diálogo entre esse contexto e a abordagem gestáltica, na tentativa de alinhar pressupostos, teorias de base e conceitos que possam ser utilizados para a atuação nesse campo.

O ponto de partida desse percurso é a visão de homem adotada pela Gestalt-terapia por meio da junção de pressupostos teóricos oriundos de várias correntes filosóficas, terapêuticas e metodológicas, qual seja, um ser centro de sua própria existência dotado de intencionalidade e potencialidades, que consegue gerir-se e regular-se, ajustando-se

no mundo. Essa concepção não exclui as limitações e problemáticas humanas, mas, as considera como uma expressão da própria existência, assumindo uma postura que parte do positivo, daquilo que o cliente tem à sua disposição (muitas vezes, sem perceber) como alternativa para sua recuperação e renascimento. Tal concepção torna-se central, pois, por meio dela, o psicólogo pode guiar sua prática, de forma a valorizar os aspectos criativos do homem, crendo que ele possa agir sobre sua realidade, apropriando-se de si mesmo e do mundo que o cerca (RIBEIRO, 1985).

Transpondo essa visão para o sistema prisional, ela pode ser utilizada como suporte teórico para o enfrentamento a práticas excludentes e estigmatizantes que tratam o interno como alguém irrecuperável, que não merece conviver em sociedade após o cumprimento da sanção penal. Apesar de ser embasado em aspectos teóricos ressocializantes, na prática, o sistema prisional brasileiro ainda atua na manutenção de desigualdades sociais. A sociedade, os profissionais do sistema e, muitas vezes, os próprios internos acreditam que não há como romper com a lógica da reincidência criminal. Nesse sentido, o psicólogo atua como um elo entre os internos e a sociedade, com a função de ouvir, incluir e respeitar as diferenças, fazendo uma interlocução entre as questões ligadas à subjetividade nos atendimentos individuais e os processos de ressocialização, atrelando sua prática profissional aos direitos humanos, questionando a ordem social vigente e apontando caminhos para a construção ou reconstrução da cidadania do indivíduo implicado nessa dinâmica (MEDEIROS; SILVA, 2014).

A fenomenologia também pode colaborar no processo de enfrentamento a preconceitos, ao conceber o fenômeno como dado absoluto, uma expressão da essência que, para ser estudada, demanda a suspensão de concepções prévias de maneira a se compreender mais livremente o que se revela. Ribeiro (1985) ressalta que o método fenomenológico tem como objetivo captar a essência das coisas por meio da redução fenomenológica, ao colocar a realidade entre parênteses para que a análise seja feita, apontando para a compreensão dos vividos do detento de forma não judicativa.

O sistema prisional pode ser concebido a partir da Teoria de Campo de Kurt Lewin, a qual preconiza um estado de equilíbrio/desequilíbrio entre a pessoa e seu ambiente, afirmando haver influências sociais sobre o comportamento dos organismos proveniente dessa interação, formando um mosaico de possibilidades (RIBEIRO, 1985; KIYAN, 2006). Tem-se então uma relação baseada na interdependência, na qual a pessoa e o meio em que vive são ambos afetados por princípios e leis que regem esse campo. A partir desse pensamento, reflete-se acerca da relação entre os indivíduos que atuam no sistema prisional e no modo como estabelecem seus contatos, atravessados por questões inerentes ao campo, como o sofrimento e as interrupções do contato.

De acordo com Perls (1985), a abordagem gestáltica considera o indivíduo como função do campo organismo/meio; seu comportamento é reflexo de ligações que são estabelecidas dentro desse campo, sendo coerentes com a “[...] concepção de um homem

tanto como indivíduo quanto como ser social” (p. 39). A partir disso, transcorre sobre a homeostase⁸ e destaca que o homem que consegue relacionar-se de forma equilibrada com a sociedade é um indivíduo bem integrado, que compreende suas relações e os limites do contato. Contudo o homem que está em desequilíbrio com o meio encontra-se adoecido (neurótico) ou é um transgressor (criminoso):

O homem parece nascer com um sentido de equilíbrio social e psicológico tão acurado quanto seu sentido de equilíbrio físico. Cada movimento que faz no nível social ou psicológico é dirigido por uma descoberta deste equilíbrio, de equilíbrio estável entre suas necessidades pessoais e as demandas de sua sociedade [...]. Quando estes movimentos o colocam em severo conflito com a sociedade porque, à procura do limite de contato (o ponto de equilíbrio), arriscou-se demais e entrou rudemente em choque com a sociedade, nós o chamamos de criminoso. Quando por outro lado, a busca de equilíbrio do homem o leva a retirar-se mais e mais, a permitir que a sociedade o influencie demais com suas exigências, ao mesmo tempo a separá-lo do convívio social, a pressioná-lo e moldá-lo passivamente, nós o chamamos de neurótico (PERLS, 1985, p. 41).

Com base nessa perspectiva, é possível pensar propostas de trabalho junto aos internos, com o intuito de provocar a reflexão acerca da importância de um estado de equilíbrio entre as necessidades internas e os limites do campo. Uma alternativa a essa proposta está ligada à compreensão por parte do psicólogo acerca da relação figura/fundo⁹ e da hierarquização de necessidades e, principalmente, a ampliação de *awareness*.

De acordo com Frazão e Fukumitsu (2014), sendo uma abordagem fenomenológica, a Gestalt-terapia propõe a volta às coisas mesmas, fazendo referência à experiência vivenciada por cada um, através de um processo de tomada de consciência intitulado por Perls, Hefferline e Goodman de *awareness*. Esse conceito, segundo Alvim (2014), é central para a Gestalt-terapia, e representa “o fluxo da experiência aqui-agora que, a partir do sentir e do excitação presentes no campo, orienta a formação de Gestalten, produzindo um saber tácito” (p. 15). Segundo Laura Perls (1992 *apud* ALVIM, 2014, p. 27), o objetivo da Gestalt-terapia é a retomada do fluxo *continuum* da *awareness*, pois se intitula como uma terapia de formação ou configuração de formas, a partir das experiências dadas pelo contato com o novo.

Ao voltar a pontuar acerca da satisfação de necessidades, podemos localizar a família dos internos nessa relação, pois passa por desarranjos provenientes do processo de execução penal e as dificuldades que surgem nessa relação podem ser vistas a partir da interrupção no contato. De acordo com Perls, Hefferline e Goodman (1997), o contato é a *awareness* do campo ou a resposta motora no campo. Ribeiro (2007) caracteriza o

8. “É o processo através do qual o organismo satisfaz suas necessidades, uma vez que são muitas e cada necessidade perturba o equilíbrio, o processo homeostático perdura o tempo todo. Toda vida é caracterizada pelo jogo contínuo de estabilidade e desequilíbrio no organismo” (PERLS, 1985, p. 20).

9. “A necessidade dominante do organismo tona-se figura de primeiro plano e as outras necessidades recuam, pelo menos temporariamente, para o segundo plano” (PERLS, 1985, p. 23).

contato como processo e como base fenomenológica da compreensão do que significam comportamento e mudança, sendo contato função do campo, que obedece às leis que o regem. A qualidade do contato altera a experiência imediata vivida pelo sujeito em um dado momento; “ele me faz visível aos outros e me remete a camada mais profunda de mim mesmo, quando tento perceber o porquê do meu jeito de ser” (p. 39).

Para Ginger e Ginger (1995), as relações de contato ocorrem na fronteira de contato; esse fenômeno pode ser ilustrado no exemplo da pele humana, que delimita o corpo do resto do meio, fazendo com que se perceba o dentro e o fora, sendo a receptora inicial dos estímulos do meio, isolando o organismo e o protegendo de possíveis ameaças. Esse exemplo mostra que a fronteira de contato funciona como uma divisa. De acordo com Salomão, Frazão e Fukumitsu (2014), é nela que o “eu” e “não eu” se encontram e, ao mesmo tempo, se diferenciam, sendo um lugar de experiência.

Salomão, Frazão e Fukumitsu (2014) assinalam que as fronteiras são dotadas de plasticidade e permeabilidade que dependem da relação resultante da interação organismo/meio a cada momento. A plasticidade está ligada à expansão e à retração da fronteira. Em situações de segurança e conforto, ela se expande, fazendo contato com o novo; já em situações de ameaça ou perigo eminente, retrai-se, a fim de garantir a segurança do indivíduo. A permeabilidade, por sua vez, está ligada às possibilidades de troca entre organismo/ambiente.

De acordo com Perls, Hefferline e Goodman (1997 *apud* SALOMÃO; FRAZÃO; FUKUMITSU, 2014, p. 54), “é na fronteira que os perigos são rejeitados, os obstáculos superados e o assimilável é selecionado e apropriado”. Pode-se fazer uma correlação entre as dificuldades enfrentadas pela família no sistema prisional a partir dos princípios de plasticidade e permeabilidade, com possibilidades ligadas a ações de diferentes componentes, dentre eles: os internos, a família, os profissionais que atuam no sistema, o Estado e órgãos que atuam nesse contexto.

Destaca-se, inicialmente, desafios ligados a aspectos sociais, como a estigmatização, exclusão e impotência frente ao aparelho penal. A família inserida nessa realidade passa por um processo de ambivalência; uma hora é culpabilizada e, na outra, é vítima das escolhas de um de seus entes. Na maioria dos casos, passa a ser vista como um núcleo pernicioso, que gerou um criminoso, submetida ao ostracismo, descartada e hostilizada por grupos com que anteriormente mantinha contato. Esse processo de exclusão também pode ocorrer por parte da família, que se isola por vergonha e culpa. Outro desafio é o sentimento de impotência frente ao aparelho penal, pois a família passa a peregrinar por diversos órgãos em busca de informações processuais a respeito do seu ente detido e, muitas vezes, não consegue obter resultados (OLIVEIRA, 2010; CABRAL, MEDEIROS, 2014).

A família experiencia alterações em suas fronteiras de contato. Relações que antes poderiam ter aspectos fluidos e permeáveis se tornam mais rígidas e impermeáveis, em

alguns casos, impossibilitando o contato. Observa-se aqui uma relação com a fronteira de expressão (POLSTER; POLSTER, 2001), ao experienciar situações ligadas à hostilidade e exclusão, pois a família passa por mudanças que acabam por retrair e impermeabilizar sua expressividade, dificultando o processo de estabelecimento e de assimilação do contato e gerando interrupções no relacionamento com outros grupos, promovidas pela rigidez decorrente desse processo. Como forma de sanar questões ligadas ao sentimento de impotência, é possível trabalhar a expansão da fronteira de contato de expressividade da família, que passa a buscar novas maneiras de contatar as instituições e seus membros.

As dificuldades geradas pelo cárcere, em âmbito psicológico, são decorrentes do afastamento físico e do medo. Há um processo de ruptura da dinâmica familiar baseado no afastamento de um dos membros, que pode representar perdas na relação entre pais e filhos, assim como o abandono familiar, pois as trocas diárias que alimentavam os vínculos afetivos dão lugar a visitas esporádicas em um lugar hostil e frequentemente insalubre. O afastamento físico acaba por ocasionar um afastamento emocional; há um sofrimento bilateral envolvido na privação de liberdade. Os filhos ainda em desenvolvimento sentem a ausência de um dos pais, e os pais perdem momentos importantes na vida dos filhos. O afastamento também incide sobre os relacionamentos amorosos, tendo em vista que a rotina alimenta vínculos afetivos e o cárcere acaba por impedir a convivência diária. Uma alternativa a esse afastamento são as visitas realizadas dentro das unidades prisionais, como possibilidade de manutenção do vínculo afetivo (OLIVEIRA, 2010; CABRAL; MEDEIROS, 2014), como ajustamentos criativos possíveis diante de tal realidade.

Assim, é preciso compreender como se dá o processo de visitas dentro das instituições penais do Estado e como isso reverbera nos familiares. Os procedimentos referentes à revista são os que mais geram incômodos e conflitos entre familiares e agentes, e, além do medo de retaliações por parte dos agentes, a família também experiencia sentimentos ligados à vergonha e à humilhação quando os procedimentos de revista não são feitos de maneira adequada. O Conselho Nacional de Justiça apontou, em relatório de 2013 a respeito do sistema prisional maranhense, casos envolvendo mulheres em situações de vulnerabilidade durante a realização da visita íntima, o que leva a crer que as condições para sua realização são precárias (OLIVEIRA, 2010; VASCONCELOS 2013; MARANHÃO, 2016).

Nesse ponto, observamos uma alteração nas fronteiras do corpo (POLSTER; POLSTER, 2001), quando ocorre a inspeção realizada por desconhecidos, gerando rigidez corporal. Retomamos a ideia de fronteira de contato com o exemplo da pele humana, que absorve o que é nutritivo e rejeita o que é nocivo; no caso da revista íntima, podemos supor que as fronteiras são invadidas pelo contato, e o visitante é obrigado a lidar com o desconforto dessa invasão.

Uma alternativa aos procedimentos de revista vexatórios e humilhantes são outras modalidades de revista, feitas com equipamentos eletrônicos, assim como um procedimento

padronizado que não lesione a integridade física, moral ou psicológica do visitante. O psicólogo, nesse contexto, munido dessas informações, deve trabalhar com ações voltadas à equipe de segurança, no sentido de promover a psicoeducação e a conscientização de que, se os procedimentos de segurança não forem feitos adequadamente, podem gerar traumas nos familiares, os quais talvez deixem de prestar assistência a seu familiar para não experienciarem sentimentos de estresse e vergonha.

O medo também aparece como aspecto psicológico. A família passa a conviver com a iminência de que algo possa acontecer com seu familiar. As prisões são instituições que possuem seus códigos paralelos, ambientes muitas vezes governados e divididos por facções criminosas, que ditam as condutas comportamentais dos internos. A família fica refém de decisões tomadas dentro do ambiente prisional, e acaba por arcar com responsabilidades ligadas a dívidas provenientes do tráfico e de outras trocas de favores e proteção, surgindo o medo (JARDIM, 2010; FRANÇA, 2015).

Observa-se uma implicação na fronteira de valores (POLSTER; POLSTER, 2001), que, em contato com situações provenientes do crime, pode expandir-se, provocando um sentimento de naturalização, ou pode se tornar rígida, gerando o medo. Ao entrar em contato com esse novo campo, a família passa por mudanças em sua fronteira de familiaridade (POLSTER; POLSTER, 2001), pois vivencia novas situações e, conseqüentemente, novas maneiras de ser no mundo.

Quanto aos desafios econômicos, podemos citar a perda de renda e o aumento de despesas. Ao se deparar com o cárcere de um dos provedores financeiros da casa, a família passa a contar com menos recursos para solucionar gastos; esse processo interfere na dinâmica da família, que precisa se reorganizar mediante a nova realidade. A LEP estipula que o fornecimento de vestimenta, alimentação e itens de higiene é de responsabilidade do Estado, mas, a realidade é que a precariedade das instituições prisionais e a falta de investimentos no setor acabam por sobrecarregar a família, que, além de dispor de menos recursos financeiros para sanar os gastos já existentes, passa a ter novos gastos referentes à prisão, como alimentos que são preparados e levados nas visitas e itens de higiene pessoal não fornecidos pela unidade (BRASIL, 1984; WOLF, 2005 *apud* JARDIM, 2010, p. 16; CABRAL; MEDEIROS, 2014; FRANÇA, 2015).

Constata-se que as dificuldades financeiras podem ser vistas a partir da ótica do ajustamento criativo. Perls (1977 *apud* LIMA, 2014, p. 91) destaca o papel da frustração experienciada pelo organismo quando não se satisfaz de maneira ideal nesse processo autorregulativo, usando-a como força propulsora para buscar outras formas de satisfação no meio. A esse processo é dado o nome de ajustamento criativo. Kiyon (2006) se refere ao ajustamento criativo como os ajustamentos possíveis entre o indivíduo e o meio que possam promover, de alguma forma, o fechamento de figuras, ou seja, uma interação com o campo na qual o indivíduo opta por uma decisão que lhe parece melhor para cumprir a demanda orgânica que se torna figura naquele momento, satisfazendo o que se

apresenta como necessidade. Ao traspor essas questões relativas ao ajustamento criativo na esfera das dificuldades financeiras, é preciso ter em mente que a família, como principal suporte do interno, precisa estar amparada por políticas públicas que forneçam os recursos necessários para a sobrevivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto foi produzido com o intuito de propor reflexões acerca de possibilidades de atuação do psicólogo no sistema prisional a partir da abordagem gestáltica. Para isso, apresenta as bases legais que regulamentam a atuação do psicólogo no sistema prisional brasileiro e algumas frentes de atuação do profissional nesse contexto.

Apesar dos avanços na legislação e da constante luta dos profissionais da área, aliados ao CFP e às diversas entidades da sociedade civil, o sistema judiciário continua com as demandas referentes ao exame criminológico, inviabilizando que o psicólogo atue de maneira alinhada aos preceitos éticos e metodológicos expressos no Código de Ética e nas resoluções que norteiam a profissão. O exame criminológico como ferramenta de avaliação para fins jurídicos fere a ética do psicólogo, pois não possui na profissão parâmetros e termos científicos baseados em aspectos de validade e precisão que regulamentem a prática. Apesar disso, a reformulação na LEP possibilitou uma ampliação do trabalho do psicólogo nas unidades prisionais com pessoas em cumprimento de pena, assim como com familiares e com profissionais do sistema prisional.

Para além dos problemas, nesse campo, situam-se pessoas que estabelecem suas vivências e necessitam de alternativas para lidar com as dificuldades. É importante apontar que, apesar de todo o suporte que possa ser propiciado, o sofrimento ligado aos mecanismos de execução penal é inerente à prática. Frente a isso, a proposta de atendimento aqui formulada se apresenta como uma possibilidade alinhada a propostas de reintegração social mais efetivas, que estejam comprometidas com criação de novas frentes de trabalho pautadas em oferecer um suporte mais ampliado, que consiga atuar para além das questões burocráticas e normativas. É importante destacar que a proposta não exclui ações ligadas a outras frentes de trabalho que incidem diretamente nesse setor, nem o papel do Estado no sistema. Parte-se do trabalho do psicólogo, pois há uma implicação nesse contexto profissional de atuação.

As propostas foram baseadas em uma perspectiva gestáltica, que compreende as influências do campo no comportamento do indivíduo, e entende esse homem a partir de uma visão integrada, na qual o todo incide sobre as partes, não desconsiderando as limitações do mesmo, mas, trabalhando com foco em suas possibilidades, sua capacidade de se autorregular e ajustar-se criativamente a novas realidades, com base em processos ligados à ampliação da consciência, que priorizem o contato.

REFERÊNCIAS

ALVIM, M. B. Awareness: experiência e saber da experiência. In: FRAZÃO, L. M.; FUKUMITSU, K. O. (orgs.). **Gestalt-terapia**: conceitos fundamentais. São Paulo: Summus, 2014. p. 13-30.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF, 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210compilado.htm. Acesso em: 29 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias [Infopen]**: atualização - junho de 2016. Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf. Acesso em: 10 jun. 2020.

CABRAL, Y. T.; MEDEIROS, B. A. A família do preso: efeitos da punição sobre a unidade familiar. **Revista Transgressões**: Ciências Criminais em Debate, Natal, v. 3, n. 3, p. 50-72, maio 2014.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **A prática profissional dos(as) psicólogos(as) no Sistema Prisional**. 1. ed. Brasília, DF: CFP, CREPOP, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP n.º 013/2007**. Institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro. Brasília, DF, 2007. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/Resolucao_CFP_nx_013-2007.pdf. Acesso em: 31 jul. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP n.º 014/00 de 20 de dezembro de 2000**. Institui o título profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro. Brasília, DF, 2000. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2006/01/resolucao2000_14.pdf. Acesso em: 31 jul. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP n.º 009/2010**. Regulamenta a atuação do psicólogo no sistema prisional. Brasília, DF, 2010. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2010/07/resolucao2010_009.pdf. Acesso em: 31 jul. 2020.

FRANÇA, F.; PACHECO, P.; TORRES, R. (orgs.). **O trabalho da(o) psicóloga(o) no sistema prisional**: problematizações, ética e orientações. Brasília, DF: CFP, 2016. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/O-trabalho-do-psicologo-grafica-web1.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2020.

FRANÇA, M. B. **O mito do inciso XLV do artigo 5º da Constituição Federal**: efeitos da transcendência da pena nos familiares de apenados. Monografia (Graduação em Direito) – Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/7085>. Acesso em: 31 jul. 2020.

FRAZÃO, L. M.; FUKUMITSU, K. O. (orgs.). **Gestalt-terapia**: conceitos fundamentais. São Paulo: Summus, 2014.

GINGER, S.; GINGER, A. **Gestalt**: uma terapia do contato. São Paulo: Summus, 1995.

JARDIM, A. C. M. G. **Famílias e prisões**: (sobre)vivências de tratamento penal. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

KIYAN, A. M. M. **E a Gestalt emerge**: vida e obra de Frederick Perls. São Paulo: Altana, 2006.

LIMA, P. V. A. Autorregulação organísmica e homeostase. *In*: FRAZÃO, L. M.; FUKUMITSU, K. O. (orgs.). **Gestalt-terapia**: conceitos fundamentais. São Paulo: Summus, 2014. p. 88-103.

MARANHÃO. Secretaria de Administração Penitenciária. **Portaria nº 206**, de 23 de março de 2016. São Luis, 2016. Disponível em: <http://www.seap.ma.gov.br/files/2015/10/Portaria-206.2016.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2020.

MEDEIROS, A. C. A.; SILVA, M. C. S. A atuação do psicólogo no sistema prisional: analisando e propondo novas diretrizes. **Revista Transgressões**: Ciências Criminais em Debate, Natal, v. 2, n. 1, p. 100-111, 2014.

MOÇÃO contra o Exame Criminológico. *In*: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS. **ANADEP**. 10 nov. 2008. Disponível em: <https://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=4746>. Acesso em: 31 jul. 2020.

MONTEIRO, B. C. S. A lei de execução penal e o seu caráter ressocializador. **Âmbito Jurídico**, n. 153, out. 2016. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-153/a-lei-de-execucao-penal-e-o-seu-carater-ressocializador/>. Acesso em: 31 jul. 2020.

MONTEIRO, F. M.; CARDOSO, G. R. A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária. **Civitas**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2013.1.12592>.

OLIVEIRA, G. V. **Efeitos sanção penal e família**: diálogos e possibilidades. Monografia (Graduação em Direito) – Concurso Nacional de Monografias do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, 2010.

PERLS, F. **A abordagem gestáltica e Testemunha ocular da terapia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

PERLS, F.; HEFFERLINE, J.; GOODMAN, P. **Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 1997.

POLSTER, E.; POLSTER, M. **Gestalt-terapia integrada**. São Paulo: Summus, 2001.

RAUTER, C. O trabalho do psicólogo em prisões. *In*: FRANÇA, F.; PACHECO, P.; TORRES, R. (orgs.). **O trabalho da(o) psicóloga(o) no sistema prisional**: problematizações, ética e orientações. Brasília, DF: CFP, 2016. p. 43-54. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/O-trabalho-do-psicologo-grafica-web1.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2020.

REISHOFFER, J. C.; BICALHO, P. P. G. Exame criminológico e psicologia: crise e manutenção da disciplina carcerária. **Fractal**: Revista de Psicologia, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 34-44, jan./abr. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198402922017000100034&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 2 jul. 2020.

RIBEIRO, J. P. **Gestalt-terapia**: refazendo um caminho. São Paulo: Summus, 1985.

RIBEIRO, J. P. **O ciclo do contato**: temas básicos na abordagem gestáltica. São Paulo: Summus, 2007.

SALOMÃO, S.; FRAZÃO, L. M.; FUKUMITSU, K. O. Fronteiras de contato. *In*: FRAZÃO, L. M.; FUKUMITSU, K. O. (orgs.). **Gestalt-terapia**: conceitos fundamentais. São Paulo: Summus, 2014. p. 46-62.

SILVA, F. C. M. S. *et al.* **Diretrizes para atuação e formação dos psicólogos do sistema prisional brasileiro**. Brasília, DF: Ministério da Justiça; CFP, 2007. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/depen_cartilha.pdf. Acesso em: 31 jul. 2020.

VASCONCELOS, J. Relatório do CNJ sobre prisões do Maranhão prevê maior cobrança às autoridades do estado. *In*: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **CNJ**. Brasília, DF, 31 dez. 2013. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/61198-relatorio-do-cnj-sobre-prisoas-do-maranhao-preve-maior-cobranca-as-autoridades-do-estado>. Acesso em: 31 jul. 2020.

REFLEXÕES DA CLÍNICA GESTÁLTICA SOBRE RELAÇÕES RACIAIS

Lívia Arrelias¹

A sociedade precisa muito mais do que consultórios psicológicos, ela precisa retomar a confiança em si e que é formada por pessoas reais em contextos sociais reais.

Belmino (2014, p. 94)

Este texto é gestado a partir de uma falta que gera inquietação e busca por diálogos: a falta das discussões sobre existências pretas e indígenas na tradição da Psicologia, de maneira ampla, e da Gestalt-terapia, de maneira particular. O intento de indicar esta falta é sinalizar a responsabilidade técnico-científica da Psicologia e da Gestalt-terapia em relação aos processos de apagamentos e silenciamentos das condições precárias e violentas de vida da maioria da população, que vem dando seu suor e sangue para a construção deste país desde sempre, recebendo de volta apenas desigualdades, humilhações e morte.

Narrar é, também, impedir o esquecimento e evitar que aquelas condições degradantes de vida, ainda tão atuais, continuem existindo. A inquietação que me move em busca de diálogo acontece em um tempo-lugar de abertura de campo que possibilita lançar reflexões baseadas para além da lógica brancocêntrica tradicional da Psicologia – e aqui não se trata apenas de quem escreve, mas, principalmente, de *como* escreve e socializa o conteúdo recebido. Afinal, não existem fala ou escrita, escuta ou leitura neutras. A construção das nossas percepções do mundo é sempre atravessada pelo lugar que ocupamos. E me incluo nesta lógica.

Nesse sentido, este trabalho se debruça especificamente em aspectos vivenciais entrecruzados de raça e gênero, a fim de contribuir com reflexões que ajudem a embasar intervenções, metodologias e instrumentais que concretizem o encontro-cuidado na clínica gestáltica a partir desses lugares existenciais. Em termos técnicos, o que me guia são as demarcações de Alvim (2019) e Belmino (2015), de que ocupamos, como profissionais da Psicologia, um tempo-lugar onde as experiências de fronteira precisam ser vivenciadas com zelo técnico-científico, e a Gestalt-terapia brasileira encontra solo fecundo para se desenvolver no diálogo entre a nossa realidade mais imediata e o que já vem sendo produzido. Este tempo-lugar profissional, ao ser ocupado com ética política e afetiva, “permite descentrar o olho e desnaturalizar a percepção, dando a ver (e a sentir) o que

1. Gestalt-terapeuta. Psicóloga (CRP 10/2440). Mestre em Teoria e Pesquisa do Comportamento (Universidade Federal do Pará). Especialista em Gestalt-terapia (CCGT). Integrante da Articulação Nacional de Psicólogas/os Negras/os, Núcleo Amapá (ANPSINEP/AP).

afeta sem se mostrar” (ALVIM, 2019, p. 893).

Além disso, em trabalho anterior (ARRELIAS, 2019), trago algumas reflexões para modificar o foco do nosso olhar profissional, no sentido de realizar intervenções “com uma população complexa e dinâmica, que se ajusta criativa e constantemente de acordo com as demandas do seu campo vivencial e das suas próprias percepções” (p. 221). Perceber os afetos dolorosos, amorosos e o que comparece no entre nos encaminha de forma responsável no sentido de sustentação de nosso lugar ético e político no fazer cotidiano.

ENCONTRO ENTRE A PSICOLOGIA E AS RELAÇÕES RACIAIS

Com acesso reduzido a um grupo populacional economicamente privilegiado, a profissão e ciência psicológica brasileira se desenvolve focada em situações vivenciais de populações brancas, antes mesmo de sua legalização, promulgação e organização interna no país, no início dos anos 1960. Ela chega oficialmente a partir de cursos de Psicologia Social, oferecidos nos anos 1930 em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, por Raul Briquet, Arthur Ramos, Donald Pierson e Dante Moreira Leite, e, em seguida, pelo trabalho de duas psicanalistas negras: Virgínia Leone Bicudo e Aniela Ginsberg. Ambas participaram de um estudo solicitado pela UNESCO, no início dos anos 1950, que tinha por objetivo conhecer aquilo que se entendia como a bem-sucedida experiência do Brasil na dinâmica das relações raciais (SANTOS; SCHUCMAN; MARTINS, 2012).

Durante os anos de ditadura militar, mais especificamente, a partir de 1968, trabalhos em comunidades rurais e periferias começam a desafiar a visão elitista do fazer psicológico, contrapondo-se às formas privilegiadas de ensino dessa ciência nas instituições formadoras. Ao se questionar sobre as contribuições da Psicologia em relação às condições de vida das populações mais vulneráveis, um grupo de professores inicia trabalhos de formação em espaços comunitários, junto a setores da Igreja católica – especialmente as CEBs – e as ações de educação popular, de Paulo Freire. Nasce a Psicologia Social Comunitária enquanto prática profissional e, mais tarde, a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) consolida esse fazer dissidente. A partir de então, os questionamentos, oriundos especialmente da Psicologia Social, com Sílvia Lane e seu grupo de estudos e pesquisas, começam a balançar essa estrutura psicológica acadêmica, ampliando as possibilidades de intervenções e estudos para grupos populacionais em situações diversas de vulnerabilidades e sofrimento ético político. Esses grupos, dispensados historicamente pela ideia de construção de sociedade brasileira, eram – e são – compostos até hoje a partir de uma lógica racial que exclui quem não é branque², o ser humano universal e almejado enquanto possibilidade de ser gente e ter direito a uma vida digna (CAMPOS, 2006).

O olhar individual, com relatos de experiências dolorosas de pessoas negras, foi

2. Neste texto, usei linguagem gendrada a fim de evitar binarismos de gênero, exceto nas citações diretas, onde será mantida a escrita original. Portanto, será utilizada a letra “e” como demarcadora de diversidade de gênero, incluindo pessoas cisgênero, transgênero e gênero diversas.

apresentado por Neusa Santos Souza (1983), em uma produção na qual conta histórias de vivências racializadas de pessoas negras que ascenderam socialmente, em diversos aspectos, como trabalho, relações íntimas, familiares, e como enxergam a si mesmas. Discussões sobre o papel de brancos na manutenção e disseminação de práticas racistas são discutidas sistematicamente por Bento (2002), momento em que as psicólogas apresentam reflexões sobre as responsabilidades de pessoas brancas no campo das relações raciais. Nesse mesmo ano, o Conselho Federal de Psicologia regulamenta as ações profissionais da Psicologia no campo das relações raciais, por meio da Resolução nº 18/2002 e, mais tarde, lança o caderno de referências técnicas para a atuação profissional na temática, em 2017. Temos, assim, um aumento considerável das discussões e publicações, na área da Psicologia, sobre as diversas formas como as relações raciais se estabelecem e produzem sofrimentos intensos em populações vulneráveis socialmente, por um lado, e mantêm os privilégios de uma vida segura e digna para o grupo populacional branco, de outro.

Vale destacar que, desde os anos 1930, além dos citados estudos sobre Psicologia Social, havia um movimento intenso, porém abafado, de pessoas negras cujos trabalhos apenas muito recentemente começam a ser reconhecidos de forma mais consistente. Nomes como Abdias Nascimento, Clóvis Moura, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Guerreiro Ramos, Carolina Maria de Jesus, entre outros, possuem escritos contundentes de denúncia das condições de vida degradantes da população negra brasileira, em produções acadêmicas, literárias, políticas, jornalísticas e teatrais, inclusive com diálogos intensos em movimentos internacionais nos Estados Unidos e em diferentes países do continente africano. Portanto, negres sempre souberam e expuseram as condições nefastas em que se constroem suas vidas desde a época colonial, condições estas que assumem características refinadas de manutenção de lugares racialmente estanques nas vidas cotidianas e institucionais no Brasil.

Nesse movimento, desde as intervenções da Psicologia Comunitária e da Psicologia Social, os *settings* terapêuticos tradicionais também são questionados enquanto espaços privilegiados de trabalho da Psicologia. A noção de clínica se amplia, saindo de uma lógica de espaço físico – o consultório particular individual – para uma postura profissional, que se caracteriza pela escuta e olhar qualificados, pelo acolhimento (pretensamente) universal, pela validação. Essa mudança é essencial para compreendermos que a clínica psicológica nos moldes tradicionais tem a psicoterapia individual e de prática higienista privilegiadas, distanciando-se ou mesmo negando questões sociais enquanto vivências que favorecem o estabelecimento de relações específicas no campo. Uma característica da clínica psicológica passa a ser, então, romper com essa lógica, em direção a uma postura ética e política pautada por posicionamento profissional potencializador de existências humanas (MOREIRA; ROMAGNOLI; NEVES, 2007).

Não se pode esquecer que a ciência expressa e alimenta ideologias; assim, a ideia de clínica neoliberal alimenta o modelo individualista, por vezes perverso, que se esquece do homem para manter a lógica do capital (MOREIRA; ROMAGNOLI; NEVES, 2007, p. 615).

Essas reflexões são essenciais para entendermos como o modelo clássico de clínica psicológica vai de encontro à proposta de trabalho da Gestalt-terapia. Esta, ao considerar o ser humano na relação estabelecida no campo vivencial como forma primordial de existência, recusa qualquer possibilidade de individualismo tal como reverenciado pela sociedade capitalista, violenta e desigual em que vivemos. O fundamental nesta compreensão é que ela embasa as necessárias mudanças de percepção e de postura profissional que vem sendo exigidas, hoje, nas nossas práticas profissionais.

Atualmente, a Psicologia está pulverizada por diversos setores da sociedade, precisando ainda se reinventar para conseguir chegar nas potências de vida de grupos populacionais historicamente retirados da condição de humanidade e negados em suas existências. Em um país que se estrutura e se sistematiza no racismo, trata-se de se repensar e recriar a Psicologia para que acolha, cuide, valide, torne visíveis grupos populacionais sistematicamente excluídos de suas produções teórico-metodológicas e, portanto, invisíveis em suas intervenções.

A Gestalt-terapia também segue essa lógica, provavelmente bastante influenciada pelas ideologias e epistemologias de ensino e atuação da época em que chega ao país, nos anos 1970. Apesar de ser reconhecida como um sistema psicoterapêutico gestado e desenvolvido em uma lógica contracultural, politizada e subversiva, para a realidade brasileira que vivia uma ditadura militar e um forte teor ideológico de falsa democracia racial, a Gestalt-terapia pouco se debruçou, à época, sobre as situações concretas de vida da maioria da população brasileira. Por outro lado, a caminhada histórica da Gestalt-terapia em solo brasileiro tem permitido um embasamento teórico-técnico que possibilita nos re-constituirmos enquanto sujeitos-profissionais em trânsito por reflexões assentadas na realidade atual, com suas demandas, possibilidades e potencialidades.

Quando vamos a questões práticas do trabalho concreto e da maioria das produções técnicas em Gestalt-terapia, as reflexões e discussões que envolvem raça e gêneros diversos são muito profícuas. Vivências sobre orientação sexual, capacidades, território, espiritualidades também são bastante invisibilizadas, sendo apagadas e negadas na clínica psicológica, de maneira geral, e na clínica gestáltica, de maneira particular, o que pode denotar um posicionamento compatível com práticas tradicionais individualistas. Considerando as forças estruturais e estruturantes de todo o século XX, que criam e reforçam um ideal de humanidade a ser alcançado – que é branco, masculino, cisgênero, heterossexual, de classe alta, sem deficiência, urbano, cristão –, pode-se considerar que estas mesmas forças operavam com muita intensidade no campo da clínica psicológica. E é justamente o posicionamento firme, constante e bem embasado de grupos e movimentos

sociais diversos organizados politicamente que nos permite, hoje, re-pensar e re-estruturar a maneira como nos compreendemos tecnicamente e, a partir daí, tensionar por fazeres condizentes com as experiências de vida da maioria da população brasileira, que tradicionalmente não acessava nossos serviços, mas, hoje, passa a demandá-los.

Para Isadore From (PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1997, p. 17), a Gestalt-terapia “deslocou o centro de gravidade para a experiência presente do paciente e [...] colocou o terapeuta e o paciente juntos no centro das atenções para iluminar tanto quanto possível seu relacionamento concreto”, de forma a fundamentar uma forma de prática clínica inovadora para a época em que se desenvolveu. É possível afirmar que é inovadora ainda hoje, pois a clínica gestáltica procura acompanhar as mudanças históricas e contextuais de quem a põe em prática, ainda que haja críticas reflexivas que se referem à constituição da ciência psicológica nesses mesmos tempos-espaços históricos e contextuais.

A Gestalt-terapia considera a relação intrínseca entre organismo e ambiente como forma compreensiva de como as existências se dão. Neste sentido, o trabalho clínico acontece na fronteira de contato, a qual só faz sentido na relação que se estabelece em um campo vivencial e em um tempo específicos. “Sendo definido como sistema de contatos, o eu é deslocado do interior do psiquismo para o campo, não é compreendido como substância, mas como um processo que se desenrola no tempo, uma espontaneidade expressiva e criadora” (SILVA; BAPTISTA; ALVIM, 2015, p. 193).

O campo teórico das relações raciais no Brasil se configura como uma *gestalt* aberta, sistematizada a partir de instituições que impedem ou dificultam a *awareness* de como essa configuração se forma, se mantém e se fortalece. Tecnologias racistas como o epistemicídio, o etnocídio e a necropolítica são utilizadas como estratégias privilegiadas para negar uma história não contada sobre os povos pretos e indígenas enquanto produtores de cultura, de civilização, de espiritualidade, enfim, de formas de existência próprias, sistematicamente silenciadas.

RACISMO COMO ESTRUTURANTE DO CAMPO VIVENCIAL

O racismo é um projeto de controle de vidas que se estrutura através de aspectos histórico-sociais nos âmbitos político, jurídico, ideológico e econômico. Ele possibilita a hierarquização dos grupos humanos, dentro de uma sociedade racializada, de forma a legitimar privilégios a brancos e naturalizar a violência e a morte de pretos e indígenas, sem causar dor ou arrependimento. Existências negras e indígenas – cisgênero, transgênero e gênero diversas – não encontram eco em uma sociedade estruturada no racismo, no binarismo de gênero branco e na misoginia.

Para Moore (2012), o racismo é uma realidade histórica que se fundamenta no fenótipo para criar uma realidade política, cultural e econômica de exclusão de grupos específicos e o privilégio existencial de outros. E é através do fenótipo que se estruturam as

práticas sociais de deslegitimação de elementos sociais não brancos, animalizando corpos pretos e indígenas, diminuindo o valor de aspectos culturais de origem africana e indígena, territorializando os espaços urbanos e rurais segundo os seus usos, criminalizando corpos e territórios segundo sua ocupação pseudo-humana.

O fenótipo é um elemento objetivo, real, que não se presta à negação ou à confusão. É ele, não os genes, que configura os fantasmas que nutrem o imaginário social; que serve de linha de demarcação entre os grupos raciais e como ponto de referência em torno do qual se organizam as discriminações “raciais” (MOORE, 2012, p. 19).

A presença do passado histórico é vivenciada ainda hoje nas formas de funcionamento das diversas instituições sociais, públicas, privadas ou mais íntimas, atualizando as formas de opressão daquele período. As experiências cotidianas dos diferentes grupos racializados são concretizadas de acordo com o lugar social que ocupam, de forma cíclica, apesar das lutas e resistências históricas de negres e indígenas. Contudo, a não racialização de brancos, que dominam todos os espaços de produção e manutenção de poderes econômicos, ideológicos, jurídicos e políticos, mantém os grupos negros e indígenas no lugar da coisificação e animalização, sem que seja possível separar esses conceitos de suas subjetividades. Os fatos históricos se sobrepõem, portanto, às maneiras como se constituem existencialmente nesse campo estruturado no racismo (SANTOS; LIMA, 2009).

A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade obscura, trazendo-a para essa luz incrível. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos (KRENAK, 2019, p. 11).

Conceder a si próprio o lugar de ser humano universal fez dos colonizadores europeus *experts* em programar e praticar violências contra os povos categorizados como inferiores, segundo seus interesses particulares de exploração e dominação. As características fenotípicas foram o mote que lhes permitiu sustentar concretamente este lugar de detentores privilegiados de saberes e narrativas sobre a humanidade. Esse posicionamento diante de uma realidade criada por e para si estruturou a sociedade brasileira desde o início da colonização, por meio de percepções e atitudes intra e interindividuais e institucionais do grupo branco, a partir de uma lógica que coloca o racismo como regra, e não exceção, de todas as formas possíveis de estabelecimento de contato. Práticas sistêmicas de racismo são possíveis graças a uma organização muito bem intrincada, que opera nos níveis ideológico, político, jurídico e econômico, os quais são acionados de forma integrada para a manutenção e recrudescimento, quando necessário, da concretização do racismo (ALMEIDA, 2018).

Em termos ideológicos, o racismo opera de forma a ser naturalizado tanto

historicamente quanto no cotidiano institucional e intraindividual. Nascimento (2016) apresenta uma série de estratégias históricas que o Brasil, enquanto nação, desenvolve para criar um imaginário estanque hierarquizado sobre os lugares sociais de negres, indígenas e brancos na estrutura social brasileira, como o mito da democracia racial, práticas hiperssexualizadoras de corpos negros (masculinos e femininos cisgênero), a falsa abolição, as teorias científicas eugenistas, o processo de imigração de grupos europeus específicos, a precarização das condições de vida da população negra ex-escravizada, as leis de criminalização da cultura negra, o embranquecimento cognitivo e cultural, dentre outros. Importante destacar que os povos originários não são citados nessas reflexões, entre outros fatores, por ser aquele um período em que se difundia a ideia de extinção ou aculturação desses povos (década de 1970), ou, ainda, de que só havia povos indígenas na região amazônica, território não visibilizado por esse autor ou por grande parte do movimento negro da época.

O racismo em seu aspecto ideológico é criado e reforçado pelos meios de comunicação, pelos sistemas educacionais, culturais e religiosos, especialmente cristãos. “Os privilégios de ser considerado branco não dependem do indivíduo socialmente branco reconhecer-se ou assumir-se como branco, e muito menos de sua disposição em obter a vantagem que lhe é atribuída” (ALMEIDA, 2018, p. 50). É suficiente que este indivíduo simplesmente não se manifeste a respeito de relações raciais e racismo, que manterá seus privilégios intocados.

Desta forma, gestalticamente falando, é possível refletir sobre os lugares socialmente percebidos e ideologicamente construídos de corpos racializados. Uma vez que “o corpo está ligado intencionalmente ao mundo e é parte fundamental para a ‘aparência’ do mundo” (MERLEAU-PONTY, 1994, p. 205), a existência hierarquizada só faz sentido e se mantém porque visibilizada e naturalizada a partir do olhar e da estética de quem a institui – o corpo branco. Os impedimentos institucionalizados de pessoas negras e indígenas de narrarem a si, de se apossarem de suas vozes e estéticas permite a manutenção de inscrições sociais desses corpos a partir do olhar colonizador branco. E é neste jogo social fortemente racializado que se mantêm as violências e políticas de morte, determinando quem pode viver e em que circunstâncias, e quem deve morrer sem causar comoção.

Em termos políticos, Almeida (2018) diz que é necessário passar pelo Estado constituído e suas formas organizativas institucionais para compreender como o racismo se estrutura, uma vez que “o racismo é elemento constituinte do Estado moderno” (p. 68). Para Mbembe (2018), a política “é definida duplamente por um projeto de autonomia e a realização de acordo em uma coletividade mediante comunicação e reconhecimento. É isso, dizem-nos, que a diferencia da guerra” (p. 9). Entretanto, vale ressaltar aqui que o Brasil possui índices agrupados de mortalidade letal de corpos pretos (masculinos, femininos, LGBTQIA+, infantis...) muito superiores aos de países em guerra declarada mundo afora (c.f. Atlas da violência, IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Associação Nacional

de Travestis e Transexuais; Grupo Gay da Bahia; UNICEF; Comissão Pastoral da Terra). Os dados isolados do genocídio da juventude são superiores aos de mortos em conflitos armados.

Em termos políticos, jurídicos e econômicos, o Brasil se estrutura de forma a normalizar a morte de corpos negros e indígenas ao mesmo tempo em que naturaliza corpos brancos, preferencialmente masculinos cis-hétero, em lugares de decisão sobre as vidas de quem está morrendo e quem está sendo protegido. E esta seletividade ajuda a alimentar as ideologias que têm perpetuado e retroalimentado a estrutura racista brasileira. Para Almeida (2018, p. 73),

a atuação do Estado, como a forma política da sociedade capitalista, está histórica e logicamente conectada com a reprodução das outras formas sociais do capitalismo: a forma-mercadoria (propriedade privada), a forma-dinheiro (finanças) e a forma-jurídica (liberdade e igualdade).

Enquanto profissionais da Psicologia, estabelecemos relações com pessoas diversas no campo vivencial que se configura no encontro clínico e também fazemos parte dessa mesma estrutura. É nela que conformamos ou (de)formamos nossas maneiras pessoais de perceber e agir no mundo, a partir de territórios específicos que nos permitem perceber, sentir, agir, refletir sobre cada episódio de contato estabelecido. As configurações específicas do Estado brasileiro em diferentes períodos da história do Brasil – Colônia, Império, República, ditadura Vargas, 2ª República, ditadura militar, reabertura política, pseudodemocracia, dias atuais – mostra a força do racismo na conformação das vidas, com reinvenção e o refinamento de tecnologias coloniais mantenedoras da ideologia e das práticas de necropolítica e necropoder.

Definir politicamente, a partir de corporeidades específicas, quem deve morrer impede que corpos negros e indígenas possam existir em todas as suas potencialidades criadoras, entendendo que “[...] o poder expressivo e criador está [...] na corporeidade, nessa experiência no mundo” (ALVIM, 2012, p. 62). Se são corpos matáveis em um sistema capitalista que os vê como mercadorias e prestadores de serviços, se não ocupam esses espaços determinados pelo corpo branco, então podem ser alvejados ou largados à própria sorte para definharem em condições deterioradas de vida. Se “a experiência do corpo como uma totalidade imbricada no mundo define a corporeidade” (ALVIM, 2012, p. 62), então a naturalização de corpos pretos e indígenas como não humanos ou menos humanos serve muito bem às práticas de dominação em curso no Brasil. Estes jamais poderão ser corpos-sujeitos, pois suas experiências existenciais estão no mundo segundo uma lógica colonial, que é a de objeto, em condições de humilhação e vulnerabilidades diversas.

O caráter jurídico do racismo se refere, desde o início da colonização europeia, à classificação hierarquizada de povos, criando uma espécie de “não-eu” que possibilitasse concretizar todos os interesses e violências colonizadoras. A autorização papal através das Bulas *Dum Diversas* e *Romanus Pontifex*, concedidas pela Igreja católica a Portugal

no século XV (PEREIRA, 2016), permitiu que portugueses e, alguns anos mais tarde, espanhóis pudessem explorar os continentes africano e americano. Após criar grupos que poderiam ser explorados, a partir de diferenças fenotípicas, legaliza-se a morte daqueles considerados não humanos, objetos por excelência de produção de condições privilegiadas de vida a quem outorga a si o poder de definir o que é e o que não é humanidade.

Segundo Nascimento, nos anos 1970, se vivia segundo a premissa de que...

Embora na realidade social o negro seja discriminado exatamente por causa da sua condição racial e da cor, negam a ele, com fundamentos na lei, o direito legal de autodefesa. A constituição do país não reconhece entidades raciais, todo mundo é simplesmente brasileiro. Mas o preceito, ao se tornar operativo, ganhava uma dupla qualidade – de ferramenta usada convenientemente no interesse da estrutura do poder, e de arma imobilizadora apontada na direção das massas afro-brasileiras (2016, p. 94).

O sistema de justiça, nos dias atuais, apresenta funcionamento semelhante ao estabelecer dois pesos e duas medidas – com critérios raciais – para abordagens policiais em periferias, zonas rurais e bairros considerados nobres; ao aplicar seletivamente a legislação penal de acordo com o fenótipo e a classe social de réus; ao acertar sempre os corpos-alvo com as mesmas características: jovens negros de periferia, preferencialmente masculinos cisgênero; a condução em episódios de invasão de territórios indígenas e quilombolas, com a morosidade para a demarcação de terras; as ações penais em situações de invasão e destruição de centros de tradição de matriz africana, entre outros. Situações como estas criam demarcações concretas e coerentes entre os lugares e territórios de uso de populações negras e indígenas e a atuação do sistema judiciário e de (in)segurança policial, ambos liderados por pessoas ou ideologias brancas. Novamente, há negação de possibilidades existenciais corporificadas de pessoas negras e indígenas, incidindo diretamente nas conformações a padrões sociais demarcadamente brancos.

Para Almeida (2018, p. 104), a essência do que se conhece por direito é poder, sem o qual “as normas jurídicas não passariam de abstrações sem realidade [...] o poder é o elemento preponderante que concede realidade ao direito”, inclusive, se configurando como uma simbiose entre direito e poder, que tem o racismo como elo.

A ascensão ao poder de grupos políticos racistas colocou os direitos à serviço de projetos de discriminação sistemática, segregação racial, extermínio, na forma de leis anti imigração ou da imposição de severas restrições econômicas às minorias. A conclusão é que o racismo é uma relação estruturada pela legalidade (ALMEIDA, 2018, p. 104).

Por fim, na compreensão do direito como relação social, Almeida diz que “o que chamamos hoje de direito ganha a forma atual apenas com o advento das sociedades capitalistas contemporâneas” (2018, p. 104), e é no seu interior, segundo suas necessidades, que se forjam as normas jurídicas que mantêm esta mesma sociedade protetora legal das condições de vida das pessoas brancas. Refletindo, com Merleau-Ponty, se “ser corpo

é estar atado a um certo mundo, e nosso corpo não está primeiramente no espaço: ele é no espaço” (1994, p. 205), então podemos imaginar uma das formas de se construir e fortalecer legalmente a ideia de corpo infrator e corpo a ser protegido, o que guia com muita eficácia as ações policiais, de diferentes ramos do direito e do sistema judiciário. Inclusive, esta ideologia é um instrumento muito eficaz de convencimento de meninos negros a entrarem para corporações militares cujo alvo primordial são corpos como os seus (REIS, 2005; SILVA, 2019), sonhando com melhoria de vida nessa instituição.

O direito como aspecto do racismo estrutural pode ajudar a compreender o estabelecimento e a manutenção da violência racista legalizada pelo Estado brasileiro. Por outro lado, é importante frisar que este mesmo campo do direito vem sendo utilizado como ferramenta importante de luta antirracista, com a implementação de leis imprescindíveis de denúncia das muitas formas de apresentação do racismo, bem como de estratégias de combate e de reparação fundamentadas em aparatos legais. A dificuldade se encontra na efetivação dessas leis, uma vez que pessoas negras e indígenas ainda possuem acesso negado ou dificultado em espaços jurídicos de poder. No que cabe à Psicologia, as dificuldades se referem, muitas vezes, a formas diversas de adoecimentos graves de profissionais, dentro das instituições formadoras ou no campo de trabalho.

Por fim, o racismo como estrutura da sociedade brasileira se organiza em torno da desigualdade, que “é um ponto nodal das teorias econômicas”, podendo “ser expressa em dados estatísticos e quantificada matematicamente, mas sua explicação está na compreensão da sociedade e seus inúmeros conflitos” (ALMEIDA, 2018, p. 121). Para Carneiro (2011, p. 93), há a “persistência de uma lógica que informa o Estado brasileiro de que ele, quando não mata, mantém a maioria de nossa população em condições de indigência material e cultural, refém do paternalismo e do assistencialismo”. Dessa forma,

o problema da pobreza no Brasil não resulta da falta de recursos, mas de um alto grau de desigualdades [...] as políticas universalistas implementadas não tem sido capazes de reduzir essas desigualdades e o combate à desigualdade tem impacto superior sobre a redução da pobreza do que via crescimento econômico (CARNEIRO, 2011, p. 97).

Economicamente, o racismo se manifesta de forma intersubjetiva nos grupos negros e indígenas, os colocando em uma posição biologicamente naturalizada de indigência e incapacidades individuais de sair dela. A incorporação desse lugar marginal pré-determinado favorece uma construção de si como inadequação de acessar certos espaços, incapacidades acadêmico-intelectuais e mesmo laborais, tornando-os vulneráveis à precarização das condições de trabalho e ao abandono de suas vivências culturais tradicionais – uma forma de etnocídio –, a fim de não serem identificados com estas condições de vulnerabilidades e subalternidades. Além disso, é sobre esses grupos precarizados economicamente que recai uma alta taxa de tributação, que se organiza, no Brasil, sobre o salário e o consumo, em vez de sobre o patrimônio e a renda, o que seria um caminho para a justiça social

(ALMEIDA, 2018).

Estes quatro elementos de análise do racismo estrutural e estruturante brasileiro atuam dinamicamente em ações concretas institucionalizadas, nos encontros intersubjetivos e nas (im)possibilidades de cada pessoa, individual e coletivamente, narrar a si. As instituições concretas e simbólicas se organizam hierárquica e cotidianamente de forma a negar ou dificultar o acesso e a permanência de pessoas negras e indígenas, fortalecendo uma ideologia de lugares pré-determinados cristalizados a partir da identificação racial e de gênero fornecida pelo olhar externo. Como exemplos, podem ser citados os números de docentes negres e indígenas em todos os níveis de educação, que, a despeito de serem poucos nas séries iniciais, rareiam ainda mais conforme aumentam as exigências de especializações e títulos acadêmicos. Outros exemplos são a oferta de serviços de saúde diversos, em que profissionais com nível são, em geral, brancos, e a ocupação de cargos políticos eletivos majoritariamente brancos e masculinos cisgênero, apesar das cotas partidárias obrigatórias, burladas com frequência.

ENCONTRO CLÍNICO – CONTATO NO CAMPO

É na outra pessoa que eu concretizo a minha existência: “a presença e o olhar do outro são essenciais para que nos fundemos. Nosso existir demanda o testemunho do outro” (FRAZÃO, 2017, p. 26). No encontro com pessoas brancas, esta existência não tem sido concretizada por pessoas negras e indígenas pois o racismo, simplesmente, não permite essa realização existencial. Ele impede a constituição de si como pessoas, pois a destruição de corpos negros e indígenas enquanto indivíduos existentes faz parte do projeto de genocídio organizado por brancos para viabilizar o projeto colonial-capitalista. A lógica de pensamento racional do ocidente impõe a necessidade de pensar para existir, retirando a potencialidade do corpo sensorial enquanto base de existência ancestral negro-africana e indígena. O racismo favorece esse lugar de negação a partir da exacerbação do racional.

As experiências existenciais são vividas como violentas desde antes do nascimento de pessoas negras e indígenas, que passam por elas de formas diferentes segundo seus marcadores existenciais de gênero. Mulheres e homens, cis ou transgêneros e pessoas de gênero fluido são constantemente atravessadas pela não existência provocada pelo racismo, enquanto brancos, também independentemente de gênero, vivem seus privilégios (especificamente intragrupos de gênero), distanciando-se da mutualidade, do acolhimento e da validação do “entre” dialógico. O atendimento e o acompanhamento clínico de negres e indígenas torna-se muito difícil diante de pessoas brancas e também de pessoas negras e indígenas não conscientes politicamente de suas existências racializadas, ou seja, embranquecidas.

Para Frazão (2017), nossa função primordial e essencial na clínica gestáltica é

o acolhimento, a confirmação e a validação da outra pessoa tal como ela se apresenta, “em suas angústias, alteridade, diversidade e singularidade existencial” (p. 26). O olhar confirmador é a ação concreta da clínica gestáltica. Confirmação é postura ética “que envolve o olhar fundante do terapeuta e também a confirmação do ser do paciente que cada um pode apossar-se de si, ser belo, único e singular em seu pleno existir” (FRAZÃO, 2017, p. 27).

A prática clínica da Gestalt-terapia, neste posicionamento ético, proporciona...

[...] nos dispomos como suporte e ajuda ao outro em questões tão íntimas e delicadas quanto as nossas próprias vicissitudes; com a possibilidade de utilizar a palavra falada, a escuta respeitosa e acolhedora para fazer da relação psicoterapêutica um campo seguro para que o cliente expresse-se e experimente-se em suas formas de ser-no-mundo; a inclusão de nossa subjetividade para, também a partir dela, empreender intervenções geradas naquilo que nos atravessa, em termos de afetos, sensações e saber técnico a respeito do contato com o cliente, transformando esses elementos em perguntas e apontamentos que visam a ampliar o olhar e a percepção deste sobre si, sobre suas escolhas (MENEZES, 2017, p. 143).

Para Perls, Hefferline e Goodman (1997, p. 46), “a realização de uma gestalt vigorosa é a própria cura”. Mas isto só será possível se incluirmos a quem delega a si, colonialmente, o lugar naturalizado de definir todas as possibilidades de existência humana: branques. Para Bento (2002, p. 26) “o silêncio, a omissão ou a distorção que há em torno do lugar que o branco ocupou e ocupa, de fato, nas relações raciais brasileiras” ainda se configura como um ponto importante a ser tensionado para podermos pensar em, efetivamente, praticar uma clínica gestáltica que priorize existências dignas em uma perspectiva política de campo para negres e indígenas.

A falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais é uma forma de reiterar persistentemente que as desigualdades raciais no Brasil constituem um problema exclusivamente do negro, pois só ele é estudado, dissecado, problematizado (BENTO, 2002, p. 26).

Além disso, os silenciamentos de corpos e existências indígenas precisam ser questionados, de forma a estabelecer reflexões, produções técnicas e intervenções da Psicologia e da Gestalt-terapia mais amplas.

Para Hycner (1988, p. 22), uma psicoterapia dialógica “se refere ao fato de que a existência humana, em seu nível mais fundamental, é inerentemente relacional”, e o racismo, a misoginia e a transfobia potencializam essa violência que impede ou dificulta o reconhecimento de alteridades e, neste sentido, de existências fora da norma branca cisgênero.

Alteridade significa o reconhecimento da singularidade e nítida separação do outro em relação a nós, sem que fique esquecida nossa relação e nossa humanidade comum subjacente. A pessoa é um fim em si mesma e não um

Em relações mediadas pelo racismo, simplesmente não há possibilidade de reconhecimento da alteridade fora do grupo branco. Enquanto fenômeno de campo, o racismo, o sexismo e a transfobia violentam a existência do polo mais fragilizado da relação devido ao não reconhecimento e à não validação da sua humanidade. O outro polo, por sua vez, trabalha em favor da manutenção da dor emocional, da neurose de quem já está sofrendo.

Segundo Lewin, o comportamento não depende nem do passado, nem do futuro, mas, do campo presente (LEWIN, 1965). Neste sentido, os lugares sociais de privilégio (brancos) e de violência (negres e indígenas) vivenciados no momento presente são estruturados enquanto formas de contato possíveis em uma sociedade que se nega a reconhecer e a resolver seus problemas com o racismo. E, assim, compartilhamos de um fundo comum generalizado que nos atravessa de formas muito singulares, mas que impede de nos constituirmos como seres plenos – estabelecendo contatos vigorosos e com reconhecimento e validação de alteridades, de criação de possibilidades outras (SILVA; BAPTISTA; ALVIM, 2015).

O racismo impede ou dificulta que pessoas pretas e indígenas se vejam, se considerem, se expressem integralmente como seres humanos, pois são destituídas de suas humanidades pela estruturação racista. Então, se tornam fenômenos incompreensíveis, pois incompletos ou deformados pelo olhar branco sistematizador das possibilidades sociais. O saber a ser revisto – e, quem sabe, reaprendido – é o da clínica psicológica tradicional, que é branca europeia e norte americana. Portanto, questionar e rever estes *a priori* é necessário, uma vez que os mecanismos tradicionais de compreensão, planejamento e ação diante da realidade que vivemos, hoje, não são suficientes para a reorganização das vidas, já que práticas racistas ainda estão fortemente presentes nas configurações relacionais intersubjetivas, interferindo nos conceitos e formas próprias de cada pessoa ver a si mesma (SANTOS; LIMA, 2009).

Ações presentes para um futuro talvez menos tenebroso envolvem compreender que “a dinâmica própria do racismo se desenvolve dentro do universo de atitudes, valores, temores e, inclusive, ódios – mesmo quando inconfessos – infiltrando-se em cada poro do corpo social, político, econômico e cultural” (MOORE, 2012, p. 226). São diversas as possibilidades de intervenções e, na clínica gestáltica, temos o corpo como experiência primeira, concreta no mundo. E aqui me refiro tanto ao corpo de clientes/usuários/pacientes/consultantes quanto o corpo de psicoterapeutas. Esse encontro, o que se estabelece no *entre*, naquele campo específico...

Os efeitos do encontro de corpos negros ou indígenas com corpos brancos não são passíveis de racionalização simples. Foram quase quatrocentos anos de escravização, com práticas de violências cruéis e cada vez mais tornadas públicas (exemplo: as atrocidades

cometidas pelo rei Leopoldo, no Congo Belga; as práticas de castração de homens negros escravizados que se “atreviam” a formar família com mulheres negras, também escravizadas). Depois, são mais de uma centena de anos de tentativa de apagamentos dessas violências, com legalização ideológica, jurídica e econômica de atrocidades, humilhações e torturas praticadas por brancos.

Quebrar cinco séculos de violências transgeracionais envolve vivenciar afetivo-emocionalmente, na carne, toda essa dor, raiva, medo, angústia e outros nomes possíveis – e não tem como isto acontecer de forma amena. Se for externalizada, possui uma configuração muito específica. Se for internalizada, essa manifestação inabitual que emerge espontaneamente apresentará outra configuração. A possibilidade de a pessoa negra ou indígena ser acolhida e validada diante de corpos brancos e embranquecidos, portanto, exigirá um posicionamento há muito negligenciado desde a formação em Psicologia, e isto também precisa ser levado em consideração no trabalho clínico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não fazer nada, não significa ser neutro.

Significa ser conivente.

Clélia Prestes

A baixa quantidade de discussões e produções científicas da Gestalt-terapia sobre relações raciais está diretamente relacionada com as formas como a sociedade brasileira se estrutura racialmente. Há, na literatura mais ampla de autoria negra e indígena, discussões importantes e bem fundamentadas sobre como as desigualdades raciais se estabelecem, mantêm e se reinventam com o passar do tempo. O que precisa ser colocado como figura são os silenciamentos das lutas de resistências travadas desde o tempo colonial contra estas formas de violências. As responsabilidades, mais do que culpabilizações, é que precisam tomar a frente nas formas atuais de re-organizar o nosso fazer profissional. Este tipo de atitude se propõe como uma forma de trazer à tona a convivência da Psicologia e da Gestalt-terapia, de modo particular, com a violência do racismo. Assim, impedimos que esta prática caia no esquecimento e se repita ou se fortaleça.

A construção histórica do Brasil, como nação, é fortemente baseada em uma estrutura racista, que impõe um *modus operandi* branco europeu e norte americano de institucionalização de todos os aspectos da vida. Desta maneira, silencia-se ou mesmo nega-se qualquer possibilidade de existência fora de uma lógica brancocêntrica. Negritude e indigenidade passam a ser formas de vida onde não há reconhecimento ou possibilidade de humanidade para negres e indígenas escravizados oficialmente até 1888 e mantidas em condições precárias e desiguais de vida após esse fato histórico e até os dias atuais, reinventadas. Todas as situações de violências às suas condições de vida são concretizadas

em uma estrutura de campo vivencial considerada incivilizada, e cujas possibilidades de ser em um mundo pautado por aspectos civilizatórios europeus são a única condição possível de existência enquanto ser humano.

Assim como não há escrita neutra, a escuta e a leitura também compõem a partir de experiências pessoais muito particulares. As construções perceptivas que abraçamos possuem relação intensa com as formas aprendidas e tornadas habituais pelo nosso percurso histórico-social, tanto individual quanto coletivo. Assim, o que ouvimos e *como* ouvimos está intrinsecamente ligado às nossas concepções ideológicas a respeito do mundo. Nossa escuta e a compreensão dela passam pelo crivo das informações teórico-estéticas a que temos acesso. Pessoas negras e indígenas tem conhecimento disto a partir da falta de suas experiências de vida na construção do conhecimento dito oficial. Daí a importância da resignificação da compreensão da realidade contemporânea a partir destes corpos subalternos, resistentes, que se constroem em afrossentidos e cosmossentidos suleadores, até para que possamos nos tornar mais propositivos e menos exclusivamente denunciadores, apesar da necessidade e importância deste tipo de atitude. Mas, permanecer apenas na resistência e na denúncia não nos permite avançar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018. (Coleção Feminismos Plurais).

ALVIM, M. B. Corpo, corporeidade. *In*: D'ACRI, G.; LIMA, P.; ORGLER, S. **Dicionário de Gestalt-terapia**: "Gestaltês". 2. ed. São Paulo: Summus, 2012. p. 60-63.

ALVIM, M. B. A Gestalt-Terapia na fronteira: reconhecimento como cuidado. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 880-895, 2019.

ARRELIAS, L. Reflexões gestálticas sobre autorreconhecimento como mulher negra na Amazônia. **IGT na Rede**, v. 16, n. 31, p. 192-225, 2019. Disponível em <http://www.igt.psc.br/ojs/viewissue.php?id=33>. Acesso em: 24 jul. 2020.

BELMINO, M. (org.). **Gestalt-terapia e atenção psicossocial**. v. 1. Fortaleza: Premium, 2015.

BELMINO, M. **Fritz Perls e Paul Goodman**: duas faces da Gestalt-terapia. Fortaleza: Premium, 2014.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In*: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (orgs.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25-58.

CAMPOS, R. H. F. (org.). **Psicologia social comunitária**: da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes, 2006.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

- FRAZÃO, L. M. Ser ou não ser na contemporaneidade: eis a questão. *In*: FRAZÃO, L. M. (org.). **Questões do humano na contemporaneidade**: olhares gestálticos. São Paulo: Summus, 2017. p. 17-28.
- HYCNER, R. **De pessoa a pessoa**: psicoterapia dialógica. 3. ed. São Paulo: Summus, 1988.
- KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LEWIN, K. **Teoria de campo em ciência social**. São Paulo: Pioneira, 1965.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MERLAEU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Trad.: Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- MENEZES, S. M. M. O fazer clínico como um paradoxo: reflexões gestálticas. *In*: BRANDÃO, C. L. (org.). **Semeando a Gestalt-terapia**: experiências clínicas no contexto amazônico. v. 1. Belém, PA: Paka-Tatu, 2017. p. 143-166.
- MOORE, C. **Racismo e sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Nadyala, 2012.
- MOREIRA, J. O.; ROMAGNOLI, R. C.; NEVES, E. O. O surgimento da clínica psicológica: da prática curativa aos dispositivos de promoção da saúde. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 27, n. 4, p. 608-621, 2007.
- NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- PEREIRA, J. P. A Igreja e a escravatura em Cabo Verde (séculos XVI-XVII). **Africana Studia**, n. 26, 2016.
- PERLS, F. S.; HEFFERLINE, R.; GOODMAN, P. **Gestalt-terapia**. Trad.: Fernando Rosa Ribeiro. São Paulo: Summus, 1997.
- REIS, V. M. S. **Atucaiados pelo Estado**: as políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador e suas representações, 1991-2001. 2005. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- SANTOS, A. O. S.; SCHUCMAN, L. V.; MARTINS, H. V. Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, n. esp., p. 166-175, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v32nspe/v32speca12.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2020.
- SANTOS, P. F. F. A.; LIMA, S. B. L. A família negra e o desenvolvimento afetivo saudável. **IGT na Rede**, v. 6, n. 10, p. 18, 2009. Disponível em: <http://www.igt.psc.br/ojs/viewissue.php?id=10>. Acesso em: 12 abr. 2020.

SILVA, T. F. **Configurações subjetivas de práticas policiais e estratégias de sobrevivência de jovens negros em uma cidade da Bahia**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

SILVA, T. C. D.; BAPTISTA, C. S.; ALVIM, M. B. O contato na situação contemporânea: um olhar da clínica da Gestalt-terapia. **Revista da Abordagem Gestáltica - Phenomenological Studies**, v. 21, n. 2, p. 193-201, jul./dez. 2015.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CAPÍTULO 9

“QUERO MACHO COM JEITO DE MACHO”: FRONTEIRAS DE CONTATO ENTRE USUÁRIOS DO GRINDR

Paulo Henrique Pinheiro de Barros¹

o cara discreto me olha e diz “credo”
porque eu tô beijando o meu namorado na rua
além de você eu também cuido da minha vida
e já parou pra pensar quem é que tá cuidando da tua?
não seja um otário se escolhe o armário
a gente que apanha, não me peça calma
que enquanto eu grito e luto por espaço
você se esconde na hunter e na sauna

Rohmanelli ft. Warlock, Macho Discreto

São poucas as publicações no Brasil que fazem uma ponte entre Gestalt-terapia e populações LGBTQI+, não sendo encontradas no momento da produção deste texto pesquisas publicadas que relacionem a abordagem gestáltica e o uso de aplicativos que possibilitam (des)encontros entre homens – algo que já nos convida para uma reflexão sobre a invisibilidade de tais assuntos no meio gestáltico. Sendo assim, recorrerei a alguns estudos do campo da sexualidade que não possuem uma fundamentação na Gestalt-terapia, relacionando-os com nossa abordagem, algo que considero importante para que possamos crescer e nos transformar.

Nesta pesquisa, busco refletir sobre algumas relações que são estabelecidas entre homens que buscam outros homens por meio da plataforma digital conhecida como Grindr, aplicativo utilizado em cerca de 196 países e acessado diariamente por aproximadamente 3 milhões de usuários (GRINDR, 2017). Foi o primeiro aplicativo a associar a busca por parceiros ao mecanismo de geolocalização por satélite (MISKOLCI, 2014), possibilitando uma nova relação com a cidade, através do espaço *on-line*.

A oportunidade de um usuário saber a distância a que se encontra de outros diferencia este aplicativo das salas de bate-papo, como as do site UOL, que, durante algum tempo, foram as principais plataformas *on-line* utilizadas por homens que buscavam outros homens (MISKOLCI, 2013). Segundo Miskolci (2014), um dos motivos para a grande busca por esses espaços *on-line* se dá pelo receio que muitos homens ainda sentem em vivenciar suas sexualidades nos espaços públicos, percebidos como não acolhedores à diversidade

1. Psicólogo pela Universidade Federal de Roraima, Gestalt-terapeuta pelo Instituto de Gestalt-terapia de Roraima e Sexólogo pela Universidade de Araraquara. Coordena o Núcleo de Atendimento Psicossocial para População LGBTQI+.

sexual, criando uma espécie de limbo entre marginalidade e inclusão.

Das várias possibilidades de pesquisa no Grindr, tornaram-se figura os perfis que deixam clara a rejeição por usuários que sejam afeminados. Tal repulsa remete-me a experiências atravessadas por mim, por amigos e por clientes, por vezes, vivenciadas de formas dolorosas. Diante disso, esta pesquisa me permite mover-me no presente, de forma diferente, possibilitando a resignificação do fenômeno citado. Para tanto, recorrerei, principalmente, ao conceito de fronteira de contato utilizado na Gestalt-terapia, para refletirmos sobre as relações estabelecidas virtualmente; também farei um resgate de estudos que abordam as temáticas sobre masculinidades.

Talvez possam surgir dúvidas sobre o porquê de não me referir a homens que se relacionam com homens como homossexuais ou gays. Neste aplicativo, não há a opção para que o usuário coloque informações sobre a sua orientação sexual, compreendida como a atração sexual e/ou afetiva direcionada a alguém. Em linhas gerais, homens que se sentem atraídos sexual e/ou afetivamente por outros homens são chamados de homossexuais ou gays. Homens que sentem atração sexual e/ou afetiva por homens e mulheres são vistos como bissexuais, e homens que sentem atração sexual e/ou afetiva somente por mulheres são conhecidos como heterossexuais. Todavia, é necessário cuidado para que tais definições não cristalizem o campo da sexualidade.

A forma de nomear e vivenciar a orientação sexual é uma experiência única e que somente poderá ser confirmada pela própria pessoa, sendo que há aquelas que não sentem a necessidade de tais definições. Alguns homens que se identificam com a heterossexualidade podem buscar experiências homossexuais (COLLING; NOGUEIRA, 2017). Isso implicaria numa falsa heterossexualidade? Será que essa pessoa não passa de um gay enrustido?

Pode ser que alguns homens realmente neguem a homossexualidade, desempenhando uma performance heterossexual. Mas, também não podemos afirmar que não seja possível a existência de homens heterossexuais que encontram prazeres com outros homens. Sendo assim, faz-se pertinente a sigla HSH, que significa “homens que fazem sexo com homens”, utilizada pelo Ministério da Saúde em políticas públicas, embora, por vezes, finde-se a relacioná-la à homossexualidade ou bissexualidade.

Em minha prática como psicólogo clínico no atendimento com homens, busco verificar junto a eles se existe uma necessidade em nomear ou não uma possível orientação sexual. Alguns afirmam que sim, percebendo-se enquanto gays, bissexuais ou pansexuais², enquanto outras e outros respondem negativamente. Já outras pessoas relatam se sentirem confusas quanto aos desejos e sentimentos, não conseguindo definir o que sentem por meio de palavras. Ou seja, cada experiência é única, sendo necessário que o/a profissional da Psicologia e das demais áreas da saúde tenham cuidado com os *a priori*, praticando a

2. Orientação sexual na qual a atração física, sexual e afetiva pode ser desenvolvida por outras pessoas, independentemente de suas identidades de gênero: cisgênero ou transgênero (SÃO PAULO, 2017).

suspensão fenomenológica, na qual solicitamos que o/a cliente interprete e signifique suas vivências - suspensão delicada quando se trata do campo da sexualidade, em que nossos sentidos estão extremamente contaminados, contribuindo para polarizações em torno das manifestações sexuais: bom e mau, certo e errado, sujo e limpo, céu e inferno, macho e viado. Isso pode dificultar que estejamos realmente abertos e abertas para o encontro com nossos e nossas clientes.

Levanto tal questão por ser cada vez maior o número de pessoas das mais variadas orientações sexuais que estão tendo acesso ao atendimento psicológico. Logo, faz-se necessário refletir sobre as formas como estamos acolhendo ou não essas pessoas. Muitas delas passaram por relações em que foram julgadas por suas formas de estar no mundo – principalmente, no que diz respeito aos seus desejos e/ou afetos homoeróticos –, mundo este que, para ser acessado pelo profissional da Psicologia, requer cuidado e respeito. Afirmo isto pois já estive com clientes que relataram experiências com outros e outras profissionais da Psicologia e Psiquiatria que manifestaram condutas extremamente moralistas e higienistas, contribuindo para mais sofrimentos.

Dito isto, a curiosidade para desenvolver esta pesquisa emergiu a partir de minhas próprias experiências utilizando aplicativos (*apps*) e do relato de clientes e amigos que também usam tais ferramentas. Vários são os *apps* em que homens podem buscar outros homens; entre eles estão: Grindr, Scruff, BoyAhoj, Manhut, Hornet e Tinder. Tais buscas têm finalidades diversas, como: amizades, namoro, sexo casual, sexo virtual, entre outras possibilidades. Esses aplicativos compartilham algumas ferramentas e também apresentam características únicas, o que contribui para que as relações entre usuários e *apps* sejam diversas. No *Tinder*, por exemplo, os usuários tendem a usar mais fotos de rosto e compartilham seus nomes reais. Mas, no Grindr, poucos são os que mostram seus rostos nos perfis e que compartilham seus nomes verdadeiros.

Como já mencionado, várias são as questões que podem ser debatidas acerca do Grindr, porém, nesta pesquisa, enfoco os textos apresentados em alguns perfis, na área “sobre mim”, e as fronteiras de contato estabelecidas virtualmente entre machos e afeminados. Antes de nos debruçarmos sobre isso, no entanto, farei uma breve descrição do *app* investigado.

CONHECENDO O GRINDR

Para delinear a descrição que se segue, fiz o *download* do aplicativo de forma gratuita e passei algum tempo coletando informações. Embora já o tivesse utilizado anteriormente, esta foi a primeira vez que analisei a estrutura do *app*, o que contribuiu para que minha percepção ganhasse uma nova configuração. Ao baixar Grindr, o usuário precisa fornecer apenas seu e-mail e definir uma senha, ou acessar via conta do Google ou Facebook, podendo o aplicativo ser utilizado de forma bastante anônima.

Uma vez criada a conta, é possível colocar ou não uma foto no perfil, não sendo necessário ser uma imagem de rosto, como se pode visualizar na Figura 1. Outras partes do corpo podem ser escolhidas: peitoral, abdômen, costas, pernas, pescoço, boca, olhos, pés. Muitas são as possibilidades. Imagens do pênis e ânus não são autorizadas pelo aplicativo, havendo moderação nas fotos de perfil antes de serem autorizadas. Vale ressaltar que nem sempre as fotos são, de fato, do usuário, sendo possível criar um perfil falso, ou *fake*, utilizando imagens de outras pessoas, ainda que o *app* disponibilize uma ferramenta para denúncias desses perfis.

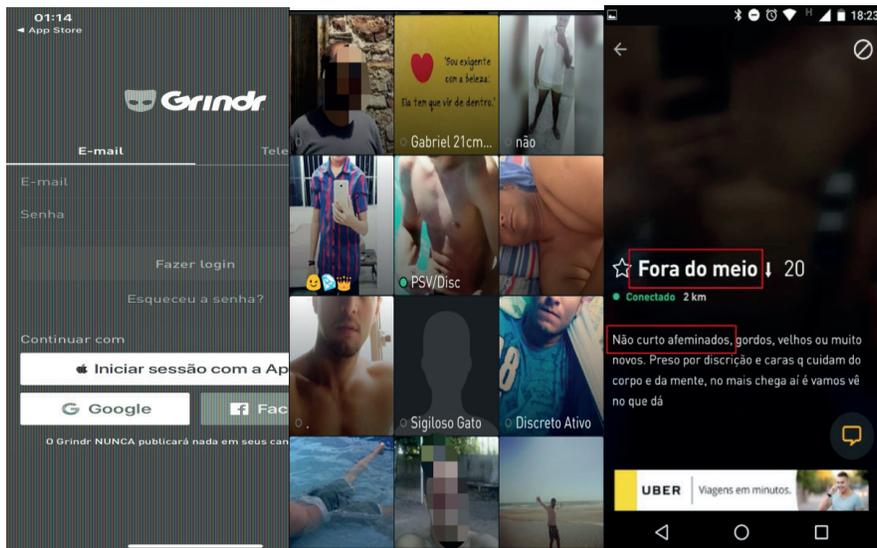


Figura 1 – Exemplo de um perfil e interfaces do Grindr
 Fonte: capturado a partir da visualização pública do aplicativo.

No perfil, também é possível digitar um nome de exibição e outras informações sobre si. Alguns dados que podem ou não ser preenchidos dizem respeito a: idade, altura, peso, porte físico, posição (ativo³, passivo⁴, versátil+ativo⁵, versátil+passivo⁶), etnia, relacionamento atual e tribos. Quanto a expectativas, é possível indicar “em busca de” e “local de encontro”. Também há opções quanto à identidade de gênero e o pronome com o qual o usuário ou a usuária se identifica. Por fim, existe a possibilidade de registrar

3. Em linhas gerais, homem que apresenta uma preferência em penetrar o ânus de outro homem, utilizando seu pênis, dedos, brinquedos eróticos, entre outras possibilidades, não sendo a penetração obrigatória durante o ato sexual para que se perceba como ativo.
4. Em linhas gerais, homem que apresenta uma preferência em ter seu ânus penetrado por outro homem, brinquedos eróticos, entre outras possibilidades, não sendo a penetração no ânus obrigatória durante o ato sexual para que se perceba como passivo.
5. Em linhas gerais, homem que se identifica como passivo e ativo, mas, sua preferência sexual se dá pela atividade.
6. Em linhas gerais, homem que se identifica como passivo e ativo, mas, sua preferência sexual se dá pela passividade.

informações sobre sorologia de HIV e a data do último exame, além de compartilhar ou não outras redes sociais, como Instagram, Spotify, Twitter e Facebook.

Nesse sentido, os perfis variam bastante, desde aqueles que contêm quase todas as informações mencionadas anteriormente, até perfis que só apresentam a idade. Outro ponto importante é que o *app* solicita acesso à localização do dispositivo, possibilitando que os usuários saibam a quantos metros ou quilômetros de distância encontram-se uns dos outros. Outra ferramenta disponibilizada permite que os usuários se desloquem virtualmente para outros bairros, estados brasileiros ou países. Por vezes, o *app* libera esses serviços de forma gratuita; em outros momentos solicita que o usuário tenha uma conta paga, na qual as ferramentas ampliam-se, possibilitando um maior acesso a outros usuários.

Após esta breve descrição da interface do aplicativo Grindr, são apresentados, a seguir, os perfis escolhidos para que este estudo fosse realizado.

“NADA CONTRA AFEMINADOS, MAS QUERO MACHO”

No dia 20 de maio de 2020, destinei cerca de uma hora para fazer *prints* dos perfis que anunciavam não querer contato com homens afeminados na cidade de Boa Vista, capital de Roraima. Os perfis que não apresentavam tais informações foram descartados da pesquisa. Dos 40 usuários que visualizei naquele dia, somente 06 estavam usando fotos de rosto, e os demais variaram entre não ter foto (sendo exibido apenas um fundo preto no perfil) ou utilizando imagens de outras partes do corpo.

Novamente, ressalto que não os entrevistei, portanto, ater-me-ei aos dados que estavam expostos nos perfis públicos, no que diz respeito ao enunciado “sobre mim”. Ao todo, foram analisados 10 perfis, que serão identificados a partir da sigla P – que significa perfil –, acompanhada de uma numeração entre 1 e 10.

Antes de aprofundar a discussão sobre a rejeição à figura do afeminado, é interessante notar que 06 usuários (P2, P3, P4, P5, P6 e P10) focam seus textos nas características que não buscam em outros usuários, não ficando claro quais as características que seriam, então, consideradas atraentes.

Não curto afeminados nem travestis nada contra só não tenho tesão (P2).

Ativo. Sigiloso. Não curto Afeminado e nem assumido (P3).

Dispensando os enrolados! Não curto afeminados e os afetados! Se for pedir foto manda primeiro daí a conversa pode fluir! (P4).

Não busco algo em específico. Curtir só com alguém de meu agrado. Sou só ativo, gosto de sacanagem de verdade. Parceiros fixos de foda. Vamos

ser safados q tudo fica massa. Não a mortos no sexo, afeminados, gordos e perguntas tolas. Não topo encontro as cegas (P5).

Porra deve ser bem difícil se feio e ter que usar as fotos de outros caras para conseguir aparecer. Mas infelizmente não tem como usar essa foto no encontro rs. Não a feios, gordos, coroas e afeminados (P6).

Quem faz caridade é ONG. Eu não. Não tenho preconceito, mas não me relaciono com afeminados e fakes sinto o cheiro de longe, nada contra, pocs tô fora, gp's não pago por sexo, veneca só se tiver de carteira assinada a mais de 01 de serviço (P10).

Também é possível constatar em tais falas o rechaço a “gordos” e “coroas”. Na fala de P10, este traz a figura do “veneca”, que significa venezuelano. Sua escrita não deixa explícito o que realmente significa “mais de 01 de serviço”, mas, é possível perceber que há uma condição para que o contato com um venezuelano aconteça. Há alguns anos, vivencia-se em Roraima um intenso processo de migração, em que muitos venezuelanos chegam diariamente ao estado. Este fenômeno fez com que o Grindr em Boa Vista apresente uma nova configuração quanto às nacionalidades, sendo cada vez maior o número de usuários oriundos da Venezuela. Embora não seja o objetivo desta pesquisa investigar as relações entre brasileiros e venezuelanos via aplicativo, faz-se importante ressaltar a presença de condutas xenofóbicas em relação a essas pessoas.

Nas linhas que se seguem, será possível formar uma melhor compreensão sobre os corpos masculinos considerados ideais por parte de nossa sociedade, sendo discutido o fenômeno da repulsa pelos corpos considerados marginais por desviarem-se das normalizações.

Quando recorremos às questões históricas, é possível perceber que, dependendo de fatores temporais e espaciais, as representações sobre as masculinidades sofreram alterações. De acordo com Miskolci (2012), na passagem do século XIX para o século XX, do Brasil Império para o Brasil República, um novo ideal de homem começa a ser almejado por parte da elite brasileira, composta principalmente por homens brancos. Tal ideal seria baseado na figura do homem europeu. Naquele período, em nosso país, a maior parte da população era composta por homens negros, percebidos como perigosos para o futuro da nação, pois, de acordo com os discursos médicos (racismo científico) da época, aqueles eram considerados inferiores intelectualmente quando comparados ao homem branco e mais propensos à criminalidade, sendo percebidos como perigosos para a elite brasileira.

Miskolci (2012) também afirma que os homens que se relacionavam com homens não eram identificados com a identidade homossexual, porém, eram percebidos como sendo também inferiores e mais propensos a desenvolverem transtornos mentais – aqui, a Psiquiatria e Psicologia novamente cumpriram papéis importantes para alimentar preconceito e sofrimento. Relação parecida era estabelecida quanto às mulheres, agravando-se quando

se tratava de uma mulher negra. Quanto aos índios, estes eram chamados de preguiçosos e indisciplinados, realizando trabalhos medíocres. Somente o sangue do homem branco era considerado puro, e somente ele poderia gerar filhos brancos, acreditando-se que, em seu sêmen, estaria a branquitude, não sendo bem vistas as relações entre mulheres brancas com homens negros.

O autor segue relatando que, no início do século XX, se inicia um processo de deslocamento de pessoas do campo para a cidade, do rural para o urbano (MISKOLCI, 2012). O homem de “verdade” seria trabalhador e provedor, devendo participar da esfera pública, enquanto sua mulher ficaria responsável pela vida privada, incumbida dos cuidados com a família e o lar, não percebidos como trabalho, mas, como algo que faria parte da natureza feminina. Dessa forma, o trabalho passa a ser, cada vez mais, atrelado como identitário para o homem, tornando-o importante e potente. Mas, somente o trabalho não seria suficiente para o tornar honrado e viril, sendo necessário que esse também fosse um “comedor” e “penetrador”, algo que confirmaria e atestaria a sua masculinidade.

De acordo com Zanello (2018, p. 253), “o homem demonstra assim sua potência, seja por meio do número de parceiras que consegue/conquista, seja na duração e nas performances da transa”, firmando-se desta forma a virilidade heterossexual, construída historicamente como a única orientação sexual possível e natural, sendo percebida qualquer outra manifestação do desejo como desviante, anormal, abjeta.

Dessa maneira, um “ideal” de homem foi construído e alimentado, o que se configurou em uma masculinidade hegemônica (CONNEL; MESSERSCHMIDT, 2013), representada pelo homem branco, heterossexual, cristão, trabalhador, provedor e comedor. Essa seria considerada superior às demais masculinidades. Ser homem “de verdade” seria jamais ser uma mulher, pois qualquer aproximação ao feminino seria percebida como marginal, desviante, antinatural. Esse afastamento do feminino fica claro na fala de todos os perfis pesquisados, destacando-se nesse momento a fala de P1:

Em busca de atvs⁷ e versáteis másculos. Não a AFEMINADOS, não force a barra! Obrigado. Se tu não tem local, transporte, disponibilidade, só um perfil exigente, não puxe assunto comigo. Flw (P1).

Neste trecho, além da recusa pelos “AFEMINADOS”, são utilizadas letras maiúsculas que destacam essa palavra das demais, não bastando dizer o “não”, mas também que “não forcem a barra”. A construção da masculinidade se apoia na repulsa por símbolos que remetam ao feminino. Possuir uma mulher, sim; portar-se como uma, jamais.

Logo, desde períodos anteriores, homens que apresentavam comportamentos considerados femininos eram tratados com asco. Homens jamais poderiam ser penetrados, aqui ganhando destaque o cu, órgão que, de acordo com Sáez e Carrascoza (2016), foi e ainda é tão policiado por parte da sociedade. Para estes autores,

7. Abreviação para “ativos”.

[...] o homem penetrado é equiparado a esse estatuto inferior “de mulher”. Como o único corpo penetrável nesse imaginário coletivo é o da mulher, um homem ser penetrado é a maior agressão possível a sua virilidade, ficando rebaixado ao feminino, perdendo sua honra, seu status superior. O passo seguinte do desprezo tem relação com o prazer: se o homem penetrado não desfruta dele (foi violado, por exemplo), o desprezo e o escárnio social são menores, mas, ainda assim terá entrado no território da vergonha irreversível, será sempre algo traumático e terrível. Porém, se o homem penetrado desfruta com isso, é alguém que o busca, deseja, valoriza... então o castigo e a desonra social são totais (p. 31).

No perfil do usuário P8, é possível perceber esse afastamento do ânus, ao passo que a procura se dá por um outro ativo:

Curti com alguém que seja, discreto e que não seja afeminado. Ativo com ativo, punheta a dois, pegação, esfregação... curto uma boa brotheragem entre dois machos (P8).

Como mencionado anteriormente, o homem ativo poderá buscar penetrar outro homem ou não. No caso de P8, este afirma querer “punheta a dois, pegação, esfregação”, sendo o prazer desenvolvido por práticas que não envolvam o ato de penetrar, mantendo-se o cu fechado, sendo o prazer experienciado apenas em outras partes do corpo. Em sua fala, a recusa pelo “afeminado” também é presente.

No ódio por corpos masculinos que se aproximam do feminino, fica explícita uma performance misógina, expressando ódio ou aversão por mulheres. De acordo com Zanello (2018), no centro de toda homofobia, há uma misoginia, um ódio às qualidades consideradas femininas, como se percebe em P4, que diz: *Não curto afeminados e os afetados!*. Ainda hoje, há uma crença que aproxima homens da racionalidade e mulheres das emoções, sendo essas mais propensas a desenvolverem “problemas mentais”, pelo fato de sua “natureza” ser “frágil”.

Para Miskolci (2012), no Brasil República, os homens que apresentavam quadros de histeria teriam herdado tal transtorno de suas mães, estando mais propensos a desenvolverem comportamentos homossexuais. Ou seja, ocorria uma total negação da participação da figura paterna na construção do sofrimento de seus filhos, atribuindo-se toda a responsabilidade à mulher, algo presente em muitas relações ainda hoje.

Por conseguinte, é a partir dessa figura de homem viril que as demais masculinidades foram e continuam, em alguma medida, sendo construídas e significadas. O homem branco, heterossexual e cristão ocuparia o centro; enquanto as demais masculinidades, percebidas como perigosas e desviantes, a periferia.

Já na década de 1970, nos estudos de Fry (1982) realizados na periferia de Belém (PA), as nomenclaturas de homossexual e homossexualidade não eram consideradas como as principais representações sociais em relação aos sujeitos pesquisados. As formas de compreender as masculinidades no Brasil variavam e continuam a variar de lugar para

lugar. Nesta época, em Belém, existiam duas categorias que prevaleciam: homens e bichas.

Homens eram percebidos como assumindo comportamentos masculinos e as bichas, comportamentos femininos. Quanto ao ato sexual, o homem seria o penetrador e a bicha, a penetrada, estabelecendo-se uma relação de dominação do primeiro em relação ao segundo por meio de papéis hierarquizados, assim como acontecia e por vezes ainda acontece em relação a homens e mulheres. Portanto, naquele período, os chamados “homens” poderiam ser percebidos como heterossexuais ou homossexuais, desempenhando uma posição somente de ativos durante a relação sexual; enquanto as bichas seriam apenas homossexuais e passivas.

Contudo, de acordo com Fry (1982), nas classes médias das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, por volta de 1960, existiam duas outras classificações para homens: homens e entendidos. Os primeiros seriam masculinos, ativos e heterossexuais; enquanto os segundos seriam masculinos ou femininos, ativos ou passivos e homossexuais. Neste caso, homem não é compreendido como na classificação anterior; aqui, deve se relacionar apenas com mulheres, pois, caso se relacione com outros homens, seria nomeado como entendido. Dessa forma, a divisão deixa de ser entre homens masculinos e homens afeminados, como acontecia em Belém, passando a se configurar entre heterossexuais e homossexuais.

Na pesquisa realizada por Miskolci (2013) em plataformas *on-line* nas quais homens buscavam outros homens, a palavra “macho” foi investigada, encontrando-se várias definições. Alguns procuravam “um parceiro para sexo ou relacionamento com o qual possam circular em espaços públicos como se fossem apenas amigos” (p. 309), não levantando suspeitas de um possível envolvimento, buscando-se “alguém similiar”⁸ e “fora do meio”⁹, podendo a performance heterossexual ser atraente para outros homens. Na fala de P9, em que novamente se constata a rejeição por “afeminados”, o usuário afirma querer um contato de “Macho x macho”, como é possível perceber no trecho de seu perfil:

Sexo Seguro e sigiloso, afeminados nada contra mais não rola! Macho x macho (P9).

Este perfil também deixa claro qual tipo de homem busca: um outro “macho”. Não foi possível investigar o que significa ser “macho” para esse usuário, porém, seu enunciado se aproxima bastante dos homens que foram entrevistados por Miskolci (2013), que buscavam homens que apresentassem uma masculinidade mais alinhada à hegemônica, dando-se destaque não à orientação sexual do parceiro, mas, à sua expressão de gênero, aqui chamada de “macho”. Algo parecido pode ser percebido em P9:

8. Apresenta uma performance que se aproxime da heterossexualidade (MISKOLCI, 2013).

9. “Desejo por pessoas do mesmo sexo no segredo, conformando-o a expectativas historicamente criadas de que essas relações deveriam permanecer invisíveis no espaço público e restritas à vida privada dos envolvidos. O contato pela web se associa a percepção de que ser ou estar “fora do meio” é ser “normal” e ter a capacidade de desaparecer como parte da maioria (compreendida como hétero)” (MISKOLCI, 2013, p. 303).

Não a afeminados. Sexo sem compromisso. Não me passe foto de rosto sem enviar antes/tu pediu, tu manda primeiro. Não tenho frescura, curto fuder e tu sendo homem querendo comer, estou aqui. Sigilo é fundamental (P7).

Embora ele não se diga passivo em seu perfil, afirma querer um homem que goste de “comer”, como se houvesse uma dicotomia entre “homem afeminado” e “homem que come”, através de estereótipos que alimentam a ideia de que homem afeminado não poderia ser ativo em uma relação, ou a de que o homem que come não poderia apresentar comportamentos afeminados, indo ao encontro de crenças rígidas sobre as performances masculinas.

Após apresentar os perfis pesquisados, fica claro que a masculinidade hegemônica atravessa o agir de muitos homens como um ideal a ser alcançado, alimentando relações de poder, inclusive, entre homens que se relacionam com homens. Tal hierarquia estabelecida entre as masculinidades não acontece apenas no espaço *off-line*, sendo transportada para o espaço *on-line*, como discuto a seguir.

AS FRONTEIRAS DE CONTATO ENTRE O “MACHO” E O “AFEMINADO” NO GRINDR

Como foi demonstrado até aqui, homens que se relacionam com outros homens também podem apresentar comportamentos homofóbicos, algo exemplificado através dos perfis destacados. Mas, esses comportamentos não deveriam ser exclusivos de homens heterossexuais, já que são eles que podem vivenciar a masculinidade hegemônica? Como afirma Medeiros (2018, p. 18),

Curiosamente, uma comunidade que poderia ser transgressora e apoiadora das diferenças é composta por membros que seguem uma lógica hegemônica, tão enrustada está a masculinidade hegemônica em corpos que realizam práticas não heterossexuais.

Tal ideal de masculinidade é lançado sobre todos os corpos, desde a infância até a vida adulta, ensinando homens e mulheres, independente da orientação sexual, sobre quais performances masculinas são ou não aceitáveis. Tais formas de existir no mundo, para Butler (2012), são construídas a partir de uma repetição de atos, gestos e signos, tornando-se cristalizados por meio de *scripts* culturais que estabelecem formas de pensar, sentir, agir e locomover.

Roteiros rígidos sobre formas corretas e inadequadas de expressar a masculinidade vão sendo inscritos em nossas carnes e leis vão sendo estabelecidas (LOURO, 2018). Em Gestalt-terapia, compreendemos tal movimento de ingerir “verdades” como introjeção, ou “[...] o ato de engolir sem assimilação. A excitação é apaziguada (encoberta), já que o objeto contatado tem pouca importância. Uma pseudo-resposta é dada pelo ambiente à tensão do *Self*, o que permite interromper seu ‘ir para’ e ‘pegar’” (ROBINE, 2006, p. 64).

Tais pseudo-respostas dadas pelo ambiente alimentam pensamentos e comportamentos machistas, sexistas e homofóbicos.

Logo, homens que se relacionam com homens, sendo homossexuais, bissexuais ou heterossexuais, também são atravessados por tais introjetos, projetando na figura do afeminado toda a repulsa que fora alimentada ao longo da vida. Na projeção, “o organismo substitui a percepção do meio ambiente por alguma experiência que pertence a si mesmo: o meio ambiente é reduzido a uma parte do organismo falsamente considerada parte do ambiente” (ROBINE, 2016, p. 64). Ou seja, as falas dos perfis mencionados revelam mais sobre eles e suas formas de relacionar-se com o outro/diferente em ambientes virtuais.

Em minha história pessoal, lembro de ter sentido na pele a repulsa por homens que apresentavam comportamentos considerados femininos, sentindo vergonha em me relacionar com estes. Ouvi, por diversas vezes, como se fosse um elogio, que eu era um gay que não parecia gay, por não ter trejeitos femininos. Ouvi de familiares que eu tomasse cuidado e não me tornasse promíscuo e começasse me portar como alguns amigos que eram “afeminados”. Em meu processo terapêutico pessoal, pude ressignificar e mastigar parte dos introjetos que foram engolidos por mim a partir da relação com outras pessoas – movimento difícil, porém, possível e libertador.

Também ouvi relatos parecidos em muitos atendimentos com homens gays que afirmavam sentir vergonha de serem passivos, pois estariam assumindo um lugar de inferioridade em relação a um homem ativo. Esta crença atrapalhava que suas sexualidades fossem vivenciadas de forma leve e saudável, experienciando sensações de nojo e repulsa por si e pelo outro após terem relações sexuais, envolvendo-se em rituais de purificação (banhos, escovar os dentes, usar perfume, forçar o vômito etc.) para limpar as marcas de um sexo desviante.

Logo, as pedagogias da sexualidade (LOURO, 2019) que são ensinadas ao longo da vida ficam encarnadas em nossas peles, independente da orientação sexual que apresentemos, interferindo nas relações consigo e com o outro. É neste ponto que pretendo trazer o conceito de fronteiras de contato, entendida “[...] como o tempo-lugar do encontro: encontrar a novidade, o outro, o diferente, o estranho a mim e permanecendo nesta fronteira – de contato – viver a experiência do estranhamento, do excitação e do crescimento por meio da criação” (ALVIM, 2019, p. 881). Ou seja, é na fronteira que o contato ocorre.

Outro conceito tão importante para a Gestalt-terapia é a ideia de Polster e Polster (2001, p. 112) de que contato não é...

[...] apenas reunião ou intimidade. Ele só pode acontecer entre seres separados, que sempre precisam ser independentes e sempre se arriscam a ser capturados na união. No momento da união, o senso mais pleno que um indivíduo tem de si mesmo é movido rapidamente para uma nova criação. Não sou mais apenas eu mesmo, mas eu e você fazemos nós. Embora eu e você

nos tornemos nós apenas nominalmente, jogamos com a dissolução de mim ou de você por intermédio desse nomear.

Todavia, no momento em que existe repulsa pelo outro, pelo “não-eu”, tal contato fica impossibilitado, uma vez que o encontro com o diferente é evitado. Os perfis que dizem não a afeminados não se arriscam a serem capturados pela união, não ocorrendo uma nova criação. A fronteira de contato, mesmo virtual, torna-se rígida, não sendo viável a sua dissolução. O “nós” não é possível, a troca com o “não-eu” é evitada. Mas, qual o problema em tal evitação do contato? As pessoas não teriam direito a isso? Não seria apenas uma questão de gosto? A própria Gestalt-terapia não diz que o contato não é apenas assimilação, mas, também, rejeição do inassimilável?

Em Gestalt-terapia, aprendemos que, dependendo da situação, o “não-eu” precisará ser evitado, mas, a questão aqui se dá em relação à forma como esse afastamento é feito em relação aos corpos masculinos considerados afeminados – por meio de gestos preconceituosos e homofóbicos que podem gerar forte sofrimento nas pessoas que não apresentam um comportamento considerado como de macho. Podem ocorrer introjeções ou confirmações de que realmente há algo errado em ser comparado ao feminino. Os perfis mencionados lançam “verdades” sobre as masculinidades desviantes, as tornando marginais e abjetas, sendo possível falar em um policiamento e vigilância das sexualidades no ambiente virtual.

E, assim, as fronteiras de contato vão sendo estabelecidas entre machos e afeminados, de forma rígida e intransponível. Quais campos são formados nesse espaço virtual? Campos de acolhimento ou rechaço às diferenças? O quanto esses espaços se configuram como transformadores ou opressores? Algo que me convocou a atenção diz respeito ao fato de que nenhum dos perfis analisados utiliza fotos de rosto, sendo preservadas suas identidades. Será que esses usuários, nos espaços *off-line*, também deixam clara a sua repulsa pelo homem “feminino”?

De acordo com Alvim (2017), no ciberespaço, o “Eu posso” modifica-se para um pseudosuperpoder que alimenta onipotência:

Há um aprofundamento da autorreferência, uma valorização do eu construído em torno de imagens e relações virtuais que me permitem evitar a contigência da existência concreta. Seleciono a comunidade da qual faço parte, tenho poder de deletar o outro, de me editar, de realizar exposições e performances (p. 66).

Onipotência que anda de mãos dadas com o conceito de masculinidade hegemônica e que parece potencializar-se nos espaços virtuais, ocorrendo uma naturalização de falas preconceituosas de um determinado grupo de homens sobre outros homens. O usuário macho reduz o outro ao feminino, não querendo tocá-lo, vê-lo e recebê-lo, evitando assim conhecer outras partes da pessoa. Este conhecer não é obrigatório, mas, a forma como suas falas são lançadas no aplicativo podem gerar repercussões negativas sobre outros

corpos.

Minha tentativa em debater tais questões emerge de um incômodo frente às masculinidades hegemônicas que se apresentam encarnadas, inclusive, em corpos de homens que se relacionam com outros homens e que tentam invisibilizar e, por vezes, aniquilar corpos de *viados*, *pocs*¹⁰, *afetados* e *bixas*, numa tentativa de higienização da sociedade. Para Alvim (2019, p. 883),

Invisibilizar o outro pode ser pensado, assim, como um tipo de violência, que funciona como um gesto de tapar os próprios olhos, retirando o outro do meu campo de visão, para que o que eu veria nele, não possa também me olhar e me inquietar. Um gesto que visa a aplacar a angústia do encontro com sua diferença.

Movimento oposto ao que Polster e Polster (2001, p. 111) mencionam sobre o contato, em que “eu toco você, sorrio para você, vejo você, pergunto a você, recebo você, desejo você; tudo isso, por sua vez, sustenta a vibração de viver. Eu estou sozinho, mas ainda assim preciso encontrar você para viver”.

No entanto, nem somente de dor os corpos de homens bichas e afeminados são constituídos. Embora estes também possam introjetar os ideais de uma masculinidade hegemônica, reproduzindo comportamentos homofóbicos consigo e com o outro, exaltando o homem macho, há um movimento de fortalecimento das identidades consideradas marginais. Para Zamboni (2016), a bicha é crucial em nossa existência, por representar variantes possibilidades de se colocar no mundo, ocorrendo uma própria invenção de mundos. A bicha perturba os códigos e rituais que são lançados sobre os corpos, configurando uma insistente problematização do que somos. Perturbação das normas que tanto incomoda às masculinidades hegemônicas, uma vez que os corpos de bichas e afeminados demonstram uma plasticidade da existência:

Uma bicha não se refere à inteireza da unidade, mas à definição de uma impessoalidade. Não se quer aqui delimitar o que seja a bicha, mas justamente romper com o verbo ser para afirmar os devires, as experimentações existenciais que deslocam e desmancham determinadas situações, possibilitando a invenção de outros meios de vida (ZAMBONI, 2016, p. 12).

Enquanto o “macho” enrijece suas fronteiras e se fixa em determinadas formas de sentir, pensar e agir, inclusive no Grindr, as fronteiras de contato das bichas podem ser fluidas, um corpo-no-mundo-com-outro que responde à situação, sendo transgressoras e contestadoras das normatizações, corpo resistente às domesticações e docilizações da vida. É por meio desta errância corporal que, de acordo com Silva (2018, p. 16), ocorre a...

[...] expressão, produção de novas estruturas, transformação de sentido para si, para o outro e para o mundo, gerando inquietação e possibilidade de transgressão, de ultrapassar a experiência do que é visto para a partilha do que é vivenciado de maneira subjetiva.

10. Termo utilizado para se referir a gays considerados mais afeminados.

O ser bicha mostra a possibilidade de nos reinventarmos enquanto corpos com outros corpos, produzindo novos sentidos e corrompendo antigas estruturas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Grindr, não há um campo para que o usuário indique a sua orientação sexual, a não ser que este decida a descrever na área “sobre mim”. Logo, preferi utilizar o termo homens que se relacionam com homens, pois, para ter acesso às orientações sexuais, teria sido necessário estabelecer um diálogo com os usuários, o que não foi a proposta deste estudo.

Identificá-los enquanto homossexuais, bissexuais ou pansexuais implicaria em um movimento equivocado, ignorando subjetividades, condutas tão presentes em nossa sociedade, pregadas, principalmente, por pessoas que se dizem heterossexuais e que tentam estipular verdades sobre as demais orientações. Logo, busquei ter cuidado quanto a julgamentos, para não correr o risco de cair em estereótipos que tanto alimentam preconceitos e sofrimentos no campo da sexualidade.

Outro ponto que convocou atenção durante a elaboração deste estudo é que o Grindr se apresenta como um espaço virtual em que diversos fenômenos se manifestam, sendo instigante para o campo da pesquisa. Este aplicativo é constituído por alguns usuários que escancaram a homofobia, misoginia e xenofobia, alimentando dor, mas, ao mesmo tempo, configurando-se como um espaço de resistência e potência para as transgressões diante forças normalizadoras. Novas pesquisas sobre este aplicativo continuam sendo fundamentais, principalmente no meio gestáltico, que, durante tanto tempo, pouco ou quase nada se implicou em debater sobre questões LGBTQI+.

A masculinidade hegemônica deve ser percebida como problemática, trazendo impactos negativos para a saúde, pois todos e todas são afetados e afetadas, carecendo esta questão ser alvo de políticas públicas. Vivemos no país que mais mata pessoas LGBTQI+ no mundo e onde a aversão ao feminino é uma realidade. Corpos de machos em nossa sociedade ainda são exaltados, dando a esses o poder para dizer e fazer o que quiserem com os corpos considerados desviantes. Mas, isso tem mudado, pois a bicha, o afeminado, a poc, a travesti, entre outros e outras que se aproximam do que é chamado de feminino resistem contra essas forças, saindo cada vez mais dos espaços de invisibilidade pela reapropriação de seus corpos, rafazendo a história.

Encerro o texto retomando a música de Rohmanelli e Warlock, intitulada *Macho Discreto*, com a qual iniciei o capítulo, permitindo-me fazer uma pequena alteração: “Não seja um otário se escolhe o armário! A gente que apanha, não me peça calma! Que enquanto eu grito e luto por espaço, você se protege no Grindr, por meio do anonimato”.

REFERÊNCIAS

- ALVIM, M. B. A Gestalt-terapia na fronteira: alteridade e reconhecimento como cuidado. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 19, n. 4, p. 880-895, 2019.
- ALVIM, M. B. O corpo entre virtualidade e produtividade: experiência e contato na situação contemporânea. In: FRAZÃO, L. M. (org.). **Questões do humano na contemporaneidade**: olhares gestálticos. São Paulo: Summus, 2017. p. 49-69.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Direito e diversidade**. [Brasília, DF], 2002. [Cartilha.]
- BUTLER, J. P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- COLLING, L.; NOGUEIRA, G. **Crônicas dos CUS**: cultura, sexo e gênero. Salvador: Devires, 2017.
- CONNELL, R.; MESSERSCHMIDT, J. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis: UFSC, v. 21, n. 1, p. 241-242, jan./abr. 2013.
- FRY, P. **Para inglês ver**: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- GRINDR. **Grindr fact sheet 2017**. 2017. Disponível em: <https://www.grindr.com/press/>. Acesso em: 30 maio 2020.
- LOURO, G. L. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- LOURO, G. L. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- MEDEIROS, E. S. **Textos verbos-visuais de homens que se relacionam afetivo-sexualmente com homens**: te(n)sões entre masculinidades no aplicativo Grindr. 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-B4SKG3>. Acesso em: 15 jun. 2020.
- MISKOLCI, R. Machos e Brothers: uma etnografia sobre o armário em relações homoeróticas masculinas criadas on-line. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis: UFSC, v. 21, n. 1, p. 301-324, jan./abr. 2013.
- MISKOLCI, R. **O desejo da nação**: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo: Annablume, 2012.
- MISKOLCI, R. San Francisco e a nova economia do desejo. **Lua Nova**, v. 91, p. 269-295, 2014.
- POLSTER, E.; POLSTER, M. **Gestalt-terapia integrada**. São Paulo: Summus, 2001.
- ROBINE, J.-M. **O self desdobrado**: perspectiva de campo em Gestalt-terapia. São Paulo: Summus, 2006.
- SÁEZ, C.; CARRASCOSA, S. **Pelo cu**: políticas anais. Belo Horizonte: Letramento, 2016.

SÃO PAULO. Ministério Público. **Direito e diversidade**. São Paulo: MPSP, 2017. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/Direito_Diversidade.pdf. Acesso em: 28 jun. 2020.

SILVA, F. F. **[Trans]existência: errância no corpo, gênero em trânsito**. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

ZAMBONI, J. **Educação Bicha: uma a(na[|])rqueologia da diversidade sexual**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2016.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Appris, 2018.

CAPÍTULO 10

GESTALT-MUSICOTERAPIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA E ALINHAVOS TEÓRICO-PRÁTICOS

Gabriely Leme Garcia¹
Tainá Jackeline Tomaselli²
Ana Carolina Tiemi Galo³

Viver, e não ter a vergonha
De ser feliz
Cantar e cantar e cantar
A beleza de ser
Um eterno aprendiz
Ah meu Deus!
Eu sei, eu sei
Que a vida devia ser
Bem melhor e será
Mas isso não impede
Que eu repita
É bonita, é bonita
E é bonita

Gonzaguinha, 1982

Você já parou para pensar o quanto a música e os sons têm espaço na sua vida e na sua história? E em como ela está presente no nosso dia a dia? Enquanto escrevemos este texto, tomamos consciência de tudo o que nos chega como estímulos auditivos. Percebemos os sons do teclado enquanto digitamos as palavras e também da programação que passa na televisão, construindo um fundo para a nossa escrita.

Aproveite este momento para fazer um experimento: feche os olhos, respire profundamente e perceba, por poucos segundos que sejam, quais sons chegam até você. Percebeu? Havia ruídos? Havia música ao fundo? O som da sua respiração? Alguma televisão ligada? Isto é apenas um exemplo muito sucinto de como os sons e a música ocupam espaços ao longo do nosso desenvolvimento, desde o útero até o findar de nossa vida.

1. Musicoterapeuta (CPMT 347/20-PR) graduada pela Universidade Estadual do Paraná. Gestalt-terapeuta pelo Instituto de Gestalt de Curitiba.

2. Musicoterapeuta (CPMT 349/20-PR) graduada pela Universidade Estadual do Paraná. Gestalt-terapeuta pelo Instituto de Gestalt de Curitiba

3. Musicoterapeuta (APEMESP 1-200176) graduada pela Universidade Estadual do Paraná. Gestalt-terapeuta em formação pelo Instituto de Gestalt de Curitiba. Arteterapeuta em formação pelo Núcleo de Arte e Educação NAPE

A utilização da música como recurso terapêutico na idade moderna tem seu surgimento durante a Segunda Guerra Mundial, quando profissionais da saúde e pesquisadores começaram a observar seus benefícios para auxiliar a diminuição da dor e a recuperação dos soldados feridos pós-guerra. Ao longo dos anos, essa prática, conhecida atualmente como Musicoterapia, foi sistematizada, tendo o desenvolvimento de pesquisas científicas e a elaboração de sua teoria e metodologias de trabalho (BARCELLOS, 2016).

A Gestalt-terapia data seu surgimento em momento semelhante. Prestrelo (2012) conta um pouco dessa história ao afirmar que, em 1935, Fritz e Laura Perls, psicanalistas à época, refugiados da perseguição aos judeus na Alemanha, instalaram-se na África do Sul, semeando as primeiras ideias sobre o que viria a ser a Gestalt. Em 1936, Fritz Perls apresentou um trabalho destacando a importância do que denominou de “resistências orais” como fonte de entendimento do processo de formação das neuroses, no Congresso Internacional de Psicanálise, na Tchecoslováquia, contudo, sem repercussões positivas sobre suas posições entre os psicanalistas.

Logo depois, em 1946, mudou-se para Nova York, entrando em contato com grupos de artistas, filósofos, intelectuais e terapeutas e começando a estruturar mais sistematicamente o que viria a se constituir nas bases teóricas e consequente aplicação de uma nova abordagem terapêutica: a Gestalt-terapia (PRESTRELO, 2012).

Essa abordagem ganha força e passa a ser reconhecida após a publicação do livro *Gestalt Therapy: excitement and growth in the human personality*, lançado nos EUA no ano de 1951, com autoria explícita de Perls, Paul Goodman e colaboradores, além de Laura Perls.

Algumas aproximações entre estes dois campos do saber – Musicoterapia e Gestalt-terapia – têm sido feitas nos últimos anos. Para ampliar essa discussão, é necessário ainda ter conhecimento da definição de Musicoterapia. A União Brasileira das Associações de Musicoterapia (2018, sem paginação) define:

Musicoterapia é um campo de conhecimento que estuda os efeitos da música e da utilização de experiências musicais, resultantes do encontro entre o/a musicoterapeuta e as pessoas assistidas [...]. O musicoterapeuta é o profissional de nível superior ou especialização, com formação reconhecida pelo MEC e com registro em seu órgão de representação de categoria. Ele/a é habilitado/a a exercer a profissão no Brasil. Ele/a facilita um processo musicoterápico a partir de avaliações específicas, com base na musicalidade e na necessidade de cada pessoa e/ou grupo.

A Gestalt-Musicoterapia, ou Musicoterapia Gestáltica, como também é conhecida, surge então como uma abordagem teórica e prática nesta interface. Segundo o Institut für Gestalttherapie und Gestaltpädagogik, na Alemanha, onde há uma formação específica na área,

Gestalt-Musicoterapia é uma conexão criativa entre Gestalt-terapia e

Musicoterapia, como foi desenvolvida em nosso instituto. Permite improvisação e experimentação musical com voz e instrumentos simples. Enriquece a prática da Gestalt-terapia e provou ser extraordinariamente frutífera. A Gestalt-Musicoterapia pode ser usada com sucesso no trabalho com indivíduos, casais, grupos e famílias, com crianças, adolescentes e adultos em educação pedagógica, especial e curativa, bem como em psicoterapia e na área psiquiátrica (2019, p. 3, tradução livre).

Falar de Gestalt-terapia como musicoterapeutas ainda é algo desafiador, pois, como investigou Nascimento (2019), grande parte dos cursos de formação em Gestalt-terapia no Brasil ainda são restritos a psicólogos/os e/ou psiquiatras. Desse modo, discutir uma abordagem humanista tradicionalmente vinculada à Psicologia, ancorando-a em uma ciência ainda em construção, como a Musicoterapia, parece um desafio.

Muitas abordagens, teorias e técnicas na Musicoterapia têm contribuições de outras áreas de conhecimento. A Psicologia da Gestalt, por exemplo, está presente no desenvolvimento de teorias, metodologias de trabalho, técnicas e abordagens de teóricos importantes da área, como a Musicoterapia no Modelo Benenzon.

Um dos princípios fundamentais da Musicoterapia é a Identidade Sonora (ISO), discutida por Benezon (1988) em seu livro *Teoria da Musicoterapia*. ISO consiste em um conceito dinâmico, que engloba a existência de sons, fenômenos acústicos e de movimentos internos, que caracterizam a individualidade de cada pessoa. Rolando Benenzon apresenta o ISO Gestáltico, considerando a relação ente o todo e suas partes. O ISO, para o autor, é composto por ISOS: ISO Cultural, ISO Grupal, ISO Universal, ISO Complementario, que fazem parte do ISO Gestáltico que é compreendido como um todo – o ISO –, e não como a somatória de ISOS.

Kenneth Bruscia (2016) também apresenta a Psicologia da Gestalt, quanto à relação entre o todo e as partes ao discutir que, em cada uma das experiências musicais (audição, recriação, improvisação e composição), todos os elementos são inseparáveis e indissociáveis; por exemplo, “a melodia afeta e é afetada pela harmonia” (BRUSCIA, 2016, p. 149).

Barcellos (2016), em seu livro *Quaternos de Musicoterapia*, apresenta a Psicologia da Gestalt como fundamento para o desenvolvimento da técnica da “provocativa musical”, e tem como princípio a Lei da Pregnância. A técnica consiste na...

Interrupção de uma sequência de sons, de um ritmo, de uma melodia ou de um encadeamento harmônico já conhecidos pelo paciente, com o objetivo precípuo de provocá-lo e levá-lo a completar o que se apresenta como incompleto (BARCELLOS, 2016, p. 308).

Torres (2009) descreve, em seu livro *Musicoterapia Gestáltica: proceso sonórico*, algumas das conexões existentes entre a Musicoterapia e a Gestalt-terapia, a exemplo da importância da consciência corporal, da consciência rítmica e da respiração durante o processo Musicoterapêutico. A Gestalt-Musicoterapia, portanto, utiliza-se da *awareness*, a

qual, segundo Yontef (1993, p. 213),

É uma forma de experienciar. É o processo de estar em contato vigilante com o evento de maior importância no campo indivíduo/meio, com total suporte sensoriomotor, emocional, cognitivo e enérgico.

Nascimento (2019) contribui para o campo da Gestalt-Musicoterapia com sua pesquisa de doutorado “Gestalt-terapeutas do Brasil: formação e identidade”. O autor apresenta uma seção sobre Gestalt-Musicoterapia, na qual discorre sobre as contribuições que a Musicoterapia recebeu para o seu desenvolvimento, lembrando que, “assim como na Psicologia, a Musicoterapia se apropriou de diversas abordagens para organizar a compreensão e o fazer dos processos Musicoterapêuticos” (NASCIMENTO, 2019, p. 28).

Historicamente, vale mencionar que Laura Perls tinha vivência com a música desde a infância, tendo estudado música e tocado piano até seus últimos dias. Em uma entrevista a Bernard, Laura Perls fala de sua história com a música e sobre conhecer a Musicoterapia, mesmo que não trabalhasse com ela:

J.B.: Quanto tempo você tem dedicado à música?

L.P.: Eu toco praticamente todos os dias. Hoje em dia eu toco mais ou menos uma hora, mas eu costumava tocar muito mais.

J.B.: Você chegou a tentar integrar a sua música com a terapia?

L.P.: Eu nunca fiz Musicoterapia, mas, eu trabalhei com musicistas. Eu até cheguei a trabalhar com musicistas nos seus instrumentos, entre outras coisas (PERLS, 1986, p. 372, tradução livre).

Ainda é comum no dia a dia da nossa prática clínica que, ao nos apresentarmos como Gestalt-terapeutas, algumas pessoas nos questionem acerca da nossa formação como musicoterapeutas, como se a Gestalt-terapia estivesse restrita à prática de psicólogas e psicólogos. Quando Perls pensou a Gestalt-terapia, não queria que a prática fosse “fechada”, rígida, mas, que cada terapeuta descobrisse novas formas de atuar, que fossem criativos. Zinker (2007) apresenta essa questão quando escreve que...

Se Fritz Perls estivesse vivo hoje, ficaria decepcionado ao ver uma multidão de terapeutas imitando seu trabalho como se este fosse a última palavra em psicoterapia. O que faltou a muitos de nós foi coragem para aprender com ele como acionar a inventividade, como criar situações de intenso aprendizado a partir de cada situação humana (ZINKER, 2007, p. 32).

A Gestalt-Musicoterapia é uma evidência dessa atualização e criatividade, para ampliar fronteiras. Este trabalho propõe sistematizar de forma integrativa as pesquisas de Gestalt-terapia nos idiomas português, inglês, espanhol e alemão, isto é, da Gestalt-

Musicoterapia.

MÉTODO

A pesquisa aqui relatada se trata de um estudo de revisão integrativa (ERCOLE; MELO; ALCOFORADO, 2014, p. 1), em que foram analisados artigos; além de propor algumas construções teóricas. Foram utilizadas bases de dados de conhecimentos gerais, bases de dados próprias da Musicoterapia, da Gestalt-terapia e da Psicologia. Ao final, são propostos alguns alinhavos teórico-práticos acerca da Gestalt-Musicoterapia.

A identificação dos artigos incluídos nesta revisão foi feita por meio da busca em oito fontes de informação: Google Acadêmico; SciELO; Revista Brasileira de Musicoterapia; Revista Incantare; MEDLINE; Voices; PePSIC; e Journal of Music Therapy. A busca dos artigos foi limitada ao período de janeiro de 2000 a maio de 2020, e foram considerados artigos publicados nos idiomas português, inglês, espanhol e alemão. Para fazer as buscas, utilizamos descritores em língua inglesa e portuguesa: “Gestalt-Musicoterapia”, “Gestalt-terapia” e “Musicoterapia”, combinados entre si durante as pesquisas nas fontes por meio do operador booleano “AND”.

Uma análise inicial foi realizada com base nos títulos dos resultados. Em seguida, outra avaliação foi realizada nos resumos e palavras-chave de todos os artigos que preenchiam os critérios de inclusão; quais foram: (1) artigos publicados em periódicos, teses de mestrado e doutorado, trabalhos de conclusão de curso, trabalhos apresentados em eventos (anais); (2) resultados que continham ao menos um dos descritores, no título, resumo ou nas palavra-chave; (3) estudos publicados entre janeiro de 2000 e maio de 2020; (4) estudos qualitativos e quantitativos; (5) textos completos disponíveis para consulta.

Para a presente revisão, os seguintes dados foram extraídos dos resultados: Autor; Objetivo; Metodologia; e Resultados.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

A amostra deste trabalho foi composta por 08 estudos que trazem a temática desta pesquisa, dentre os quais 05 artigos são na língua portuguesa; 01 na língua inglesa; 01 na língua espanhola; e 01 na língua alemã, entre os anos de janeiro de 2000 a maio de 2020.

Ainda há poucas publicações no Brasil em relação à Gestalt-Musicoterapia; a grande maioria dos artigos encontrados faz apenas referências, não se aprofundando muito no assunto. Assim, notamos a importância de desenvolver o campo teórico e prático da Gestalt-Musicoterapia.

Um dos artigos traz especificamente o tema desta pesquisa, Gestalt-Musicoterapia. O trabalho intitulado “Gestalt-Musicoterapia no Brasil: explorando o campo” (NASCIMENTO, 2020) consiste na exploração deste campo no Brasil. O objetivo da pesquisa foi investigar as

relações existentes entre a Musicoterapia e a Gestalt-terapia, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento da Gestalt-Musicoterapia. O autor pontua a necessidade de abertura e reconhecimento dos cursos de formação em Gestalt-terapia para outros profissionais, além de psicólogas/os e psiquiatras, mas, também, para profissionais como musicoterapeutas, arteterapeutas, entre outros. Para Nascimento (2020), a Gestalt-Musicoterapia ainda é uma área pouco explorada, tanto na Musicoterapia, quanto na Gestalt-terapia.

Peixoto (2019) publicou o artigo “Biomusicalidade, experiência e awareness coletiva: Gestalt-terapia e Musicoterapia no cuidado de pais e bebês” na Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O trabalho traz uma discussão acerca de uma clínica apoiada em uma aliança entre a Musicoterapia, a Gestalt-terapia e as Filosofias da Imanência, tomando como base a produção do cuidado entre pais e bebês. É um dos poucos artigos encontrados no Brasil que discutem uma abordagem clínica em que Musicoterapia e Gestalt-terapia caminham juntas para a formação teórica.

O trabalho encontrado em espanhol, escrito por Farías Chávez (2013), se intitula “Intervención musicoterapéutica en el ámbito educacional: conectándose con la diversidad”; traz a experiência clínica com uma criança de sete anos, com diagnóstico clínico e psicológico de “estado multi-deficitário”, por meio da abordagem de Musicoterapia plurimodal juntamente com a Gestalt infantil de Amescua. O autor relata que, a partir do brincar, é possível ressignificar a ação da criança e do terapeuta, podendo-se compreender a brincadeira, os símbolos e significados que dela emergem como expressão do ser da criança, sendo a base para um diagnóstico mais preciso de sua condição real e se tornando a essência da comunicação da terapia infantil.

A terapia Gestalt infantil de Amescua e o modelo APM foram conjugados operativamente de uma maneira que favoreceu positivamente o objetivo do tratamento musicoterápico, para que o paciente pudesse avançar em sua melhor estima como pessoa de si mesma e em relação a si mesma (FARIÁS CHÁVEZ, 2013, p. 93, tradução livre).

O texto publicado em inglês se intitula “Songwriting with adolescents in a Secondary School” (ROCA, 2011). Conta a experiência clínica com um grupo de adolescentes, com o trabalho de composição de canções em uma escola, em que se utilizou de ferramentas tanto da Musicoterapia quanto da Gestalt-terapia. Nas intervenções musicoterapêuticas, Roca (2011) usou a abordagem gestáltica como uma maneira de ser e de delimitar a atitude em relação a eles, focando a atenção nela mesmo e no que aparecia em cada atendimento. Assim, com base nas figuras que emergiram durante o processo grupal, as composições se mostraram um caminho para a expressão emocional e construção da identidade de cada adolescente.

No artigo “Considerações sobre a linguagem na prática clínica musicoterapêutica numa abordagem gestáltica”, de Sampaio (2007), o autor se fundamenta em algumas abordagens gestálticas como complemento para a atuação/ação do musicoterapeuta no

fazer musical, juntamente com o cliente, trazendo a importância de o auxiliar a reexperienciar seus traumas e problemas (situações inacabadas), no aqui e agora. O autor ainda traz que a terapia retoma os processos linguísticos do cliente que estavam adormecidos, propondo que este se encontre, achando o sentido daquilo que ele leva na sessão e como ele pode se recolocar no mundo após compreender aquela situação.

[...] os códigos musicais (tonais, atonais, seriais, pós-seriais, etc.) devem ser utilizados e conduzidos pelo musicoterapeuta no fazer musical com seu cliente de modo a propiciar uma interação verdadeira e íntegra, um encontro e um diálogo na música para que o cliente possa viver uma experiência efetivamente transformadora que lhe possibilita resgatar o fluxo de atualização de seu Eu (SAMPAIO, 2007 p. 5).

No artigo de Costa (2007), “A musicoterapia no desenvolvimento das relações interpessoais em uma empresa”, relata-se que, durante as primeiras intervenções musicoterapêuticas, emergiram algumas figuras de “máscaras”; de forma que a autora se fundamentou em abordagens gestálticas para poder se aprofundar e fortalecer as relações dos membros do grupo. Sobre esse aspecto, ela relata que “[...] Essa necessidade emergiu devido ao medo de não serem aceitos uns pelos outros, tendo assim que omitirem verdadeiramente o que são, com o intuito de quererem agradar de qualquer forma uns aos outros para não serem rejeitados” (COSTA, 2007, sem paginação). Por meio do trabalho com as “máscaras” juntamente com as expressões musicais, o grupo se deu uma nova oportunidade, passando a se permitir conhecer e deixar-se conhecer e percebendo que, por meio da relação com o outro, era possível se descobrir, crescer, mudar, desenvolver-se como pessoa e também como profissional, de maneira que se sentissem valorizados e aceitos dentro daquele grupo.

O artigo encontrado em alemão foi escrito pelo Gestalt-musicoterapeuta Heino Pless-Adamczyk (2001), sob o título “Wodurch unterscheidet sich Musiktherapie mit Kindern von Musiktherapie mit Erwachsenen?”. Ele discute sobre a extensão do campo de atuação da Musicoterapia e também sobre as diferenças entre o trabalho musicoterapêutico com crianças e com adultos. Pless-Adamczyk (2001) traz um tópico sobre a abordagem Gestalt-musicoterapêutica, em que o processo se concentra no conceito de contato interpessoal, promovendo uma aprendizagem criativa através dos experimentos.

Os artigos encontrados trazem relações entre a teoria da Musicoterapia e da Gestalt-terapia e as contribuições de conceitos e princípios no processo musicoterapêutico, não necessariamente se apropriando de uma nova abordagem, a Gestalt-Musicoterapia.

ALGUNS ALINHAVOS TEÓRICO-PRÁTICOS DA GESTALT-MUSICOTERAPIA

O desenvolvimento da abordagem da Gestalt-Musicoterapia, isto é, a construção de conceitos próprios, possibilitaria a ampliação do campo teórico e prático da Musicoterapia. A partir disso, seria possível pensar conceitos como, por exemplo, mecanismos de evitação

de contato e de que forma são perceptíveis em um processo musicoterapêutico.

Quando começamos nossa atuação como musicoterapeutas, nos apropriando da Gestalt-terapia (formação na qual havíamos também iniciado), tivemos um processo de *awareness*, ao nos darmos conta de que a produção sonoro-musical (nosso principal instrumento de atuação) em um processo musicoterapêutico, cantar e tocar, sozinho ou em conjunto, já é um experimento. Erving e Miriam Polster definem experimento como “uma tentativa de agir contra o beco sem saída do falar sobre, ao trazer o sistema de ação do indivíduo para dentro do consultório” (POLSTER; POLSTER, 2001, p. 238).

Ao pensarmos na Gestalt-Musicoterapia com crianças, é relevante destacar o seu desenvolvimento por meio do estímulo sonoro-musical. Aguiar (2005) indica que a criança é percebida como uma totalidade, valorizando a relação existente entre mente, corpo e espírito; estes deixam de ser vistos como partes isoladas. Barbosa (2011, p. 6) afirma que “[...] não podemos compreender uma parte que se destaca (figura) em um determinado momento se não a integramos em seu contexto de relações (fundo)”. A autora ainda traz que não deve se focar no sintoma, pois a criança irá trazer aquilo que é figura para ela. Assim, por meio de canções familiares e atividades Gestalt-Musicoterapêuticas de recriação e improvisação musical, é possível auxiliar a criança na ressignificação de seus sentimentos, vivências, pensamentos e no encontro de outras formas criativas musicais de ser-e-estar-no-mundo, satisfazendo suas necessidades.

Pless-Adamczyk (2001) descreve em seu trabalho como os mecanismos de evitação de contato podem ser representados musicalmente em um trabalho musicoterapêutico. Ele traz o exemplo da polaridade introjeção, em que um experimento pode solicitar ao paciente que toque algum instrumento musical como sua mãe ou seu pai gostariam que fosse tocado.

O trabalho Gestalt-Musicoterapêutico com idosos também pode ser extremamente rico, ao focarmos, dentre muitos aspectos, na memória, a partir do estímulo sonoro-musical. É comum surgir em pessoas com idade avançada demências senis, doenças neurodegenerativas, como Alzheimer, que afeta funções dentre as quais está a memória. A partir de uma intervenção Gestalt-musicoterapêutica, com canções da identidade sonoro-musical do idoso, é possível resgatar memórias da sua infância, adolescência e vida adulta, sendo possível trabalhar com questões inacabadas do passado no aqui e agora. Isso devido ao fato de que muitas dessas canções ou sons estão associados com momentos de intensas sensações e sentimentos, e, ao trabalharmos com essas canções, memórias são acionadas, bem como seus respectivos sentimentos e sensações.

Ao sistematizarmos esse conhecimento na abordagem da Gestalt-Musicoterapia, evitamos que novos profissionais passem pelo mesmo processo, fazendo as mesmas descobertas, mas, oportunizando novos processos de *awareness*, podendo dessa forma contribuir com o desenvolvimento da teoria, considerando que todo o conhecimento parte da experiência da prática clínica/profissional.

Nascimento (2020) discute acerca da marginalização da Gestalt-Musicoterapia, tanto no ambiente da Musicoterapia quanto da Gestalt-terapia. Assim, existe um posicionamento favorável à abertura das formações em Gestalt-terapia para outros profissionais, além de psicólogos/os e psiquiatras, o que geraria um desenvolvimento teórico-prático e traria maior visibilidade para ambos os campos de conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há uma necessidade de aprofundar a pesquisa envolvendo a Gestalt-terapia e a Musicoterapia, contribuindo para o desenvolvimento do campo teórico e prático da Gestalt-Musicoterapia. Embora exista uma gama interessante de artigos que citam a Gestalt-terapia no campo epistemológico da Musicoterapia, muitos não se aprofundam na clínica e em aspectos práticos da disciplina. Apesar de não ter sido utilizado como critério nesta pesquisa, vale destacar que os trabalhos encontrados foram produzidos por musicoterapeutas e Gestalt-musicoterapeutas.

Portanto, vê-se a necessidade da inserção de novos musicoterapeutas na Gestalt-terapia; isto porque ainda não temos uma formação destinada especificamente a formar Gestalt-musicoterapeutas no Brasil. Assim, os profissionais que desejam mergulhar nessa área e aprofundar sua visão de processo precisam entrar em cursos de formação em Gestalt-terapia. Esse contingente de musicoterapeutas abriria o campo, visto que a maioria dessas formações são restritas a psicólogos/os e psiquiatras, e possibilitaria também a ampliação dos espaços de trabalho e visibilidade como musicoterapeutas e Gestalt-musicoterapeutas.

Algumas questões que podem ser investigadas no desenvolvimento da Gestalt-Musicoterapia no Brasil, sistematizando as novas descobertas, seriam, por exemplo, como ocorrem os mecanismos de evitação de contato nos processos musicoterapêuticos, interrupções de contato no fazer sonoro-musical, fantasias a partir do estímulo sonoro-musical e quais possíveis intervenções podem caracterizar a abordagem.

Como cantava Gonzaguinha, “viver e não ter a vergonha de ser feliz, cantar e cantar e cantar a beleza de ser um eterno aprendiz”, nós, Gestalt-musicoterapeutas, seguimos nossas jornadas como eternos aprendizes, aprofundando nossos conhecimentos e contribuindo para a área da Musicoterapia, da Gestalt-terapia e, especificamente, da Gestalt-Musicoterapia.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. **Gestalt-terapia com crianças: teoria e práticas**. Rio de Janeiro: Livro Pleno, 2005.

BARBOSA, P. G. A criança sob o olhar da Gestalt-Terapia. **IGT na Rede**, v. 8, n. 14, 2011.

BARCELLOS, L. R. M. **Quaternos de Musicoterapia e Coda**. Dallas, Texas: Barcelona Publishers, 2016.

BENZON, R. **Teoria da Musicoterapia**. Trad.: Ana Sheila M. de Uriceochea. São Paulo: Summus, 1988.

BRUSCIA, K. E. **Definindo Musicoterapia**. 3. ed. Trad.: Marcus Leopoldino. Dallas, Texas: Barcelona Publishers, 2016.

COSTA, C. O. A Musicoterapia no desenvolvimento das relações interpessoais em uma empresa. **Recreate**: Revista Internacional de Criatividade Aplicada Total, v. 7, 2007.

ERCOLE, F. F.; MELO, L. S.; ALCOFORADO, C. L. G. C. Revisão integrativa versus revisão sistemática. **Revista Mineira de Enfermagem**, Minas Gerais, v. 18, n. 1, 2014. Disponível em: <http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/904>. Acesso em: 16 jun. 2020.

FARIAS CHÁVEZ, A. I. **Intervención musicoterapeutica en el ámbito educacional**: conectándose con la diversidad. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade de Chile, Santiago, 2013.

INSTITUT FÜR GESTALT THERAPIE UND GESTALT PÄDAGOGIK.

Gestalt-Musiktherapie. 2019. Disponível em: <http://www.iggberlin.de/files/igg/pdf/IGG%20Programme/IGG%20MU9%20Programm.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2020.

NASCIMENTO, L. C. S. Gestalt-musicoterapia no Brasil: explorando o campo. **Revista da Abordagem Gestáltica**, Goiânia, v. 26, n. 1, p. 53-62, jan./abr. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18065/RAG.2020v26n1.5>. Acesso em: 15 jun. 2020.

NASCIMENTO, L. C. S. **Gestalt-terapeutas do Brasil**: formação e identidade. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/37241>. Acesso em: 15 jun. 2020.

PEIXOTO, P.-T. C. Biomusicalidade, experiência e awareness coletiva: gestalt-terapia e musicoterapia no cuidado de pais e bebês. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 19, n. 4. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/epp.2019.49304>. Acesso em: 16 jun. 2020.

PERLS, L. From ground to figure. [Entrevista cedida a] Janine M. Bernard. **Journal of Counseling and Development**, v. 4, Feb. 1986. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/j.1556-6676.1986.tb01136.x>. Acesso em: 15 jun. 2020.

PLESS-ADAMCZYK, H. **Wodurch unterscheidet sich Musiktherapie mit Kindern von Musiktherapie mit Erwachsenen?** 2001. Disponível em: https://secure.musiktherapie.de/fileadmin/user_upload/medien/pdf/einblicke/Pless-Adamczyk_11.pdf. Acesso em: 16 jun. 2020.

POLSTER, E.; POLSTER, M. **Gestalt-terapia integrada**. São Paulo: Summus, 2001.

PRESTRELO, E. T. A história da Gestalt-terapia no Brasil: “peles-vermelhas” ou “caras-pálidas”? In: JACÓ-VILELA, A. M.; CEREZZO, A. C.; RODRIGUES, H. B. C. (orgs.). **Clio-psyché**: fazeres e dizeres psi na história do Brasil [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 88-96. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/hkyyb/pdf/jaco-9788579820618.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2020.

ROCA, N. G. **Songwriting with adolescents in a Secondary School**. 2011. Thesis (Master in Music Therapy) – Aalborg University, Aalborg, 2011. Disponível em: https://projekter.aau.dk/projekter/files/53198543/master_Thesis_Nazaret_G_mez_june_2011.pdf. Acesso em: 16 jun. 2020.

SAMPAIO, R. T. Considerações sobre a linguagem na prática clínica musicoterapêutica numa abordagem gestáltica. *In: CONGRESSO DA ANPPOM*, 17., 2007, São Paulo. **[Anais...]**. São Paulo: UNESP, 2007. Disponível em: http://antigo.anppom.com.br/anais/anaiscongresso_anppom_2007/musicoterapia/musicoterap_RT_Sampaio.pdf. Acesso em: 16 jun. 2020.

TORRES, M. M. **Musicoterapia gestáltica**: proceso sonórico. Madrid: Mandala, 2009.

UNIÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE MUSICOTERAPIA. O que é Musicoterapia. *In: UNIÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE MUSICOTERAPIA. UBAM*. 2018. Disponível em: <https://ubammusicoterapia.com.br/institucional/o-que-e-musicoterapia/>. Acesso em: 16 jun. 2020.

YONTEF, G. M. **Processo, diálogo e awareness**: ensaio em Gestalt-terapia. 2. ed. São Paulo: Summus, 1993.

ZINKER, J. **Processo criativo em Gestalt-terapia**. Trad.: Maria Sílvia Mourão Netto. São Paulo: Summus, 2007.

CAPÍTULO 11

O PROCESSO DE LUTO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: LEITURAS GESTÁLTICAS

Heloá Pontes Maués
Michele dos Santos Moura

Quando não houver caminho
Mesmo sem amor, sem direção
A sós ninguém está sozinho
É caminhando
Que se faz o caminho

Enquanto houver sol, Titãs

O novo coronavírus (Sars-CoV-2) foi identificado pela primeira vez em dezembro de 2019, em Wuhan, na China, havendo destaque para os rápidos impactos causados na saúde, levando a quadros graves de doenças respiratórias e alarmante número de mortes.

O estado de pandemia foi declarado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, após ser constatado o eminente grau de disseminação do vírus em escala global, impulsionando autoridades a manifestarem medidas de prevenção e ações de cuidado para emergência em saúde pública.

Segundo dados da OMS, foram confirmados no mundo, até o dia 26 de junho de 2020, um total de 9.653.048 (nove milhões, seiscentos e cinquenta e três mil e quarenta e oito) casos de COVID-19 e 491.128 (quatrocentos e noventa e um mil, cento e vinte e oito) mortes registradas pela doença (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2020). No Brasil, segundo dados do Ministério da Saúde, até o dia 26 de junho, acumulava-se o número de 1.274.974 (um milhão, duzentos e setenta e quatro mil, novecentos e setenta e quatro) casos confirmados da doença, e 55.961 (cinquenta e cinco mil, novecentos e sessenta e uma) mortes contabilizadas (BRASIL, 2020). A transmissão detém como principal vetor o contato humano, dispendo como medidas de prevenção a necessidade de distanciamento e o isolamento social para quadros confirmados e/ou suspeitos da doença.

Diante da necessidade de intervenções em território nacional, as decisões políticas em saúde pública são de fundamental importância nesse cenário, gerando impactos socioeconômicos e no estado de saúde física e mental da população. As medidas de

1. Gestalt-terapeuta. Psicóloga (CRP 10/05372). Especialista em Avaliação Psicológica pela Faculdade Cambury (Goiás). Aprimoramento em Gestalt-terapia. Membro do GEGT – Grupo de Estudos em Gestalt-terapia (Pará).
2. Gestalt-terapeuta. Psicóloga (CRP 10/05788). Especialista em Avaliação Psicológica pela Faculdade Cambury (Goiás). Aprimoramento em Gestalt-terapia. Membro do GEGT – Grupo de Estudos em Gestalt-terapia (Pará).

proteção se diferenciam em cada região do Brasil, assim como os cuidados e investimentos em hospitais de campanha, que afetam diretamente os números de casos detectados e óbitos comprovados. Isso pode gerar instabilidade e medo em uma população que, de forma abrupta, precisa lidar com perdas significativas, trazendo a necessária discussão sobre o assunto destacado neste capítulo: o processo de luto.

Nessa perspectiva, considera-se importante destacar o cenário político vivenciado no Brasil, que dificulta o enfrentamento da pandemia da COVID-19. Além de precisar lidar com o medo da morte, do imprevisível, do desconhecido e com todas as limitações que o vírus traz, a população brasileira vive uma crise política, necessitando administrar situações de segregação entre aqueles que defendem, apoiam e são a favor das posturas adotadas pelo governo federal, minimizando o impacto da pandemia, e os que são contrários a essa postura, reconhecendo tais impactos.

A questão envolvendo essa problemática refere-se à atuação do atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, com frequentes ações irresponsáveis por não seguir as medidas recomendadas por especialistas quanto à prevenção e ao isolamento social, desconsiderando a ciência ao retratar a COVID-19 como uma “gripezinha”, conduzindo o Brasil a um colapso sanitário e social, como noticiado em 25 de março:

Com um discurso feito sob medida para mobilizar seus seguidores mais radicais, o mandatário voltou a minimizar nesta terça-feira os riscos da doença, que já matou mais de 17.000 pessoas pelo mundo e 46 no Brasil, a se lançar contra a mídia, prefeitos e governadores. E contra as próprias evidências científicas [...]. Ele também aproveitou a ocasião para fazer uma provocação ao médico Drauzio Varella. “No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar. Nada sentiria, ou seria quando muito acometido por uma gripezinha. Ou um resfriadinho, como diz aquele famoso médico” (BETIM, 2020, sem paginação).

A postura presidencial também parece inadequada quanto ao conflito permanente acerca da divulgação dos dados de casos confirmados e mortes pela COVID-19. Alguns meios de comunicação buscaram alternativas para manter os dados atualizados, como noticiado pelo Portal G1 (BRASIL..., 2020):

A parceria entre os veículos de comunicação foi feita em resposta à decisão do governo Jair Bolsonaro de restringir o acesso a dados sobre a pandemia da COVID-19. Personalidades do mundo político e jurídico, juntamente com entidades representativas de profissionais e da imprensa, elogiaram a iniciativa.

Mudanças feitas pelo Ministério da Saúde na publicação de seu balanço da pandemia reduziram por alguns dias a quantidade e a qualidade dos dados. Primeiro, o horário de divulgação, que era às 17h na gestão do ministro Luiz Henrique Mandetta (até 17 de abril), passou para as 19h e depois para as 22h. Isso dificultou ou inviabilizou a publicação dos dados em telejornais e veículos impressos.

Nota-se, então, que a própria ciência é questionada nesse momento, gerando incertezas e pânico na população que precisa de um direcionamento para enfrentar uma pandemia, mas, muitas vezes, é manipulada por discursos proferidos pelo representante do país, que são individualistas, gananciosos, que visam ganhos e lucro de uma parcela da população, em detrimento do bem-estar e da saúde dos brasileiros como um todo.

Tendo como base essa visão, Sousa, Souza e Santos (2020, p. 1) afirmam que “a ciência – quem a produz ou mesmo quem a admite – está sob ataque de uma fascistização generalizada”. Além disso, as autoras discorrem que a pandemia do novo coronavírus se encontra em estado agudo no Brasil, sintomático de uma condição que se torna crônica no país – o fascismo. O incentivo a posturas contrárias à ciência, aos dados relatados, gera um adoecimento populacional que visa apenas retroalimentar o poder político, o que causa danos sociais irreparáveis.

Nesse sentido, Aguiar (2020, p. 5) corrobora com tais ideias, ao ironicamente afirmar que...

[...] mesmo diante das tentativas de explicação em mídias populares e por especialistas em diferentes áreas, o vírus ainda não passa de conspiração. Talvez um superdimensionamento de uma “gripezinha” para atrapalhar as economias das nações.

A autora afirma, ainda, que cientistas são questionados e até mesmo ameaçados em situações públicas. Sousa, Souza e Santos (2020, p. 3) refletem:

A ciência não é inimiga dos que cuidam, dos que têm fé, dos que insistem, dos que reclamam, dos que trabalham, dos que não a leem, dos que não a escrevem, dos pobres. Mas é, ou deveria ser, daqueles que racionalizam a ignorância para se desresponsabilizar diante da fome, da dor e do sofrimento, que aceitam a morte para resguardar o poder destrutivo e a ganância.

Além dessa situação, tem-se a falta de medidas e políticas efetivas voltadas para o enfrentamento da crise. Moura (2020) afirma que as recomendações do Ministério da Saúde (como, por exemplo, isolamento social e quarentena) não acompanham políticas de compensação financeira ou fiscalização do setor de empregos e isso tem como consequência a não manutenção de tais medidas para uma parcela da população menos favorecida, que se vê obrigada a sair de casa para manter seu trabalho externo, mesmo sob grande risco de contágio.

Diante de toda esta problemática, compreende-se que a população brasileira vivencia um momento intenso, repleto de incertezas, dores e perdas que geram impactos no país como um todo. Neste cenário, observa-se a importância da educação e da informação à sociedade, pois se torna necessária a compreensão e reflexão crítica de todas as medidas divulgadas, e, em sentido mais profundo, os efeitos desses atos, incluindo os significados históricos, econômicos, políticos e simbólicos.

Tendo o luto um local de destaque nesse momento que vivenciamos, nota-se o

empenho de diversas instituições em divulgar, publicar e construir recursos que possibilitem a orientação da população e que proporcionem auxílio e acolhimento a quem necessita. Como exemplo, há a cartilha com orientações para a saúde mental e atenção psicossocial na pandemia, intitulada “Processo de luto no contexto da COVID-19”, criada pela Fiocruz (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2020). O material destaca alguns fatores apresentados no contexto atual, que podem ser agravantes para o processo de luto por coronavírus; aumento na frequência de óbitos; necessidade de isolamento, que distancia a rede de apoio presencial; particularidades quanto aos funerais; e ausência de rituais de despedida.

Assim, pode-se considerar que existem especificidades diante da perda por COVID-19, havendo enfrentamento de situações imprevisíveis e a proximidade da morte. Deve-se destacar, também, fatores relevantes como a falta de informações concretas sobre tratamentos efetivos contra a doença, a própria crise política, mudanças de rotina e mudanças nos métodos de tratamentos de saúde, que podem ser considerados perdas relevantes para o sujeito.

Nesse contexto, o objetivo deste estudo é compreender o processo de luto de sujeitos que tiveram rompimento de laços significativos durante a pandemia da COVID-19 a partir de leituras da Gestalt-terapia. Para isso, inicialmente, serão apresentadas algumas considerações sobre o tema do luto.

VIVÊNCIAS DO LUTO E RITUAIS DE DESPEDIDA

Uma das certezas diante do desenvolvimento biológico e vital do ser humano é o processo da morte e do morrer. Entretanto, questões referentes a esta temática são constantemente evitadas ou se tornam restritas e até mesmo proibidas, desautorizadas de serem expressas ou debatidas. Tais restrições relacionam-se ao fato de tornar consciente o processo de finitude do ser, o que pode ser uma ação dolorosa, quando, de fato, há uma reflexão que leve a sentir dentro de possibilidades o rompimento de laços afetivos com pessoas significativas para cada sujeito, afastando a abordagem do assunto da atmosfera social.

Além dessa perspectiva, tem-se a percepção de que a sociedade moderna tende a evitar a angústia, o desconforto e até mesmo a dor psíquica, preocupando-se e supervalorizando a exposição de sentimentos e momentos felizes. Observa-se uma aceitação muito maior em redes sociais de compartilhamentos alegres, ganhando-se mais *likes* por estas, do que a exposição real do sofrimento vivido. Nesta perspectiva, Freitas (2013) afirma que a modernidade é intolerante ao sofrimento, pois associa-o sempre à produtividade baixa ou à incapacidade do sujeito para lidar com seus sentimentos. É neste viés que, ainda segundo a autora, questões existenciais, tais como a transitoriedade da vida, angústia ou efemeridade, relativas ao processo de morte e morrer, são evitadas a todo momento. Outros autores afirmam:

Em momentos de perda de um ente, a sutilidade passa a ser a forma mais coerente de manifestação desse sofrimento, pois dentro de uma perspectiva sócio histórica espera-se demonstração de força e superação rápida de perdas, o que traduz a crescente ideologia pela busca do prazer e o viver bem a qualquer custo (ROCHA; FONSÊCA; SALES, 2019, p. 43).

É diante desse cenário que a vivência do luto é associada constantemente a um processo patológico e, conseqüentemente, pouco tolerado e tendendo à hipermedicalização dos sujeitos que vivenciam o momento. Rocha, Fonsêca e Sales (2019) relatam a crescente patologização do luto como problemática social, em que enlutados são medicados de forma indevida pela falta de compreensão do luto como uma reação ou vivência. Segundo os autores, o luto ainda é visto como doença. Freitas (2018, p. 50) corrobora com tal ideia ao afirmar: “Testemunhamos uma era de patologização da vida e de hipermedicalização, com pouca tolerância às vivências inerentes ao enlutamento”.

Dessa maneira, a construção de temas para debates sobre essa questão se torna essencial, no intuito de colaborar para a desconstrução desse ideal de padronização e relativização da vivência do luto. Sabe-se, porém, que muitos autores já possuem contribuição expressiva e significativa nesse caminhar de construções teóricas; entre eles, pode-se citar todas as pesquisas e publicações de Elisabeth Kübler-Ross. A autora era psiquiatra e o marco de seu trabalho foi a publicação do livro *Sobre a morte e o morrer* (2017), através do qual apresentou um modelo de estágios do processo do morrer.

Entretanto, a descrição feita por Kübler-Ross se mostra arriscada, na medida em que as pessoas iniciaram uma interpretação de um modelo estático e fechado de fases que iniciam no diagnóstico e seguem até a morte do paciente. Esta compreensão pode intensificar os processos de normatização das experiências de perda, através de comportamentos e expressões possíveis e que serão esperados em situações de luto, sendo as demais expressões vividas nesse momento vistas como patológicas. A má interpretação das descrições da autora contribui para certa universalização, normatização e padronização das vivências do luto por essa sociedade que ainda não consegue lidar com o tema.

Assim, o luto abordado neste texto se aproxima do viés representado por Freitas (2013, p. 97): “[...] uma vivência que aparece com uma forte exigência de ressignificação do mundo-da-vida, onde o que é perdido pelo enlutado não é apenas um ente querido, mas também formas próprias de ser-no-mundo”. Para a autora, a vivência do luto se inicia na supressão abrupta do outro, em sua corporeidade, rompendo os sentidos que eram habituais desse campo e fundo vividos na relação.

Compreende-se, assim, a perspectiva do luto como um acontecimento que se torna parte da vida do indivíduo de forma única, subjetiva e particular. Cada sujeito sente e o vivencia da sua maneira, dentro das suas possibilidades e realidades, não existindo espaço, portanto, para discussões de expressões melhores ou piores, nem normatização

de vivências ou imposição de sequências que beiram a rigidez. Kovács (2008) acrescenta que não existem padrões que definem o processo, pois devem ser levadas em consideração as maneiras como as pessoas reagem em situações de crise.

A perda de um ente querido vai muito além do profundo sofrimento psíquico; ela envolve questões próprias do ser enlutado e de suas experiências e vivências no decorrer da vida:

A vivência da perda de um ente querido costuma ser uma experiência de profundo sofrimento psíquico em que o sobrevivente perde mais do que um “outro”, perde também possibilidades próprias de existir no mundo, podendo experimentar, assim, o esvaziamento de sentido de sua existência (FREITAS, 2018, p. 52).

Tendo em vista essa concepção, Rocha, Fonsêca e Sales (2019) acrescentam que cada sujeito supera e vive o seu momento de perda de forma particular, entretanto, é necessário que haja um espaço para manifestação dos sentimentos provenientes da perda. Além do espaço adequado, compreende-se a necessidade da rede de apoio como suporte para os indivíduos enlutados.

É importante ainda destacar os rituais de despedida, também reconhecidos como rituais de passagem entre a vida e a morte, que possuem significados que variam de acordo com cada sociedade, tendo em vista suas crenças, seus valores culturais e religiosos e as circunstâncias de ocorrência da morte. Os códigos culturais estabelecidos para rituais fúnebres são determinados por cada sociedade e envolvem cerimônias de despedidas, homenagens e tratamento dado aos corpos.

Entretanto, a partir do momento em que há o rompimento de uma relação significativa para cada sujeito, os rituais de despedida passam a ter sentido subjetivo e podem ser facilitadores ou organizadores do luto. Nessa perspectiva, Ribeiro (2002, p. 12) afirma que “existe uma riqueza simbólica que se expressa fortemente durante o ritual funerário”. Para a autora, não são meramente corpos e objetos que são enterrados, mas corpos e objetos repletos de significado simbólico, único e particular; por isso é que o ritual de enterrar os mortos exige elaboração e segue algumas prescrições.

Freitas (2013) descreve que cada sociedade vivencia os ritos fúnebres de formas diferenciadas, dando seu sentido próprio para o momento. E para Ribeiro (2002), cada ritual funerário refere-se à vida, que ocorrerá em outro lugar, outra dimensão ou até mesmo outra forma de sucessão que possa ser atribuída a esse rompimento social e da corporeidade do outro.

Portanto, a não realização de rituais de despedida, bem como a não proximidade da rede de apoio, possuem implicações diretas na vivência do processo de luto, tais como dificuldade em expressar a dor ou sofrimento vivenciado, sentimentos de solidão e desamparo, além do aumento dos níveis de ansiedade, entre outros, tornando necessário o debate sobre as abordagens de cuidado em saúde mental.

A seguir, é apresentada a metodologia utilizada neste estudo, a fim de compreender o luto decorrente da pandemia da COVID-19, suas implicações sociais e subjetivas, baseando-se em conceitos da Gestalt-terapia.

METODOLOGIA

Buscando construir reflexões sobre o luto durante a pandemia do novo coronavírus a partir de entrelaçamentos com a teoria da Gestalt-terapia, este estudo se constitui como uma pesquisa teórica e reflexiva. A pesquisa teórica, para Bonin (2008, p. 124), é definida como “[...] rede de conceitos que a problemática em elaboração solicita; identificar autores e proposições férteis para elaborar a construção e debruçar-se efetivamente num trabalho reflexivo sobre eles”.

Dessa forma, ressalta-se que os caminhos de estudo metodológicos utilizados para construção deste trabalho, obtenção de dados e interpretação do cenário atual vivenciado com a pandemia da COVID-19 tiveram como base a perspectiva qualitativa, com método descritivo, exploratório e explicativo. A pesquisa bibliográfica ocorreu através de consultas a bases de dados em plataformas de pesquisas científicas, com busca por palavras-chave como: Coronavírus, Luto, Gestalt-terapia, Psicologia e Fenomenologia; além da busca de dados atualizados sobre a pandemia da COVID-19 nos sites da OMS, do Ministério da Saúde e Fiocruz.

Os acessos às bases de dados ocorreram no período de maio a junho de 2020, utilizando enquanto materiais de análise artigos publicados sobre o tema, boletins atualizados, notas orientativas à população, disponibilizadas nos meios oficiais, e cartilhas construídas para auxiliar o enfrentamento da pandemia.

Os procedimentos teórico-metodológicos utilizados foram: a) pesquisa de revisão bibliográfica e de dados publicados nos sites da OMS, Ministério da Saúde e Fiocruz; b) construção de diálogos críticos, destacando a temática do luto e sua interface com a Gestalt-terapia; e c) leitura intertextual para construção de ideias a partir do entrecruzamento de dados e teorias acerca da temática abordada.

LEITURA DO LUTO POR COVID-19 A PARTIR DA GESTALT-TERAPIA

O período pandêmico gerado pelo novo coronavírus traz à tona a temática da morte e do morrer. A sociedade se vê obrigada a lidar com situações que envolvem sofrimento e angústia, uma vez que a morte se torna real e, conseqüentemente, o processo de luto é experimentado. A COVID-19 gera abruptas transformações e adaptações sociais, impondo limitações a toda sociedade, que passa a vivenciar processos de perdas, sejam elas pelo rompimento de relacionamentos, perda de empregos e até mesmo com a morte de entes queridos ou pessoas próximas.

A pandemia do novo coronavírus torna real a evocação de nossa condição mortal,

assim como a irreversibilidade da morte. O quantitativo apresentado nos boletins se torna assustador a partir do momento em que, tendo um olhar humanizado, dá-se conta de que os números são vidas perdidas. O quantitativo de pessoas enlutadas é expressivo e o isolamento torna-se um fator preocupante para aqueles que vivenciam o rompimento da relação e necessitam da sua rede de apoio.

Neste viés, compreende-se que a Gestalt-terapia aborda a temática do luto como um processo que oportuniza o crescimento individual, diante da conscientização do que é inevitável na existência humana: lidar com perdas e a morte. Para Juliano (1999, p. 139), “não existem marcos importantes em nossas vidas que não estejam acompanhadas de sentimentos de morte, porque não existe crescimento sem finalizações e perdas”.

A abordagem gestáltica busca a *awareness* do processo que está sendo vivenciado, apesar do sofrimento que é evidenciado em contextos de perda. O conceito de *awareness* é explicitado por Ginger e Ginger (1995, p. 254) como uma “tomada de consciência global no momento presente, atenção ao conjunto da percepção pessoal, corporal e emocional, interior e ambiental (consciência de si e consciência perceptiva)”. Isso traz a importante reflexão de que, para que o luto seja um processo de crescimento, é necessário entrar em contato, perceber os sentimentos provocados diante da ausência sofrida.

Perls, Hefferline e Goodman (1997, p. 68) nos descrevem, ainda: “Todo ato contatante é um todo de *awareness*, resposta motora e sentimento – uma cooperação dos sistemas sensorial, muscular e vegetativo – e o contato se dá na superfície-fronteira *no* campo do organismo/ambiente”. A partir destas descrições, pode-se compreender que o contato com as questões geradas no momento do luto é importante para facilitar o processo de resignificação do vivido, pois, tal como descrevem os autores, a partir do contato, pode-se ter uma integração entre os sistemas corporais, gerando, de certa forma, uma conscientização e vivência de sensações, a *awareness* da experiência vivenciada.

Considerando-se o conceito de *awareness* e a temática do luto, nota-se que a vivência desse processo não era comumente aceita pela sociedade moderna, dentro de uma construção sócio-histórica, tornando-se um tabu até mesmo os debates e discussões sobre o assunto. Entretanto, a COVID-19, dentro de suas inúmeras surpresas e particularidades, oportuniza a resignificação deste assunto, havendo a real necessidade de refletir sobre o processo de morte, propor discussões sobre o tema, para que, então, a sociedade possa ter o mínimo de conhecimento para a permissão do acolhimento ao sofrimento, à dor que, ao mesmo tempo em que é particular e subjetiva, neste período, torna-se também coletiva, evidenciando o processo de luto como uma problemática social.

Martins e Lima (2014, p. 32) esclarecem sobre a importância dessa conscientização no processo vivenciado: “Almeja-se que o indivíduo supere essas situações extremas e continue seu desenvolvimento de forma saudável e constante se renovando e aprendendo a se reinventar a partir do que é oferecido pela vida”.

Pode-se perceber o luto como um momento de inevitável resignificação, do contato com o novo, com a ausência, que incita, na identificação de novas formas para estar presente, o que já se foi. Como retratado por Fukumitsu (2012, p. 159, grifo do autor):

A enfadonha obrigação de lidar com o *nunca mais* se inicia. No entanto, quando a experiência é assimilada, torna-se parte do organismo e em contrapartida, o luto emerge como um processo pelo qual a pessoa tenta elaborar o impacto da ausência do outro ou do objeto perdido e principalmente tenta elaborar a falta de significados.

Deve-se considerar a subjetividade do indivíduo, de forma que, em cenário pandêmico, cada pessoa pode reagir de forma diferente, mesmo que as perdas ocorram dentro do mesmo contexto. A subjetividade deve ser tomada como base nas atuações perante o enlutado. A Gestalt-terapia, baseada na relação dialógica, que é embasada pelo filósofo Martin Buber, busca considerar o indivíduo enlutado em suas particularidades, no intuito de evidenciar a relação humanizada, auxiliando o enlutado a partir do entre, em cada encontro, mesmo que em novas configurações, como em meios tecnológicos. “Na visão buberiana, o significado do inter-humano não é, pois, encontrado em um dos parceiros nem nos dois juntos, mas no diálogo que entre eles é estabelecido, no entre vivenciado por ambos” (MENDONÇA; COSTA, 2012, p. 97).

Vale ressaltar que um dos focos de interesse dos estudos de Martin Buber que possuem influência na construção dos pressupostos da Gestalt-terapia, diante da temática da relação dialógica, são as possibilidades de interação do sujeito com o meio. Entre elas, destaca-se aqui a relação “eu-tu”, na qual o contato se dá entre pessoa e pessoa, sujeito com sujeito.

Sob um olhar existencial, o luto pode ser assimilado como uma vivência originária de situações de transformações repentinas nas formas de vinculação do ser, diante de uma relação eu-tu. Freitas (2013, p. 97) conceitua o luto como “vivência que emerge de uma mudança abrupta em uma relação eu-tu com a supressão da corporeidade do tu”. Nesse sentido, o “tu” não estaria presente em sua materialidade, porém, ainda se apresenta como parte dessa existência do sujeito enlutado por meio de fotos, lembranças, momentos simbólicos e por outras formas.

A autora acrescenta que “perder um ‘tu’ com quem nos relacionamos é, portanto, uma forma de perder um espaço expressivo de si mesmo” (FREITAS, 2013, p. 103). Tendo a Gestalt-terapia como pressupostos filosóficos a fenomenologia e o existencialismo, o luto pode então ser concebido como aquilo que é próprio do humano, a partir da compreensão do fenômeno como uma vivência singular, um fenômeno dado no mundo e com os outros.

Ao abordar o luto como um processo natural da vida, é importante desconstruir a visualização do enlutado como um ser adoecido e sem perspectivas de completude futura. Para Fukumitsu, Cavalcante e Borges (2009, p. 176), “na perspectiva gestáltica, saúde e doença não são conceitos estáticos e podem ser

entendidos como formas do organismo total tentar dar um sentido peculiar à sua existência, na busca de trocas constantes com o contexto no qual está inserido”. Portanto, a Gestalt-terapia destaca a desconstrução de alguns conceitos enraizados sobre a patologização e o que se entende como saúde e doença.

Pode-se compreender, então, que a saúde do indivíduo, para a Gestalt-terapia, depende do equilíbrio homeostático, da regulação desse organismo. Apenas quando esse processo de autorregulação falha e o organismo se mantém em um estado de possível desequilíbrio por muito tempo, não conseguindo satisfazer às suas necessidades, é que se diz estar “doente”.

Kiyan (2006, p. 156) relata que, “devido a influência do holismo, na Gestalt-terapia saúde está longe de significar pura e simplesmente ausência de doença”. Nesse sentido, o conceito de saúde poderia associar-se a um *bem-estar* em campos variados de vida do indivíduo, de forma global, sejam eles no âmbito biológico, psicológico e também social.

Constata-se que, diante do cenário de pandemia gerado pela COVID-19, é necessário o contato com o sentimento que este período gera em cada um, olhar para si mesmo e se permitir sentir e expressar também a vivência de algo inusitado e desconhecido. Para tanto, é importante estar conectado com o aqui e agora, com suas vivências no momento presente, visando à manutenção desse equilíbrio, do *bem-estar* saudável para cada um.

Sabe-se que a COVID-19 traz à sociedade incertezas, medos, desconforto e angústias, contudo, ao estar, de fato, no momento presente, deve-se acolher as situações possíveis e visualizar o que se pode realizar naquele instante, pois, ao se fixar em situações passadas ou fantasiar sobre situações que sucederão, perde-se a possibilidade de adaptação, resignificação e de dar sentidos à sua existência no aqui e agora.

Nessa perspectiva, pode-se inserir ainda a ideia descrita por Perls (1988), referente ao aprendizado, relacionando este à descoberta de possibilidades. Segundo o autor, o contato com as descobertas gera o aprendizado, o qual é necessário para o crescimento humano. Por isso é que o ser humano, ao se deparar com situações desagradáveis ou momentos dolorosos, tem uma tendência a fugir e tornar-se insensível, utilizando, muitas vezes, meios e caminhos que impedem o processo de crescimento.

Para tanto, é fundamental permitir-se aprender a partir do fenômeno que se apresenta diante do cenário da COVID-19, para que, diante das novas possibilidades, haja também desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos. Desse modo, vivenciar o luto de forma saudável é buscar o equilíbrio entre a perda e a necessidade de reformular o que ainda será vivido na ausência de outrem.

Cardoso (2016, p. 192) também aborda um significado sobre saúde e doença para a Gestalt-terapia, que se faz relevante diante do atual contexto:

[...] a saúde está relacionada a capacidade da pessoa de realizar ajustamentos criativos, ou seja, responder de modo criativo e autêntico as próprias demandas e aquelas do ambiente, em maior contato possível com todas as

vivências despertadas naquela situação, o que inclui suas possibilidades e limitações no momento presente. Por outro lado, a forma disfuncional de ser e de estar no mundo caracteriza-se por modos repetitivos, cristalizados, alienados e irrefletidos de existir. Note-se que a ênfase não está em algo que acomete a pessoa (como uma patologia que se instala), mas na perspectiva processual - na maneira como ela se posiciona diante da vida.

Em consideração ao cenário que emerge perante o contato com novas configurações, como a falta de controle e a imprevisibilidade diante do desconhecido, se faz necessário explanar a busca por equilíbrio através dos *ajustamentos criativos*: “termo proposto por Goodman, para caracterizar a interação ativa (e não a adaptação passiva) que acontece na fronteira de contato entre a pessoa saudável e seu meio” (GINGER; GINGER, 1995, p. 254). Nesse sentido, “[...] pensando no termo ajustamento criativo e desmembrando-o, podemos entender que esse processo demanda um ajustamento possível naquele momento, porém, interagindo criativamente dentro do campo de interação” (KIYAN, 2006, p. 158).

Compreende-se, então, que o processo de luto demanda as configurações de ajustamento criativo, com apropriação também de padrões já estabelecidos perante a sociedade, tais como os rituais de despedida. Atualmente, os rituais seguem as recomendações e orientações científicas e técnicas para enfrentamento do novo coronavírus, havendo isolamento do enfermo e não execução de rituais de sepultamento com aglomerações, a fim de diminuir os riscos sanitários e de contaminação.

Diante dessa realidade e do distanciamento presencial das redes de apoio, torna-se ainda mais necessário o desenvolvimento desse potencial criativo do ser humano, o qual deve ser ressaltado, na tentativa de tornar fluido o processo de luto. Apesar das circunstâncias e mudanças que são experienciadas, esse processo pode reverberar em outros campos da vivência do indivíduo, o qual, muitas vezes, se encontra cristalizado nas formas que eram vivenciadas anteriormente.

Nesse sentido, a Fiocruz também traz sugestões ao processo e rituais de despedida, que podem ser exemplos de ajustamentos criativos diante deste contexto (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2020). Dentre estes, sugere-se a realização de um memorial na residência do enlutado; realização de rituais fúnebres alternativos, como cultos ou missas *online*; homenagens virtuais; fortalecimento da rede que envolve a religiosidade e crenças individuais e particulares; e o fortalecimento da rede socioafetiva, que, mesmo não sendo possível com proximidade física, pode ser amenizada pela presença virtual. Destaca-se que devem ser avaliadas as formas de ajustamento de cada indivíduo, auxiliando no processo de autoconhecimento, para que cada um seja capaz de vivenciar esses rituais de uma nova forma, sem introjeções.

Nessa concepção de ajustamentos e interações, Perls (1988, p. 39) afirma:

A abordagem gestáltica, que considera o indivíduo uma função do campo organismo/meio e que considera seu comportamento como um reflexo de sua ligação dentro deste campo, dá coerência a concepção do homem tanto como indivíduo quanto como ser social.

Seja de forma individual ou diante do compartilhamento com outros indivíduos enlutados, o processo de autorregulação do ser humano ocorre diante do campo vivencial, como um ser integrado com o meio.

Para tanto, utiliza-se o conceito de autorregulação organísmica (homeostase), abordada na teoria de Goldstein para retratar as demandas que surgem como figura a partir da relação do organismo com o meio. Em Lima (2014, p. 92), é explicitado que, “[...] para que a autorregulação aconteça, é imprescindível que o ser humano conte com seu potencial criativo para inventar outros modos e ser um agente criador nesse processo interacional de ser alguém que habita e se realiza no mundo”.

Perls, Hefferline e Goodman (1997) ressaltam que o conceito de autorregulação organísmica é uma forma psicológica que se constitui a partir da consciência espontânea das necessidades que são dominantes no momento presente para o sujeito, bem como a organização das funções de contato nesse processo.

Pode-se relacionar, então, esta perspectiva ao cenário vivido na pandemia do novo coronavírus, na medida em que a imprevisibilidade diante do desconhecido obriga a sociedade a se conectar com o momento presente, a relação atual estabelecida com esse meio para atender às necessidades que emergem no aqui e agora, considerando a homeostase desse sujeito.

Outro aspecto abordado na Gestalt-terapia é o conceito de autossuporte, importante quando retratamos o isolamento social e o distanciamento das redes de apoio. Para Perls, “Uma vez que a meta da terapia é dar ao paciente um instrumento – o auto-suporte – com o qual possa resolver suas próprias dificuldades, podemos trabalhar efetivamente com cada situação como ela se apresenta” (1988, p. 97). Desta forma, para o teórico, à medida em que se trabalha a autossuficiência de cada sujeito, facilita-se os demais passos de resignificação.

Deve ser evidenciada, assim, a individualidade e a capacidade de cada pessoa enlutada de buscar novas formas perante o contexto da COVID-19. A espontaneidade e a criatividade devem ser estimuladas para que se construa um olhar diferenciado para a continuidade da vida do ser enlutado. Nesse cenário, a Gestalt-terapia, independente do campo de atuação do Gestalt-terapeuta, proporciona aos sujeitos enlutados um espaço de escuta ativa, legitimando toda a expressão de dor proveniente dessas perdas e acolhendo o sofrimento dos sujeitos.

A Gestalt-terapia contribui expressivamente no contexto de enlutamento gerado pela COVID-19, possibilitando o restabelecimento da fluidez desse processo, proporcionando a conscientização de cada indivíduo em relação ao seu funcionamento, para que, atentos e conectados às suas necessidades, possam encontrar a melhor forma para buscar adaptações e resignificações diante das ausências corporais que se estabelecem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática do luto desenvolvida neste texto é relevante na medida em que observamos a escassez de debates a respeito do assunto, tendo como base perspectivas fenomenológicas-existenciais. Muitos estudos e trabalhos são desenvolvidos e publicados a respeito do luto, porém, no viés da Gestalt-terapia, ainda é algo relativamente limitado. Descrever os aspectos vivenciais e refletir sobre o tema da morte e do morrer, tendo como base conceitos e perspectivas gestálticas, contribui no processo de minimizar as diversas tentativas de normatização e patologização do luto, além de colaborar com a ampla discussão na atmosfera social.

Notamos a importância do ato de falar e discutir sobre angústias, dores ou aflições no intuito de atenuar a supervalorização que a sociedade moderna concede apenas às expressões de felicidade, que geram certo vazio existencial quando não integradas com o real sentimento do sujeito. A partir dessa premissa, consideramos que a sociedade teria maior conhecimento e, conseqüentemente, amparo e acolhimento ao se deparar com o sofrimento próprio do ser humano nesse processo.

Acreditamos, ainda, que a relevância de todos esses princípios citados é intensificada quando se trata do período pandêmico gerado pela COVID-19, onde a temática do luto, o processo de morte e do morrer tornam-se reais, próximos e frequentes. O debate sobre o assunto se faz urgente e necessário, principalmente, quando observamos as inúmeras nuances com que a população brasileira precisa lidar neste período, pois, além do processo de adaptação e ressignificação de fatores do seu dia a dia, a sociedade enfrenta uma grave crise política que reverbera diretamente no coletivo.

Estudos nesta direção, com uma investigação mais ampla a respeito da temática da morte e do morrer e, conseqüentemente, do luto, são necessários para que o tema possa ser compreendido de forma global, tal como se fala sobre suicídio, viuvez, cuidados paliativos, luto em idosos e outros espaços. Compreendemos que a Gestalt-terapia pode ser debatida e compreendida em sua atuação, que vai além do espaço clínico, evidenciando, assim, o seu importante e relevante papel social e contribuições nos aspectos de educação da população.

Acreditamos e concordamos que a Gestalt-terapia, tendo como herança conceitos do movimento humanista, tem a crença no humano como potência para a transformação, buscando otimizar condições da existência a partir do fenômeno que é dado e apresentado à consciência de cada um. Não valorizamos a ideia de que indivíduos enlutados não possuem perspectivas de completude futura e de que o luto possui fases rígidas e que serão minimamente vividas nesse caminhar. Nesse sentido, ao falar de luto, falar de morte, é também possível falar de vida, de possibilidades e de ressignificações.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, C. Cientistas à beira da pia. **Boletim Cientistas Sociais**, n. 56, p. 4-7, 5 jun. 2020. Disponível em: http://anpocs.com/images/stories/boletim/boletim_CS/Boletim_n56.pdf. Acesso em: 20 jun. 2020.

BETIM, F. Em cadeia de TV, Bolsonaro minimiza coronavírus para insuflar base radical. **El País**, São Paulo, 25 mar. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-25/em-cadeia-de-tv-bolsonaro-minimiza-coronavirus-para-insuflar-base-radical.html>. Acesso em: 30 jun. 2020.

BONIN, J. A. Explorações sobre práticas metodológicas na pesquisa em comunicação. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, Rio Grande do Sul, v. 15, n. 37, p. 121-127, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4955/495550193018.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2020.

BRASIL tem 1.264 mortes por coronavírus em 24 horas [...]. *In*: PORTAL G1. [S. l.], 3 jul. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/07/03/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-3-de-julho-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>. Acesso em: 14 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel Coronavírus**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br>. Acesso em: 14 jul. 2020.

CARDOSO, C. L. (ed.). **Modalidades de intervenção clínica em Gestalt-terapia**. São Paulo: Summus, 2016. (Coleção Gestalt-terapia: fundamentos e práticas).

FREITAS, J. L. Luto e fenomenologia: uma proposta compreensiva. **Revista da Abordagem Gestáltica**, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 97-105, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672013000100013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 maio 2020.

FREITAS, J. L. Luto, pathos e clínica: uma leitura fenomenológica. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 50-57, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642018000100050&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 maio 2020.

FUKUMITSU, K. O. Luto. *In*: D'ACRI, G.; LIMA, P.; ORGLER, S. **Dicionário de Gestalt-terapia: "Gestaltês"**. 2. ed. São Paulo: Summus, 2012. p. 159-160.

FUKUMITSU, K. O.; CAVALCANTE, F.; BORGES, M. O cuidado na saúde e na doença: uma perspectiva gestáltica. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 172-182, 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v9n1/v9n1a14.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2020.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Saúde mental e atenção psicossocial na Pandemia COVID-19: processo de luto no contexto da COVID-19**. [Rio de Janeiro]: Fiocruz, 2020. Disponível em: <http://renastonline.ensp.fiocruz.br/recursos/saude-mental-atencao-psicossocial-pandemia-covid-19-processo-luto-contexto-covid-19>. Acesso em: 14 jul. 2020.

GINGER, S.; GINGER, A. **Gestalt: uma terapia do contato**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1995.

JULIANO, J. C. **A arte de restaurar histórias: o diálogo criativo no caminho pessoal**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1999.

KIYAN, A. M. M. **E a Gestalt emerge: vida e obra de Frederick Perls**. São Paulo: Altana, 2006.

KOVÁCS, M. J. Desenvolvimento da Tanatologia: estudos sobre a morte e o morrer. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 41, p. 457-468, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/paideia/v18n41/v18n41a04.pdf>. Acesso em: 31 maio 2020.

KÜBLER-ROSS, E. **Sobre a morte e o morrer**: o que os doentes terminais têm para ensinar a médicos, enfermeiras, religiosos e aos seus próprios parentes. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

LIMA, P. V. A. (ed.). **Gestalt-terapia**: conceitos fundamentais. São Paulo: Summus, 2014. (Coleção Gestalt-terapia: fundamentos e práticas).

MARTINS, M.; LIMA, P. V. A. Contribuições da Gestalt-terapia para os enfrentamentos das perdas e da morte. **IGT na Rede**, v. 11, n. 20, p. 3-39, 2014. Disponível em: <http://www.igt.psc.br/ojs>. Acesso em: 23 jun. 2020.

MENDONÇA, M. M.; COSTA, V. E. S. M. Eu-tu e eu-isso. In: D'ACRI, G.; LIMA, P.; ORGLER, S. **Dicionário de Gestalt-terapia**: "Gestaltês". 2. ed. São Paulo: Summus, 2012. p. 97-100.

MOURA, R. P. O coronavírus e a denúncia das desigualdades contemporâneas a partir de um risco de alta-consequência. In: UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Centro de Estudos Sociais. **OSIRIS**: Observatório do Risco. 11 abr. 2020. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/sites/osiris/files/Rafael_Pecanha_Coronavi%CC%81rus%20e%20a%20denu%CC%81ncia%20das%20desigualdades_11_abril_2020.pdf. Acesso em: 27 jun. 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus)**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em: 14 jul. 2020.

PERLS, F. S. **A abordagem gestáltica e testemunha ocular da terapia**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

PERLS, F. S.; HEFFERLINE, R.; GOODMAN, P. **Gestalt-terapia**. Trad.: Fernando Rosa Ribeiro. 3. ed. São Paulo: Summus, 1997.

RIBEIRO, L. B. **Limpando ossos e expulsando mortos**: estudo comparativo de rituais funerários em culturas indígenas brasileiras através de uma revisão bibliográfica. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

ROCHA, A. P. C.; FONSÊCA, L. C.; SALES, R. L. Dialogando sobre a morte como forma de prevenção do luto mal elaborado. **Revista Psicologia & Saberes**, v. 8, n. 12, p. 31-50, 2019. Disponível em: <https://revistas.cesmac.edu.br/index.php/psicologia/article/view/1054>. Acesso em: 19 jun. 2020.

SOUSA, J. M.; SOUZA, J. B.; SANTOS, D. O. Por uma ciência que escute. **Boletim Cientistas Sociais**, n. 56, p. 1-4, 5 jun. 2020. Disponível em: http://anpocs.com/images/stories/boletim/boletim_CS/Boletim_n56.pdf. Acesso em: 20 jun. 2020.

CAPÍTULO 12

A PERCEPÇÃO DA VERGONHA SOB O VIÉS DA CLÍNICA GESTÁLTICA

Larissa da Silva Carvalho¹

Já me perdi tentando me encontrar
Já fui embora querendo nem voltar
Penso duas vezes antes de falar
Porque a vida é louca, mano, a vida é louca
Sempre fiquei quieta, agora vou falar
Se você tem boca, aprende a usar
Sei do meu valor e a cotação é dólar

Iza, Dona de mim
(Composição de Arthur Marques)

Para evitar situações de exposição indesejada em minha vida, a frase “sou tímida, tenho vergonha” era utilizada com frequência. Assim desenvolver uma pesquisa sobre vergonha foi possível a partir do reconhecimento das minhas vivências, fato admitido após a inserção na especialização como Gestalt-terapeuta, em que o encontro com diversos profissionais qualificados intensificou o processo de vergonha já existente.

São diversos comportamentos ansiogênicos, pensamentos negativistas, medo do julgamento, coração acelerado, rubor, falta de ar que oscilavam em alguns módulos e, por algum atravessamento, a crise de ansiedade comparecia com maior vigor, o choro ficava preso e os pensamentos de inadequação fluuavam. Por sorte ou por direcionamento do campo, pude dialogar em variados momentos sobre o quanto eu me pressionava para conseguir seguir na especialização, nos grupos de estudos, na atuação em lugares por onde trabalhei e nas relações afetivas. Chamei de ansiedade, medo, insegurança e/ou irritação o fenômeno da vergonha por anos.

Foi durante um dos módulos da pós-graduação e formação em Gestalt-terapia, ministrado pela Prof.^a Dr.^a Mônica Alvim, que a mesma suscitou a reflexão acerca da importância de estudos que envolvessem a vergonha como o reconhecimento de um fundo de vividos. Nesse momento, me dei conta de que ela conseguiu nomear o que eu já vivenciava havia um longo período: a vergonha. Um *insight* ocorreu e isto se tornou tema central de pesquisa.

1. Gestalt-terapeuta. Psicóloga (CRP-10/04216). Especialista em Psicologia da Saúde (Universidade do Estado do Pará). Membro do Grupo de Estudos em Gestalt-terapia (GEGT)

O QUE É VERGONHA E GESTALT-TERAPIA?

Segundo o dicionário, vergonha é um substantivo feminino que significa...

Ato de vexatório, que humilha, desonra; humilhação. Sentimento penoso que resulta desse ato, por se ter cometido alguma falta ou pelo temor da desonra: corar de vergonha. Ato indecoroso que provoca indignação: a corrupção é uma vergonha! Insegurança efetivada pelo medo do julgamento alheio; decoro. Dor causada pelo sentimento de inferioridade. Rubor das faces causado por acanhamento; timidez (VERGONHA, c2020, sem paginação).

Observa-se que o conceito social da palavra vergonha já traz dados que congregam a conceituação gestáltica e as características de como a vergonha se expressa pelo corpo. Entretanto, propõe-se realizar um comparativo simplificado sobre como outras abordagens da Psicologia, Ciências Sociais e Neurociências descrevem e conceituam a vergonha: “há mais de um século realizaram-se cruzadas para a terra prometida do cérebro, em busca do Santo Graal emocional, a região ou rede cerebral que irá esclarecer de onde vêm a culpa, a vergonha, o medo e o amor” (LEDOUX, 2001, p. 66).

Contudo, o destaque seguirá abaixo para conceituar termos fundamentais à abordagem da Gestalt-terapia no processo da pessoa envergonhada.

Esteves (2012) afirma que variados textos junguianos tecem referência à palavra inibição/repressão de conteúdos inconscientes, que ocasionam medo, retraimento social, ansiedade, insegurança, entre outras características que ficam representadas no cotidiano em forma de timidez.

O termo vergonha é entendido como um mecanismo de repressão e está associado a situações de desconforto e de inadequação daquilo que é incompatível com os conteúdos da consciência [...] é uma emoção social que surge da suscetibilidade ao juízo alheio, real ou imaginário; ela é causada quando o sujeito compartilha com os outros uma avaliação negativa que tem de si (ESTEVES, 2012, p. 34).

Na terminologia adotada pela Biblioteca Virtual de Psicologia do Brasil (2014, p. 1004), o termo remete a um estado emocional relacionado a “ansiedade, culpa, embaraço, medo e moral”. Para Santos (2012), o sentimento de vergonha está acompanhado de desvalorização, impotência e sensação de inadequação ou sentir-se “pequeno”, enquanto que a culpa é um sentimento que gera remorso, tensão e arrependimento, uma vez que há uma preocupação genuína com o modo como o seu comportamento afetou o outro.

A filósofa Marim (2017) informa que a vergonha é utilizada socialmente como agente moral para o desenvolvimento e evolução social:

A culpa e a vergonha são emoções fundamentais para motivar o comportamento moral, no qual a antecipação do sentimento de vergonha e culpa evita a violação de normas e motiva o comportamento reparativo, enquanto a raiva motiva a punição (HAIDT; SABINI, 2000 *apud* MARIM, 2017, p. 76).

Interessante refletir sobre esse âmbito filosófico da moralidade que interage com aspectos emocionais como a vergonha, a forma como uma situação vivida pode gerar padrões em grupos sociais, influenciando na regulação de comportamentos, pensamentos, emoções dos mesmos e de uma cultura. Essa forma de manutenção de regras sociais pode ser considerada uma configuração para parear e/ou restringir identidades sociais. Alencar e La Taille (2007), da abordagem comportamental, fazem referência à questão da moral e acrescentam a necessidade de se ter alguém que a pessoa envergonhada valide como julgador.

Neste capítulo, a articulação teórica será realizada a partir de conceitos da Gestalt-terapia (contato, *self*, figura-fundo, *awareness* e ajustamentos criativos), cuja integração com o processo de envergonhar-se será aprofundada *a posteriori*, pois, para a Gestalt-terapia “a vergonha tem a ver com o sentido de ajustamento entre o interior e os mundos exteriores da experiência” (LEE; WHEELER, 1946, p. 48 *apud* ROBINE, 2012, p. 239).

Perls, Hefferline e Goodman (1997) afirmam que o contato é considerado a realidade mais simples e primeira. Infere-se que o mesmo é a base das relações e que, por meio dele, as significações pessoais acontecem. Contatar acontece na fronteira do campo organismo/ambiente; “é, em geral, o crescimento do organismo. Pelo contato queremos dizer, a obtenção de sua comida e ingestão, amar e fazer amor, agredir e entrar em conflito, comunicar, perceber, aprender, locomover-se” (p. 179).

Quando há uma interação saudável com o meio, o contato é vivo consigo. Frazão (1995) chama esta totalidade de *self*, cuja principal característica é a formação e destruição de *Gestalten*, de figuras, pois sua existência ocorre a partir da energia demandada por uma situação, figura, por estar em contato com algo que exija a satisfação de uma necessidade para a autopreservação ou para o crescimento. É um “sistema complexo de contatos [...] não se deve pensar o *self* como uma instituição fixada, ele existe onde quer que haja de fato uma interação de fronteira, e sempre que esta existir” (PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1997, p. 179).

O *self* é o reconhecimento de uma necessidade que compõe o sistema figura-fundo de um organismo em relação com o seu ambiente, cuja função é encontrar e dar sentido às coisas que vivemos (PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1997), trazendo potencialidade ao que necessita ser desenvolvido ou preservado (RIBEIRO, 1999).

O sistema figura-fundo promove a formação, reconhecimento e o esvaziamento ou fechamento de uma Gestalt; proporciona forma, nitidez, percepção, clareza de que há um excitação (energização da figura demandada). Tal processo ocorre na fronteira de contato que a energia oferece (POLSTER; POLSTER, 1979; PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1997).

Diante dessa configuração, o indivíduo torna-se presente, congruente a uma situação inacabada, e ocorre a *awareness*, também chamada de tomada de consciência. Este é o processo final de um entendimento sobre uma situação. É quando uma pessoa consegue

integrar/compreender emoções, pensamentos e comportamentos advindos da vivência no aqui e agora. Com ela, há a exaustão, o esvaziamento, a destruição e a integração de um problema, o que era figura agora passa para o fundo de vividos e o processo reinicia-se (YONTEF, 1993).

Todavia, nem sempre a situação interna ou externa vivenciada gera uma tomada de consciência total, havendo, assim, uma forma parcial em que suas escolhas não estão pautadas em seu conhecimento, sua responsabilidade, na sua presentificação e aceitação da vivência existente (LATNER, 1986 *apud* DOCA; BIBILIO, 2018, p. 379).

Dialogar sobre sua forma, sobre como o cliente se expressa e se percebe em sua vivência, ocorre a partir de um olhar que integre seus campos, a saber: geobiológico, psicoemocional, socioambiental e sacrotranscendental (RIBEIRO, 2012). A teoria organísmica de Goldstein introduziu a noção de que o sintoma trazido não poderá ser compreendido em sua totalidade se o indivíduo não for visto em sua totalidade integrativa: “a lei básica da vida é autopreservação e crescimento” (PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1997, p. 88).

Para Yano (2015) e Pimentel (2017), os ajustamentos criativos são realizados de acordo com a vivência de cada ser e a Gestalt-terapia tem como função psicoterapêutica auxiliar, acompanhar, nutrir a pessoa em atendimento com recursos disponíveis, que antes não podiam ser visualizados em razão de situações adversas que geravam comportamentos disfuncionais.

Há sentidos aguçados para a percepção de fenômenos ao nosso redor que são registrados corporalmente ao longo da vida. Essa apreensão se dá no presente, no aqui-e-agora. “Mesmo quando lembramos de algo do passado, o lá-e-então, o ato de lembrar está se dando no presente. Embora a *awareness* seja sempre presente, o objeto dela pode pertencer a um outro tempo e espaço” (FRAZÃO, 1995, p. 146).

Perls, Hefferline e Goodman (1997) afirmam que os hábitos aprendidos ao longo da vida podem se transformar em comportamento neurótico. Há uma interrupção de contato atual por medo, perigo ou frustração à sua necessidade, formando-se a neurose. O que no passado teve uma função adequada à situação deixou de tê-la na atualidade; se tornou obsoleto, resultando em uma situação inacabada, onde o excitamento tende a estar reprimido.

Assim, a evitação de uma necessidade se torna mais enrijecida e a compreensão é de que o perigo e a frustração agora recebem um *status* de cronicidade, padronizam-se, tornando-se adoecidos e prejudiciais à pessoa.

Quando a busca de equilíbrio do homem o leva a retirar-se mais e mais, a permitir que a sociedade o influencie demais, a subjugá-lo com suas exigências, ao mesmo tempo a separá-lo do convívio social, a pressioná-lo e moldá-lo passivamente, nós o chamamos de neurótico (PERLS, 1981, p. 41).

Para Perls (1977), há cinco ajustamentos neuróticos na Gestalt-terapia, a saber:

Confluência, Introjeção, Projeção, Retroflexão e Egotismo.

Caracteriza-se confluência quando a pessoa está diluída no campo, ou seja, apresenta dificuldade em se diferenciar em uma situação ou como se portar com outras pessoas, resultando então em uma fronteira permeável, em que não consegue escolher, decidir ou até mesmo exclui sua opinião por não acreditar em si e por perceber os outros como superiores.

Ainda há outra conceituação acerca da confluência: “condição de não contato” (PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1997, p. 252), em que essa resistência emocional convoca o medo do indivíduo em dar voz à sua existência (seus desejos, pensamentos, gostos e ações) e experimentar o novo. Fica evidente que desconhece o limite entre si e os outros, suas fronteiras nas relações e consigo.

De acordo com Perls (1981) e Perls, Hefferline e Goodman (1997), somos seres de contato vívido; os laços relacionais nos mantêm com uma sensação de segurança e, se nos forem retirados, existe a possibilidade de gerar ansiedade. Todavia, a queixa central é de que o contato requer consciência, presentificação das ações, o que é o oposto oferecido pela confluência. Para Polster e Polster (1979), as relações confluentes estão estabelecidas por um acordo não dito sobre não discutir, não discordar um do outro.

A introjeção é a incorporação de informações e aprendizados. Ela também apresenta um aspecto saudável, como as regras sociais para uma concordância sobre uma vida comunitária. A evolução ou mudanças sociais que ocorrem ao longo dos anos representam que ainda há possibilidade de dialogar e refutar ou aceitar novas ideias (PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1997; RIBEIRO, 1997, 2006).

Entretanto, para a introjeção como conotação neurótica, o introjetor está em conflito entre o que aprendeu (passado) e o que deseja (presente):

A situação neurótica é aquela na qual a convenção é coercitiva e incompatível com a excitação animada, e onde, para evitar o crime do não pertencimento (para não falar de conflitos adicionais), o próprio desejo é inibido – e o ambiente odiado é tanto aniquilado quanto aceito, sendo engolido por inteiro e suprimindo-o (PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1997, p. 253-254).

Perls (2002) tece correlatos entre a alimentação e os ajustamentos neuróticos, pois é a partir desta correlação – apetite, mastigação, deglutição – que estrutura a noção de assimilação e crescimento, fechamento de *Gestalten*.

A projeção é contrária à introjeção:

em geral, são nossas introjeções que nos levam ao sentimento de autodesvalorização e autoalienação que produz a projeção. Projetando, espera se livrar de suas introjeções imaginárias que, de fato, não são de todo introjeções, e sim aspectos de si mesmo (PERLS, 1977, p. 99).

Há um excitamento advindo de um fundo de vividos, de maneira que, ao entrar em contato com o agora (fronteira de contatos), o ambiente é confrontado, emergindo as

emoções. Mas, “o projetor neurótico, não passa a identificar o sentimento fluante como seu próprio; de preferência, torna-o definido vinculando-o com alguma outra pessoa” (PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1997, p. 255).

Para Vieira (2017), são variadas as formas de adoecimentos psicossomáticos, como depressão, ansiedade, dores pelo corpo, fobias, entre outras doenças contemporâneas da sociedade do século XXI. Estas são formas da utilização inadequada da agressividade, em que o indivíduo adoece sem relacionar a aspectos próprios, não reconhecendo suas necessidades e sofrimentos.

A retroflexão já é um ajustamento criativo, cujo significado é literalmente voltar-se rispidamente contra si mesmo (PERLS, 1981). Há emoções emergindo, todavia, o retrorefletor interrompe o fluxo de contato: evitando desentendimentos, evita ser ferido ou se ferir diante do que o ambiente lhe demanda; evita, assim, a frustração, que muitas das vezes tem componentes mais fantasiosos do que realísticos. O termo masturbação mental é usado para a retroflexão, pois a pessoa utiliza a agressividade repetidamente para gerar o desejo e a satisfação do mesmo, como na masturbação sexual, ou seja, repete mentalmente a situação vivida variadas vezes.

Nas queixas clínicas contemporâneas, esses adoecimentos são formas encontradas pela sabedoria orgânica para que uma pessoa consiga contatar a dor e um meio de chegar a um acompanhamento psicológico, por vezes. Contudo, o psicólogo deve ser atento ao sistema figura-fundo, e talvez alguns desses casos tenham relação íntima com a vergonha. Lembrando que esta afirmação apenas será confirmada a partir de conhecimento do psicoterapeuta sobre a vida do cliente.

Para Perls (1977), o desenvolvimento da autonomia é fundamental em sociedade: “amadurecer é transcender do apoio ambiental para o autopoio” (PERLS, 1977, p. 49). Assim a psicoterapia é um recurso de heterossuporte, ou seja, é um apoio externo do ambiente cuja função é dar suporte ao cliente frente a comportamentos considerados conflituosos para si. Todavia, o objetivo é favorecer o crescimento e desenvolvimento da autonomia (autopoio/autossuporte) do cliente, do reconhecimento das potencialidades, de escolhas para seguir, e amadurecimento pessoal. Quando o cliente está *aware* da sua forma de viver, o adoecimento dá lugar à liberdade de agir e se expressar.

Por fim, há o egotismo, cuja característica principal se encontra no medo de ser surpreendido, demonstrando sua maior fragilidade: o medo de ser abandonado (PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1997). Teme renunciar ao controle excessivo e se torna hipervigilante sobre si mesmo, evitando, assim, o contato final e, conseqüentemente, o crescimento contínuo. Todo esse autocontrole traz para o seu ambiente a apatia. Nos atendimentos clínicos, o egotista demonstra saber tecnicamente seus problemas e como resolvê-los, porém, “sem a espontaneidade e o risco do desconhecido, não assimilará a análise” (PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1997, p. 258), fato primordial para qualquer tomada consciência (*awareness*).

Diante desta discussão, o presente capítulo tem como objetivo geral tecer algumas compreensões sobre a vergonha, a partir de uma perspectiva gestáltica.

METODOLOGIA

O método utilizado nesta pesquisa foi a revisão bibliográfica, para a compreensão do objeto de estudo (vergonha). O objetivo, ao estudar um fenômeno, é compreender seu significado em um contexto individual ou coletivo para a sociedade: “o significado tem função estruturante: em torno do que as coisas significam, as pessoas organizarão de certo modo suas vidas” (TURATO, 2005, p. 509).

O levantamento bibliográfico foi realizado em livros clássicos da Gestalt-terapia e em bases de dados *online* (Google Acadêmico e SciELO). Em virtude do escasso material vinculado aos descritores *Gestalt-terapia* e *vergonha* e *Vergonha na psicoterapia gestáltica*, optou-se por ampliar a busca para dissertações e teses de mestrado e doutorado.

Os critérios de inclusão para este estudo foram: artigos, dissertações e teses em língua portuguesa e livros clássicos da Gestalt-terapia que estudassem o fenômeno da vergonha. E os critérios de exclusão foram: materiais que não utilizassem o termo vergonha; publicações em outras línguas, salvo obras gestálticas clássicas.

Os principais textos em que há reflexões com matérias contundentes dentro da abordagem gestáltica são: “Vergonha” (YONTEF, 1993), “Vergonha e a ruptura da confluência” (ROBINE, 2006), o verbete “Vergonha” (ROBINE, 2012) e *Gestalt-terapia* (PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1997), presentes em obras basilares para a abordagem gestáltica.

Buscando a combinação dos descritores *Gestalt-terapia* e *vergonha*, foram encontrados 3 (três) documentos que, entre outros temas, também discutiam essa temática: Ribeiro (2006); Robine (2006); e Biblioteca Virtual de Psicologia Brasil (2014). Para o descritor *Vergonha na psicoterapia gestáltica*, foram obtidos dados em 2 (duas) obras: Yontef (1993); e Robine (2005). Não foram encontradas dissertações ou teses que incluíssem o objeto investigado.

UMA VISÃO GESTÁLTICA SOBRE VERGONHA

Na Gestalt-terapia, Robine (2012) e Yontef (1993) escreveram com maior profundidade sobre o fenômeno da vergonha a partir de década de 1990. Contudo, esse termo foi usado em outras abordagens da Psicologia e das Ciências Sociais. Na Psicologia Comportamental, os artigos de Alencar e La Taille (2007) e Santos (2012) mencionavam sobre o manejo clínico. Na Psicologia Analítica, tem-se a dissertação de mestrado de Esteves (2012). Na teoria Walloniana, tem-se a tese de Vieira (2017), um estudo focado na conceituação da vergonha e suas características. Nas Neurociências, destacou-se o livro de Ledoux (2001) sobre emoção; e, em Filosofia, o destaque foi para Marim (2017), com a

noção de moralidade como um agente social balizador para os comportamentos humanos. Estes achados nos serviram de fundo para dialogar como a Gestalt-terapia.

No seu texto intitulado *Vergonha*, Yontef (1993) discorre sobre a fantasia de uma pessoa envergonhada centrar-se na possibilidade de que outras pessoas descubram o quão inadequado o indivíduo se sente. Um medo de desvalorização, de não ser aceito socialmente, entre outros, pode compor esse pensamento trazido pelo autor. Todavia, o fato é que já existe uma dissonância interna na pessoa que vivencia a vergonha. O autor esclarece que esse sentimento está presente na sociedade; ocorre dentro de cada cultura. Trata-se “de uma reação negativa do *self* ao processo de aculturação. ‘Vergonha é o sentimento que acompanha a experiência de “não ok” e/ou “insuficiente”” (YONTEF, 1993, p. 367).

Desse modo, tem-se evidência da forma como um marco social pode afetar os registros de vida de uma pessoa, possibilitando-a enxergar esses fatos como aversivos ou invasivos e trazendo reações fisiológicas como rubor, coração acelerado, comportamento de baixar a cabeça e não sustentar o olhar.

Complementando, Vieira (2017) caracteriza as reações em: somáticas, como alteração da frequência cardíaca, ansiedade; reações cognitivas, por meio de pensamentos negativos, sentimentos de solidão, frustração, inabilidade social e crítica severa sobre si; reações comportamentais, com dificuldades na comunicação, vida sexual de início tardio, de baixa frequência e de poucas experiências; e social, em que o indivíduo com vergonha tende ao isolamento. Para Yontef (1993) e Robine (2005), a vergonha é um ajuste habitual a que o envergonhado recorre para gerenciar sua vida.

Robine (2005) faz uso do seu processo de envergonhar-se e escreveu:

Nunca, nas minhas terapias pessoais ou na minha supervisão, eu havia tratado desse tema; e, é claro, eu estava misturado com ele, sem sabê-lo. Minha própria vergonha, não consciente e não trabalhada, tomava a forma que uma dada coisa pode tomar quando não é assumida, ou seja, eu a projetei. Eu manejava a vergonha sem me dar conta dela; eu tentava escapar dela, gerando-a em outras pessoas, o que me permitiu cuidar, ou melhor, recobrir de ilusões as minhas velhas feridas narcísicas... e não se tratava de uma relevância terapêutica a toda prova nas relações terapêuticas com meus pacientes. A vergonha da qual estou falando, mais que aquela forma imediatamente sentida em certas situações embaraçosas, mais que aquela que funciona como formação reativa, refere-se a um direito à existência, ao reconhecimento que recebo ou não recebo por ser o que sou, sentir o que sinto, desejar como desejo. Assim, pude descobrir que cada vez que estou em uma situação que me faz sentir que deveria ser de algum modo diferente do que sou, estou em uma situação de vergonha (ROBINE, 2005, p. 105).

Ao afirmar-se como uma pessoa que não conhecia seu processo de vergonha, Robine (2005) já nos traz um dado importante: a vergonha não visível como uma parte da totalidade do ser, a qual, por várias vezes, pode ser confundida como uma reação

momentânea de isolamento, raiva, uma projeção a partir do não “se dar conta” de como existir no mundo.

O termo vergonha, atualmente, é uma forma simplificada socialmente para expressar comportamentos diversos expressos pelo corpo. Todavia, percebe-se uma naturalização ao retirar o sentido psicológico (psicogênese) subjacente à vergonha, ou seja, a ideia central de que vergonha é uma avaliação negativa de si próprio. O *self* entende como um sentimento de insuficiência, incapacidade, fraqueza e/ou desvalorização de sua essência: “as Gestalten baseadas na vergonha são largamente experiências no pré-contato, ocorrendo interrupções em fases posteriores do ciclo figura/fundo” (YONTEF, 1993, p. 369).

De forma cronológica, as primeiras relações ocorrem na interação familiar que o bebê/criança tece desde a vida intrauterina. Dentro de um processo de desenvolvimento saudável, a relação deveria ser afetiva, nutritiva, educacional e não punitiva. Todavia, nem sempre os pais, responsáveis, irmãos, familiares, professores e outras pessoas significativas conseguem repassar uma informação com respeito e aceitação à criança, o que pode ocasionar o desenvolvimento da vergonha de uma forma acentuada, patológica, ou de sentimento de culpa, uma vez que o registro que pode ficar é o de não merecimento de afeto, inadequação, de ser defeituoso.

Em Gestalt-terapia, quanto ao processo de desenvolvimento infantil, Perls (2002) relata sobre a forma como uma pessoa apresenta ou inibe suas necessidades perante sua manutenção de vida. O objetivo central de Perls foi teorizar sobre como o organismo faz sua manutenção por um equilíbrio que é continuamente alterado por demandas/necessidades e como encontra formas de satisfação ou eliminação das mesmas.

É este contexto que o sentimento de vergonha penetra tão automaticamente na pessoa jovem. Quando o pai ou a mãe desviam o olhar com frieza ou parecem ofendidos, ou reagem com excesso de raiva ou insultos a um fato sem importância, o jovem confuso, não entende essa reação e naturalmente, presume que “deve haver algo errado comigo, mas não sei o que é”. Esse sentido de mistificação é um elemento primordial no processo de vergonha (YONTEF, 1993, p. 371).

Uma experiência afetiva angustiante gera um ajustamento criativo que, na situação de origem, foi necessário para que o corpo se protegesse, mas que, ao longo do seu viver, foi ganhando lugar como uma crença indissolúvel. Desse modo, o intento é desmistificar a falsa crença e desenvolver os potenciais necessários para um crescimento pessoal no processo de vergonha.

Yontef (1993) ainda menciona que não são apenas os aspectos ambientais que contribuem para a inserção da vergonha como forma de ser. Uma criança pode ter relacionamentos familiares saudáveis e ainda desenvolver esses sentimentos de desqualificação social, pois há outro aspecto que evoca a vergonha: a inferioridade, “ansiedade, insegurança, a compulsividade, o perfeccionismo” (p. 371). Ademais, os outros

campos relacionais podem ser constituídos como significativos, onde a percepção sobre si e como o outro o vê se constituem como desqualificação. Um exemplo disso é o *bullying*.

Ressalta-se a importância de explorar e ampliar com cada cliente os múltiplos fatores que compõem sua existência, ou seja, “nada do campo pode ser excluído *a priori* como não pertinente, ainda que pareça tangencial” (ROBINE, 2005, p. 118), pois é a história de vida sendo mencionada, e tudo o que o cliente nos conta em palavras, jeitos, emoções o compõem como ser, o que será fundamental para a *awareness* sobre como o processo de envergonhar-se comparece e como potencializar nos novos ajustamentos criativos congruentes com o aqui e agora.

Ao apresentar aspectos rígidos sobre si, seus comportamentos, sentimentos, anseios, projetos estarão em desacordo com a autoimagem que se tem, logo, cria-se uma distorção sobre a forma do seu *self* (sobre sua forma de existir):

Esses comportamentos e experiências inaceitáveis acabam refletindo no caráter, na adequação e na competência da pessoa. Por exemplo, o *self* ideal pode ser suave e gracioso e a experiência de ser desajeitado não se encaixa neste *self* ideal; a pessoa se sente envergonhada toda vez que começa a experienciar a inaptidão. Naturalmente, o paradoxo é que quando a experiência vergonha se instalar, a inaptidão provavelmente aumentará. Assim, a vergonha pode ser um processo circular crescente (YONTEF, 1993, p. 378).

Diante desta descrição sobre o processo da vergonha, é necessária uma argumentação sobre tipos mais presentes de ajustamentos neuróticos na fronteira de contato da pessoa envergonhada, a saber: introjeção, confluência (YONTEF, 1993) e retroflexão (ROBINE, 2005). Estes são ajustamentos que dialogam sobre evitações de conflitos e aceites “passivos” sobre comportamentos, o que ocasiona adoecimentos psicossomáticos diversos em virtude da evitação dos excitamentos, da evitação do reconhecimento e/ou satisfação de suas necessidades:

Penso também nos fenômenos de fronteira como a introjeção, retroflexão, etc. Pode-se introjetar se não existe outro para segurar a colherzinha? Vai-se retrofletir se não há um terceiro para incitar a isso com mais ou menos complacência? E assim por diante (ROBINE, 2005, p. 119).

Concordando com o autor, a cronicidade de um ajustamento está nas bases da relação existente, pois, para a existência de um envergonhado, também é necessária a existência de protagonistas que incutem a vergonha.

Considerando a relação confluência e introjeção, podemos observar o processo da pessoa com vergonha ao aceitar que o classifiquem como pessoa de pouco valor, dentre outras características negativas, pois seu *self* está fragilizado, a tal ponto que o limite entre o eu e o outro se torna uma mistura. Neuroticamente, a pessoa envergonhada acaba evitando conflitos e se torna passiva às agressões dirigidas à sua personalidade.

Os introjetos se encontram enrijecidos no sistema de crenças limitantes em que

foram imputados, “seus impulsos, emoções e desejos são inaceitáveis. Eles mostram que você é socialmente incompetente” (YONTEF, 1993, p. 372). Por isso, o sofrimento na vergonha se torna um ajustamento neurótico, pois há um conflito interno entre o que deseja e como se percebe.

Esse é o resultado de como a agressividade gerada a partir das situações inacabadas permeia o viver dos seres humanos, fazendo-se importante manejar as necessidades pessoais do envergonhado, refletindo acerca da presentificação e diálogo que tece em suas relações.

Diante de um quadro como esse, Yontef (1993) menciona a retroflexão, haja vista que o processo de vergonha é calar-se para não entrar em conflito com os outros. Então, com uma autoestima, confiança e respeito por si reduzidos a possibilidade, os adoecimentos se tornam presentes.

Neste processo engenhoso para produzir resultados secundários que realizam a intenção inibida original: por exemplo, para não machucar sua família e amigos, ele se volta contra si próprio e produz enfermidades e fracassos que envolvem sua família e amigos. Mas ele não obtém satisfação nenhuma (PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1997, p. 256).

Com o sofrimento emocional instalado, o que o *self* busca é trabalhar o conflito, para a assimilação, crescimento e desenvolvimento de sua personalidade; “quanto mais cedo estivermos dispostos a afrouxar a luta contra o conflito destrutivo, a relaxar com relação à dor e à confusão tanto mais cedo o sofrimento terminará” (PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1997, p. 166). Por isso, o trabalho do psicólogo se centra em compreender o que o cliente traz como queixa para então ser discutido e assimilado, possibilitando uma ampliação de sua consciência sobre o seu processo de vergonha.

O cliente que busca a psicoterapia possivelmente já se apresenta confuso, com dificuldades em decidir, escolher e reconhecer suas necessidades sem sofrimento. Assim, uma “sensação de impotência, que o aprisiona, imobiliza e tira-lhe a esperança, porque já não consegue caminhar com o movimento da própria agressividade” (RIBEIRO, 2006, p. 62-63).

A função do processo psicoterapêutico é de ser um heterossuporte ao cliente através da utilização do acolhimento, da escuta ativa e presença genuína. Assim, de acordo com a criatividade presente na relação terapeuta-cliente, será possível utilizar experimentos que tenham maior propensão à *awareness* do cliente, estabelecendo assim o fluxo de contatos.

Elenca-se, então, como formas interventivas, os experimentos de contato, movimento (YONTEF, 1993). Trabalhos com sonhos, cadeira vazia, uso das artes (argila, biodança, desenhos) que se propõem a integrar as partes alienadas, evitadas pelo cliente, para começar a integrar percepções, pensamentos e ações. Outras formas de integrar as partes alienadas do envergonhado são proporcionar que vivencie suas emoções, como raiva ou tristeza; ou realizar diálogos entre suas polaridades (Vergonha *versus* Orgulho;

Vergonha *versus* Culpa; Fragilidade *versus* Fortaleza; Desejo *versus* Aversão; Dominador *versus* Dominado; Passado *versus* Futuro; Impotência *versus* Potência; Medo *versus* Ação).

Tais intervenções propõem experienciar novas formas de lidar com a situação inacabada através de um ambiente seguro, como o consultório. Isso favorece o cliente a entrar em contato com suas emoções, revisitando o conflito e dando um novo significado à história. Com base no aqui e agora, o cliente tem como desenvolver a ampliação do autossuporte, ocasionando assim uma fluidez no processo de contato (YANO, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Medo, timidez, insegurança em falar o que se pensa, tirar dúvidas, assumir posicionamentos... são marcantes no processo de vida do envergonhado, porém, não quer dizer que são impossíveis de ressignificação.

Reconhecer-se como envergonhado por si só já poderá gerar vergonha. Mas, por meio da psicoterapia, da arteterapia e das artes, o contato com as situações potencializadoras da vergonha tem a capacidade de ofertar abertura ao novo, e, *aware* deste processo, minimizar o engessamento neurótico. Ao entrar em contato com o modo envergonhado de estar no mundo, amplia-se as possibilidades de reconfiguração ou uma tentativa de fluir com a experiência. Este é o processo do não cristalizar, não se fixar.

Ressalta-se que não se pode afirmar que a psicoterapia cause um processo de cura; a vergonha é construída e incorporada no viver, portanto, culpar variadas pessoas não demonstra crescimento, apenas projeção. Assim, o caminho para o indivíduo com vergonha perpassa por reconhecer, assimilar e aceitar que a vergonha se fará presente, pois, em algum momento, de algum modo, a vergonha foi necessária para ajustar-se diante do mundo, sendo uma tendência do organismo prevalecer a autopreservação. Quando há aceitação de como o envergonhado pode se apresentar ao mundo, há a liberdade para vivências e experiências com novos ajustamentos.

O reflexo desta pesquisa faz pensar sobre o caminho social tomado. Estamos vivendo em uma sociedade politicamente correta, em que o excesso de julgamento através das mídias sociais movimenta o mundo para lados polares, o que, em Gestalt-terapia, nunca será visto como saudável, mas sim, um desequilíbrio passível de mais adoecimentos psicoemocionais (depressão, ansiedade, raiva, fobias generalizadas, dentre outros).

O presente estudo pode ser elucidativo para outros profissionais na prática clínica, para profissionais em formação e até mesmo para aqueles que se identificam com o tema da vergonha. Além disso, esta pesquisa pode servir como norteadora para estudos mais aprofundados sobre os mecanismos subjacentes ao processo de vergonha: vergonha e culpa, vergonha e família, vergonha e vulnerabilidade, vergonha nas relações sexuais, vergonha nas relações de trabalho, a não vergonha nas mídias sociais.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, H. M.; LA TAILLE, Y. Humilhação: o desrespeito no rebaixamento moral. **Arquivo Brasileiro de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 2, p. 217-231, dez. 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672007000200011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 mar. 2019.

BIBLIOTECA VIRTUAL DE PSICOLOGIA BRASIL. **Terminologia em Psicologia**: lista dos termos em ordem alfabética. São Paulo: BVS-Psi Brasil, 13 mar. 2014. Disponível em: http://newpsi.bvs-psi.org.br/uploads/lista_terminologia_alfa_BVS_13032014.pdf. Acesso em: 28 jul. 2020.

DOCA, F. N. P.; BIBILIO, M. A. A (des)conexão criança e natureza sob o olhar da Gestalt-terapia e ecopsicologia. **Revista da abordagem gestáltica**, v. 24, n. 3, p. 379-387, set./dez. 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6549685>. Acesso em: 9 mar. 2019.

ESTEVES, A. L. **A timidez na perspectiva da Psicologia Analítica**. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

FRAZÃO, L. M. A relação psicoterapeuta-cliente. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 144-149, 1995. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicousp/v6n2/a11v6n2.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

LEDOUX, J. **O cérebro emocional**: os misteriosos alicerces da vida emocional. Trad.: Terezinha Batista dos Santos. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MARIM, C. I. A capacidade de entender as normas e fazer juízos normativos é um produto da evolução? **Conjectura: Filosofia e Educação**, Caxias do Sul, v. 22., n. esp., p. 68-82, 2017. Disponível em: <http://ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/4834/pdf>. Acesso em: 24 fev. 2019.

PERLS, F. S. **A abordagem gestáltica e testemunha ocular da terapia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

PERLS, F. S. **Ego, fome e agressão**: uma revisão da teoria e do método de Freud. São Paulo: Summus, 2002.

PERLS, F. S. **Gestalt-terapia explicada**. São Paulo: Summus, 1977.

PERLS, F. S.; HEFFERLINE, R.; GOODMAN, P. **Gestalt-terapia**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1997.

PIMENTEL, A. Serviços psicológicos virtuais: ponto de vista em Gestalt-terapia. In: PIMENTEL, A.; LEMOS, F.; NICOLAU, R. (org.). **A escuta clínica na Amazônia**. Belém, PA: UFPA, 2017. p. 143-153.

POLSTER, E.; POLSTER, M. **Gestalt-terapia integrada**. Belo Horizonte: Interlivros, 1979.

RIBEIRO, J. P. **Gestalt-terapia**: refazendo um caminho. 8. ed. São Paulo: Summus, 2012.

RIBEIRO, J. P. **Gestalt-terapia de curta duração**. São Paulo: Summus, 1999.

RIBEIRO, J. P. **Vade Mecum de Gestalt-terapia**: conceitos básicos. São Paulo: Summus, 2006.

RIBEIRO, J. P. **O ciclo do contato**. São Paulo: Summus, 1997.

ROBINE, J. M. A Gestalt-terapia terá a ousadia de desenvolver seu paradigma pós-moderno? **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, jun. 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v5n1/v5n1a08.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2019.

ROBINE, J. M. **O self desdobrado**: perspectiva de campo em Gestalt-terapia. São Paulo: Summus, 2006.

ROBINE, J. M. Vergonha. In: D'ACRI, G.; LIMA, P.; ORGLER, S. (Org.). **Dicionário de Gestalt-terapia**: "Gestaltês". 2. ed. São Paulo: Summus, 2012. p. 239.

SANTOS, A. S. **Será culpa ou vergonha?**: aprenda a distinguir e a lidar com estas emoções. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/37391430-Sera-culpa-ou-vergonha.html>. Acesso em: 25 fev. 2019.

TURATO, E. R. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. **Revista Saúde Pública**, v. 39, n. 3, p. 507-514, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsp/v39n3/24808.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2020.

VERGONHA. In: DICIO: Dicionário Online de Português. [S. l.]: 7GRAUS, c2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/vergonha/>. Acesso em: 28 jul. 2020.

VIEIRA, M. B. **Timidez e expressividade afetivo-emocional**: um estudo walloniano. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/19986/2/Mariana%20Batista%20Vieira.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2018.

YANO, L. P. A clínica em Gestalt-terapia: a Gestalt dos atendimentos nos transtornos depressivos. **Revista NUFEN**, Belém, PA, v. 7, n. 1, p. 67-85, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912015000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 11 dez. 2018.

YONTEF, G. **Processo, diálogo e awareness**: ensaios em Gestalt-Terapia. São Paulo: Summus, 1993.

SOBRE OS ORGANIZADORES

LÁZARO CASTRO SILVA NASCIMENTO – Gestalt-terapeuta formado pelo Instituto de Gestalt de Curitiba. Psicólogo clínico (CRP-08/20085) graduado pela Universidade Federal do Pará. Musicoterapeuta (CPMT 346/20-PR) graduado pela Universidade Estadual do Paraná. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná. Doutor em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília. É membro do Laboratório de Fenomenologia e Subjetividade da Universidade Federal do Paraná e membro do Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas da Universidade Federal do Pará. Atua em consultório particular desde 2014, tendo interesse nas políticas de organização profissional da Gestalt-terapia e da Musicoterapia em território brasileiro.

KAMILLY SOUZA DO VALE – Psicóloga (CRP 10/02310), Gestalt-terapeuta pelo Centro de Capacitação em Gestalt-terapia, mestre e doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Pará, coordenadora do Grupo de Estudos em Gestalt-terapia (GEGT-Belém). Pesquisadora na área da conjugalidade, violência conjugal e gênero. Professora convidada em formações de Gestalt-terapia no norte do país. Ministra cursos de aperfeiçoamento na área de manejo clínico com casais, violência de gênero, violência psicológica e intervenções clínicas em atendimento com adultos e crianças. Supervisora clínica e coordenadora do curso de aprimoramento em Gestalt-terapia em Belém/PA e Macapá/AP.

Sentidos em Gestalt-terapia: novas vozes, outros olhares

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br



Sentidos em Gestalt-terapia: novas vozes, outros olhares

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

